



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIO ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Jéssica Pulino Campara

**EU EXPERIENCIAL E EU RECORDATIVO: IMPLICAÇÕES PARA AS FINANÇAS
COMPORTAMENTAIS**

Florianópolis

2020

Jéssica Pulino Campara

**EU EXPERIENCIAL E EU RECORDATIVO: IMPLICAÇÕES PARA AS FINANÇAS
COMPORTAMENTAIS**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em
Administração da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de doutor em
Administração.

Orientador: Prof. Newton Carneiro Affonso da Costa Jr,
Dr.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Campara, Jéssica Pulico

Eu Experiencial e Eu Recordativo : Implicações para as
Finanças Comportamentais / Jéssica Pulico Campara ;
orientador, Newton Carneiro Affonso da Costa Jr, 2020.
186 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em
Administração, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Administração. 2. "Dois eus". 3. Satisfação Global de
Vida. 4. Bem-estar Financeiro. 5. Tolerância ao Risco.
Capacidade Cognitiva. I. da Costa Jr, Newton Carneiro
Affonso . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

Jéssica Pulino Campara

Eu Experiencial e Eu Recordativo: Implicações para as Finanças Comportamentais

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Eraldo Sérgio Barbosa da Silva, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Marcus Venícius Andrade de Lima, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Tarcísio Pedro da Silva, Dr
Universidade Regional de Blumenau

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em administração.

Prof. Rudimar Antunes da Rocha, PhD.
Coordenador Pro Tempore

Prof. Newton Carneiro Affonso da Costa Jr., Dr.
Orientador

Florianópolis, 2020.

AGRADECIMENTOS

No momento em que começo a escrever esse agradecimento passa um filme em minha cabeça. Ainda na faculdade decidi que queria seguir a carreira acadêmica, que gostaria de sair da faculdade, realizar um mestrado e finalmente o doutorado. De lá para cá se passaram 10 anos e hoje encerro esse ciclo como discente e sigo como docente, no caminho da realização profissional, pessoal e como eterna aprendiz.

Nessa caminhada muitas pessoas passaram por minha vida e cada uma teve sua importância. Assim agradeço primeiramente a minha família, sem eles me apoiando em todo esse processo esse sonho não seria possível. Em especial agradeço a minha mãe, de quem tenho muito orgulho e admiração, foi ela quem me ensinou a nunca desistir e sempre fazer o melhor em cada ação.

A meu irmão, um incentivador ímpar, que nos momentos mais difíceis sempre estava lá para dizer que iria dar tudo certo. A meu pai, que me ensinou a ser determinada e lutar por meus ideais. A meu marido que incansavelmente esteve ao meu lado por todos esses anos e que hoje colhe esses frutos junto comigo.

Às grandes amigas que esse percurso me presenteou, não posso deixar de citar os nomes da Ana, Ani, Maríndia e Pamela. Sem vocês toda essa caminhada seria muito mais difícil. Por vezes a Academia é uma caminhada solitária e poder compartilhar todos esses momentos com vocês amenizou e muito os desafios do caminho.

A todos que de alguma forma participaram e contribuíram na coleta de dados. Quando decidi realizar pesquisas longitudinais sabia que não seria fácil e cada um dos participantes foi imprescindível para efetivação desta tese e avanços que aqui pude suscitar.

Ao meu orientador prof. Newton e ao Prof. Sergio, pelos ensinamentos, direcionamentos e conhecimentos compartilhados.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, que propicia um ambiente de desenvolvimento e compartilhamento.

RESUMO

As decisões dos agentes econômicos, diferentemente do que apregoa a Teoria da Utilidade Esperada, nem sempre maximizam sua utilidade total. Com os avanços da teoria comportamental foi evidenciado que as decisões são tomadas a partir de um mecanismo mental dual fundamentado na utilidade de decisão e utilidade experimentada, ou seja, nos dois eus: experiencial e recordativo. O eu experiencial é quem vivencia os momentos e o eu recordativo é aquele que realiza a avaliação retrospectiva baseada nas experiências do eu experiencial. Nesse processo, o eu recordativo é sujeito a erros de julgamento, tendendo a considerar, em suas avaliações dos diversos momentos vividos, apenas a intensidade do momento de pico e do momento final (regra do pico-fim). Essa dualidade na tomada de decisão tem diversas consequências e implicações. Por conseguinte, o objetivo central desta tese é investigar as implicações dos dois eus no comportamento humano considerando a satisfação global de vida (SGV), bem-estar financeiro (BEF) e preferência pelo risco. Como objetivos específicos destacam-se: i) avaliar se a regra do pico-fim prediz a avaliação retrospectiva da satisfação global de vida e do bem-estar financeiro; e ii) explorar a relação entre os sistemas cognitivos (1 e 2) e os dois eus considerando a preferência pelo risco. Para atingir tais objetivos utilizou-se dois experimentos de caso único. Os principais resultados do ensaio 1 indicam que o eu experiencial é mais otimista em suas avaliações do que o eu recordativo. A renda impacta a SGV momentânea, mas não a recordativa; por outro lado, ao se tratar de BEF, ela gera impacto momentâneo e recordativo. Ademais, maiores níveis de renda minimizam o efeito do BEF sobre a SGV momentâneo. E, finalmente, entende-se que a regra do pico-fim é um bom preditor da SGV e do BEF. No segundo ensaio, os resultados indicam que a preferência pelo risco é menor quando vivenciada do que quando recordada. Os indivíduos com maior capacidade cognitiva incorrem em menores erros de julgamento na avaliação retrospectiva, confirmando a relação entre os dois eus e os sistemas cognitivos, preenchendo uma lacuna teórica que ainda não havia sido confirmada empiricamente. E o fim é um bom preditor da preferência pelo risco, mas o pico não. Esses resultados contribuem, tanto para o cotidiano das pessoas (que ao conhecerem as raízes de suas decisões podem potencializá-las) quanto para as políticas públicas que podem ser melhor contextualizadas.

Palavras-chave: Dois Eus. Satisfação Global de Vida. Bem-estar Financeiro. Capacidade Cognitiva. Tolerância ao Risco.

ABSTRACT

Decisions are made based on a dual mental mechanism based on decision utility and experienced utility, that is, on the “two selves”: experiential and remembering. The experiential self is the one who experiences the moments and the remembering self is the one who performs the retrospective evaluation based on the experiences of the experiential self. In this process, the remembering self is subject to errors of judgment, tending to consider in its evaluations of the various moments experienced only the intensity of the peak and the final moments (the peak-end rule). This duality in decision making has several consequences and implications. Therefore, the main objective of this dissertation is to investigate the implications of the “two selves” in human behavior considering global life satisfaction (SGV), financial well-being (BEF) and preference for risk. The specific objectives are: i) to assess whether the peak-end rule predicts the retrospective assessment of global life satisfaction and financial well-being; and ii) to explore the relationship between cognitive systems (1 and 2) and the “two selves” considering the preference for risk. To achieve these objectives, two single case experiments were used. The main results of essay 1 indicate that the experiential self is more optimistic in its evaluations than the remembering self. Income impacts momentary SGV, but not the remembering one; on the other hand, when dealing with BEF, it generates momentary and remembering impact. In addition, higher income levels minimize the effect of BEF on SGV. And finally, it is understood that the peak-end rule is a good predictor of SGV and BEF. In the second trial, the results indicate that the preference for risk is lower when experienced than when remembered. Individuals with greater cognitive capacity incur in fewer errors of judgment in retrospective evaluation, confirming the relationship between the "two selves" and the cognitive systems, filling a theoretical gap that had not yet been confirmed empirically. And the end moment is a good predictor of risk preference, but the peak is not. These results contribute, both for the daily lives of people (who by knowing the roots of their decisions, can enhance them) also for public policies which can better contextualized.

Keywords: "Two Selves". Global Life Satisfaction. Financial well-being. Cognitive Capacity. Risk Tolerance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Síntese dos temas centrais dos três ensaios e as lacunas a serem preenchidas....	28
Ilustração 2 – Síntese dos dois eus	34
Ilustração 3 - Relatório de dor dos pacientes A e B submetidos ao exame de colonoscopia ...	36
Ilustração 4 - Elementos centrais do bem-estar financeiro.....	46
Ilustração 5 – Síntese do processo de coleta de dados e manipulação	63
Ilustração 6 - Síntese do processo de coleta de dados por meio do <i>Google Forms</i>	65
Ilustração 7- Avaliação momentânea da Satisfação Global de Vida por participante.....	76
Ilustração 8- Média da avaliação momentânea de Satisfação Global de Vida	77
Ilustração 9- Avaliação momentânea de Bem-Estar Financeiro por participante	79
Ilustração 10 - Média da avaliação momentânea do Bem-Estar Financeiro	80
Ilustração 11 - Média das respostas momentâneas	81
Ilustração 12 – Relação de renda familiar com a SGV e BEF	89
Ilustração 13 - Moderação da renda familiar na avaliação momentânea de SGV e BEF.....	96
Ilustração 14 – Exemplo da operacionalização do Sistema 1.....	110
Ilustração 15 – Processo de coleta de dados e manipulação do Ensaio 2.....	124
Ilustração 16 – Síntese da contextualização apresenta aos participantes no decorrer da pesquisa	127
Ilustração 17 – Alteração do nível de preferência pelo risco por sujeito em cada uma das semanas.....	141
Ilustração 18 – Avaliação momentânea e retrospectiva da preferência pelo risco.....	142
Ilustração 19 - Nível de preferência pelo risco segundo a Capacidade Cognitiva	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instrumento de coleta de dados para avaliar o eu experiencial	66
Quadro 2 – Instrumento de coleta de dados para avaliar a satisfação global de vida do eu recordativo.....	67
Quadro 3 – Instrumento de coleta de dados para avaliar o bem-estar financeiro do eu recordativo.....	68
Quadro 4 - Síntese das técnicas de análise de dados a serem adotadas para cada um dos objetivos específicos e hipóteses correspondentes.....	71
Quadro 5 - Síntese dos resultados esperados e dos resultados observados do Ensaio 1	101
Quadro 6 - Instrumento de coleta de dados para avaliar o eu experiencial.....	128
Quadro 7 – Instrumento de coleta de dados do eu recordativo	128
Quadro 8 - Síntese dos objetivos específicos, das técnicas de análise de dados e das hipóteses correspondentes.	131
Quadro 9 – Síntese dos resultados esperados e dos resultados observados do Ensaio 2.....	153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classes de renda familiar segundo POF 2017/18	60
Tabela 2 – Estatística descritiva do Ensaio 1	73
Tabela 3 – Estatística descritiva de renda pessoal e familiar do Ensaio 1.....	75
Tabela 4 – Média, frequência e percentual das respostas de satisfação global de vida.....	82
Tabela 5 – Média e frequência das respostas de bem-estar financeiro.....	83
Tabela 6 - Estatística descritiva e confiabilidade das escalas de SGV e BEF.....	85
Tabela 7 – Correlação entre as escalas de SGV e BEF e suas respectivas avaliações retrospectivas	86
Tabela 8 - Correlação entre o eu experimentado e a média dessas respostas momentâneas....	87
Tabela 9 – Correlação entre o dia de início da pesquisa e o mês em relação a SGV e BEF	88
Tabela 10 – Teste de diferença de média da renda pessoal e familiar e a SGV e o BEF momentâneo	90
Tabela 11 – Média da avaliação retrospectiva e momentânea da satisfação global de vida para cada nível de renda, teste de diferença de média de renda e qui-quadrado	91
Tabela 12 - Média da avaliação retrospectiva e momentânea do bem-estar financeiro para cada nível de renda, teste de diferença de média de renda e Qui-quadrado	93
Tabela 13 – Regressão múltipla e regressão com moderação da renda familiar considerando as avaliações retrospectivas	94
Tabela 14 - Regressão múltipla e regressão com moderação da renda familiar considerando as avaliações momentâneas.....	95
Tabela 15 - Regra do pico-fim para satisfação global de vida	97
Tabela 16 - Regra do pico-fim para o bem-estar financeiro.....	98
Tabela 17 - Estatística descritiva Ensaio 2	133
Tabela 18 – Estatística descritiva do nível de renda pessoal e familiar Ensaio 2.....	135
Tabela 19 – Estatística descritiva do nível de conhecimento financeiro e tipos de investimento	136
Tabela 20 - Avaliação da capacidade cognitiva com as três primeiras questões.	137
Tabela 21 - Avaliação da capacidade cognitiva quando as três questões anteriores eram conhecidas.	138
Tabela 22 – Resultado final da Capacidade Cognitiva.....	139
Tabela 23 - Correlação entre a avaliação de risco momentânea e a média das avaliações momentâneas	145

Tabela 24 - Regressão da avaliação retrospectiva da preferência pelo risco com relação ao pico e o fim.....	145
Tabela 25 - Relação do CRT com a avaliação momentânea	148
Tabela 26 - Média da avaliação retrospectiva e momentânea da preferência pelo risco para cada nível de capacidade cognitiva, análise de variância e Qui-quadrado	149
Tabela 27 – Regressão simples e múltipla	151

LISTA DE AREVIATURAS

ACT *American College Test*
ANBIMA Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
ASVAB *Services Vocational Aptitude Battery*
BEF Bem-Estar Financeiro
CEDUP Centro de Educação Profissional Dr. Jorge Lacerda
CFPB *Consumer Financial Protection Bureau*
CNC Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNDL Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
CRAS Centros de Referencial de Assistência Social
CRT Teste de Reflexo Cognitivo
DRM *Daily Reconstruction Method*
EMA *Ecological Momentary Assessment*
EUA Estados Unidos da América
FGV Fundação Getúlio Vargas
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE Instituto Brasileiro de Economia
IDES Irmandade do Divino Espírito Santo
INSS Instituto Nacional do Seguro Social
PEIC Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PIB Produto Interno Bruto
POF Pesquisa do Orçamento Familiar
SAT *Scholastic Aptitude Test*
SCF *Survey of Consumer Finances*
SGV Satisfação Global de Vida
SISNEP Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos
SOFRT *Survey of Financial Risk Tolerance*
SPC Serviço de Proteção ao Crédito
SPSS *Statistical Package for the Social Sciences*
SWLS *Satisfaction With Life Scale*
TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TUE Teoria da Utilidade Esperada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	25
1.3 OBJETIVO GERAL.....	27
1.3.1 Objetivos específicos.....	28
1.4 JUSTIFICATIVA	28
1.5 INOVAÇÃO.....	30
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	31
2 REFERENCIAL TEÓRICO	33
2.1 DOIS EUS: EU EXPERIENCIAL E EU RECORDATIVO.....	33
2.2 VIESES COMPORTAMENTAIS: REGRA DO PICO-FIM.....	35
ENSAIO 1 - SATISFAÇÃO GLOBAL DE VIDA E BEM-ESTAR FINANCEIRO: UM ESTUDO INTEGRANDO OS DOIS EUS	39
3 INTRODUÇÃO	39
4 REFERENCIAL TEÓRICO	43
4.1 SATISFAÇÃO GLOBAL DE VIDA E BEM-ESTAR FINANCEIRO.....	43
4.1.1 Satisfação Global de Vida	43
4.1.2 Bem-Estar Financeiro	45
4.2 COMO MENSURAR A SATISFAÇÃO GLOBAL DE VIDA E O BEM-ESTAR FINANCEIRO: AVALIAÇÃO RECORDADA E AVALIAÇÃO EXPERIMENTADA	47
5 HIPÓTESES DA PESQUISA.....	53
6 MÉTODO	59
6.1 ESTRATÉGIAS E DELINEAMENTOS DA PESQUISA	59
6.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	60
6.3 COLETA DE DADOS	61
6.3.1 Instrumentos de coleta de dados	66
6.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS	69
7 ANÁLISE DOS RESULTADOS	73
7.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA	73
7.2 RELAÇÃO ENTRE RENDA E SGV E BEF	88
7.3 IMPACTO DA REGRA DO PICO-FIM NOS FATORES INVESTIGADOS	97
8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	101
ENSAIO 2 – RELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS COGNITIVOS E OS DOIS EUS: UMA	

AValiação MEDIANTE AS PREFERÊNCIAS PELO RISCO.....	105
9 INTRODUÇÃO	105
10 REFERENCIAL TEÓRICO	109
10.1 SISTEMAS COGNITIVOS	109
10.1.1 Como mensurar a capacidade cognitiva.....	112
10.2 PREFERÊNCIAS PELO RISCO	114
10.2.1 Como mensurar a preferência pelo risco	116
11 HIPÓTESES DA PESQUISA.....	119
12 MÉTODO	123
12.1 DESENHO E ESTRATÉGIA DE PESQUISA	123
12.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	123
12.3 COLETA DE DADOS	124
12.3.1 Instrumento de coleta de dados.....	127
12.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS.....	129
13 ANÁLISE DOS RESULTADOS	133
13.1 PERFIL DA AMOSTRA	133
13.2 CAPACIDADE COGNITIVA	136
13.3 ANÁLISE DA PREFERÊNCIA PELO RISCO E AS IMPLICAÇÕES DOS DOIS EUS	140
13.4 RELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS COGNITIVOS E OS DOIS EUS	147
14 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	153
15 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICE A – TCLE, ENSAIO 1.....	175
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS, ENSAIO 1.....	177
APÊNDICE C – TCLE, ENSAIO 2.....	182

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros *insights* a respeito da influência dos aspectos psicológicos na tomada de decisão dos agentes econômicos não são recentes. Adam Smith, já em 1759, preconizava com a Teoria dos Sentimentos Morais conceitos contemporâneos como a existência de processos duais, a aversão à perda, o excesso de confiança e as escolhas intertemporais (ASHRAF; CAMERER; LOEWENSTEIN, 2005). Entretanto, nessa época a psicologia ainda não era uma teoria consolidada e os economistas passaram a negligenciar a psique humana na consolidação de seus modelos (CAMERER; MATTHEW, 2004). Foi dessa maneira que emergiu a economia neoclássica, balizada a partir de modelos normativos e descritivos de tomada de decisão sob incerteza (CAMERER; LOEWENSTEIN, 2011).

Nesse contexto, a teoria da utilidade esperada (TUE) ganhou espaço com a suposição de que os agentes econômicos são decisores totalmente racionais que consideram todas as informações disponíveis de forma objetiva, sendo os erros cometidos considerados simplesmente aleatórios (VON NEUMANN; MORGENSTEIN, 1944). Logo, os processamentos de informação são considerados eficientes e imparciais, consistentes com a maximização da utilidade (BYRNE; BROOKS, 2008). Essa perspectiva perdurou por anos. Até que evidências comprovassem que a maximização da utilidade é balizada não só pelas preferências, mas também pelas restrições cognitivas, que afastam a prerrogativa de racionalidade total dos agentes econômicos (SCHILDBERG-HÖRISCH, 2018).

Um dos primeiros autores a disseminar a concepção da racionalidade limitada foi Herbert Simon, desenvolvedor da teoria da racionalidade limitada. Essa teoria sugere que as pessoas estão expostas a limitações cognitivas que as levam a decisões com modelos simplificados, não considerando todas as informações. E, assim, as escolhas são meramente satisfatórias e não necessariamente ótimas (SIMON, 1957). Tal concepção impulsionou a retomada da psicologia na compreensão dos acontecimentos econômicos. Sendo publicado, no ano de 1974, o artigo *Judgment under Uncertainty: heuristics and biases*, no qual Tversky e Kahneman (1974) mostram empiricamente que os indivíduos se desviam de suas escolhas ótimas nas decisões sob incerteza pela interferência de heurísticas de julgamentos que levam a erros sistemáticos.

Próxima a essa publicação, no ano de 1979, os mesmos autores publicaram o artigo seminal *Prospect theory: An analysis of decisions under risk*, no qual indicam que os indivíduos são avessos ao risco para ganhos, mas propensos ao risco para perdas (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979). Esse artigo consolidou, definitivamente, a agregação entre economia,

psicologia e finanças; dando as bases para o desenvolvimento da chamada economia comportamental e das finanças comportamentais. Essas teorias concebem que as pessoas frequentemente fazem escolhas inconsistentes, não aprendem com suas experiências e se afastam do modelo padrão racional do agente econômico (KAHNEMAN; KRUEGER, 2006).

Esses desvios de julgamento são potencializados na medida em que as decisões dos agentes econômicos são pautadas em suas avaliações retrospectivas. Segundo Redelmeier, Katz e Kahneman (2003), essas avaliações são baseadas em um sistema mental que incorpora os dois eus: o eu experiencial, que vivencia os momentos, e o eu recordativo, que recorda as vivências. Mas quem toma efetivamente as decisões é o eu recordativo (avaliação retrospectiva), balizado nas lembranças das experiências vivenciadas pelo eu experiencial. Porém, nessa avaliação, o recurso à memória como um processo de julgamento pode dar maior ênfase a dois momentos: o pico e o fim – sensação média do pico de prazer ou dor e do momento imediatamente anterior ao fim da experiência (FREDRICKSON, 2000) – fazendo com que as decisões não sigam um padrão racional.

A ocorrência desse viés cognitivo (pico-fim) na avaliação retrospectiva pode ter implicações em diversas áreas, como no marketing (STRATTEN; KRAMER, 2014), na satisfação com férias (KEMP; BURT; FURNEAUX, 2008), em exames médicos (REDELMEIER; KATZ; KAHNEMAN 2003) e no bem-estar subjetivo (KAHNEMAN et. al, 2006). Foi na percepção dessas diferentes repercussões e da necessidade de avançar no entendimento das decisões do eu recordativo que esta tese foi pautada. Dividiu-se, para tal fim, as análises em dois ensaios. O primeiro deteve-se no fato de que os erros de julgamento do eu recordativo podem predizer a satisfação com a vida e o bem-estar financeiro e, além disso, que a renda pode ser um determinante para as escolhas feitas pelos dois eus (KAHNEMAN et al. 2006). Já o segundo foi pautado na relação entre os dois eus e a capacidade cognitiva (KAHNEMAN, 2011) mediante a preferência pelo risco.

O interesse, em relação ao primeiro ensaio, se dá pelo fato de que muitas pesquisas já buscaram investigar os determinantes da satisfação global de vida (SULDO, et al. 2014; COAD; BINDER, 2015; KONDRATOWICZ-NOWAK; ZAWADZKA, 2018) ou do bem-estar financeiro (GUTTER; COPUR, 2011; ELLIOTT; LEWIS, 2015; FURNHAM; CHENG, 2017), sua relação com a renda (DIENER; DIENER, 2009; NGOO; TEY; TAN, 2016) e suas implicações (ADLER; SELIGMAN, 2016; NETEMEYER et al., 2017), mas negligenciaram o fato de que essas avaliações são baseadas nas lembranças. Alguns estudos que consideraram a distinção dos dois eus em suas pesquisas já revelaram disparidade em suas decisões relacionadas à satisfação global de vida (OISHI, 2002; SPINDLER, et al., 2016) e à renda

(KAHNEMAN et al., 2006; 2010). Mas, mesmo que essas evidências existam, ainda há necessidade de avançar nessas análises. Principalmente ao se tratar do bem-estar financeiro e da implicação da renda em meio aos dois eus.

Ao se tratar do segundo ensaio, o enfoque surgiu a partir da pressuposição de Kahneman (2011) de que o mesmo traço operante do Sistema 1 é o que induz os indivíduos a incorrerem no viés do pico-fim na avaliação retrospectiva. Ou seja, que os dois eus estariam relacionados com os sistemas cognitivos. O sistema cognitivo nada mais é do que a forma pela qual as pessoas processam as informações em suas mentes. De acordo com Evans (2003), esse processamento é delimitado a partir de um sistema dual, subdividido em Sistema 1 e Sistema 2. O Sistema 1 processa as informações de maneira mais rápida, intuitiva e automática; já o Sistema 2 apresenta um processamento mais lento e deliberativo (EPSTEIN, 1994). Por isso, espera-se que pessoas com um Sistema 2 mais forte, ao realizar as avaliações com maior ponderação, incorram em menores erros de julgamento na avaliação retrospectiva. Isto é, que pessoas com maior capacidade cognitiva (Sistema 2) manifestem uma menor ocorrência de vieses como o pico-fim.

Para realizar essa análise, no segundo ensaio, adotou-se a preferência pelo risco. A utilização dessa variável se justifica por três motivos: 1) possui variação ao longo do tempo – quer dizer, não é uma variável estável – o que permite a avaliação momentânea e retrospectiva (SCHILDBERG-HÖRISCH, 2018; BUCCIOL; ZARRI, 2015; BUCCIOL; MINIACI, 2018); 2) é importante para políticas públicas (CHARNESS; GNEEZY; IMAS, 2013); e 3), tem impacto direto sobre as decisões pessoais dos indivíduos, tanto no âmbito financeiro quanto em outros aspectos, como segurança (SCHILDBERG-HÖRISCH, 2018).

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Conforme destacado, a literatura de economia comportamental e finanças comportamentais ainda está em desenvolvimento. Ganhou maior representatividade no ano de 1979 e, desde então, a academia tem buscado explorar as especificidades desta abordagem, o que, por dedicar-se à compreensão do comportamento humano, exige o afastamento da pressuposição de racionalidade total e, conseqüentemente, a incorporação da psicologia. Segundo Camerer e Loewenstein (2011), o intuito é que os modelos comportamentais possam ir gradativamente substituindo os modelos simplificados da economia *mainstream* e, com isso, anomalias do mercado possam ser mais bem explicadas e previsões que se aproximam da realidade possam ser alcançadas.

Para isso, Nagatsu (2015) sugere que os pesquisadores questionem primeiramente os modelos normativos e descritivos da economia neoclássica, que identifiquem posteriormente anomalias ou situações para as quais a teoria tradicional não tenha capacidade de estabelecer explicações claras e, a partir disso, finalmente estabeleçam respostas e modelos alternativos baseados efetivamente no comportamento humano. Ao longo dos anos, foi exatamente isso que Daniel Kahneman e seus colaboradores desenvolveram: uma busca constante por explicações plausíveis a acontecimentos não justificados pela teoria *mainstream*.

Foi em um desses estudos que Kahneman et al. (1993) desenvolveram um experimento para investigar como as decisões são fundamentadas. Solicitaram que um grupo de pessoas imergissem a mão em água com temperatura de 14°C por 60 segundos; e que outro grupo de pessoas imergissem a mão na mesma temperatura de 14°C por 60 segundos, mas mantivessem a mão mais 30 segundos em temperatura de 15°C em seguida. Questionados sobre qual evento eles estariam dispostos a repetir, 80% indicou o segundo. As descobertas indicaram o conflito entre o eu que vivencia a experiência e o eu que a recorda. Possivelmente, se as decisões fossem completamente racionais, a decisão das pessoas seria de repetir a primeira experiência. Mas o fato de a segunda ter terminado de maneira menos adversa fez com que a maioria dos participantes optassem por ela.

Essa descoberta embasou o que Daniel Kahneman chamou mais tarde de dois eus: o eu experiencial e o eu recordativo. Na prática, o eu recordativo é quem efetivamente tem voz, quem toma as decisões. Contudo, essas decisões são baseadas nas experiências do eu vivencial e na forma com que o eu recordativo lembra dessas experiências, o que a torna susceptível a erros de julgamento. A tendência é que essas avaliações sejam fortemente influenciadas por momentos singulares: o momento que a experiência for mais intensa (pico) e o momento final (fim), o que foi denominado de viés do pico-fim (KAHNEMAN, 2000).

Com esse entendimento, diversos estudos, em diferentes áreas, foram desenvolvidos para compreender os impactos dos dois eus na tomada de decisão (KAHNEMAN; RIIL, 2005; KAHNEMAN; WAKKER; SARIN, 1997; SHARPE et al., 2005). E é com base na sua importância e repercussão para todos os âmbitos da vida que o tema central desta tese permeia o entendimento dos dois eus.

Subdividida em dois ensaios, o primeiro abarca a satisfação global de vida e o bem-estar financeiro. Tradicionalmente, os estudos investigam a relação entre esses construtos (O'NEILL et al. 2005; BINDER; COAD, 2015), ou mesmo a relação deles isoladamente com a renda (NGOO; TEY; TAN, 2016; KAHNEMAN; DEATON, 2010), a partir de perguntas endereçadas diretamente ao eu recordativo (KAHNEMAN, 2011). No entanto, há evidências de que essas

relações nem sempre são positivas; e respostas para essa disparidade ainda não são concretas. Buscando avançar na explicação desse paradoxo e entendendo que os questionamentos reportados ao eu recordativo podem ser comprometidos com o viés comportamental da regra do pico-fim, é que se tem a primeira pergunta de pesquisa desta tese:

A regra do pico-fim prediz a avaliação retrospectiva da satisfação global de vida e do bem-estar financeiro?

As investigações acerca dos dois eus levaram à identificação de outro tema relevante. Kahneman (2011), ao longo do livro *Thinking, fast and slow* debate os temas: sistemas cognitivos, *Homo economicus* e os dois eus. Ao tecer tais elucidações, o autor faz uma suposição importante de que o Sistema 1 – caracterizado como automático e intuitivo (STANOVICH; WEST; HERTWIG, 2000) – possui o mesmo traço operante do eu recordativo que, ao realizar avaliações retrospectivas, está sujeito a simplificações que levam a erros de julgamentos (KAHNEMAN; WAKKER; SARIN, 1997), exatamente como o Sistema 1. Com isso, surge a pergunta de pesquisa do segundo ensaio:

Há relação entre os sistemas cognitivos (1 e 2) e os dois eus (eu recordativo e eu experiencial) considerando a preferência pelo risco?

Obviamente, ainda há outras implicações dos dois eus em outros âmbitos da vida. Até porque a complexidade do comportamento humano não permite um entendimento abrangente e homogêneo (CAMERER; LOEWENSTEIN, 2011). Todavia, ainda que existam outros pontos a serem explorados, esta tese pode contribuir com explicações teóricas e empíricas sólidas a respeito de dois temas relevantes e incipientes. Ademais, esses estudos ampliam o realismo das avaliações econômicas, como também contribuem para a consolidação de políticas públicas melhor contextualizadas (CAMERER; LOEWENSTEIN, 2011).

1.3 OBJETIVO GERAL

Para responder às perguntas de pesquisa supracitadas, esta tese tem como objetivo geral: investigar as implicações das decisões dos “dois eu” considerando a satisfação global de vida, o bem-estar-financeiro e a preferência pelo risco.

1.3.1 Objetivos específicos

- Investigar se a regra do pico-fim prediz a avaliação retrospectiva da satisfação global de vida e do bem-estar financeiro;
- Explorar a relação entre os sistemas cognitivos (1 e 2) e os dois eus (eu recordativo e eu experiencial) considerando a preferência pelo risco.

1.4 JUSTIFICATIVA

Já foi explicitado que a economia comportamental e as finanças comportamentais são teorias que, ao longo desses 40 anos de efetiva existência, avançaram significativamente, mas que ainda possuem diversas lacunas. A compreensão das implicações dos dois eus na tomada de decisão é um desses fatores que merece maior investigação. Foi partindo desse interesse que, ao estudar a teoria vigente, identificaram-se dois hiatos importantes na literatura que justificam a realização desta tese. Na Ilustração 1 ilustram-se o tema central desta tese, os temas abordados em cada um dos ensaios e as lacunas a serem preenchidas.

Ilustração 1- Síntese dos temas centrais dos dois ensaios e as lacunas a serem preenchidas.

		Dois eus (eu experiencial e eu recordativo) e Regra do Pico-fim	
		Ensaio 1	Ensaio 2
Tema Centra			
Tema	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Satisfação global de vida (SGV); ✓ Bem-estar financeiro (BEF); ✓ Renda. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sistemas cognitivos; ✓ Preferência pelo risco. 	
Lacunas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não há evidência clara sobre a disparidade das escolhas dos dois eus se considerados a SGV e o BEF; ✓ Não há estudos que tenham avaliado o BEF por meio dos dois eu; ✓ Há necessidade de avançar na compreensão da relação da renda com o eu recordativo e eu vivencial, principalmente ao se tratar de BEF, já que não foram identificados resultados anteriores; ✓ São desconhecidos estudos que tenham avaliado se a renda modera a relação entre SGV e BEF considerando os dois eus; ✓ Ainda é necessário entender as implicações da regra do pico-fim para SGV e para o BEF. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não há evidência do comportamento da preferência pelo risco mediante avaliação dos dois eus; ✓ A relação entre os sistemas cognitivos e os dois eus não foi testada empiricamente; ✓ Há necessidade de se explorar se a regra do pico-fim prediz a preferência pelo risco. 	

Observando a Ilustração 1, verifica-se como cada um dos ensaios apresenta as lacunas na literatura a serem contempladas pela pesquisa. Dessa forma, esse trabalho se justifica ao buscar apreciar cada um desses espaços, o que será apresentado com maior detalhamento no item 1.5 sobre inovação do estudo. Mas a escolha dos temas não se deu apenas por conta das perguntas sem respostas. Deu-se, também, por se tratarem de temas efetivamente relevantes.

Em relação ao Ensaio 1, avançar na compreensão dos aspectos de satisfação global de vida e bem-estar financeiro, e incorporar a isso avaliações momentâneas e retrospectivas, é imprescindível. De acordo com Adler, Seligman (2016), medidas de bem-estar são os propulsores de políticas públicas. Elas possibilitam os tomadores de decisão estarem mais bem informados para avaliar e elaborar políticas coerentes com as necessidades da população. A importância dessa preocupação está no fato de que uma sociedade com elevado nível de satisfação e bem-estar faz com que as pessoas sejam menos propensas a apresentar doenças psicossomáticas, dores de cabeça, estresse vascular e outros distúrbios do estresse (SULDO et al., 2014; NGOO; TEY; TAN, 2016). Indicando, inclusive, menores índices de suicídio — a mais relevante medida comportamental da infelicidade (FRANK, 2008). Entretanto, a maior parte dos instrumentos adotados pelos governantes para avaliar a satisfação e bem-estar incorporam apenas avaliações retrospectivas. Este estudo pode, então, contribuir ao explorar as percepções experienciais do eu que vivencia, colaborando para uma concepção mais real do sentimento dessas pessoas. Bem como incentivar para que mais pesquisadores, e mesmo os agentes públicos, possam incorporar esses conceitos em suas avaliações.

A adoção do bem-estar financeiro, e não só da renda, é outra justificativa importante para a realização do Ensaio 1. Muitos dos estudos avaliam apenas a renda, mas essa é uma perspectiva limitada que não capta a adequação da renda em cada contexto, muito menos avalia as necessidades de cada indivíduo. É por esse motivo que investigar simplesmente o nível de renda das pessoas e seu impacto na satisfação global de vida (KAHNEMAN et al., 2006; CHEUNG; LUCAS, 2015) não é tão relevante quanto abarcar o bem-estar financeiro — que mensura não a renda absoluta, mas, amplia para toda condição financeira (CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU, 2015).

Do mesmo modo que o Ensaio 1, o Ensaio 2 também se legitima avançar em retratar aspectos ainda inexplorados na literatura, mas também por apresentar um impacto social. Sob esse prisma, justifica-se ao possibilitar a verificação de uma relação importante. Caso confirmado que os sistemas cognitivos se relacionam com os dois eus, será possível avançar em alternativas para minimizar os erros de julgamento e os vieses cognitivos das pessoas. Isso, pois, confirmará que indivíduos com menor capacidade cognitiva são mais propensos a tomar

decisões erradas baseadas em avaliações retrospectivas. E, dessa forma, será possível direcionar as escolhas para o eu vivencial, evitando esses desvios de racionalidade.

Além disso, avaliar essa relação mediante a preferência pelo risco torna o estudo ainda mais representativo. Sabe-se que essa é uma variável chave para análises econômicas e prescrições de políticas (CHARNESS; GNEEZY; IMAS, 2013). Pesquisas revelam que pessoas mais avessas ao risco são menos predispostas a empreender (DOHMEN; LEHMANN; PIGNATTI, 2016) e mais cautelosas (FALK et al., 2017). Todavia, não se sabe como essa variável se comporta diante do eu vivencial e do eu recordativo – resultados que podem tanto contribuir para as políticas públicas, como permitir um maior conhecimento a respeito das decisões de risco.

1.5 INOVAÇÃO

Para delimitar os dois ensaios realizados, uma preocupação permanente foi a definição de temas que efetivamente tivessem aspectos ainda inexplorados e que justificassem sua realização em uma tese de doutorado. Dito isso, em cada um dos ensaios há inovações claras que irão contribuir tanto, para a consolidação da teoria comportamental e autoconhecimento das pessoas, quanto para os próprios governos, já que, como mencionado na justificativa, os três temas são de interesse das políticas públicas.

No primeiro ensaio há no mínimo cinco inovações relevantes. A primeira delas está relacionada com a necessidade de melhor compreender as disparidades entre avaliação momentânea e retrospectiva da SGV e BEF. Estudos têm indicado que as pessoas são menos satisfeitas com a vida momento a momento, mas que as avaliações retrospectivas são mais positivas (OISHI, 2002; SPINDLER, et al., 2016). No entanto, esses resultados ainda são incipientes e, sabendo que essas avaliações podem depender do contexto em questão (WIRTZ et al., 2009), é importante que novos esforços sejam empregados.

Associado a isso, não se identificaram estudos que tenham investigado o BEF mediante os dois eus. A importância de incorporar essa análise está diretamente relacionada ao fato de que o bem-estar financeiro é uma medida constituída a partir da percepção de cada indivíduo em relação à sua capacidade de arcar com as despesas correntes, imprevistos, realizar sonhos e atingir liberdade financeira (CFPB, 2015). Portanto, envolve sentimentos atuais e futuros vinculados às finanças (NETEMEYER et al., 2017); enfatizando sua variação ao longo do tempo. Entende-se que esse não é um construto estável: as avaliações do eu vivencial podem ser distintas do eu recordativo e precisam ser investigadas.

A terceira e quarta inovações do Ensaio 1 permeiam a relação da renda com a SGV e o BEF. Kahneman et al. (2006; 2010) já evidenciaram que a renda influencia com maior intensidade a satisfação com a vida retrospectiva do que a vivenciada. No entanto, não se sabe como essa relação se daria ao apreciar o BEF. De mesmo modo, há necessidade de explorar se os resultados de Kahneman et al. (2006; 2010) se confirmam em um contexto distinto.

Além disso, ainda correspondente à renda, vale evidenciar os inúmeros esforços direcionados a entender a relação dessa variável com a SGV (CHEUNG; LUCAS, 2015; DIENER; DIENER, 2009) e com o BEF (POPOVA; PISHNIAK, 2017; BRÜGGEN, 2017), e também a relação direta da SGV com o BEF (O'NEILL et al., 2005; BINDER; COAD, 2014). Não obstante, estudos têm indicado que, mesmo que positiva, essa relação nem sempre é direta (PROTO; RUSTICHINI, 2015; NGOO; TEY; TAN, 2015). Pressupõe-se que a renda pode moderar a relação entre SGV e BEF. E, mais que isso, essa moderação pode ser distinta se considerados os dois eus; relação desconhecida pela literatura.

Finalmente, destaca-se como última inovação do ensaio 1 a apreciação da regra do pico-fim como preditora da SGV e do BEF. Voltada à SGV, já há alguns indícios que confirmam a incidência desse viés na avaliação retrospectiva (DIENER; WIRTZ; OISCH, 2001; REVEAU, et al., 2016), mas há uma maior carência de evidência se considerado o BEF.

Ao se tratar do segundo ensaio, há três inovações importantes. Primeiramente no fato de se buscar investigar a preferência do risco mediante os dois eus. O objetivo é avaliar se há diferenças entre a predisposição ao risco experimentado e recordado. Kahneman e Tversky (1979) foram os precursores ao indicarem que a preferência pelo risco é distinta no campo dos ganhos e das perdas, mas nada se sabe sobre o impacto das decisões dos dois eus nessa variável. Além disso, esse ensaio inova ao buscar relacionar os dois eus com os sistemas cognitivos. Como esclarecido anteriormente, Kahneman (2011) desperta a possibilidade dessa relação, mas não avança em sua comprovação. Também não foram identificados outros estudos que tenham se dedicado a explorar tal concepção. Por fim, tem-se como inovação investigar se a regra do pico-fim é um bom preditor da preferência pelo risco. Em outros âmbitos essa regra já tem sido investigada e validada (RAVEAU et al., 2016; CHAJUT et al., 2014; DO; RUPERT; WOLFORD, 2008), mas não se sabe se ela também gera impacto sobre a preferência pelo risco.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está estruturado em seis blocos principais: introdução, referencial teórico, Ensaio 1, Ensaio 2, discussões e implicações e, por fim, considerações finais. O

primeiro bloco é composto pela apresentação do tema de pesquisa, problemática, delimitação dos objetivos, justificativa e inovação. Posteriormente é apresentado o referencial teórico com os dois temas centrais desta tese: dois eus e o viés do pico-fim. Em seguida, são detalhados cada um dos ensaios. No primeiro, o foco é a avaliação da satisfação global de vida e do bem-estar financeiro por meio dos dois eus. Dentro desse tópico são expostas a literatura vigente sobre o tema, o experimento realizado, seus resultados e conclusões. No segundo ensaio, o objetivo é investigar a relação entre os dois eus e os sistemas cognitivos com base na preferência pelo risco. Do mesmo modo que no primeiro ensaio, são detalhados os temas, a delimitação do experimento e os resultados atingidos. Por último são realizadas as discussões e apresentadas as implicações dos resultados encontrados para, afinal, exhibir as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os temas centrais desta tese são os dois eus e o viés do pico-fim. Portanto, antes de adentrar nas especificidades de cada um dos ensaios aqui propostos, será apresentado o arcabouço teórico relacionado ao tema, para que sirva de subsídio para as discussões dos dois ensaios. Então, esse tópico é subdividido na explicação dos dois eus e no viés do pico-fim decorrente dos erros de julgamento do eu recordativo.

2.1 DOIS EUS: EU EXPERIENCIAL E EU RECORDATIVO

Estudos que integram psicologia e economia comportamental indicam que as pessoas possuem duas autoidentidades, cada uma com diferentes pontos de vista (PASHKO, 2013). Kahneman (2011) chama essa dualidade de dois eus e a subdivide no eu experiencial e no eu recordativo. O eu experiencial é quem vivencia o momento e o eu recordativo é aquele que fará uma avaliação retrospectiva de suas experiências, sendo as decisões de cada um deles díspares (KAHNEMAN; RIIS, 2005).

Um exemplo para ilustrar essa concepção dual é fornecido por Kahneman e Riis (2005). Eles esclarecem o comportamento dos dois eus partindo de duas perguntas: “Como foram suas férias?” e “Isso machuca?”. Na primeira, os autores estão evocando o eu recordativo, aquele que vivenciou as férias e posteriormente as recorda, buscando na memória as sensações e sentimentos percebidos no passado. Com a segunda pergunta, o eu experiencial é convidado a dar o seu parecer. Quando perguntado a respeito da dor, a resposta imediata retrata a experiência da dor e não a recordação dela.

Outra maneira de ilustrar tal comportamento parte de Kahneman, Wakker e Sarin (1997), um dos primeiros trabalhos a discutir o tema. Os autores relatam o comportamento de um paciente com amnésia, que faz uma torrada toda manhã. Ele possui duas torradeiras e uma delas dá um choque consideravelmente forte. Contudo, como o paciente não se lembra da experiência, ele não antecipa o choque na manhã seguinte e, conseqüentemente, é indiferente entre as torradeiras. A utilidade da decisão do paciente, que é baseada nas lembranças do eu recordativo, é igual para usar as duas torradeiras, mas suas utilidades experimentadas, relacionadas às vivências momentâneas são bem diferentes, o que indica escolhas díspares entre uma utilidade e outra.

Mas as discrepâncias entre a utilidade da decisão e a utilidade experimentada não se restringem a casos patológicos. Erros sistemáticos decorrentes do eu recordativo na avaliação de eventos passados podem ocorrer em todos os âmbitos de decisão. O que coloca em dúvida metodologias baseadas apenas em avaliações retrospectivas. Tais metodologias consideram uma única medida de utilidade para o resultado: a utilidade da decisão (KAHNEMAN; WAKKER; SARIN, 1997; KAHNEMAN, 2011). Com isso, pode-se levantar a seguinte questão: avaliar indivíduos por meio do eu recordativo (utilidade de decisão) seria um equívoco?

Na verdade, as evidências mostram que não. O que se questiona é a negligência da maior parte das pesquisas quanto à percepção do eu experiencial, ou da chamada utilidade experimentada. Quem avalia os acontecimentos da vida e toma as decisões é, sim, o eu recordativo. São essas lembranças que retêm as experiências da vida. Mas é o eu experiencial que efetivamente sente, o que preconiza a necessidade da avaliação de ambas as utilidades (KAHNEMAN, 2011; KAHNEMAN; RIIS, 2005), ilustradas na Ilustração 2.

Ilustração 2 – Síntese dos dois eus



Fonte: Elaborada pela autora com base em Kahneman, Wakker e Sarin (1997); Kahneman (2003); Kahneman e Riis (2005) e Kahnemam (2012).

A Ilustração 2 deixa claro o mecanismo mental inerente aos dois eus, as decisões concretizadas pelo eu recordativo são baseadas nas experiências do eu experiencial. Porém, o eu recordativo não consegue absorver em suas lembranças todos os momentos vivenciados pelo eu experiencial, e assim faz uma simplificação dessas recordações baseadas em uma estatística de agregação (KAHNEMAN, 2003). Esse processo faz com que a utilidade de decisão do eu recordativo não compute a totalidade da utilidade do eu experiencial e, com isso, haja dissonância entre essas escolhas.

As implicações dessa dualidade de decisão são diversas. O conhecido experimento da mão gelada é um retrato disso. Como observado, nesse experimento Kahneman et al. (1993) submetiam os participantes a dois testes. Um de 60 segundos com a mão imersa na água a 14°C, e outro de 90 segundos, primeiramente com a mão imersa na água a 14°C durante 60 segundos, e mais 30 segundos adicionais com a mão imersa na água a 15°C. Questionados sobre qual evento eles estariam dispostos a repetir, 80% indicou o segundo. Tal resultado retrata o conflito do eu experiencial, que provavelmente optaria pelo primeiro evento por ter duração mais curta e por não diferir da segunda experiência em termos de dor. Mas o eu recordativo escolheu a opção que lhe pareceu menos aversiva: a segunda — que, mesmo com uma duração maior, gerava menos desconforto no final do evento. Outro exemplo dessa discrepância é a percepção em pacientes com câncer terminal de que estão se sentindo melhor, quando na verdade todos percebem seu declínio contínuo (SHARPE et al., 2005).

2.2 VIESES COMPORTAMENTAIS: REGRA DO PICO-FIM

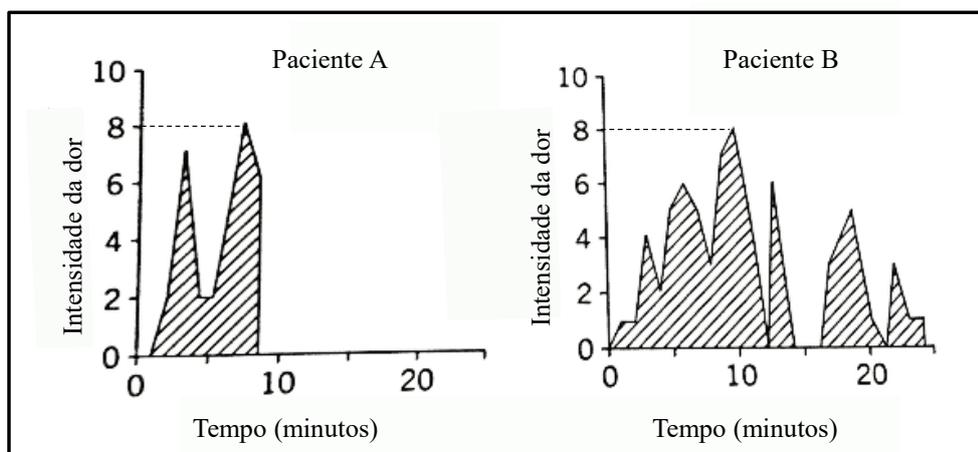
A regra do pico-fim é um viés comportamental estritamente relacionado aos erros de julgamento do eu recordativo. A concepção básica dessa abordagem revela que os indivíduos, quando buscam em suas memórias avaliações para eventos passados, tendem a ser fortemente influenciados por momentos singulares; notadamente, o momento em que a experiência for mais intensa e o momento final. De resto, mostram pouca ou nenhuma sensibilidade à duração experimentada dos eventos (KAHNEMAN, 2000).

No estudo da mão gelada, Kahneman et al. (1993) confirmam que a tomada de decisão do eu recordativo potencializa os picos de dor e prazer e o sentimento no momento exato do término da experiência. Visto que, ao serem questionados qual evento repetiriam, escolheram o mais longo (90 segundos) mesmo que este seja idêntico ao mais curto até os primeiros sessenta segundos, diferenciando-se apenas por acrescentar mais trinta segundos ao final com a água em temperatura mais amena.

Esta configuração levou os autores a estabelecer que os indivíduos estão sujeitos a dois vieses de comportamento ao realizarem avaliações retrospectivas. O primeiro, denominado regra do pico-fim (*peak-end rule*), evidencia que a avaliação do eu recordativo é melhor prevista por uma média entre o pico mais alto de dor ou prazer e pelo sentimento imediatamente anterior ao fim. A segunda constatação foi de que a duração temporal não prediz a avaliação final, ou seja, o tempo da experiência não influencia na apreciação do evento (*duration neglect*).

Para ilustrar este padrão comportamental, apresenta-se a Ilustração 3, que corresponde a um estudo realizado com pacientes submetidos a um procedimento clínico doloroso (colonoscopia) (REDELMEIERE; KAHNEMAN, 1996). Nesta pesquisa, os pesquisadores solicitavam que os participantes avaliassem o nível de desconforto que estavam sentindo durante o procedimento a cada 60 segundos, variando do nível 0 (dor nenhuma) até o nível 10 (dor intolerável).

Ilustração 3 - Relatório de dor dos pacientes A e B submetidos ao exame de colonoscopia



Fonte: Redelmeiere e Kahneman (1996).

Os resultados apontam que ambos os pacientes indicaram 8 como a maior intensidade de dor. No entanto, no exato momento antes do término da experiência, o paciente A classificou a dor em uma intensidade de 7 pontos e o paciente B em 1. Estabelecendo a média desses valores, observa-se um resultado de pico-fim de 7,5 pontos para o paciente A, e 4,5 para o paciente B. Além disso, validando a evidência de Kahneman et al. (1993), quando os participantes foram questionados a respeito da avaliação retrospectiva do evento, o paciente A relatou um maior nível de dor do que o paciente B. Quer dizer, mais uma vez os melhores preditores para a avaliação final de um evento foram o pico e o fim, não sendo o tempo da experiência um fator determinante nessa avaliação.

Tal comportamento foi identificado em outros experimentos, tanto laboratoriais quanto em ambientes reais. Fredrickson e Kahneman (1993) foram um dos pioneiros em experimentos laboratoriais direcionados a esse tema. Os autores avaliaram 128 indivíduos convidados a assistir a clipes de filmes, alguns aversivos e outros agradáveis, com variação em tempo e intensidade. Com o mesmo perfil, Schreiber e Kahneman (2000) exploraram as reações das pessoas na exposição a ruídos com diferentes intensidades e períodos. Mais recentemente, Hsu

et al. (2018) avaliaram o nível de conforto ou desconforto momentâneo e recordativo de 401 indivíduos na execução de uma tarefa com elevado esforço cognitivo. Em ambientes naturais, a regra do pico-fim e da negligência relativa ao tempo foram confirmadas em avaliações retrospectivas de experiências de parto (CHAJUT et al., 2014), de férias (KEMP; BURT; FURNEAUX, 2008; GENG et al., 2013), de doação para uma instituição de caridade com a recompensa de participação em uma rifa (DO; RUPERT; WOLFORD, 2008) e de felicidade (RAVEAU et al., 2016).

Essas evidências ratificam que realizar apenas avaliações retrospectivas para aferir determinadas situações pode levar a distorções, já que as emoções podem encobrir sentimentos que teriam sido experimentados ao longo do episódio (FREDRICKSON; KAHNEMAN, 1993). Aliás, o reconhecimento de que o processo mental recordativo pode estar exposto à sobrevalorização de momentos específicos da experiência, como o fim, pode contribuir para que estabelecimentos comerciais busquem melhorar a experiência de seus clientes — principalmente o momento antes do término, pois a memória criada é o que vai determinar se o consumidor volta ao estabelecimento ou não (STRATTEN; KRAMER, 2014).

Apesar disso, essa concepção não pode ser estendida para todos os fatos e circunstâncias e, desse modo, utilizada como fator determinante na tomada de decisão de um empresário ou mesmo de um pesquisador. Há evidência de que a satisfação no deslocamento para o trabalho (SUZUKI, et al. 2014), a avaliação retrospectiva do dia (MIRON-SHATZ, 2009), a felicidade em relação às férias (KEMP; BURT; FURNEAUX, 2008) podem não ter o pico e o fim como bons previsores da avaliação final. Logo, concebe-se que há necessidade de maiores estudos a respeito desses vieses comportamentais, para delimitar com maior segurança seus contextos de ocorrência.

ENSAIO 1 - SATISFAÇÃO GLOBAL DE VIDA E BEM-ESTAR FINANCEIRO: UM ESTUDO INTEGRANDO OS DOIS EUS

3 INTRODUÇÃO

Se uma pessoa for questionada como está se sentindo em relação à sua vida neste exato momento, vai considerar em sua avaliação os acontecimentos e sentimentos momentâneos e reportar uma estimativa. Por outro lado, se a mesma pessoa for questionada uma semana depois sobre qual era seu nível de satisfação com a vida na semana anterior, muitas histórias vão passar pela sua mente. Esse processo é realizado pela memória, a qual vai avaliar a satisfação conforme os aspectos que são recordados com maior rapidez. Na maior parte das vezes, a disponibilidade dessas lembranças na mente vai ser decorrente da intensidade dos acontecimentos. Os de maior relevância acabam, dessa maneira, sendo trazidos pela memória com maior facilidade e, então, reportados com maior efeito para consolidação da avaliação retrospectiva.

Entretanto, mesmo que essa relação pareça simples e indiscutível, muitos estudos de bem-estar e satisfação com a vida têm negligenciado esse fato (KAHNEMAN; RIIS, 2005). A maior parte dos estudos acaba incorporando em suas análises apenas o eu recordativo – aquele que avalia como foi a semana anterior (DIENER; DIENER, 2009; CAMPARA; VIEIRA; POTRICH, 2017; NGOO; TEY; TAN, 2015). Mas desconsideram que esses sentimentos são construídos pelo eu experiencial e apenas lembrados pelo eu recordativo, estando sujeitos a vieses cognitivos nessa avaliação (RAVEAU et al., 2016).

Foi percebendo essa lacuna e a necessidade de melhor compreender o bem-estar e a satisfação de vida que Kahneman constituiu uma equipe para investigar o bem-estar experimentado. Kahneman, ao se interessar pelo assunto, atestou que o eu recordativo não era uma boa testemunha do bem-estar experimentado (KAHNEMAN, 2011). Suas primeiras evidências confirmaram que, ao ser aplicado um questionário momentaneamente (*cross section*), quem efetua a avaliação retrospectiva é o eu recordativo – o qual está sujeito a, no mínimo, dois vieses de comportamento: dar maior valor a picos de felicidade ou de infelicidade e ao fim da experimentação, evidenciando a regra do pico-fim (KAHNEMAN et al., 1993; KAHNEMAN et al., 2006). Com isso, estabelecem que a avaliação do eu recordativo nem sempre coincide com o sentimento efetivo do eu experiencial.

Essa disparidade na avaliação dos dois eus tem evidenciado que as pessoas apresentam maior satisfação recordada do que experimentada (OISHI, 2002). No entanto, se incorporada a renda nessa relação, os achados indicam que pessoas mais abastadas possuem maior satisfação

com a vida retrospectiva, mas que, momentaneamente, a renda não implica grandes alterações (KAHNEMAN et al., 2010). Apesar disso, esses resultados ainda são inconclusivos. Poucas pesquisas se dedicaram a tais avaliações e sabe-se que, tanto para o bem-estar financeiro quanto para satisfação global de vida, o contexto tem impacto significativo nos resultados (FURNHAM; CHENG, 2017; KEHNEMAN; DEATON, 2010).

Tais evidências ratificam a necessidade de maiores esforços para o entendimento das implicações das decisões dos dois eus na satisfação global de vida e bem-estar financeiro, bem como a interveniência da renda nessas relações. Ademais, estudos nesse âmbito já foram realizados em relação à satisfação global de vida (OISHI, 2002; SPINDLER, et al., 2016), mas não abarcaram o bem-estar financeiro. Ao se tratar da renda, pesquisas relataram brevemente o impacto desta nos dois eus: recordativo e vivencial (EASTERLIN, 1974; KAHNEMAN et al., 2006; 2010), mas não se sabe se a renda pode moderar a relação entre SGV e BEF momentâneo e recordativo. Por fim, verifica-se uma lacuna inerente ao impacto da regra do pico-fim como viés eminente ao eu recordativo sobre esses dois fatores: satisfação global de vida e bem-estar financeiro.

Com isso, o primeiro ensaio desta tese busca responder à seguinte pergunta de pesquisa:

A regra do pico-fim prediz a avaliação retrospectiva da satisfação global de vida e do bem-estar financeiro?

Sendo assim, o objetivo principal deste ensaio é justamente avaliar se a regra do pico-fim prediz a avaliação retrospectiva da satisfação global de vida e do bem-estar financeiro. Além disso, os objetivos específicos são: i) analisar a satisfação global de vida e o bem-estar financeiro considerando os dois eus; ii) verificar a relação da renda com a satisfação global de vida e o bem-estar financeiro, considerando a avaliação retrospectiva e a avaliação momentânea; e iii) investigar se a renda modera a relação entre bem-estar financeiro e satisfação global de vida.

Como contribuições do estudo, destacam-se inicialmente o avanço na compreensão das implicações de decisões dos dois eus sobre a satisfação global de vida e, principalmente, sobre o bem-estar financeiro; tal como a relação da renda em meio a isso. Confirmamos que nem sempre a renda absoluta é um preditor determinante para a satisfação global de vida e o bem-estar financeiro retrospectivo, contrariando os resultados de Easterlin (1974) e Kahneman et al. (2006). Tais resultados revelam que, para a amostra investigada, o dinheiro pode ser representativo no dia-a-dia, mas que não traz um grande incremento na satisfação da vida, como

já indicado por outras pesquisas (BECCHETTI; ROSSETTI, 2009; CAMPARA; VIEIRA; POTRICH, 2017; BÖGENHOLDEMAIL; NAZ, 2018). Também identificamos que a renda modera a relação entre BEF e SGV, apenas momentaneamente. Por fim, os principais resultados revelam que a SGV e o BEF são, sim, explicados pela regra do pico-fim, o que justifica os achados anteriores.

Esses resultados são fundamentais para a constituição de políticas públicas mais contextualizadas. Os resultados aqui evidenciados não podem ser generalizados para todo o país, mas são indícios de que há necessidade de ações governamentais mais voltadas a maximizar as vivências positivas das pessoas ao longo de suas vidas (FREY et al., 2002), já que o viés de pico-fim é confirmado. Além disso, os resultados apresentados no estudo podem complementar medidas quantitativas de bem-estar e satisfação global de vida utilizadas pelo governo como indicadores sociais (ANDREWS; WITHEY, 1976), desenvolvendo avaliações que incorporem os dois eus, assim como já realizado pela Gallup World Pool nos Estados Unidos da América. Finalmente, espera-se que seja um incentivo no âmbito acadêmico para que mais pesquisas não só explorem o eu recordativo, mas que também busquem investigar o eu experiencial, pois eles acabam apresentando escolhas discrepantes (KAHNEMAN, 2011) e, como apresentado nesse estudo, podem gerar implicações que devem ser conhecidas.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse tópico serão abordados os temas da satisfação global de vida e do bem-estar financeiro, tal como suas alternativas de mensuração, incorporando na avaliação tanto do eu que recorda quanto do que vivencia. Ressalta-se que os aspectos inerentes aos dois eus e os vieses decorrentes da avaliação retrospectiva já foram elucidados no tópico do referencial teórico geral desta tese.

4.1 SATISFAÇÃO GLOBAL DE VIDA E BEM-ESTAR FINANCEIRO

Originalmente, o termo bem-estar estava diretamente ligado à economia e, portanto, relacionava-se ao bem-estar material (*welfare*), ou diretamente à renda, não havendo distinção com relação a outros aspectos da vida (VAN PRAAG; FRIJTERS, 1999). Atualmente há uma diferenciação clara entre esses aspectos. Configurando a avaliação do bem-estar material, tratado na maior parte das vezes como bem-estar financeiro (SHIM et al., 2009), e bem-estar subjetivo (DIENER et al., 1985), vinculado a outros aspectos da vida e que compreendem a satisfação global de vida. Por conseguinte, neste estudo, abrangem-se esses dois aspectos: a satisfação global de vida e o bem-estar financeiro.

4.1.1 Satisfação Global de Vida

A satisfação global de vida é uma vertente dos estudos de bem-estar subjetivo, o qual é segmentado em um componente emocional e um componente cognitivo. O componente emocional trata do afeto positivo e do afeto negativo, ou seja, das emoções. As quais, se positivas, levam à felicidade e, se negativas, à tristeza (PAVOT; DIENER, 2008). Já o componente cognitivo é a satisfação global de vida (CORRIGAN et al., 2013), que representa um senso de avaliação geral realizado pelo indivíduo em relação a sua vida (DIENER et al., 1985).

Detalhadamente, a satisfação global de vida, também chamada qualidade de vida, é um processo cognitivo de julgamento em que o indivíduo utiliza seus próprios critérios para estabelecer uma comparação entre as circunstâncias de sua vida e o que considera um padrão apropriado (SHIN; JOHNSON, 1978; DIENER et al., 1985; RYFF; KEYES, 1995). Esses critérios são preconizados por cada pessoa, a partir de seus julgamentos, e não preestabelecidos pelos pesquisadores. Nesse sentido, a mensuração da satisfação global de vida não verifica

domínios particulares como saúde, educação ou renda, e sim, compreende a vida como um todo por meio de uma avaliação individual e abrangente (DIENER et al., 1985).

Essa avaliação, no entanto, não é linear nem homogênea, pois retrata o juízo que cada pessoa faz da sua própria vida, estando a satisfação global de vida suscetível a diversos domínios. Um exemplo disso é que alguns indivíduos dão maior ênfase aos momentos positivos de suas vidas e outros dão mais atenção para fatores negativos nessa avaliação, simplesmente por atribuírem distintos significados psicológicos às coisas (PAVOT; DIENER, 2008; WIRTZ et al. 2009). Tal característica é recorrente nas investigações sobre satisfação global de vida de pessoas do ocidente e do oriente. De acordo com Wirtz et al. (2009), os orientais têm por cultura minimizar os aspectos negativos da vida, dando maior ênfase à harmonia e aos acontecimentos positivos. Isso é o contrário dos ocidentais, que dão maior peso aos acontecimentos negativos.

Portanto, cada indivíduo equaciona sua vida de maneira distinta e vários fatores podem influenciar esse processo. O aspecto cultural, como retratado anteriormente, é um deles. Oishi et al. (1999) e mais tarde, Diener e Diener, (2009), em uma perspectiva diferente da de Wirtz et al. (2009), relataram que a satisfação financeira, autoestima e individualismo predizem a satisfação global de vida, mas de maneira distinta de uma cultura para outra, ratificando que valores culturais impactam a satisfação com a vida.

Outro fator que pode influenciar a satisfação global de vida dos indivíduos está atrelado à teoria da satisfação de Maslow (1943). Segundo autores como Oishi et al. (1999), Diener e Diener (2009) e Campara, Vieira e Potrich (2017) há mudanças nos preditores da satisfação com a vida à medida em que as necessidades e valores são atendidos. Desse modo, pessoas que possuem suas necessidades básicas atendidas dão mais atenção para aspectos vinculados à estima, relações sociais e segurança na avaliação da satisfação com suas vidas do que outras que não possuem o básico para sobreviver (DIENER; DIENER, 2009).

Fatores situacionais e variáveis de perfil também são apontados como determinantes da satisfação com a vida. Os primeiros achados em relação a essas relações foram propagados por Diener (1984), o qual indicou que classe social, idade, gênero, nível econômico, nível de escolaridade, saúde física, vizinhança, relações sociais e autocontrole são relevantes na avaliação da satisfação com a vida. Na Índia, Mehrotra et al. (2018) também indicam o gênero e o status, já na Ásia, Ngoo, Tey e Tan (2015) revelam o estado civil, o padrão de vida e o papel do governo como determinantes da satisfação de vida. Outros estudos ainda exploram a influência do trabalho (COAD; BINDER, 2015), da saúde mental (SULDO et al., 2014), de variáveis macroeconômicas (BJØRNSKOV; DREHER; FISCHER, 2008), da crise de 2008 (CHARLES; WU; WU, 2019), da experiência de férias (CHEN; HUANG; PETRICK, 2016),

dos traços de personalidade de crianças (HUEBNER, 1991b) e do livre arbítrio (KONDRATOWICZ-NOWAK; ZAWADZKA, 2018) na satisfação global de vida.

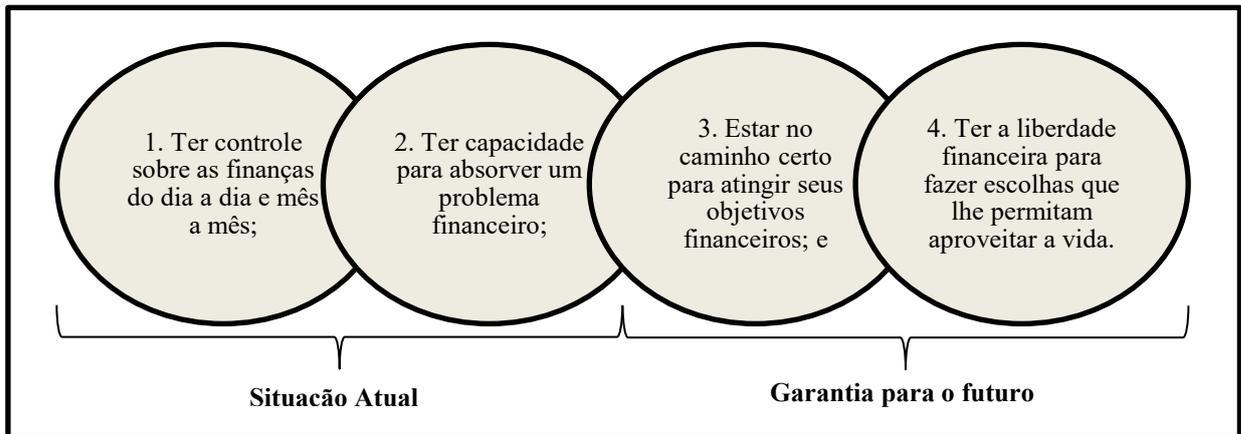
Tais elucidações deixam claro que há uma vasta literatura sobre os determinantes da satisfação global de vida, como também uma intensa dedicação nas análises sobre o nível de satisfação das pessoas (CUMMINS, 1998; HUEBNER; DRANE; VALOIS, 2000; VEMURI; COSTANZA, 2006). Esse empenho em estudar tão detalhadamente as particularidades da satisfação global de vida está diretamente vinculado à importância dessa variável tanto na vida das pessoas quanto nas políticas públicas, que atuam como indicadores sociais e auxiliam os governos na tomada de decisão, elaborando políticas mais adequadas à sociedade (ADLER; SELIGMAN, 2016).

4.1.2 Bem-Estar Financeiro

De mesmo modo que a satisfação global de vida, o bem-estar financeiro é um indicador relativo, que varia de pessoa para pessoa. Isso, pois, indica o sentimento de cada indivíduo em relação a sua segurança financeira, no presente e no futuro (CHAN; CHAN; CHAU, 2012). Esse nível de segurança parte de uma avaliação individual sobre a adequação da sua renda para satisfação de suas necessidades, as quais divergem de uma pessoa para outra e, na maioria das vezes, são estabelecidas a partir da comparação com os padrões de seus pares (ARBER; FENN; MEADOWS, 2014; VERA-TOSCANO; ATECA-AMESTOY; SERRANO-DEL-ROSAL, 2006).

Além dessa descontinuidade entre os sujeitos, as próprias condições individuais podem ser alteradas, bem como suas ambições e expectativas. Tal circunstância faz do bem-estar financeiro um *continuum*, que incorpora tanto a capacidade de arcar plenamente com as obrigações financeiras atuais e contínuas quanto o sentimento de segurança em relação ao futuro financeiro, sem desconsiderar as mudanças ao longo desse processo (CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU -CFPB, 2015). A partir dessa perspectiva, temos quatro elementos centrais do bem-estar financeiro, que são apresentados na Ilustração 4.

Ilustração 4 - Elementos centrais do bem-estar financeiro



Fonte: Adaptado de Consumer Financial Protection Bureau (2015)

Partindo da concepção conceitual apresentada, entende-se que possuir bem-estar financeiro não significa simplesmente ter elevado nível de renda, e sim ter controle sobre suas receitas, tendo a capacidade de arcar com seus dispêndios diários, mensais e imprevistos. Como também ter disponibilidade financeira que permita atingir seus objetivos e que dê liberdade para o gozo da vida (CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU, 2015). Brüggem et al. (2017) também consideram o bem-estar financeiro como a percepção de um indivíduo em relação a sua capacidade de sustentar o padrão de vida desejado, atuais ou futuros, e de permitir a liberdade financeira.

Com base nesses conceitos, pode-se estabelecer que o bem-estar financeiro é subdividido em dois principais fatores: estresse atual no gerenciamento do dinheiro e segurança futura (NETEMEYER et al., 2017). Esse discernimento conceitual auxilia tanto na compreensão quanto na mensuração do bem-estar financeiro, já que, por anos, havia uma discrepância entre os autores nessa definição — sendo estabelecida neste momento na literatura a hegemonia dessa perspectiva (NETEMEYER et al., 2017).

No entanto, mesmo que haja uma congruência conceitual, as pesquisas inerentes aos fatores determinantes do bem-estar financeiro ainda são difusas. São alguns exemplos de determinantes do bem-estar financeiro: variáveis sociodemográficas e psicológicas (FURNHAM; CHENG, 2017); socioeconômicas (GUTTER; COPUR, 2011); ciclo de vida e gênero (MADERO-CABIB; FASANG, 2016); genética e ambiente (ZYPHUR et al., 2015); dívida de estudantes (ELLIOTT; LEWIS, 2015); status e realizações (CAMPBELL; HENRETTA, 1980); comportamento financeiro, níveis de estresse financeiro, renda, solvência financeira, tolerância ao risco e educação (JOO; GRABLE, 2004); segurança de renda, comparação social e materialismo (CHATTERJEE; KUMAR; DAYMA, 2019); valores

peçoais autorrealizáveis, educação financeira em casa e formal, domínios financeiros, expectativas normativas dos pais e o controle comportamental (SHIM et al., 2009); e controle financeiro (VLAEV; ELLIOTT, 2014).

A importância de se estudar tais determinantes está diretamente relacionada com o fato de que o bem-estar financeiro pode impactar diferentes âmbitos da vida. Shim et al. (2009) indicam que o humor, a satisfação com a vida, a saúde física e o sucesso acadêmico podem ser influenciados pelo bem-estar financeiro. Plagnol (2011) aponta que a satisfação financeira impacta positivamente a satisfação global de vida. Arber, Fenn e Meadows (2014) revelaram que indivíduos com maiores dificuldades financeiras acabam por apresentar maiores problemas relacionados à saúde.

Tais evidências confirmam a necessidade de se buscar alternativas que maximizem o bem-estar financeiro. Sobre a questão, Drever et al. (2015) sugerem que o gerenciamento eficiente de recursos, o planejamento antecipado e a tomada de decisão financeira informada podem ser alternativas que contribuem para um maior bem-estar financeiro. Com isso, as pessoas podem gerir suas finanças de maneira mais eficaz, tendo a capacidade de arcar com os imprevistos e a oportunidade de garantir a segurança futura, sem incorrer em problemas de ordem física ou psicológica por causa do desequilíbrio financeiro (NETEMEYER et al., 2017).

4.2 COMO MENSURAR A SATISFAÇÃO GLOBAL DE VIDA E O BEM-ESTAR FINANCEIRO: AVALIAÇÃO RECORDADA E AVALIAÇÃO EXPERIMENTADA

Tradicionalmente, as pesquisas avaliam a satisfação global de vida, ou o próprio bem-estar, financeiro por meio de perguntas estruturadas em um questionário, o qual faz o pesquisado realizar uma avaliação retrospectiva da sua vida ou de suas finanças, avaliação esta realizada pelo eu que relembra. No entanto, ao longo dos anos, os estudiosos perceberam que avaliar esses construtos apenas pela lembrança poderia levar a alguns erros de mensuração (KAHNEMAN, 2011). Dessa forma, identificou-se a necessidade de avaliar a satisfação com a vida e o bem-estar financeiro pelos dois eus que afetam as tomadas de decisão dos indivíduos: o eu recordativo, avaliado por meio de questionários, e o eu experiencial, baseado nas vivências. Kahneman e Riis (2005) identificam essas avaliações como o bem-estar avaliado e o bem-estar experimentado.

O bem-estar avaliado, ou o que podemos chamar aqui de satisfação de vida avaliada, é tradicionalmente investigado por meio dos questionários. Nesse contexto, pesquisas precursoras empregaram a utilização de uma única pergunta para avaliar esse construto. No

General Social Survey, realizado nos Estados Unidos da América desde 1972, a pergunta “*Considerando tudo, como você diria que andam as coisas ultimamente? Você diria que está muito feliz, feliz, ou não tão feliz?*” foi amplamente disseminada (SMITH et al., 2012). De mesmo modo, Campbell, Converse e Rodgers (1976), avaliaram mais de duas mil pessoas nos Estados Unidos, e popularizaram a seguinte pergunta: “O quão satisfeito você está com sua vida como um todo?”, considerando 0 para a pior avaliação da vida e 10 para a melhor.

De forma mais abrangente, a Pesquisa Mundial da Gallup rastreia as questões mais importantes em todo o mundo, como acesso a alimentos, emprego, desempenho de liderança e bem-estar. Desde a criação da Pesquisa Mundial em 2005, a Gallup realizou estudos em mais de 160 países que incluem 99% da população adulta do mundo, para mais de 140 línguas. A *Gallup World Poll* investiga a satisfação global de vida por meio da seguinte pergunta: *Imagine uma escada com degraus de 0 na base a 10 no topo. O topo representa a melhor vida possível para você e a base da escada representa a pior vida possível para você. Em que degrau da escada você diria que se sente neste presente momento?* Essa pergunta foi originalmente desenvolvida por Cantril (1965) e, segundo Kahneman (2011), é direcionada especificamente ao eu experiencial. Em relação às demais questões de um único item, ele amplia sua análise, já que permita que sejam avaliados como as pessoas se sentem ao vivenciarem a sua vida e qual o julgamento que fazem ao avaliar sua própria vida (KAHNEMAN, 2011).

Entretanto, essas escalas de único item apresentavam algumas críticas de confiabilidade, e, na maioria das vezes, se destinavam a amostras específicas, sugerindo a necessidade de se desenvolver uma escala mais abrangente (Diener, 1984). Logo, surgiu a Escala de Satisfação de Vida elaborada por Diener et al. (1985). Para o desenvolvimento da escala, 48 itens iniciais foram analisados, sendo validadas 5 destas questões que fazem parte da escala *Satisfaction With Life Scale* (SWLS). A escala utilizada foi de 7 pontos, variando entre: 1 = discordo totalmente, 2 = discordo, 3 = discordo ligeiramente, 4 = não concordo nem discordo, 5 = concordo ligeiramente, 6 = concordo, 7 = concordo totalmente. Como pontos fortes dessa escala, Pavot e Diener (1993) destacam seu caráter abrangente (livre de domínios específicos), sua amplitude ao utilizar mais de uma variável mantendo a simplicidade das perguntas e sua flexibilidade para ser aplicada em diferentes tipos de amostras.

No Brasil, a escala foi adaptada por alguns autores (GIACOMONI; HUTZ, 1997; GOUVEIA et al., 2009). Com esse mesmo objetivo Gouveia et al. (2009) desenvolveram uma pesquisa com 2.180 participantes de cinco amostras diferentes: estudantes de ensino médio, estudantes de ensino superior, professores de escolas, população em geral e médicos. Foram avaliadas a confiabilidade e a validade da escala e os resultados apontaram um desempenho

psicométrico adequado. Dessa forma, os pesquisadores indicaram que a SWLS também é uma medida válida e confiável do componente cognitivo do bem-estar subjetivo para amostras brasileiras. Recentemente Zanon et al. (2014) certificaram a validade da escala em âmbito nacional.

Outras escalas de satisfação global de vida também foram consolidadas ao longo do tempo (HUEBNER, 1991a; HUTZ, 2014). Mas a abrangência e a confirmação de que a SWLS é válida para diversos contextos a tornaram a mais popular das escalas para avaliar satisfação global de vida. Todavia, essa unanimidade em relação à escala de satisfação global de vida não é verificada quando o objetivo é investigar o bem-estar financeiro. Há na literatura diversas alternativas para avaliar esse construto.

Tal como na mensuração da satisfação global de vida, algumas iniciativas para avaliar o bem-estar financeiro mediante um único item foram utilizados (GREENLEY; GREENBERG; BROWN, 1997; DANES, 1998), sendo criada também uma variação da escala de satisfação global de vida de Cantril (1965) para avaliar o bem-estar financeiro (PORTER, 1990; PORTER; GARMAN, 1993). As mensurações com múltiplos itens são as mais utilizadas, ainda que não haja unanimidade de qual seria a melhor medida. Dentre as várias existentes destaca-se a de Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003), e Prawitz et al. (2006) e de Arber, Fenn e Meadows (2014).

Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003), ao investigarem a relação entre o uso de cartão de crédito e o bem-estar financeiro de estudantes universitários, desenvolveram uma escala de bem-estar financeiro que foi composta por oito itens destinados a medir o sentimento das pessoas em relação à confiança e à segurança financeira. Mais direcionada ao sentimento das pessoas em relação às finanças do nível mais baixo de bem-estar financeiro até o mais alto nível, Prawitz et al. (2006) desenvolveram a Escala de Estresse Financeiro/Bem-Estar Financeiro (*In Charge Financial Distress/ Financial Well-Being Scale - IFDFW*), também com oito itens. Recentemente, Arber, Fenn e Meadows (2014) validaram a utilização de duas perguntas para avaliar o bem-estar financeiro por meio de autorrelato. Os entrevistados eram convidados a responder, dentro de uma escala, se teriam condições de arcar com seus compromissos e se teriam disponibilidade financeira para arcar com outros dispêndios como férias e imprevistos. Tal abordagem foi semelhante à utilizada por Angel et al. (2003).

A descrição apresentada revela que tanto a satisfação global de vida quanto o bem-estar financeiro são amplamente avaliados por meio do eu recordativo. Contudo, essa abordagem tradicional de mensurar a satisfação global de vida ou o bem-estar financeiro por meio de questionário, buscando o julgamento das pessoas de suas vidas ou de algum domínio específico

como o monetário, tem recebido algumas críticas. Pavot e Diener (2008) questionam 1) a qualidade da avaliação do julgamento do indivíduo, que poderia estar propensa a erros de memória, e 2) a validade da própria escala adotada.

Como alternativa a essas limitações, Kahneman (1999) sugeriu que a felicidade é mais bem avaliada mediante à experiência do indivíduo ao longo do tempo. Mas ele não foi o primeiro a perceber essa lacuna. Já no século XIX, Francis Edgeworth, ao especular sobre o tema, sugeriu a utilização de um “hedonímetro”: “um mecanismo imaginário, análogo aos dispositivos utilizados nas estações meteorológicas, que mediria o nível de dor ou prazer que um indivíduo experimenta em dado momento” (KAHNEMAN, p. 473, 2011). Essa pressuposição de Francis Edgeworth foi hipotética, mas com base em sua teorização algumas iniciativas foram sendo desenvolvidas, como “amostragem da experiência” e o “método de reconstrução do dia”.

A amostragem da experiência, ou avaliação ecológica momentânea (*Ecological Momentary Assessment*), tem sido um dos modelos mais utilizados para avaliação do eu experiencial. Essa técnica consiste em inquéritos momentâneos que buscam investigar a percepção e os sentimentos dos pesquisados frente a variáveis como dor, prazer, humor e estresse em seu ambiente natural (MOSKOWITZ; YOUNG, 2006; SHIFFMAN; STONE; HUFFORD, 2008). Essa abordagem envolve repetidas amostragens em ambiente natural e tempo real do comportamento e experiências dos participantes, o que minimiza o viés de memória e maximiza a validade ecológica do comportamento (SHIFFMAN; STONE; HUFFORD, 2008).

Portanto, essa técnica tem como principais características: (i) coleta de dados em ambientes do mundo real; (ii) avaliações focadas nos estados ou comportamentos atuais ou muito recentes dos indivíduos; (iii) avaliações que podem ser baseadas em eventos, com base no tempo ou aleatoriamente solicitadas (dependendo da pergunta da pesquisa); e (iv) conclusão de várias avaliações ao longo do tempo (STONE, 2018).

A metodologia adotada para a coleta desses dados inclui a utilização de tecnologias que permitem a realização de perguntas diárias em momentos aleatórios. Por exemplo, *smartphones*, pelos quais os pesquisados recebem as perguntas e as respondem, sendo essa base de dados encaminhada instantaneamente aos pesquisadores (BURKE et al., 2017). Algumas diretrizes para a utilização desse processo são: a solicitação de respostas diárias não pode ultrapassar 5 vezes; indivíduos que não utilizam regularmente o telefone celular não são bons candidatos a participar desse tipo de pesquisa; independentemente da experiência com

tecnologia, é importante treinar os respondentes; e é importante buscar *feedback* dos participantes para refinar pesquisas futuras (BURKE et al., 2017).

Esse tipo de abordagem tem sido utilizada para investigar diversas amostras como adultos saudáveis, pacientes com dor crônica, indivíduos deprimidos e pessoas vulneráveis a problemas psicológicos (MOSKOWITZ; YOUNG, 2006). No âmbito da avaliação do bem-estar, Kahneman e Krueger (2006) observam que o método contribui para minimizar os erros de memória, bem como conectar as respostas com variáveis que realmente importam aos indivíduos e que podem variar de um momento para o outro — como, por exemplo, a alocação das atividades no tempo.

Algumas iniciativas utilizando o EMA para avaliar os fatores do bem-estar já foram implementadas. Oishi (2002) avaliou 106 alunos que eram convidados a responder sobre seu nível de satisfação diária durante sete dias, com a seguinte pergunta “Quão bom ou ruim foi seu dia?” em uma escala de 6 pontos; no último dia, eles eram solicitados a realizar uma avaliação retrospectiva da semana. Kahneman et al. (2004) investigaram 504 mulheres trabalhadoras do Texas, que eram convidadas a informar seu nível de satisfação momento a momento. Steptoe, Wardle e Marmot (2005) exploraram os fatores psicológicos do bem-estar subjetivo, além de avaliarem outras variáveis como o cortisol. Recentemente, Chan et al. (2018) realizaram um grupo focal com 32 participantes para explorar o bem-estar mental de estudantes. Por outro lado, não foram identificados estudos que avaliam o bem-estar financeiro dos indivíduos por meio do EMA, indicando que há necessidade de explorar esse construto de maneira momentânea, já que as condições financeiras alteram-se ao longo da vida (MADERO-CABIB; FASANG, 2016) e, com isso, a utilização de apenas uma avaliação retrospectiva pode comprometer os resultados.

Há algumas dificuldades no emprego do EMA, primeiramente por se tratar de um método caro, já que é necessária a utilização de um aplicativo ou coletor de dados. Ademais necessita de uma amostra considerável e, muitas vezes, de difícil acesso (DOCKRAY et al., 2010). Percebendo essas adversidades, Kahneman et al. (2004) desenvolveram o método da reconstrução do dia (*Daily Reconstruction Method* - DRM) em que os participantes são convidados a reconstruir sistematicamente suas atividades e experiências do dia anterior. Segundo os autores, esse método é um modelo híbrido que incorpora avaliação retrospectiva (por meio da descrição de cada episódio) e avaliação experimentada (que incentiva os participantes a discorrerem sobre as situações vivenciadas e os sentimentos que experimentaram, como em amostragem de experiência). Para evitar os erros da memória é solicitado que o contexto seja constantemente vivenciado.

Para ilustrar a utilização de tal método, Kahneman et al. (2004) pesquisaram 909 mulheres. Para o procedimento, as mulheres eram convidadas a responder um questionário no qual indicavam inicialmente seus dados demográficos e respondiam a questões gerais sobre satisfação. Em seguida, elas eram solicitadas a construir um breve diário do dia anterior, como uma série contínua de cenas ou episódios. Os quais ganhavam nomes, tinham seu tempo determinado e a localização do evento. Finalmente, para cada evento, tinham que indicar o impacto daquele momento para suas vidas em uma escala de 0 a 6.

Seguindo a mesma metodologia, algumas iniciativas voltadas para a avaliação da satisfação com a vida, felicidade e bem-estar já foram implementadas. Com o objetivo de avaliar a satisfação com o trabalho, Grube et al. (2008) utilizaram a reconstrução do dia entre 193 colaboradores de uma empresa alemã. Oerlemans, Bakker e Veenhoven (2011) investigaram 438 idosos durante dois anos por meio de diários eletrônicos e concluíram que atividades sociais, físicas, cognitivas e domésticas ampliam a felicidade desses indivíduos. Oerlemans e Bakker (2014) buscaram, por meio da investigação de 1364 participantes, explorar a extroversão e sua ligação com a felicidade. Todavia, mesmo havendo essas iniciativas, como no EMA, não foram identificados estudos que tenham explorado o bem-estar financeiro por meio do método de reconstrução do dia.

Do mesmo modo que o EMA, o DRM também possui algumas limitações. Segundo Diener e Tay (2014), ele é um método novo e sua validade e confiabilidade ainda não foram totalmente estabelecidas. Além disso, estudos com esse método precisam explorar variáveis correlatas, ponderação do tempo, estabilidade das sensações e a possibilidade de evasão dos pesquisados. Atz (2013) concordam, observando que a carga mental e física que esse método impõe aos participantes, com a exigência da reconstrução minuciosa do dia anterior, pode gerar um estresse físico e mental que precisa ser melhor investigado. Isso pode levar a uma maior evasão com o emprego desse método. Porém, ainda com essas limitações, estudos comparativos têm evidenciado que os dois métodos produzem perfis de mudança muito semelhantes e que produzem médias de avaliação muito próximas, embora haja realmente a necessidade de mais estudos nesse âmbito (DOCKRAY et al., 2010).

5 HIPÓTESES DA PESQUISA

A satisfação global de vida (DIENER et al., 1985; CORRIGAN et al., 2013; MEHROTRA et al., 2018) e, mais recentemente, o bem-estar financeiro (SHIM et al., 2009; CHAN; CHAN; CHAU, 2012; NETEMEYER et al., 2017) são amplamente investigados pela literatura. Porém, mesmo que já se tenha avançado nessas perspectivas, poucos estudos incorporam os dois eus em sua análise, principalmente pela complexidade de sua avaliação (KAHNEMAN, RISS, 2005).

A importância de incorporar a avaliação momentânea e retrospectiva nos estudos relacionados aos temas está diretamente vinculada ao fato de que há uma eminente disparidade na escolha dessas duas avaliações (KAHNEMAN, 2011). De acordo com Kahneman et al. (2004), há correlação entre a avaliação do eu experiencial e do eu recordativo se considerada a satisfação global de vida, mas essas apreciações estão longe de ser iguais. O eu vivencial é quem efetivamente passa pelas experiências da vida, então suas avaliações tendem a ser mais vulneráveis a fatos isolados de estresse (ALMEIDA; MCGONAGLE; KING, 2009; SMYTH et al., 2017), o que pode tornar as avaliações sobre a vida e o dinheiro mais negativas. Em contrapartida, o eu recordativo realiza suas avaliações por meio de lembranças, as quais são suscetíveis a falhas de julgamento (KAHNEMAN et al., 1993) que possivelmente amenizam as dores e potencializam as percepções positivas.

Essas pressuposições foram confirmadas por dois estudos. Oishi (2002) buscou explorar se as disparidades nas avaliações do bem-estar poderiam ser explicadas pelas experiências reais vivenciadas ou pela memória. Para isso, os autores investigaram durante 7 dias, com 6 interpolações diárias, 87 estudantes europeus e 19 asiáticos. Os principais resultados do estudo indicam que as avaliações momentâneas de satisfação com a vida foram inferiores às apreciações recordativas. Resultados semelhantes foram encontrados por Spindler et al. (2016). Ao avaliarem a satisfação global de vida momentânea e retrospectiva de adolescentes alemães (11 a 18 anos), evidenciaram – mesmo não sendo esse o eixo de sua pesquisa – que a média das avaliações momentâneas de satisfação com a vida (6,75) foi inferior à avaliação retrospectiva realizada um ano depois (6,91).

Mesmo havendo pesquisas que já tenham verificado a diferença na SGV vivenciada e recordada, ainda é necessário avançar nesse sentido, visto que estudos que tenham reportado esse tipo de análise incorporando o bem-estar financeiro, são desconhecidos. Dessa forma, partindo dos esclarecimentos e evidências apresentadas, levanta-se as primeiras hipóteses desta tese:

H1.1: A satisfação global de vida é melhor avaliados pelo eu recordativo do que eu experiencial;

H1.2: O Bem-Estar Financeiro é melhor avaliado pelo eu recordativo do que pelo eu experiencial.

Vinculada a essas duas variáveis (SGV e BEF) está a renda, aspecto amplamente investigado. Perguntas como “O dinheiro traz felicidade?”, ou ainda “Qual a influência do dinheiro na satisfação global de vida dos indivíduos?” (BERK, 2018; DIENER et al., 2010; BECCHETTI; ROSSETTI, 2009), são constantemente exploradas pela literatura. As respostas para tais perguntas são tradicionalmente relatadas como positivas. Isto é, maiores níveis de renda resultam em maior nível de bem-estar financeiro (DONKERS; VAN SOEST, 1999; POPOVA; PISHNIAK, 2017; BRÜGGEN et al., 2017) e satisfação global de vida (DIENER, 1984; DIENER; DIENER; DIENER, 2009; KAHNEMAN et al., 2010; CHEUNG; LUCAS, 2015). A explicação unânime neste sentido é que a renda permite que o indivíduo supra suas ambições e, com isso, amplie sua utilidade (BOYCE, BROWN; MOORE; 2010).

Contudo, estudos relacionados à economia comportamental têm indicado que essa relação, mesmo que positiva, nem sempre é direta. E também pode ter impacto distinto, considerando um mesmo indivíduo, quando avaliados o eu experiencial e o eu recordativo. Seu estudo se apresenta mais complexo do que se previa. *Insights* iniciais a respeito do tema já foram apresentados por Easterlin (1974) e Kahneman et al. (2006; 2010).

De acordo com os autores, as avaliações retrospectivas fazem com que as pessoas deem maior importância para a renda na consolidação da satisfação, pois se concentram em conquistas pontuais ao avaliar sua vida, dando-lhes maior peso. De qualquer forma, quando a satisfação global de vida é avaliada momento a momento – ou seja, por meio do eu experiencial – há redução na força desta associação (KAHNEMAN et al., 2006). Easterlin (1974) relatou que a renda está relacionada à satisfação com a vida quando esta é avaliada em dado momento (*cross section*). Mas não se correlacionam, ou essa associação diminui, quando a investigação é realizada ao longo do tempo (estudo longitudinal). Kahneman et al. (2010) também encontraram esse resultado ao investigarem 770 mulheres de Ohio e 700 da França. Eles utilizaram o método de reconstrução do dia e coletaram, em média, 13,8 relatos de cada uma das participantes. Os resultados indicaram que as mulheres com maior nível de renda mostraram-se mais satisfeitas com a vida, mas que essa satisfação não se amplia significativamente de momento a momento. A justificativa para tais evidências envolve o fato

de que maiores níveis de renda estão associados a maior tensão e estresse, principalmente para a realização de metas, contribuindo para um julgamento mais crítico a respeito da satisfação com a vida diariamente.

Partindo desses resultados, estabelece-se a seguinte hipótese:

H2: Na avaliação retrospectiva, a renda tem influência maior na satisfação global de vida e no bem-estar financeiro do que na avaliação momentânea.

Ao comparar a primeira hipótese com a segunda, é possível verificar que diferentes níveis de renda podem impactar e resultar em avaliações distintas pelo eu experiencial e pelo eu vivencial perante a SGV. Faz-se relevante explorar com maior detalhamento o impacto dessa variável na satisfação global de vida e no bem-estar financeiro. Nessa ótica, levanta-se um questionamento importante: será que a renda modera a relação entre bem-estar financeiro e satisfação global de vida?

Essa relação é explorada com certa regularidade. A importância dela está no fato de que a renda, avaliada por uma medida absoluta, nem sempre é um fator determinante da SGV (NGOO; TEY; TAN, 2015) e o bem-estar financeiro pode ser considerado uma medida relativa de renda (DIENER; BISWAS-DIENER, 2002).

Os resultados mais recorrentes são aqueles que apontam para uma relação positiva entre satisfação global de vida e bem-estar financeiro. A justificativa para tal concepção é que as pessoas são mais satisfeitas com suas vidas quando estão financeiramente seguras (O'NEILL et al. 2005), possuem estabilidade financeira, maiores rendimentos (BINDER; COAD, 2015), ausência de preocupações com compromissos monetários, capacidade de atender às necessidades e aspirações (HAGERTY; VEENHOVEN, 2003) e dispõem de flexibilidade para tomada de decisão (MYERS; DIENER, 1995). Isto é, quando possuem bem-estar financeiro. Em contrapartida, indivíduos com situações financeiras difusas e instáveis podem apresentar menores níveis de satisfação global com a vida (KAHANA et al., 1995).

Mesmo que se tenha quase unanimidade ao admitir a existência de uma relação positiva entre esses fatores, pouco se sabe sobre a influência da renda absoluta nessa relação. Resultados iniciais apontam para uma correlação entre bem-estar financeiro e satisfação com a vida em maior intensidade nos países mais pobres (VEENHOVEN, 1991; OISHI et al., 1999; DEATON, 2008; DIENER; DIENER, 2009). As explicações para tal resultado são fundamentadas na teoria das necessidades de Maslow (1943). Segundo essa perspectiva, indivíduos de países pobres terem as finanças como fator determinante de sua satisfação com a

vida está associado ao fato de as necessidades básicas não serem supridas por falta de recursos monetários. Nesse contexto, as finanças se tornam mais importantes para pessoas que não atingiram suas necessidades básicas e menos relevantes em contextos mais abastados em que variáveis como relações sociais e estima passam a ser mais representativas.

No entanto, mesmo com esses resultados iniciais não se tem evidência a respeito da renda como moderadora dessa relação. Menos ainda se sabe a respeito da existência dessa moderação considerando a avaliação momentânea e a avaliação retrospectiva. Essas lacunas levam as próximas duas hipóteses de pesquisa:

H3.1: A renda modera a relação entre Bem-Estar Financeiro e Satisfação Global de Vida do eu recordativo;

H3.2: A renda modera a relação entre Bem-Estar Financeiro e Satisfação Global de Vida do eu experiencial.

Partindo dessas hipóteses (*H1.1, H1.2, H2, H3.1 e H3.2*), surge um questionamento: por que os resultados esperados são distintos quando considerados o eu recordativo e o eu experiencial? A resposta a tal questionamento envolve a disparidade de decisão do eu experiencial e do eu recordativo, por este último estar propenso ao viés do pico-fim.

Quando avaliada a satisfação global de vida ou mesmo o bem-estar financeiro por meio do eu recordativo, espera-se que a avaliação retrospectiva possa ser predita pelo viés do pico-fim. Estudos anteriores confirmaram a existência desse viés em diversos âmbitos (KEMP; BURT; FURNEAUX, 2008; GENG et al., 2013; RAVEAU et al., 2016), mas pesquisas empíricas que avaliam se eles podem explicar especificamente a satisfação global de vida e o bem-estar financeiro ainda são embrionárias. Mais fundamentadas estão as discussões teóricas estabelecidas por Kahneman e Riis (2005) e Durayappah (2011), no sentido de indicar que avaliações retrospectivas de bem-estar subjetivo podem estar sujeitas à regra do pico-fim.

Empiricamente, os estudos que mais se aproximam dos temas aqui explorados partem de Diener, Wirtz e Oishi (2001) e Raveau et al. (2016), que investigaram as decisões das pessoas em relação à qualidade de vida/satisfação global de vida e identificaram que avaliações retrospectivas de uma vida maravilhosa que termina abruptamente são mais bem classificadas do que uma vida mais longa, mas com incidência de mais momentos desagradáveis, mostrando a negligência do tempo. Indicaram também que incorporar anos moderadamente intensos no meio da vida não produzia efeitos tão fortes quanto a alocação desses momentos no final da vida, configurando um indicativo da relevância do momento final para a avaliação. Dentro

desse mesmo contexto, mas avaliando o nível de felicidade, Raveau et al. (2016) interpolaram 189 pessoas em um estudo piloto, e mais 548 na investigação final, com o objetivo de averiguar a felicidade em tempo real e em retrospecto. Seus resultados confirmaram que a avaliação retrospectiva de felicidade é predita pelos vieses da regra do pico-fim e da negligência com relação ao tempo.

Tais pesquisas dão subsídios para conjecturarmos que tais vieses podem, sim, influenciar a avaliação retrospectiva da satisfação global de vida e do bem-estar financeiro. Além disso, Diener, Wirtz e Oishi (2001) recomendam que outros aspectos da vida, como o sucesso financeiro, sejam explorados com o objetivo de verificar se estes também estariam sujeitos ao mesmo viés. Dessa maneira, partindo da incipiência do tema — e também da necessidade de fornecer mais evidência empírica a respeito do viés do pico-fim na satisfação global de vida e no bem-estar financeiro — é que se estabelece a última hipótese deste ensaio:

H4: A regra do pico-fim é um bom preditor da satisfação global de vida e do bem-estar financeiro.

6 MÉTODO

Nesta sessão são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para o cumprimento dos objetivos propostos no Ensaio 1. Ela abrange as estratégias e método da pesquisa, a população e a amostra investigada, os aspectos éticos contemplando os riscos e benefícios, o instrumento de coleta de dados, a forma de coleta de dados e, por fim, as técnicas de análise dos dados.

6.1 ESTRATÉGIAS E DELINEAMENTOS DA PESQUISA

A fim de atingir os objetivos propostos, esta pesquisa qualifica-se como de caráter descritivo, pois visa identificar, descrever e analisar a satisfação global de vida e o bem-estar financeiro, como também estabelecer relações e delimitar conclusões que possam contribuir para a compreensão das decisões do eu recordativo e do eu experiencial. Em relação à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa, pois quantifica os dados e compreende os problemas a partir de técnicas estatísticas (MALHOTRA, 2011). Nessa lógica, para coleta de dados, adota-se um questionário estruturado baseado em escalas que viabilizam a investigação dos fatores a serem explorados.

A estratégia de pesquisa a ser empregada para coleta desses dados é o quase-experimento, pois essa pesquisa não cumpre duas pressuposições básicas e um experimento: a seleção da amostra não é aleatória e não é possível realizar um controle completo de todas as situações, já que a pesquisa é realizada em contexto natural (CAMPBELL; STANLEY, 1963). Caracteriza-se como um *field experiment*, o qual é realizado em contexto real e não em laboratório (HARRISON; LIST, 2004). Tal estratégia garante que sejam consideradas pessoas em condições naturais, onde apontam sua satisfação global de vida e bem-estar financeiro em suas condições diárias. Provavelmente, se essa pesquisa fosse realizada em laboratório, não teria a capacidade de identificar a real percepção dos indivíduos.

Ademais, a pesquisa trata-se de um experimento de caso único. Esses experimentos são caracterizados pela utilização de um mesmo indivíduo como seu próprio controle (HORNER et al., 2005). A condução desse modelo experimental é dada a partir de várias intervenções com o mesmo participante, com manipulações distintas que permitem comparações comportamentais (FORBES; ROSS; CHESSER, 2011). As análises neste contexto podem ser realizadas intragrupo ou intergrupo (BARON; PERONE, 1998). No primeiro caso já empregado nesta pesquisa, o mesmo participante é submetido a todas as condições do

experimento, neste caso em específico, os dois eu, em que o participante é incitado a participar de dois momentos de análise, passíveis de comparação: a avaliação momentânea e a avaliação retrospectiva.

Ressalta-se que, para atendimento dos aspectos éticos e legais na formulação de pesquisa científica, este projeto foi submetido ao Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP), o qual se destina à regulamentação das pesquisas com foco na proteção dos direitos dos indivíduos participantes. A submissão foi realizada por meio da Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos. Subsequentemente, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina e aprovado sob número 3.582.016.

6.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

O objetivo inicial do presente ensaio era investigar a SGV e o BEF, experimentados e recordados, de indivíduos com vulnerabilidade financeira. Para isso, seriam investigados os beneficiários do Programa Bolsa Família, programa social de distribuição de renda do governo federal brasileiro. São beneficiários do programa famílias com renda mensal (per capita) inferior a R\$170,00 por mês. Entretanto, a realização do pré-teste revelou que seria inviável realizar esse tipo de coleta de dados com um público que dispõe de baixo nível de alfabetização e reduzido acesso à internet — instrumentos utilizados para que os participantes pudessem receber as perguntas diariamente. Dada essa dificuldade, o público-alvo da pesquisa sofreu uma pequena alteração, sendo agora aqueles indivíduos classificados nas primeiras quatro categorias de renda indicadas pelo IBGE (2018). Na Tabela 1 mostramos as classes de rendimento das famílias brasileiras verificadas na Pesquisa do Orçamento Familiar (POF) 2017/18 do IBGE.

Tabela 1 – Classes de renda familiar segundo POF 2017/18

Reais mensais (R\$)	Salários mínimos*	Percentual
Até 1.908	Até 2 (1)	23,9
Mais de 1.908 a 2.862	Mais de 2 a 3	18,6
Mais de 2.862 a 5.724	Mais de 3 a 6	30,6
Mais de 5.724 a 9.540	Mais de 6 a 10	13,9
Mais de 9.540 a 14.310	Mais de 10 a 15	6,45
Mais de 14.310 a 23.850	Mais de 15 a 25	4,0
Mais de 23.850	Mais de 25	2,7

Nota: O valor do salário mínimo em 15 de janeiro de 2018, data de referência da pesquisa era de R\$ 954,00
 Fonte: Pesquisa do Orçamento Familiar (POF) 2017/18 do IBGE

Dessa forma, o público alvo da pesquisa contempla pessoas que recebem até R\$9.540,00 por mês. Esse público foi selecionado já que representa 87% das famílias brasileiras (POF 2017/18). Vale salientar que, mesmo adotando como referência a classificação nacional, o estudo se limitou a pesquisar apenas residentes na cidade de Florianópolis.

Para atingir o público de interesse da pesquisa, foi necessário estabelecer algumas parcerias com instituições que tivessem em seus grupos de colaboradores e beneficiários pessoas dentro dessas faixas de renda. A primeira instituição foi os Centros de Referência de Assistência Social, os quais são responsáveis pela organização e oferta de serviços socioassistenciais. Dos 11 CRAS da cidade de Florianópolis, 3 aderiram a pesquisa. Foram eles dos bairros centro, ingleses e canavieiras. Nessas instituições foi possível atingir um público com menor nível de renda (usuários dos programas) e também os colaboradores (assistentes administrativos, psicólogos e assistentes sociais).

Além dos CRAS, a pesquisa também foi desenvolvida no IDES (Irmandade do Divino Espírito Santo), CEDUP (Centro de Educação Profissional Dr. Jorge Lacerda) e Casa São José. O IDES desenvolve projetos socioeducativos há mais de 100 anos na cidade de Florianópolis e seus colaboradores foram os contribuintes para a pesquisa. No CEDUP, os alunos dos cursos de Assistente Administrativo e Tecnólogo em Recursos Humanos, Transações Imobiliárias e Administração participaram da pesquisa. Enquanto na Casa São José, as mães das crianças que participam dos projetos socioeducativos foram as pessoas que contribuíram para a pesquisa.

Todas essas interlocuções tiveram que ser desenvolvidas, pois foi a única forma de viabilizar o desenvolvimento de uma pesquisa longitudinal de 32 dias. Desse modo, a amostragem, ao invés de ser aleatória, foi por conveniência. Mas mesmo que não seja a técnica amostral mais robusta, muitas pesquisas longitudinais acabam por adotar essa prática (MÜLLER et al., 2019; KAHNEMAN; RIIS, 2005; KAHNEMAN et al., 2006), o que viabiliza sua realização.

6.3 COLETA DE DADOS

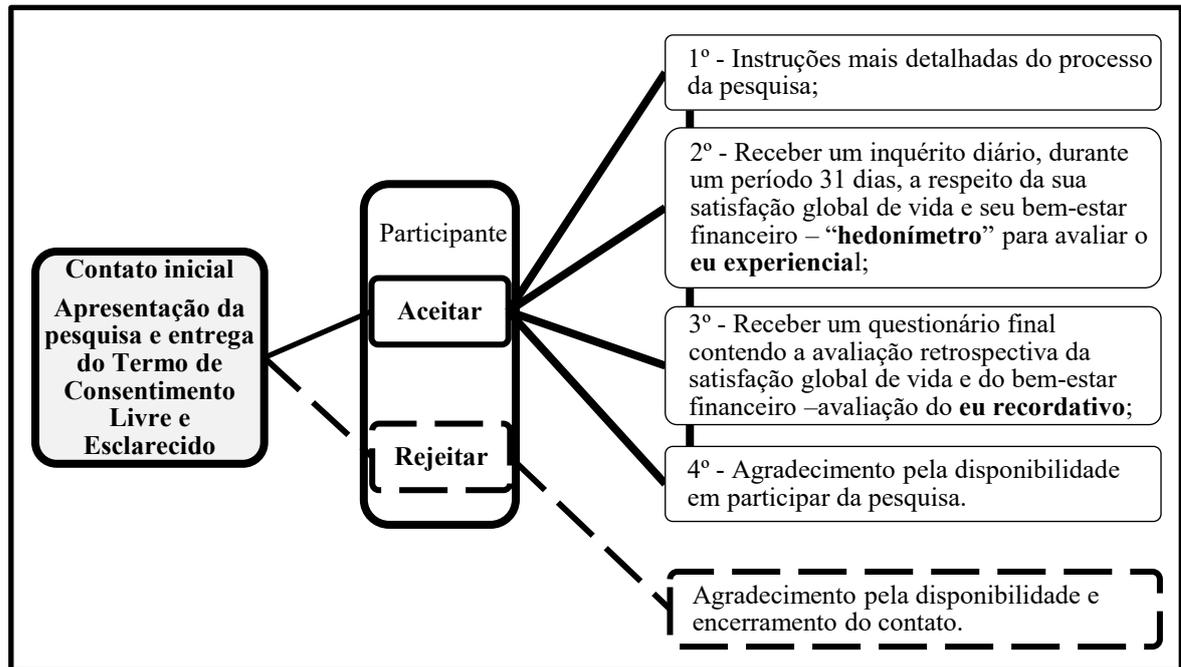
A coleta de dados foi realizada em dois momentos, já que foram avaliados os dois eus. Nessa perspectiva, em um primeiro momento, os pesquisados foram convidados a participar de um estudo longitudinal com duração de 31 dias viabilizado pela adoção de um “hedonímetro” para a avaliação do eu experiencial. Em um segundo momento, foi avaliado o eu recordativo por meio da aplicação de um questionário no 32º dia de pesquisa. Tal estrutura experimental garante a consolidação da metodologia de caso único.

O procedimento de coleta de dados iniciou-se a partir do contato com as instituições que pudessem ter interesse em divulgar e contribuir para a realização da pesquisa. Para essas instituições, era apresentada a proposta da pesquisa e oferecido, como contrapartida do pesquisador, a realização de uma palestra sobre Educação Financeira. A realização dessa palestra se mostrou indispensável para gerar interesse por parte das instituições em abrirem suas portas para a realização da pesquisa. Resultando que, das diversas instituições contatadas, quatro aderiram ao projeto. Junto a elas foi estabelecido um cronograma de palestras sobre Educação Financeira, divulgados tanto internamente para os colaboradores quanto para os usuários do sistema, como foi nos casos dos CRAS e da Casa São José.

As inscrições para as palestras eram realizadas nas próprias instituições. No dia do evento, os assuntos tratados eram controle e gestão financeira, especificamente voltados para o fluxo de caixa familiar. No total, foram 26 encontros que totalizaram 66 horas de palestras ministradas pela pesquisadora. Durante cada palestra era apresentada a pesquisa, seus objetivos e esclarecidos todos os procedimentos e etapas. Posteriormente, era questionado quem gostaria de participar da pesquisa. Os indivíduos que se mostravam interessados recebiam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A).

Tal termo garantiu, dentre outras coisas, o esclarecimento antes e durante o curso da pesquisa sobre a metodologia utilizada; a liberdade para desistir de participar da pesquisa, em qualquer uma das etapas, sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo; indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa; e o sigilo quanto aos dados divulgados, a fim de manter a privacidade do respondente. Consecutivo à leitura desse documento, o participante definia se aceitaria ou não participar da pesquisa. Caso não aceitasse, era realizado um agradecimento e encerrado o contato. Nos casos em que o participante aceitava participar da pesquisa, quatro outros passos eram adotados, apresentados na Ilustração 5.

Ilustração 5 – Síntese do processo de coleta de dados e manipulação



Fonte: Elaborado pela autora

Enfatiza-se, pois, que os indivíduos que aceitaram participar da pesquisa receberam, antes de tudo, mais detalhes acerca dos procedimentos. O objetivo era deixar bem claro a importância da pesquisa, além de sensibilizar para a necessidade de respostas diárias. Ressalta-se que a primeira avaliação momentânea ocorria por meio de um questionário impresso no término da palestra. Nesse momento, já era coletada a assinatura no TCLE e os participantes respondiam a algumas questões de perfil. Da mesma forma, concediam seu número de telefone para as próximas avaliações.

Para a avaliação do eu experiencial, este trabalho se apoiou na avaliação ecológica momentânea (*Ecological Momentary Assessment*). Como observado, por meio dessa metodologia, cumpre-se as orientações de Francis Edgeworth quando propôs o hedonímetro. A diferença deste modelo hipotético criado por Edgeworth é que, no EMA, as avaliações são realizadas por meio de um instrumento eletrônico, no caso um celular, programado para bipar ou vibrar em intervalos aleatórios durante o dia, solicitando a avaliação momentânea da pessoa em relação aos seus sentimentos (SHIFFMAN; STONE; HUFFORD, 2008).

Ressalta-se que se optou pelo emprego do EMA uma vez que, na visão de Diener e Tay, (2014), é um método menos complicado do que o método da reconstrução do dia (DRM) e os usuários são mais aptos a responder rapidamente. Além disso, as limitações de software e utilização de *smartphone* já foram superadas, as medidas eletrônicas de amostragem de

experiência estão sendo amplamente utilizadas. Logo, a adoção dessa metodologia no mundo moderno dos telefones celulares e da internet torna-se menos incomum e mais uma parte normal do fluxo da vida cotidiana.

Para a implementação de tal metodologia, essa pesquisa apoiou-se nos processos sugeridos por Burke et al. (2017), que buscaram estabelecer um procedimento padrão para o emprego do EMA. Não obstante, ressalta-se que o procedimento que adota o telefone celular nesta pesquisa foi distinto do adotado por Burke et al. (2017), tanto pelas limitações encontradas ao usá-los quanto por inviabilidade financeira. Os autores desenvolveram um sistema próprio e concederam aos participantes um *smartphone* específico para a pesquisa. Mas esse processo dificultou a coleta de dados, pois muitas pessoas se esqueciam de carregar consigo um segundo aparelho em seu dia-a-dia. A alternativa aqui encontrada foi criar os questionários dentro de um sistema online de coleta de dados — aqui foi utilizado o *Google Forms* — e compartilhar o link desses questionários diariamente com os participantes via *WhatsApp* em horários aleatórios.

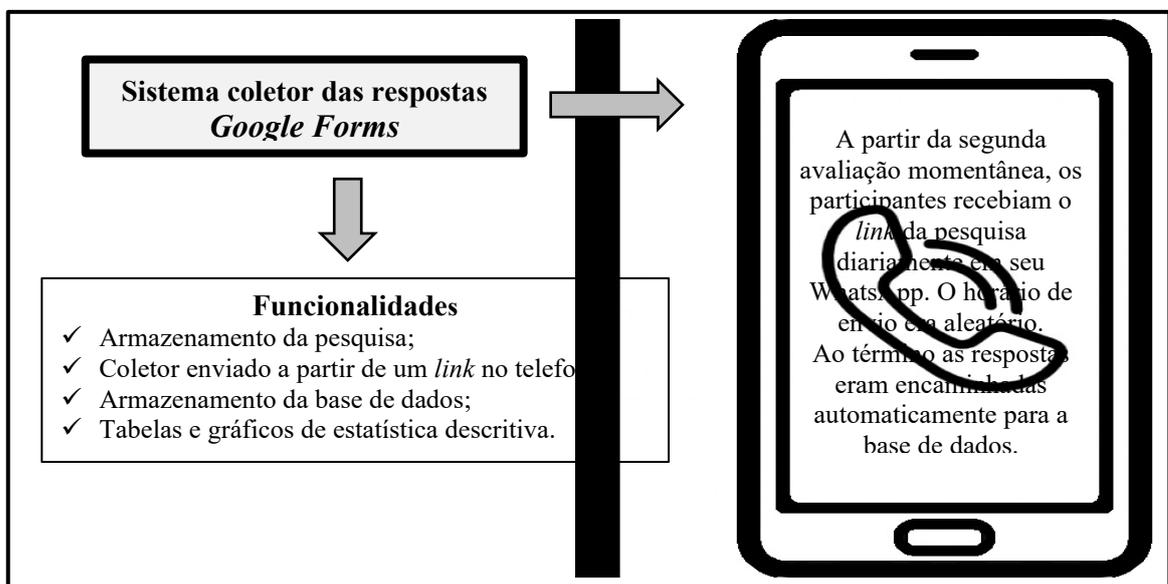
O participante, ao acessar o link encaminhado, respondia à pesquisa no seu próprio celular, o que minimiza os custos da pesquisa. Além desse procedimento reduzir o risco dos participantes não se lembrarem de utilizar outro dispositivo móvel que não estejam acostumados. Muitas das limitações indicadas por Burke et al. (2017) foram eliminadas neste estudo, visto que foi decidido não criar um aplicativo para coletar esses dados, mas utilizar o *Google Forms* como coletor.

Além desse aspecto, Burke et al. (2017) alertam sobre o número de intervenções diárias. Burke et al. (2017) testaram o envio de perguntas oito vezes ao dia aos participantes de sua pesquisa. Concluíram que o ideal seria de, no máximo, cinco perguntas diárias, sendo três um número satisfatório. Todavia, a definição exata do número de interpolações depende do foco da pesquisa e dos temas a serem investigados (STONE, 2018; CARSON; WEISS; TEMPLIN, 2010). Neste estudo, por exemplo, como a pesquisa integrava satisfação global de vida e bem-estar financeiro, o objetivo foi avaliar as percepções em relação a esses fatores durante um mês. Isto posto, o objetivo foi coletar dia após dia amostras de experiência que fossem capazes de ilustrar a oscilação durante o mês. Logo, realizou-se apenas uma interpolação diária durante 32 dias, o que consolidou a avaliação momentânea do mês.

Outro cuidado que a pesquisa teve foi em relação ao período do mês para iniciar os inquéritos. Como cada um dos grupos tinha a palestra marcada para um dia diferente, foi solicitado que no questionário inicial deixassem o dia de início registrado. Dessa maneira foi possível controlar essa variável nas análises, juntamente com o mês de realização.

A coleta de dados realizada durante 32 dias foi estabelecida para que a pesquisa fosse capaz de incorporar todas as tensões financeiras. Durante um período de 31 dias de avaliações diárias, independente do dia de início da pesquisa, todas as pessoas passam pelo processo de recebimento de seus salários e pagamento de contas. Esse cuidado foi tomado primordialmente por termos o bem-estar financeiro como um dos temas principais da pesquisa, sendo que este pode gerar impacto na satisfação global de vida (PROTO; RUSTICHINI, 2015). A Ilustração 6 sintetiza o procedimento de coleta de dados por meio do *Google Forms*.

Ilustração 6 - Síntese do processo de coleta de dados por meio do *Google Forms*



Fonte: Elaborado pela autora com base em Burke et al. (2017)

Logo após essa primeira etapa de coleta de dados, foi obtida a avaliação retrospectiva dos participantes em relação à satisfação global de vida e o bem-estar financeiro. Nesta etapa, os indivíduos foram convidados a responder um último questionário contendo as duas perguntas que responderam ao longo da avaliação momento a momento, mas com foco em avaliação retrospectiva. E mais duas escalas referentes aos temas investigados, para que a validade da escala de um único item pudesse ser avaliada. Por último, foi encaminhado um agradecimento pela participação na pesquisa.

Ressalta-se que, nesse tipo de coleta de dados, é imprescindível a agregação dos dados (MOSKOWITZ; YOUNG, 2006). O objetivo é consolidar o comportamento do indivíduo ao longo do processo de coleta de dados, tanto da avaliação do eu experiencial quanto do eu recordativo. Portanto, foi necessário assegurar que os respondentes indicassem seu nome a cada etapa da pesquisa, para que suas respostas pudessem ser agregadas. Porém, é necessário manter

o anonimato dos participantes. Então, a alternativa encontrada foi solicitar a eles que criassem um apelido e que, ao longo do processo de coleta de dados, utilizassem o mesmo, enfatizando a necessidade de agregação dessas respostas.

6.3.1 Instrumentos de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados adotado foi um questionário. Não obstante, como foi avaliado tanto o eu experiencial quanto o eu recordativo, foram empregados dois instrumentos de coleta de dados. Na primeira etapa (avaliação do eu experiencial), a pergunta tinha que ser simples, direta e curta para garantir que os participantes respondessem a todos os inquéritos diários (BURKE et al., 2017). No segundo momento (avaliação retrospectiva), um questionário com escalas mais abrangentes foi utilizado com o intuito de investigar as avaliações de maneira mais detalhada. O Quadro 1 evidencia as perguntas que foram empregadas na avaliação do eu experiencial.

Quadro 1 – Instrumento de coleta de dados para avaliar o eu experiencial

Perguntas	Escala	Autor
<ul style="list-style-type: none"> • SATISFAÇÃO GLOBAL DE VIDA MOMENTÂNEA • Imagine uma escada com degraus numerados de 0 na base a 10 no topo. O topo da escada representa a melhor vida possível para você e a base da escada representa a pior vida possível para você. Pensando na sua vida como um todo, em que degrau da escada você diria que se sente exatamente neste momento? 	0 – Pior vida possível 10 – Melhor vida possível	Cantril (1965)
<ul style="list-style-type: none"> • BEM-ESTAR FINANCEIRO MOMENTÂNEO • Imagine uma escada com degraus numerados de 0 na base a 10 no topo. O topo da escada representa a melhor situação financeira possível para você e a base da escada representa a pior situação financeira possível para você. Pensando na sua situação financeira, em que degrau da escada você diria que se sente exatamente nesse momento? 	0 – Pior situação financeira possível 10 – Melhor situação financeira possível	Originalmente de Cantril (1965), no âmbito de bem-estar financeiro adaptada de Porter e Garman (1993)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Cantril (1965).

Como apresentado no Quadro 1, as perguntas utilizadas para a avaliação do eu experiencial foram criadas originalmente por Cantril (1965), e adaptadas para o contexto financeiro por Porter e Garman (1993). Adotamos essa escala, por ser amplamente utilizada na literatura, bem como empregada nas pesquisas mundiais desenvolvidas pelo Gallup. Tal aplicabilidade garante a validade da escala, mesmo sendo de um único item.

Ressalta-se que no primeiro inquérito momentâneo, que foi realizado presencialmente, além dessas duas questões referentes a SGV e BEF, ainda tinham algumas questões de sociodemográficas. Os questionamentos eram a respeito do gênero, idade, estado civil, dependentes, nível de escolaridade, ocupação, renda média mensal própria e renda média mensal familiar.

Subsequente à avaliação do eu experiencial, foi explorada a avaliação retrospectiva da satisfação global de vida e do bem-estar financeiro. Para esse fim, foi utilizada a pergunta geral que foi empregada na avaliação do eu experiencial. Mas foi aplicado um enquadramento de avaliação retrospectiva, e incorporadas duas escalas complementares de satisfação global de vida e bem-estar financeiro, para que a utilização da escala de um único item pudesse ser avaliada.

A escala empregada para avaliar a satisfação global de vida foi a *Satisfaction With Life Scale* (SWLS) desenvolvida por Diener et al. (1985) e já aplicada em contexto brasileiro por Gouveia et al. (2009). Esta escala possui cinco perguntas que devem ser avaliadas conforme uma escala de 7 pontos, partindo do “Discordo totalmente” ao “Concordo totalmente”. As perguntas referentes à avaliação retrospectiva da SGV estão apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Instrumento de coleta de dados para avaliar a satisfação global de vida do eu recordativo

Perguntas	Escala	Autor
<ul style="list-style-type: none"> Imagine uma escada com degraus numerados de 0 na base a 10 no topo. O topo da escada representa a melhor vida possível para você e a base da escada representa a pior vida possível para você. Pensando na sua vida como um todo, em que degrau da escada você diria que se sentiu nesses últimos 30 dias? 	0 – Pior vida possível 10 – Melhor vida possível	Cantril (1965)
<ul style="list-style-type: none"> Na maioria dos aspectos, minha vida é próxima ao meu ideal. As condições da minha vida são excelentes. Estou satisfeito(a) com minha vida. Dentro do possível, tenho conseguido as coisas importantes que quero da vida. Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida. 	1 = Discordo totalmente 2 = Discordo 3 = Discordo ligeiramente 4 = Nem concordo nem discordo 5 = Concordo ligeiramente 6 = Concordo 7 = Concordo totalmente	Adaptado de Diener et al. (1985)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Campbell, Converse e Rodgers (1976).

Para a interpretação das questões referentes à satisfação global de vida, concebe-se que quanto maior for o nível de concordância dos pesquisados com as afirmações, melhor será a percepção do indivíduo em relação à sua vida. Em relação à escolha da investigação da satisfação global de vida, vale ressaltar que, conforme descrito no referencial teórico, ela é um construto formador do bem-estar subjetivo. Mas, neste estudo, optou-se por avaliar apenas a

satisfação global de vida pautada em alguns argumentos advindos da literatura. Kahneman et al. (2006), por exemplo, argumentam que as questões de satisfação com a vida provavelmente evocam uma reflexão sobre o status relativo que não está presente nas avaliações de afeto positivo e afeto negativo, e que podem ser alteradas ao longo do tempo. Ainda, Durayappah (2011) observa que a avaliação global da satisfação com a vida considera não apenas os procedimentos atuais, mas também os momentos ocorridos, tornando importante a avaliação momento a momento para verificar a alteração dessas avaliações.

Finalmente, para a investigação do bem-estar financeiro também foi adotada a pergunta geral, já aplicada na avaliação do eu experiencial, mas com enquadramento para o eu recordativo, mais a incorporação de uma escala complementar. Esta escala foi adaptada de Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003) e já aplicada em contexto brasileiro por Campara, Vieira e Potrich (2017). O Quadro 3 ilustra as perguntas utilizadas para a avaliação do eu recordativo a respeito do bem-estar financeiro.

Quadro 3 – Instrumento de coleta de dados para avaliar o bem-estar financeiro do eu recordativo.

Perguntas	Escala	Autor
<ul style="list-style-type: none"> Imagine uma escada com degraus numerados de 0 na base a 10 no topo. O topo da escada representa a melhor situação financeira possível para você e a base da escada representa a pior situação financeira possível para você?. Pensando na sua situação financeira, em que degrau da escada você diria que se sentiu nesses últimos 30 dias? 	0 – Pior situação financeira possível 10 – Melhor situação financeira possível	Adaptado de Porter e Garman (1993)
<ul style="list-style-type: none"> Você se sente financeiramente satisfeito. Você acredita estar em uma boa situação financeira. Daqui a 1 ano, você pretende ter pago todas suas dívidas. Daqui a 5 anos, você pretende ter pago todas as suas dívidas. Você se sente desconfortável com a quantia que deve.* Você se preocupa constantemente com o pagamento de suas dívidas.* Você pensa muito em suas dívidas.* Você tem tido discussões com outras pessoas (pais, amigos, esposo(a) e outros) relacionadas a sua dívida.* 	1 = Discordo totalmente 2 = Discordo 3 = Discordo ligeiramente 4 = Nem concordo nem discordo 5 = Concordo ligeiramente 6 = Concordo 7 = Concordo totalmente	Adaptado de Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Porter e Garman (1993) e Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003)

* Questões invertidas.

A interpretação das questões de bem-estar financeiro segue o mesmo padrão das questões de satisfação global de vida, ou seja, quanto maior a concordância com as alternativas, mais satisfeito o indivíduo estará com sua situação financeira. Todavia, há questões invertidas, ou seja, quanto maior a concordância, menor o bem-estar financeiro. Por essa razão, para padronizar a análise, as questões que possuem frases com o contexto oposto foram invertidas para o mesmo sentido das demais. O questionário completo é apresentado no Apêndice B.

6.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

O processo de análise de dados foi realizado por meio do software estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS 20.0®) e Eviews que permitem as análises quantitativas. A realização dos testes ocorreu com base nas necessidades de cada um dos objetivos específicos, como também das hipóteses correspondentes.

Desse modo, primeiramente visando investigar o perfil dos participantes da pesquisa, utilizou-se a estatística descritiva por meio do cálculo das médias, desvio padrão e frequência das respostas. Para analisar o bem-estar financeiro e a satisfação global de vida dos pesquisados, também foi adotada a mesma estatística descritiva. A partir desses resultados foi possível verificar a percepção dos participantes da pesquisa em relação a esses dois aspectos, além de propiciar a análise das avaliações do eu experiencial e recordativo. Para avaliar se havia diferença entre a avaliação momentânea e a avaliação recordativa, foi utilizado o teste de qui-quadrado.

Salienta-se que a avaliação momentânea foi representada pela média das respostas reportadas de cada um dos participantes em cada um dos dias, assim como sugerido por Kahneman et al. (2006). A confirmação da validade dessa recodificação da variável foi realizada a partir de testes de correlação entre cada um dos dias investigados e a média das respostas momentâneas. Com isso, avaliamos se a média das respostas momentâneas era um bom preditor das avaliações diárias.

As escalas de 5 e 8 itens de SGV e BEF foram exploradas também com estatística descritiva. A confiabilidade das escalas foi testada por meio do Alfa de Cronbach (HAIR et al., 2014) e, posteriormente, foi estimada uma correlação entre o resultado desses fatores e a escala de um único item. O objetivo desse processo foi avaliar a validade das perguntas de um único item adotadas.

Para explorar posteriormente a relação entre a SGV, o BEF e a renda, utilizou-se inicialmente Gráficos de frequências de respostas. A comparação desses fatores a partir da renda foi desenvolvida por meio do teste One Way Anova, que permitiu explorar se havia diferença de média entre a avaliação das pessoas com diferentes níveis de renda em relação à satisfação global de vida e ao bem-estar financeiro momentâneo e recordativo (CORRAR; PAULO; FILHO, 2009; FIELD, 2009). Já a verificação da diferença entre as avaliações do eu experiencial e do eu recordativo para cada nível de renda foi realizada por meio do teste de qui-quadrado.

Para atender aos terceiro e quarto objetivos específicos foram empregados testes de regressão simples e regressão com moderação. A adoção da regressão simples é empregada para verificar se a renda influencia a satisfação global de vida (HAIR et al., 2014). Como fator dependente utilizou-se justamente a satisfação global de vida. A renda representa a variável independente. A equação (1) representa a estimação da regressão:

$$Y_i = \alpha + \beta_1 + \varepsilon_i \quad (1)$$

onde, Y_i é a variável dependente, α é o intercepto da reta; β são os coeficientes angulares da variável independente e ε é o termo de erro.

A partir dessas estimações foi possível verificar se a renda influencia a SGV. Entretanto, este estudo avança no sentido de explorar se a renda pode ou não ser um fator moderador da relação entre satisfação global de vida e bem-estar financeiro. Para isso, foi estimada uma regressão com moderação, o que permite identificar se a renda pode alterar a direção ou a força de associação entre uma variável dependente (Satisfação Global de Vida) e uma independente (Bem-Estar Financeiro) (BORON; KENNY, 1986). Na equação (2).

$$\gamma = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \varepsilon \quad (2)$$

percebe-se que o diferencial desta estimação para uma regressão linear é que, nos casos de moderação, uma variável composta formada pela multiplicação de X_1 e X_2 , deixando X_2 de ser variável dependente nesse caso, para se tornar a variável moderadora (HAIR et al., 2014). Essa estratégia incorporada ao modelo gera uma interação em que a variável moderadora, ao relacionar-se com a variável independente, pode alterar os resultados em relação à variável dependente (BORON; KENNY, 1986). A equação (3) representa o modelo de regressão com moderação a ser adotado neste ensaio:

$$SGV = i + \beta_1 BEF + \beta_2 Renda + \beta_3 BEF * Renda \quad (3)$$

onde i é o intercepto, β_1 e β_2 são coeficientes angulares, BEF é a variável independente de bem-estar financeiro, $Renda$ é a variável moderadora de renda, $\beta_3 BEF * Renda$ é o efeito moderador de X_2 em X_1 , e SGV é a variável dependente de Satisfação Global de Vida. Para a análise do modelo, considera-se a renda uma variável moderadora caso o coeficiente (β_3) seja estatisticamente significativo (HAYES, 2013). A estimação do modelo foi realizada a partir da

macro PROCESS desenvolvida por Andrew F. Hayes (HAYES; ROCKWOODA, 2017). A macro PROCESS desenvolvida por Andrew F. Hayes para estimação dos modelos de regressão com moderação está disponível em <http://www.processmacro.org/download.html>.

Para responder ao objetivo geral da pesquisa, estimou-se duas regressões lineares múltiplas, as quais visam identificar se as regras do pico-fim se aplicam à satisfação global de vida e ao bem-estar financeiro.

$$Y_iSGV = \alpha_0 + \beta_1F + \beta_2P + \varepsilon_i \quad (4)$$

$$Y_iBEF = \alpha_0 + \beta_1F + \beta_2P + \varepsilon_i \quad (5)$$

onde, Y_iSGV , na equação (4), representa a satisfação global de vida e Y_iBEF , na equação (5), o bem-estar financeiro. As variáveis independentes são representadas por P e F . Podemos ver que a variável F indica o Fim, que foi computada a partir da resposta de cada participante no último dia de avaliação momentânea. O P representa o Pico, quer dizer, a maior avaliação realizada pelo participante durante os 31 dias de avaliação experiencial. Ressalta-se ainda que a adequação da regressão foi averiguada mediante os testes de normalidade, autocorrelação, multicolinearidade e homocedasticidade. Para verificar a normalidade do erro, realizou-se o teste de *Kolmogorov-Smirnov* (KS) sob a hipótese nula de que a distribuição da série testada é normal. A detecção da autocorrelação entre os resíduos da regressão foi verificada através do teste de *DurbinWatson* sob a hipótese nula de ausência de correlação serial (GUJARATI; PORTER, 2011). A premissa da multicolinearidade dos fatores foi examinada através do Fator de Inflação de Variância (FIV). Para observar a homogeneidade utilizou-se o teste de Pesaran-Pesaran (HAIR et al., 2014).

Quadro 4 - Síntese das técnicas de análise de dados a serem adotadas para cada um dos objetivos específicos e hipóteses correspondentes.

Objetivos específicos	Técnica de análise de dados	Hipóteses correspondentes
i) investigar o perfil dos pesquisados;	Estatística descritiva das variáveis de perfil: média, desvio-padrão e frequência das respostas.	
ii) analisar a satisfação global de vida e o bem-estar financeiro considerando os dois eus;	Estatística descritiva: média, desvio-padrão e frequência das respostas. Confiabilidade das escalas: <i>Alfa de Cronbach</i> ; Teste de qui-quadrado	H1: A satisfação global de vida e o bem-estar financeiro são maiores quando avaliados pelo eu recordativo, mas menores quando avaliado pelo eu experiencial;

Quadro 4 - Síntese das técnicas de análise de dados a serem adotadas para cada um dos objetivos específicos e hipóteses correspondentes.

(Conclusão)

Objetivos específicos	Técnica de análise de dados	Hipóteses correspondentes
iii) verificar a relação da renda com a satisfação global de vida e o bem-estar financeiro considerando a avaliação retrospectiva e a avaliação momentânea;	Teste de diferença de média: One Way Anova	H2: Na avaliação retrospectiva a renda tem uma influência menor sobre a satisfação global de vida e bem-estar financeiro do que na avaliação momentânea.
v) investigar se a renda modera a relação entre bem-estar financeiro e satisfação global de vida.	Regressões simples com moderação	H3: A renda modera a relação entre Bem-estar Financeiro e Satisfação Global de vida tanto do eu experiencial quanto do eu recordativo.
Objetivo geral: A regra do pico-fim prediz a avaliação retrospectiva da satisfação global de vida e do bem-estar financeiro.	Regressão múltipla <i>Variáveis:</i> <u>Dependente:</u> - Média da avaliação retrospectiva de SGV e BEF; <u>Independentes:</u> - Pico: nível mais alto de SGV e BEF reportado no período; - Fim: avaliação no último dia de perguntas.	H4: A regra do pico-fim é um bom preditor da satisfação global de vida e do bem-estar financeiro.

Fonte: Elaborado pela autora.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esse tópico é subdividido em três blocos, onde são apresentados os resultados. No primeiro é apresentada a estatística descritiva da amostra e dos fatores investigados, detalhando as decisões do eu experiencial e do eu recordativo. Posteriormente são tratadas as relações entre satisfação global de vida, bem-estar financeiro e renda. E, enfim, é explorado o impacto da regra do pico-fim na satisfação global de vida e no bem-estar financeiro.

7.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A pesquisa contempla um estudo longitudinal de 32 dias, sendo 31 dias destinados a avaliação momentânea e 1 dia para avaliação recordativa. Durante esse período, os participantes tinham de responder diariamente como estavam se sentindo nos domínios de satisfação global de vida e bem-estar financeiro. Os questionamentos eram realizados a partir de uma escala de um único item e não exigiam mais de 30 segundos para o encaminhamento da resposta. Ainda que comprometendo um intervalo muito pequeno do dia, o percentual de evasão de respondentes foi de 72%. Dificuldade esta descrita por Maia et al. (2010) como uma das maiores de estudos longitudinais.

A amostra inicial desta pesquisa contemplava 191 participantes, ao longo dos dias esse número foi gradativamente se reduzindo. Ao final do período de pesquisa, apenas 52 indivíduos responderam a maioria das perguntas, os demais tiveram de ser excluídos por não atenderem ao pressuposto da pesquisa. Ressalta-se que, desses 52 participantes, 11 não responderam de 1 a 3 dias das perguntas. Segundo Hair et al. (2014) para até 10% de omissão das respostas a média é uma alternativa válida de substituição para evitar a exclusão dos casos. Desse modo, considerando 31 dias de pesquisa, 3 dias representa 9,6% — os quais foram substituídos pela média das respostas diárias, atendendo ao pressuposto sugerido pelos autores.

A Tabela 2 apresenta a estatística descritiva dos 52 participantes da amostra final.

Tabela 2 – Estatística descritiva do Ensaio 1

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Qual o seu Gênero?	Masculino	12	23,1
	Feminino	40	76,9
Estado Civil	Casado(a)	20	38,5
	Solteiro(a)	27	51,9
	Separado(a)	5	9,6
	Viúvo (a)	0	0,0

Tabela 2 – Estatística descritiva do Ensaio 1

(conclusão)

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Idade	Até 20 anos	13	25,0
	De 21 a 36 anos	13	25,0
	De 37 a 44 anos	15	28,8
	Mais do que 44 anos	11	21,2
Possui dependentes (filhos, enteados, pais)?	Não	32	61,5
	Sim	20	38,5
Qual seu nível de escolaridade?	Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série	5	9,6
	Ensino Médio	24	46,2
	Ensino Superior	8	15,4
	Pós-Graduação (Especialização)	15	28,8
Qual é a sua ocupação?	Assalariado com carteira de trabalho assinada	27	51,9
	Assalariado sem registro em carteira de trabalho	2	3,8
	Funcionário Público	9	17,3
	Autônomo regular (Paga INSS)	1	1,9
	Freelance / Bico	1	1,9
	Desempregado (à procura de emprego)	3	5,8
	Dona de casa	1	1,9
	Aposentado	2	3,8
	Estudante	4	7,7
	Outra	2	3,8

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A maior parte da amostra é formada por mulheres, representando 76,9% da amostra válida. A predominância feminina é justificada pelo fato de as instituições que firmaram parceria para o desenvolvimento da pesquisa possuírem em seu quadro de colaboradores e beneficiários um maior número de mulheres. Outros estudos com foco em avaliação de satisfação global de vida também tiveram as mulheres como maior parcela de suas amostras (KAHANEMAN et al., 2006; SMYTH et al., 2016; CAMPARA; VIEIRA; POTRISCH, 2017). Compreende-se que, para este estudo, esse aspecto não se mostra como significativo para a avaliação da SVG (valor 0,518, p -valor 0,795) nem do BEF (valor 0,197, p -valor 0,749), evidenciado pela significância do teste t .

Quanto ao estado civil, 51,9% são solteiros e 38,5% casados com idade média de 35 anos e não possuem filhos (61,5%). Provavelmente, o fato de não serem casados é uma explicação plausível para não possuírem dependentes. A amostra tem majoritariamente pessoas que já concluíram o ensino médio (46,2%), seguida por aqueles que possuem especialização

(28,8%). Esse perfil tem similaridade com os dados indicados pelo IBGE Cidades. Ainda não foram coletados os dados do censo de 2020, embora no censo de 2010 tenha sido indicado que a maioria dos habitantes da cidade de Florianópolis, tenham de 19 a 39 anos, ensino médio completo (33,7%) e ensino superior (31,5%) (IBGE, 2010). Finalmente, em relação à ocupação, 59,1% da amostra são assalariados com carteira assinada, congruente com os 64,5% da população ocupada segundo o IBGE (2017). A descrição do nível de renda pessoal e familiar estão descritos na Tabela 3.

Tabela 3 – Estatística descritiva de renda pessoal e familiar do Ensaio 1

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Qual a sua renda mensal?	Até R\$697,50	13	25,0
	De R\$697,50 a R\$1.700,00	13	25,0
	De R\$1.700 a R\$3.000,00	14	26,9
	Mais de R\$3.000,10	12	23,1
Qual a renda mensal da sua família?	Até R\$2.000,00	13	25,0
	De R\$2.001,00 a R\$3.500,00	13	25,0
	De R\$3.500,01 a R\$5.500,00	13	25,0
	Mais de R\$5.500,01	13	25,0

Nota: a taxa de câmbio em agosto de 2019 era de R\$4,14 em dólar

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

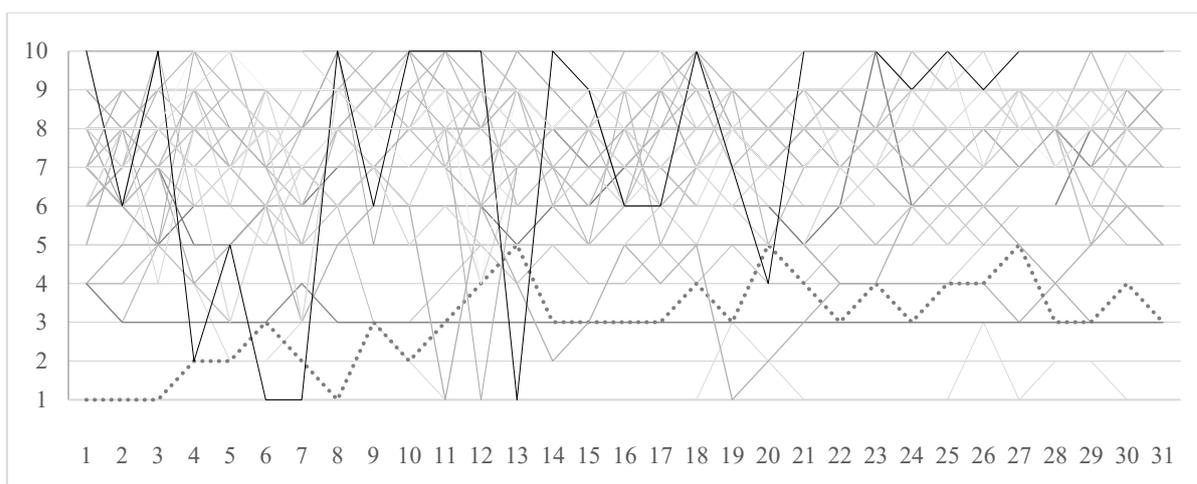
Ressalta-se que a coleta dos dados referente à renda não foi segregada em níveis. Os participantes precisavam indicar o número absoluto de suas remunerações, tanto pessoal quanto familiar. Posterior a aplicação da pesquisa, essas respostas foram subdivididas em quartis para que fosse possível realizar uma distinção entre os grupos, como ilustrado na Tabela 3. Tal como descrito na metodologia, o público-alvo da pesquisa eram pessoas nas quatro primeiras classes de rendimentos segundo indicadores do IBGE (Tabela 1); o que, de certa forma, foi atingido.

Analisando primeiramente o nível de renda pessoal, o público aqui investigado está em conformidade com os indicadores do IBGE. Analisando o primeiro quartil da renda pessoal, verifica-se que este é composto por pessoas que auferem renda mensal de até R\$697,50 (25%). Tal percentual vai ao encontro dos dados disponibilizados pelo IBGE (2017). Conforme o Instituto, 24,6% da população da cidade de Florianópolis recebia até meio salário mínimo no ano de 2017, correspondente a R\$468,50 — valor próximo ao primeiro quartil da renda mensal pessoal desta pesquisa. Já o salário médio dos trabalhadores formais mensais no ano de 2017 foi de 4,8 salários mínimos, o que correspondia a R\$4.497,60 (IBGE, 2017). Essa média foi superior à amostra aqui investigada se considerada a renda per capita de R\$2.455,40. Contudo, é congruente com a renda familiar, que foi em média R\$4.948,30.

Realizando um comparativo mais amplo, vinculado às classes de renda nacionais listadas pelo IBGE (POF 2017/18 - Tabela 1) e a renda familiar da amostra investigada, percebe-se que o objetivo de atingir na pesquisa as quatro primeiras classes de rendimento atribuídas pelo IBGE na pesquisa POF de 2017/2017 foi alcançado. No primeiro quartil, encontram-se as famílias que recebem até R\$2.000,00, convergente com a primeira faixa de rendimentos do IBGE de até R\$1.908,00. No último quartil, estão as famílias que recebem mais de R\$5.500, público convergente com a quarta classe de rendimentos indicada pela POF 2017/18.

Posterior à caracterização da amostra, busca-se investigar o nível de satisfação global de vida e bem-estar financeiro dos participantes, tanto pelo eu recordativo quanto pelo eu experiencial. A Ilustração 7 revela a satisfação global de vida momentânea por participantes.

Ilustração 7- Avaliação momentânea da Satisfação Global de Vida por participante



Nota: O eixo vertical representa a escala de SGV e o eixo horizontal cada um dos dias da avaliação momentânea. Cada uma das linhas representa as respostas diárias de cada um dos 52 participantes da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Cada uma das linhas da Ilustração 7 representa as respostas de cada um dos participantes, dia após dia, até completar os 31 dias de avaliação momentânea. A escala utilizada para avaliação é de 11 pontos: correspondendo o 0 à pior vida possível e 10 à melhor vida possível (CANTRIL, 1965). Salienta-se que nenhum participante reportou o nível 0.

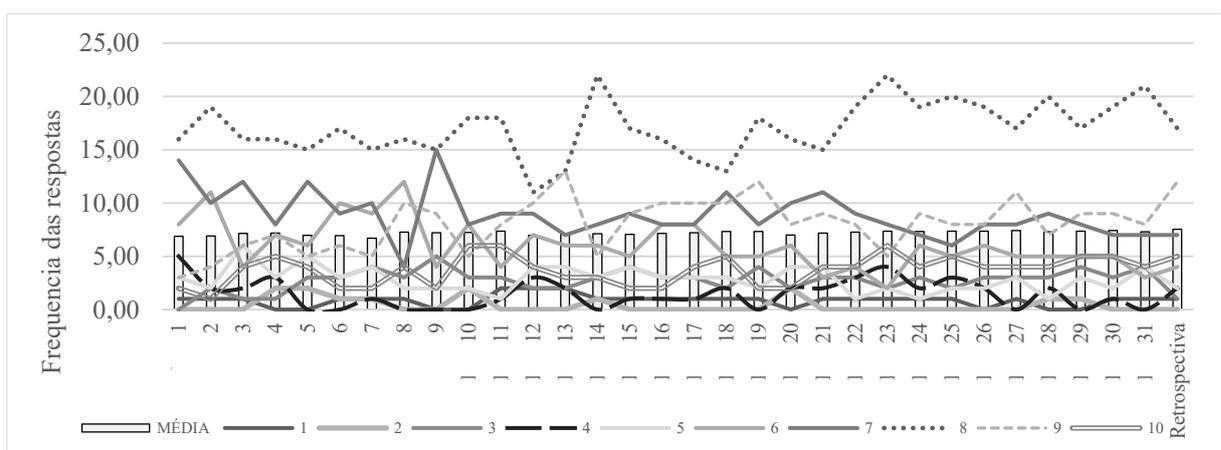
Os resultados revelam que há variação nas respostas de cada um dos participantes, reforçando que a SGV não apresenta uma avaliação estável intrasujeito. Para Diener et al. (1985), as pessoas realizam uma comparação entre suas vidas e o que consideram um padrão desejado ao avaliarem a satisfação global de vida. Porém, no momento em que esses padrões vão sendo alcançados, novas expectativas vão sendo criadas e uma nova avaliação de SGV é

realizada. Em vista disso, a SGV não é um fator estático, continuamente as pessoas vão recalibrando suas comparações e aspirações.

Para exemplificar tal comportamento, dois participantes foram destacados na Figura 7, representados um com uma linha pontilhada e outro com uma linha tracejada. Nos dois casos há variação na avaliação diária de SGV. O sujeito representado pela linha pontilhada inicia sua trajetória na pesquisa com uma avaliação a respeito de sua vida em nível 1 e finaliza indicando uma satisfação de nível 3. Já o sujeito da linha tracejada, inicia a avaliação momentânea indicando uma SGV em nível 10, mesmo que nos dias 6, 7 e 13 da pesquisa ele reporte estar completamente insatisfeito, exibindo uma avaliação em nível 1. Esses dados estão de acordo com a percepção de Diener et al. (1985) de que a SGV pode variar consideravelmente. Há diversas variáveis que podem influenciar essa variação, desde aspectos de perfil (MEHROTRA et al. 2018) até status (NGOO; TEY; TAN, 2015), influência do trabalho (COAD; BINDER, 2015) e da saúde mental (SULDO et al., 2014). Portanto, com os dados apresentados, avaliar apenas o eu recordativo não retrata os sentimentos do eu experiencial (KAHNEMAN, 2011).

Observando a Ilustração 7 como um todo, é possível verificar que a maior parte das respostas se concentra nos níveis 6 a 10 nas avaliações momentâneas. Tal resultado reflete que, mesmo momentaneamente, as percepções das pessoas que participaram desta pesquisa são positivas em relação às suas vidas. A Ilustração 8 exibe a frequência das respostas para cada um dos níveis de SGV.

Ilustração 8- Média da avaliação momentânea de Satisfação Global de Vida



Nota: O eixo vertical representa a frequência das respostas e o eixo horizontal cada um dos dias da avaliação momentânea e a avaliação retrospectiva. Cada uma das linhas indica um ponto da escala de SGV e as barras representam a média das respostas dos 52 participantes da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os resultados indicam que há uma maior frequência das respostas no nível 8 de SGV. Ou seja, os respondentes relatam estarem satisfeitos com suas vidas indicando que, de 0 a 10, estariam no degrau 8 da melhor vida possível. Com isso, a média das respostas momentâneas atingiu o valor de 7,19 (DP 1,71), sinalizando elevado nível de SGV. Utilizando a mesma escala, resultados semelhantes foram encontrados nos EUA, onde a média de SGV foi de 7,13 entre 115 trabalhadores (SMYTH et al., 2017).

Comparando as respostas momentâneas com a avaliação retrospectiva tem-se que a média da avaliação retrospectiva é de 7,54 (DP 1,94) e a média das respostas momentâneas é 7,19 (DP 7,19). Entretanto, a diferença entre elas não é estatisticamente significativa (teste de qui-quadrado: valor 405,78, *p*-valor. 0,213).

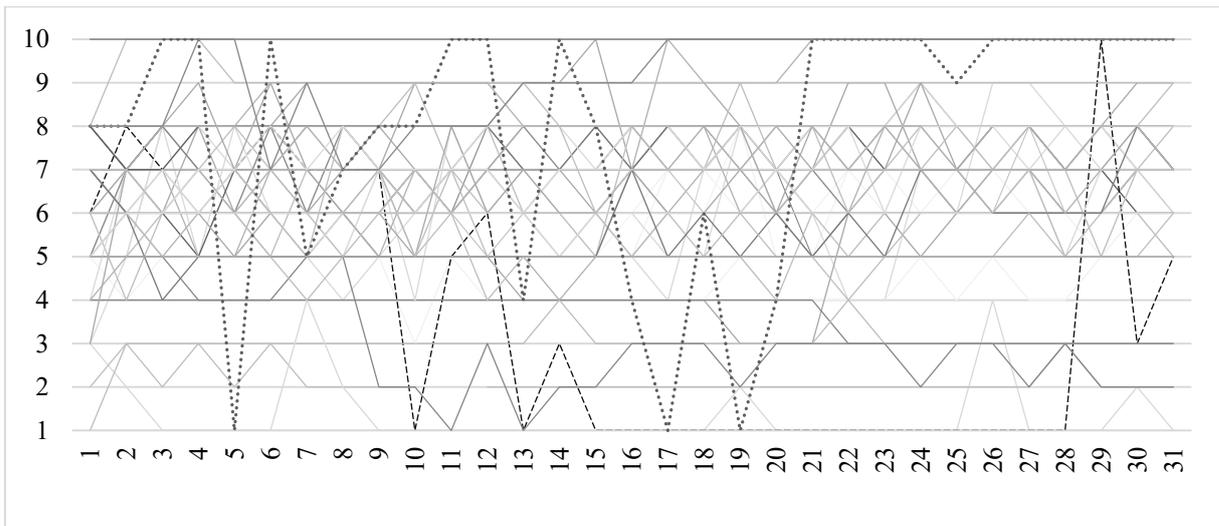
A menor média entre as avaliações momentâneas pode ser justificada a partir da eminência dos vieses de julgamento inerentes ao eu recordativo. Dada a regra do pico-fim, a avaliação retrospectiva pode considerar em sua percepção apenas os picos de satisfação e o momento exatamente anterior ao término dessas experiências, possivelmente induzindo a uma avaliação mais positiva. Por outro lado, o eu experiencial está exposto aos acontecimentos diários e tensões em muitos âmbitos da vida. Saúde mental (SULDO et al., 2014), trabalho (COAD; BINDER, 2014), relações sociais (DIENER, 1984), dentre outras, podem influenciar negativamente a satisfação com a vida momentânea. Tais vivências reduzem a euforia em relação aos momentos vividos ainda que, por vezes, não sejam lembradas pelo eu recordativo (KAHNEMAN; RIIS, 2005). Tal pressuposição foi confirmada, já que a regra do pico-fim foi validada como preditora da satisfação global de vida (item 5.3 dos resultados deste primeiro ensaio).

Outra justificativa pode estar vinculada à heurística da disponibilidade, que representa a facilidade com que as ocorrências vêm à mente (TVERSKY; KAHNEMAN, 1973). Segundo Kahneman (2011), experiências pessoais, fotos e exemplos marcantes podem ser mais presentes na memória do que estatísticas ou acontecimentos de menor intensidade; o que pode distorcer as avaliações do eu recordativo. Dessa maneira, o mundo observado pelas lembranças não é uma réplica perfeita da realidade. Ele sempre pode dar maior ênfase a determinadas situações (KAHNEMAN, 2011). Logo, conjectura-se que essa heurística também possa influenciar a avaliação retrospectiva a respeito da satisfação global de vida. Os acontecimentos com maior intensidade são lembrados mais facilmente pela disponibilidade com que vêm à mente e, com isso, têm potencial influência. No caso do estudo em questão, o nível de SGV reportado pelos respondentes é elevado. Logo, é possível que existam mais ocasiões que gerem um afeto

positivo e, conseqüentemente, sejam reportadas pelo eu recordativo com mais entusiasmo, fazendo com que essa avaliação seja superior à percepção do eu experiencial.

Resultados semelhantes aos reportados para a satisfação global de vida também foram identificados em relação ao bem-estar financeiro. A Ilustração 9 representa as avaliações momentâneas de cada um dos sujeitos em relação a esta variável.

Ilustração 9- Avaliação momentânea de Bem-Estar Financeiro por participante



Nota: O eixo vertical representa a escala de BEF e o eixo horizontal cada um dos dias da avaliação momentânea. Cada uma das linhas representa as respostas diárias de cada um dos 52 participantes da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

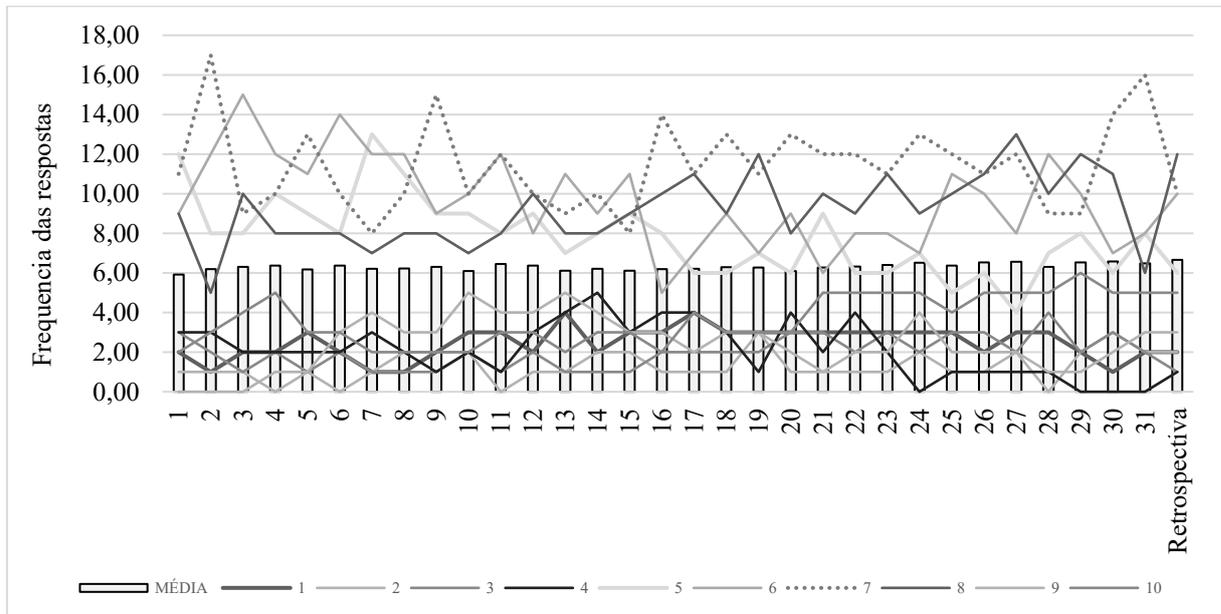
Da mesma forma que na Ilustração 7, a ilustração 9 reporta a avaliação momentânea de cada um dos indivíduos. No entanto, agora os resultados são correspondentes ao Bem-Estar Financeiro. Como exemplo, dentre as avaliações dos respondentes, destacou-se duas – representadas por uma linha pontilhada e outra tracejada. Nos dois casos é perceptível a oscilação das respostas que, por muitas vezes, sai de 1 a 10 e vice-versa, tendo como exemplo a resposta nos dias 28 e 29 do indivíduo indicado pela linha tracejada. Tais alterações momentâneas na percepção de bem-estar financeiro podem estar relacionadas com tensões diárias, provavelmente dificuldade de arcar com algum compromisso no presente. Ou mesmo maiores níveis de ansiedade ao deslumbrarem o futuro, já que o BEF está diretamente vinculado com a percepção de adequação da renda para suprir necessidades tanto presentes quanto futuras (CHAN; CHAN; CHAU, 2012).

De modo geral, contrário ao que foi evidenciado na Ilustração 7 em que as percepções dos participantes se concentravam nos níveis 6 a 10 de SGV, a concentração das respostas na

avaliação do bem-estar financeiro ficou nos níveis 5 a 8. Resultados semelhantes foram identificados por Porter e Garman (1993), os precursores da utilização da escala de Cantril (1965) direcionada ao bem-estar financeiro. Os autores enviaram uma pesquisa por correio aos moradores de Vigília e os 506 respondentes válidos revelaram maior frequência das respostas dentro dos níveis 6 a 8, exibindo elevado bem-estar financeiro. Anos mais tarde, Malaysia (2011) desenvolveu uma pesquisa com 350 estudantes da Malásia e os resultados com a escala adaptada de Cantril (1965) também indicaram bem-estar financeiro de intermediário para alto.

Assim como na Ilustração 8, a Ilustração 10 revela a frequência das respostas relativas ao bem-estar financeiro nos 31 dias de avaliação momentânea para cada um dos níveis de BEF, e também incorpora a média das respostas da avaliação momentânea e retrospectiva.

Ilustração 10 - Média da avaliação momentânea do Bem-Estar Financeiro



Nota: O eixo vertical representa a frequência das respostas e o eixo horizontal cada um dos dias da avaliação momentânea e a avaliação retrospectiva. Cada uma das linhas indica um ponto da escala de BEF e as barras representam a média das respostas dos 52 participantes da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Percebe-se que a concentração das respostas está no limiar de 6 pontos, o que indica que os participantes não estão considerando suas condições financeiras de forma negativa, mas que também não revelam elevado bem-estar financeiro como o fizeram com a SGV. Explorando as respostas momentâneas e retrospectiva, percebe-se que, igualmente na avaliação de SGV, a média do nível de BEF momentâneo (média, 6,3; DP 1,94) é inferior ao BEF retrospectivo

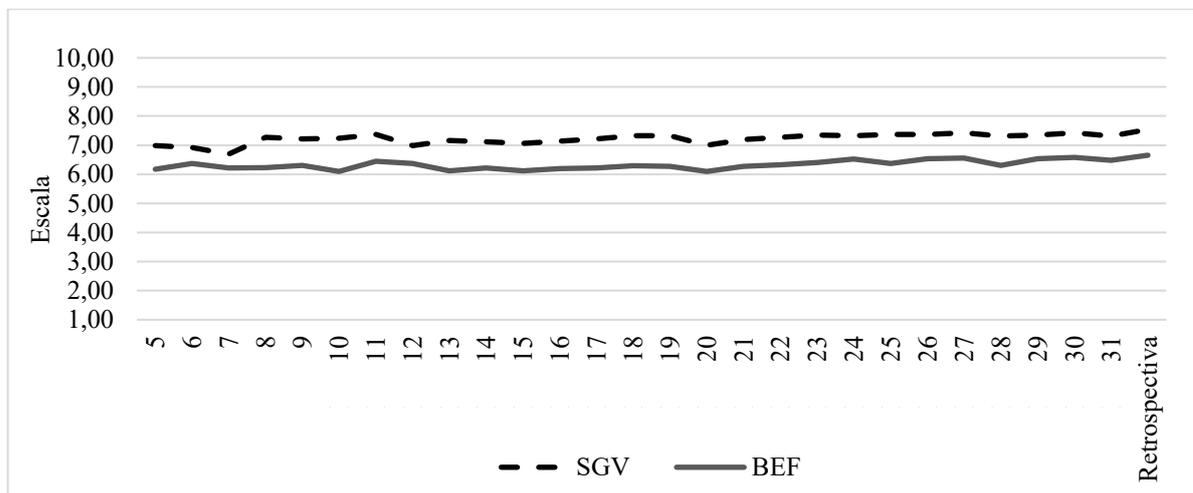
(média 6,65; DP 2,18), com diferença significativa ao nível de 10% (teste de qui-quadrado: valor 460,63, p -valor 0,100).

Assim, é evidente que a avaliação momentânea do BEF é menor do que a retrospectiva. Se consideradas as justificativas para a SGV, as tensões em relação ao dinheiro podem ter impacto mais direto no BEF do que acontecimentos genéricos relacionados a SGV. Provavelmente, esse mesmo mecanismo avaliativo seja reportado ao avaliar o bem-estar financeiro, já que as tensões diárias para arcar com os compromissos podem reduzir a percepção de bem-estar financeiro experimentado (VLAEV; ELLIOTT, 2014). Mas, ao recordar, a memória acaba acessando apenas o resultado final dos conflitos vivenciados que, se favoráveis, desencadeiam avaliação retrospectiva positiva.

Essas pressuposições vão ao encontro da regra do pico-fim. A avaliação retrospectiva do BEF pode estar sendo reportada baseada nos picos de bem-estar e no momento final — já que estas memórias possivelmente são as primeiras que vêm à mente, confirmado o efeito da heurística da disponibilidade.

Na Ilustração 11 é apresentada a média das respostas, comparando o bem-estar financeiro com a satisfação global de via.

Ilustração 11 - Média das respostas momentâneas



Nota: O eixo vertical representa a escala de SGV e BEF e o eixo horizontal cada um dos dias da avaliação momentânea e finalmente a avaliação retrospectiva. A linha tracejada indica a média das respostas de SGV e a linha contínua ilustra a média das respostas de BEF.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ressalta-se que as médias das respostas de BEF são inferiores as de SGV, tanto momentaneamente quanto retrospectivamente. A média das respostas de SGV gira em torno de 7 a 10 e as de BEF, de 5 a 8. Isso pode se dar ao fato de que o bem-estar financeiro é apenas

um componente da SGV e que outros âmbitos da vida podem estar contribuindo para satisfação global de vida superior (DIENER; BISWAS-DIENER, 2002).

Verificando a correlação entre os dois fatores, identifica-se que, tanto momentaneamente (valor 0,868; *p*-valor 0,0000) quanto retrospectivamente (valor 0,856; *p*-valor 0,000), são avaliações significativas e positivas, sinalizando que o aumento do BEF acarreta uma ampliação da SGV. O’Neill et al. (2005) indicam que esse é o natural, já que as pessoas se tornam mais satisfeitas com a vida quando estão financeiramente seguras e livres de compromissos monetários que gerem maiores tensões, havendo disponibilidade para se atender às necessidades e às aspirações (MYERS; DIENER, 1995). Em contrapartida, indivíduos com situações financeiras instáveis podem ter uma menor percepção de satisfação global (KAHANA et al., 1995).

Antes de adentrar nas demais análises do estudo, realizou-se alguns testes para validar as escalas aqui empregadas e as variáveis criadas. Inicialmente, seus resultados foram comparados com escalas de SGV e o BEF com múltiplos itens – amplamente utilizadas e – para certificar-se de que as variáveis de um único item utilizadas para avaliar a SGV e BEF momentâneo e retrospectivo estivessem realmente avaliando esses construtos. A Tabela 4 representa a estatística descritiva da escala de satisfação global de vida de Diener et al. (1985).

Tabela 4 – Média, frequência e percentual das respostas de satisfação global de vida

Variáveis	Média	Discordo totalmente	Discordo	Discordo ligeiramente	Nem concordo nem discordo	Concordo ligeiramente	Concordo	Concordo totalmente
Na maioria dos aspectos, minha vida é próxima ao meu ideal.	5,12	1 [1,9]	2 [3,8]	2 [3,8]	8 [15,4]	13 [25]	24 [46,2]	2 [3,8]
As condições da minha vida são excelentes.	4,69	2 [3,8]	5 [9,6]	2 [3,8]	10 [19,2]	14 [26,9]	17 [32,7]	2 [3,8]
Estou satisfeito(a) com minha vida.	5,02	2 [3,8]	2 [3,8]	7 [13,5]	2 [3,8]	14 [26,9]	19 [36,5]	6 [11,5]
Dentro do possível, tenho conseguido as coisas importantes que quero da vida.	5,54	1 [1,9]	1 [1,9]	2 [3,8]	4 [7,7]	8 [15,4]	29 [55,8]	7 [13,5]
Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida.	4,25	6 [11,5]	6 [11,5]	8 [15,4]	3 [5,8]	12 [23,1]	12 [23,1]	5 [9,6]

Nota: [] percentual de respondentes

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Observando a média e a frequência das respostas é perceptível que há uma maior concentração nos níveis de 4 a 5, confirmando que os indivíduos avaliam suas vidas de maneira positiva. Detalhadamente, destaca-se que a pergunta referente a “estar conseguindo as coisas que almeja na vida” é a que apresenta maior média. O que pode justificar o fato de os indivíduos estarem apresentando um bem-estar financeiro positivo (média 5,54; DP 1,24). Os pesquisados ainda reportam que suas vidas estão próximas da ideal (média 5,12; DP 1,26) e que estão satisfeitos com a vida (média 5,02; DP 1,55).

Médias menores são exibidas quando questionados se gostariam de alterar algo em suas vidas (média 4,25; DP 1,91) e se as condições de sua vida estão excelentes (média 4,69; DP 1,50). Mesmo que menores, ainda são consideradas respostas positivas. Resultados semelhantes foram encontrados com amostras de adolescentes na Espanha (ORTUÑO-SIERRA et al., 2017; ESNAOLA et al., 2017). Ao pesquisarem, respectivamente, 1020 e 710 adolescentes, os autores descobriram que a média das respostas também foi ao todo de 4 a 5, sendo que a questão 3 – “Estou satisfeito(a) com minha vida?” –que apresentou melhor avaliação nos dois estudos (média 5,30, DP 1,51, e média 5,57, DP 1,50).

Em pesquisa realizada com americanos (n = 241) e brasileiros (n = 1388) os resultados também convergem aos aqui apresentados. Considerando-se apenas a amostra de brasileiros, a variável que exibiu melhor avaliação entre os pesquisados – possuir tudo que precisa (média 4,67, DP 1,97) – foi a mesma que a do nosso estudo (ZANON et al., 2014). Todos esses resultados indicam que boa parte da população mundial possui níveis intermediário e elevado de satisfação com a vida. A Tabela 5 descreve a estatística descritiva da escala de bem-estar financeiro.

Tabela 5 – Média e frequência das respostas de bem-estar financeiro

Variáveis	Média**	Discordo totalmente	Discordo	Discordo ligeiramente	Nem concordo nem discordo	Concordo ligeiramente	Concordo	Concordo totalmente
Você se sente financeiramente satisfeito.	4,08	2 [3,8]	8 [15,4]	10 [19,2]	8 [15,4]	14 [26,9]	8 [15,4]	2 [3,8]
Você acredita estar em uma boa situação financeira.	4,25	2 [3,8]	9 [17,3]	4 [7,7]	12 [23,1]	12 [23,1]	10 [19,2]	3 [5,8]
Daqui a 1 ano, você pretende ter pago todas suas dívidas.	5,69	2 [3,8]	2 [3,8]	1 [1,9]	3 [5,8]	5 [9,6]	23 [44,2]	16 [30,8]
Daqui a 5 anos, você pretende ter pago todas as suas dívidas	6,384	0 [0,0]	0 [0,0]	3 [5,8]	2 [3,8]	1 [1,9]	12 [23,1]	34 [65,4]

Tabela 5 – Média e frequência das respostas de bem-estar financeiro

(conclusão)

Variáveis	Média**	Discordo totalmente	Discordo	Discordo ligeiramente	Nem concordo nem discordo	Concordo ligeiramente	Concordo	Concordo totalmente
Você se sente desconfortável com a quantia que deve.*	3,923	7 [13,5]	10 [19,2]	6 [11,5]	11 [21,2]	3 [5,8]	5 [9,6]	10 [19,2]
Você se preocupa constantemente com o pagamento de suas dívidas.*	3,480	12 [23,1]	9 [17,3]	8 [15,4]	8 [15,4]	2 [3,8]	6 [11,5]	7 [13,5]
Você pensa muito em suas dívidas.*	3,653	8 [15,4]	10 [19,2]	6 [11,5]	12 [23,1]	6 [11,5]	4 [7,7]	6 [11,5]
Você tem tido discussões com outras pessoas (pais, amigos, esposo(a) e outros) relacionado a sua dívida.*	5,000	2 [3,8]	8 [15,4]	2 [3,8]	9 [17,3]	2 [3,8]	13 [25,0]	16 [30,8]

Nota: * Questões invertidas. ** Quanto maior a média das respostas melhor o Bem-estar Financeiro

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

De modo geral, percebe-se que a média das respostas em relação ao bem-estar financeiro gira em torno de 3 a 6, revelando níveis menores de satisfação com o dinheiro se comparados às avaliações realizadas acerca da vida como um todo; o que ratifica os resultados descritos com as escalas de um único item. Destaca-se a perspectiva otimista dos participantes em relação às suas condições futuras, em que as médias das respostas chegam a 6,38 (DP 1,19) se considerado o prazo de 5 anos, e 5,69 (DP 1,58) para 1 ano. Essa concepção positiva em relação ao futuro remete a um fator importante na contribuição do bem-estar financeiro (NETEMEYER et al., 2017). Contrapondo esse otimismo sobre o futuro da amostra aqui investigada com uma pesquisa realizada com 495 brasileiros, os resultados são idênticos (CAMPARA; VIEIRA; POTRICH, 2017). Essas autoras também constataram elevados níveis de esperança com o futuro, se observadas essas duas variáveis, mesmo a pesquisa tendo sido realizada com pessoas de baixa renda.

Em contrapartida, a capacidade de arcar com os compromissos financeiros firmados é uma preocupação constante entre os participantes. Estes revelam se preocupar com o pagamento das dívidas (média 3,48; DP 2,10), pensam sobre elas (média 3,65, DP 1,91) e se sentem desconfortáveis com a quantia da dívida (média 3,92, DP 2,08). Embora o desvio-padrão dessas respostas tenha sido maior, mostrando que há uma parte da amostra que não

apresenta essas preocupações isso também pode ser verificado ao se observar a frequência das respostas na Tabela 5. Provavelmente essas pessoas que não indicaram essas preocupações não possuem dívida no momento, o que amplia significativamente o nível de bem-estar financeiro (GUTTER; COPUR, 2011).

Essa discrepância entre a avaliação da condição presente e futura não é um resultado restrito dessa amostra. Campara, Vieira e Potrich (2017) descreveram resultados semelhantes, de mesmo modo que Diniz et al. (2014). Estas últimas, ao pesquisarem 629 pessoas no estado do Maranhão, evidenciaram elevada preocupação com dívidas no presente, mas otimismo em relação ao pagamento futuro das contas com o cartão de crédito. A explicação para esse fenômeno é que as restrições no presente acabam evidentes e reais, o que implica maiores tensões, mas a probabilidade de imaginar o futuro de maneira mais subjetiva pode contribuir para avaliações mais favoráveis (WILLIAMS; STEIN; GALGUERA, 2013). Essa justificativa converge com os resultados descritos nas avaliações momentâneas e recordativas do bem-estar financeiro.

A Tabela 6 representa a média geral dos fatores de SGV e BEF, juntamente com a média, mediana, desvio-padrão e o alfa de Cronbach que mede a validade interna das escalas.

Tabela 6 - Estatística descritiva e confiabilidade das escalas de SGV e BEF

Fatores	Média	Mediana	Desvio-padrão	Alfa de Cronbach
Satisfação Global de Vida	4,93	5,3	1,175	0,850
Bem-estar Financeiro	4,51	4,53	1,001	0,679

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Primeiramente, discutindo apenas o nível de SGV e BEF, ratifica-se que os participantes da pesquisa possuem percepções favoráveis em relação aos dois fatores. A média de 5,93 na SGV, convergindo para 5, indica que a amostra concorda ligeiramente com as afirmativas apresentadas. Como também concorda com os resultados exibidos por Ortuño-Sierra et al. (2017) em que a média foi de 4,88. Ao se tratar do BEF, a média indicada foi de 4,51, ou seja, os respondentes estão entre as respostas “nem concordo nem discordo” e “concordo ligeiramente”. Esse fato revela percepções mais positivas do que negativas ao se tratar das finanças, mesmo que não possamos afirmar que possuam elevado BEF.

Comparando os resultados das duas escalas, observa-se que a média de satisfação global de vida é superior à do bem-estar financeiro, confirmando os resultados do Gráfico 5. Portanto,

essa é a primeira evidência de que os resultados, independentemente de serem avaliados por meio de uma escala de um único item ou de múltiplos itens, são análogos. O que aponta para a robustez desses resultados. Diretamente relacionado com a validade interna das escalas, o alfa de Cronbach superior a 0,6 (HAIR et al., 2014), confirmando a consistência das escalas, tanto para a escala de SGV (ORTUÑO-SIERRA et al., 2017; ESNAOLA et al., 2017; ZANON et al., 2014) quanto para a de BEF (NORVILITIS; SZABLICKI; WILSON, 2003; CAMPARA; VIEIRA; POTRICH, 2017; DINIZ et al. 2014).

A partir da confirmação da consistência das escalas, busca-se verificar se suas respostas estão correlacionadas com a pergunta geral utilizada no trabalho, a fim de assegurar a utilização de uma pergunta de um único item para as avaliações momentâneas e retrospectivas. A Tabela 7 exibe os resultados do teste de correlação.

Tabela 7 – Correlação entre as escalas de SGV e BEF e suas respectivas avaliações retrospectivas

Correlação	Avaliação Retrospectiva da Satisfação Global de Vida	Avaliação Retrospectiva do Bem-Estar Financeiro
Satisfação Global de Vida	0,667 (0,000)	0,666 (0,000)
Bem-estar Financeiro	0,380 (0,005)	0,512 (0,000)

Nota: () *p*-valor

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A validade das medidas de SGV e BEF de um único item são garantidas na medida em que há correlação entre elas e os respectivos fatores criados com as escalas de múltiplos itens, tal foi sugerido por Kahneman e Krueger (2006). Destaca-se também que há correlação entre o bem-estar financeiro e a satisfação global de vida, com um coeficiente positivo. Isso indica que um aumento no bem-estar financeiro também amplia a satisfação global de vida, como já reportado por outros estudos (O'NEILL et al., 2005; BINDER; COAD, 2014).

A partir dos favoráveis resultados em relação às variáveis adotadas para o estudo, busca-se averiguar se a média das respostas momentâneas é efetivamente uma variável válida para atestar a SGV e o BEF momentâneos. Para isso, foi estimada uma correlação entre cada um dos dias de interpolação e a média dessas avaliações (Tabela 8).

Tabela 8 - Correlação entre o eu experimentado e a média dessas respostas momentâneas

Dias da avaliação momentânea	Média da Satisfação Global de Vida Momentânea	Média do Bem-Estar Financeiro Momentâneo
1	0,766***	0,787***
2	0,812***	0,849***
3	0,744***	0,876***
4	0,798***	0,903***
5	0,850***	0,806***
6	0,767***	0,874***
7	0,705***	0,869***
8	0,897***	0,890***
9	0,899***	0,912***
10	0,878***	0,906***
11	0,934***	0,914***
12	0,755***	0,928***
13	0,823***	0,903***
14	0,911***	0,924***
15	0,923***	0,929***
16	0,921***	0,919***
17	0,920***	0,857***
18	0,917***	0,946***
19	0,924***	0,842***
20	0,874***	0,918***
21	0,947***	0,940***
22	0,939***	0,929***
23	0,906***	0,945***
24	0,925***	0,940***
25	0,920***	0,942***
26	0,936***	0,912***
27	0,925***	0,927***
28	0,956***	0,933***
29	0,907***	0,864***
30	0,913***	0,944***
31	0,936***	0,941***

Nota: *** p -valor < 0,001

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os resultados, tanto para SGV quanto para BEF, foram satisfatórios. Durante todos os dias a correlação é considerada forte, variando de 0,700 a 0,950 com nível de significância de 1%. Por conta disso, utiliza-se com segurança a média das respostas do eu momentâneo para representar essas avaliações, tal como realizado por Oishi (2002).

Mas antes de adentrarmos nas avaliações das relações entre as variáveis, é relevante verificar se o dia de início da pesquisa e o mês da realização não poderiam interferir no nível

de SGV e BEF, o que exigiria o controle dessas variáveis no restante do estudo. Essa avaliação foi necessária já que cada um dos grupos integrantes da pesquisa iniciou sua participação ao assistirem à palestra sobre educação financeira, não sendo possível que todos adentrassem ao mesmo tempo para realização das avaliações momentâneas. Então, foi estimada uma correlação entre essas duas variáveis (dia de início e mês) e a avaliação momentânea e retrospectiva tanto de SGV quanto de BEF (Tabela 9).

Tabela 9 – Correlação entre o dia de início da pesquisa e o mês em relação a SGV e BEF

Variáveis	DIA	MÊS
Avaliação Momentânea de Satisfação Global de Vida	0,021 (0,881)	-0,242 (0,084)
Avaliação Retrospectiva de Satisfação Global de Vida	-0,014 (0,919)	-0,184 (0,191)
Avaliação Momentânea de Bem-Estar Financeiro	0,002 (0,989)	-0,222 (0,113)
Avaliação Retrospectiva do Bem-Estar Financeiro	0,028 (0,846)	-0,215 (0,125)

Nota: () *p*-valor

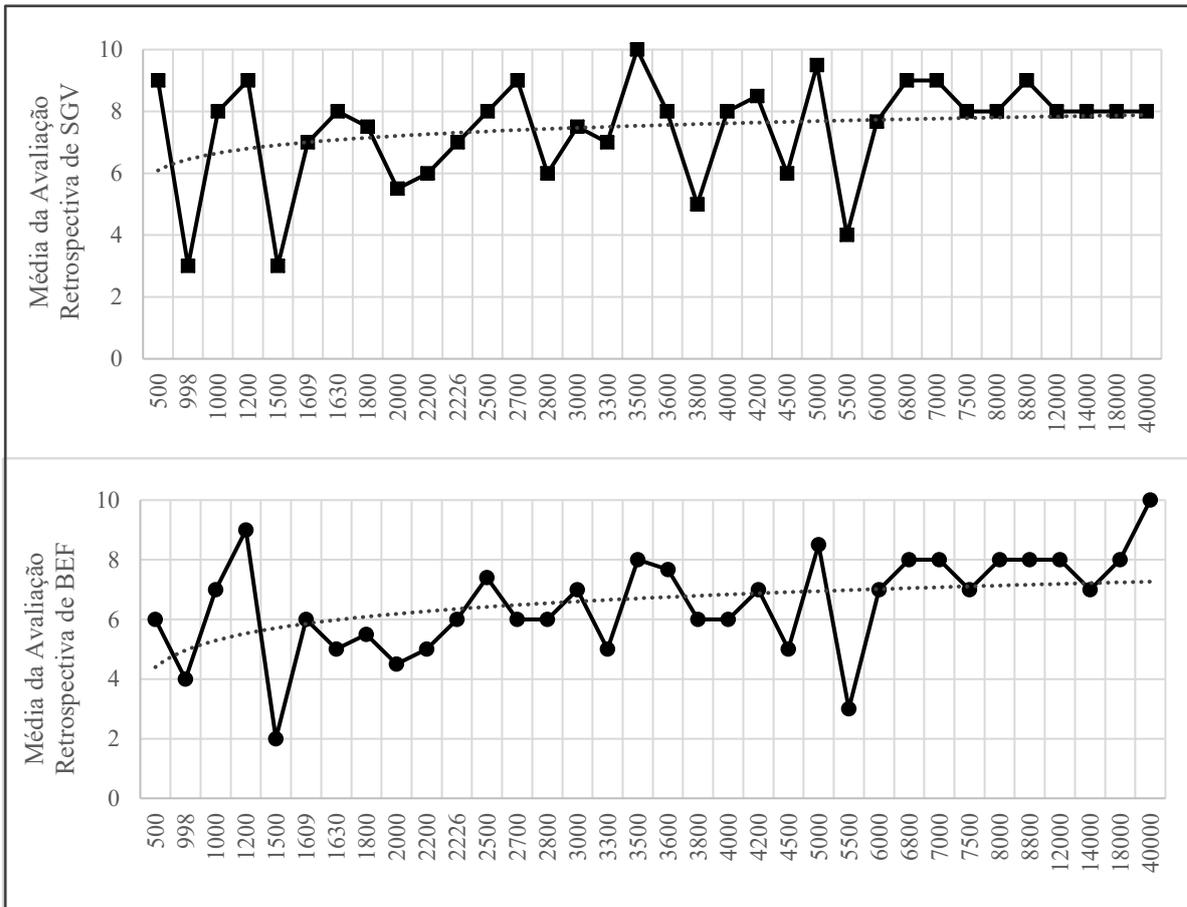
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os resultados evidenciam que o dia de início da pesquisa e o mês da realização não são variáveis determinantes para a consolidação da SGV ou BEF tanto momentâneos quanto recordativos. Reforçando a robustez desses testes, estimou-se uma regressão múltipla. Mas nem mesmo o teste F se mostrou significativo ($F = 16,744$; *p*-valor 0,412), revelando que o modelo não era significativo como um todo. Esses resultados indicam que as variáveis dia de início e mês não precisam ser controladas no restante do trabalho, já que não geram impacto algum para os fatores investigados.

7.2 RELAÇÃO ENTRE RENDA E SGV E BEF

Neste segundo momento da análise dos resultados, o objetivo é discutir a relação entre a renda e as variáveis SGV e BEF. Constantemente, estudos buscam responder se dinheiro traz felicidade (DIENER et al., 2010; BECCHETTI; ROSSETTI, 2009), mas pouco se sabe sobre a implicação disso para as avaliações momentâneas e recordativas. Antes de adentrar nos testes para avaliar essas relações, exibe-se a Ilustração 12, que representa o nível de SGV e BEF para cada nível de renda utilizando a variável quantitativa.

Ilustração 12 – Relação de renda familiar com a SGV e BEF



Nota: No eixo vertical é retratado a escala de SGV e BEF, no eixo horizontal o nível de renda familiar. Para SGV (y) a função da equação é dada por $y = 0,0525x + 6,4982$ e o R^2 é 0,092; já para o BEF (y) a função da equação é dada por $y = 0,0875x + 4,9852$ e o R^2 é 0,259.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ao analisar o Gráfico 6 verifica-se que a linha de tendência tem uma leve inclinação positiva, indicando menores níveis de SGV e BEF dentre aqueles que possuem um menor nível de renda. O nível de explicação da renda para SGV é de 9,2% (R^2) e para o BEF é de 25,9% (R^2). Esses resultados são um indício de que um aumento no nível de renda permite com que os indivíduos supram suas aspirações e, com isso, ampliem sua utilidade (BOYCE; BROWN; MOORRE, 2010), elevando a satisfação com a vida (DIENER; DIENER, 2009; CHEUNG; LUCAS, 2015) e o bem-estar financeiro (POPOVA; PISHNIAK, 2017; BRÜGGEN et al., 2017).

A partir desses resultados iniciais, busca-se investigar a relação entre a renda e a SGV e BEF experimentados e recordados. Para isso, foram estimados testes de diferença de média. A Tabela 10 revela os testes para avaliação momentânea considerando a SGV e o BEF.

Tabela 10 – Teste de diferença de média da renda pessoal e familiar e a SGV e o BEF momentâneo

Dias	Renda Pessoal				Renda Familiar			
	Satisfação Global de Vida		Bem-estar Financeiro		Satisfação Global de Vida		Bem-Estar Financeiro	
	Valor	<i>p</i> -valor	Valor	<i>p</i> -valor	Valor	<i>p</i> -valor	Valor	<i>p</i> -valor
1	12,484	0,228	20,192	0,152	49,813	0,000	61,166	0,000
2	13,361	0,206	12,141	0,287	32,414	0,009	18,495	0,123
3	8,399	0,491	14,072	0,314	26,382	0,040	20,075	0,167
4	24,347	0,097	27,276	0,081	28,089	0,057	39,596	0,019
5	24,404	0,090	28,276	0,080	45,231	0,004	41,123	0,017
6	15,232	0,255	16,765	0,223	23,436	0,099	25,416	0,083
7	26,270	0,087	31,443	0,023	21,306	0,160	47,174	0,002
8	10,516	0,435	38,668	0,009	15,532	0,260	59,403	0,000
9	12,124	0,278	26,885	0,078	26,822	0,029	45,291	0,007
10	6,592	0,660	36,942	0,057	24,034	0,101	78,255	0,000
11	10,391	0,532	35,282	0,035	23,928	0,163	42,692	0,015
12	28,693	0,105	38,225	0,033	38,061	0,040	55,186	0,004
13	31,773	0,070	55,784	0,010	33,489	0,061	73,147	0,002
14	19,861	0,158	47,342	0,015	29,506	0,051	70,480	0,001
15	17,619	0,217	51,177	0,013	25,459	0,086	69,142	0,002
16	16,360	0,216	43,187	0,024	31,952	0,027	72,155	0,001
17	10,630	0,451	54,596	0,018	17,097	0,227	61,142	0,010
18	9,508	0,490	37,739	0,045	15,051	0,283	48,061	0,016
19	13,418	0,318	33,141	0,109	20,998	0,132	40,480	0,056
20	22,258	0,106	45,026	0,022	19,774	0,145	58,250	0,006
21	14,391	0,319	34,347	0,088	22,405	0,141	56,975	0,011
22	5,284	0,733	22,908	0,233	25,240	0,096	60,160	0,008
23	6,797	0,649	37,141	0,072	29,237	0,061	69,856	0,003
24	14,039	0,311	21,289	0,285	38,878	0,015	53,418	0,018
25	9,004	0,521	20,616	0,250	29,409	0,054	58,827	0,006
26	11,641	0,300	17,482	0,301	23,291	0,056	38,808	0,039
27	10,603	0,423	16,322	0,403	30,978	0,036	55,557	0,014
28	7,670	0,547	24,931	0,173	22,152	0,098	43,281	0,031
29	8,693	0,536	17,078	0,339	26,259	0,073	34,567	0,072
30	5,258	0,726	16,847	0,326	25,491	0,086	45,337	0,021
31	7,846	0,591	21,931	0,205	26,423	0,085	55,347	0,006

Nota: Em negrito relações significativas abaixo de 10%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na Tabela 10 foram distinguidos os resultados para renda pessoal e renda familiar. Em uma primeira análise, o que já pode ser destacado é que a relação da renda familiar para avaliação momentânea é mais representativa, para a SGV e para o BEF, do que a renda pessoal – há um maior número de dias com significância estatística. Conjectura-se que a maior parte

das famílias dividam os compromissos financeiros. Dessa forma, se a renda de uma pessoa não for suficiente para suprir as necessidades e a renda familiar o for, isso impacta positivamente. Agora, se a renda familiar não for o suficiente para arcar com todos os dispêndios, há uma maior possibilidade de gerar maior instabilidade na SGV e no BEF.

Além disso, verifica-se que não são em todos os dias que a renda impacta a avaliação, o que pode estar diretamente relacionado com as tensões vivenciadas. Ademais, é perceptível que a renda possui uma maior relação, em termos de número de dias, com o BEF do que com a SGV, o que era de se esperar, já que o BEF tem a renda como um dos seus componentes (BRÜGGEN et al., 2017).

Com esses resultados iniciais, parte-se para resultados mais específicos, direcionados para cada nível de renda e seu impacto na avaliação retrospectiva e momentânea, ressaltando que a avaliação momentânea está representada pela média das respostas diárias de cada um dos participantes. Ademais, dado aos resultados serem menos significativos para renda pessoas, a análises seguintes abrangem apenas a renda pessoal. As Tabela 11 e 12 exibem a média das respostas para cada nível de renda familiar para SGV (Tabela 11) e BEF (Tabela 12). Apresentam, também, o teste de qui-quadrado buscando identificar se há diferença entre a avaliação momentânea e a avaliação retrospectiva para cada nível de renda avaliado. Finalmente, mostramos o teste de diferença de média, ANOVA, para investigar a relação da renda familiar na avaliação momentânea e retrospectiva da SGV (Tabela 11) e BEF (Tabela 12).

Tabela 11 – Média da avaliação retrospectiva e momentânea da satisfação global de vida para cada nível de renda, teste de diferença de média de renda e qui-quadrado

Nível de renda	Avaliação momentânea	Avaliação Retrospectiva	Qui-quadrado
R1	6,18	6,40	91,000 (0,282)
R2	7,09	7,69	52,000 (0,321)
R3	7,38	7,85	78,000 (0,294)
R4	8,15	8,27	24,000 (0,347)
Anova	24,931 [0,034]	21,347 [0,134]	

Nota: Renda Familiar (R1 < R\$2.000; R\$2.000,00 < R2 < R\$3.500,00; R\$3.500,00 < R3 < R\$ 5.500,00; e R4 > R\$5.500,00). () *p*-valor

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Analisando inicialmente o teste de qui-quadrado, replicamos a análise da Ilustração 8, mas agora para os diferentes níveis de renda. Vê-se que não há diferença significativa entre a avaliação momentânea e avaliação retrospectiva da SGV. Mesmo que essa diferença não seja significativa, resultado que ratifica os achados de Kahneman et al., (2004), o qual identificou correlação significativa entre as suas avaliações, os autores indicam que elas estão longe de ser iguais. No dia a dia, as pessoas estão expostas a muitas variáveis e os momentos podem ser vistos como positivos ou negativos (KAHNEMAN; RIIS, 2005). Entretanto, na avaliação retrospectiva pode haver uma ilusão de foco e apenas algumas dessas variáveis retornam à memória para avaliação (KAHNEMAN et al., 2006). O que demonstra que, mesmo próximas, essas médias não reportam os mesmos sentimentos. Nesse mesmo sentido, reforça-se mais uma vez que as percepções momentâneas em relação a satisfação com a vida são inferiores às avaliações retrospectivas, mesmo para os diferentes níveis de renda.

Analisando os testes de diferença de média, evidencia-se que a renda pessoal não é determinante para a consolidação da SGV tanto momentânea quanto recordativa. De outra parte, considerando a renda familiar, tem-se significância estatística em nível de 5% ao observar a avaliação momentânea (valor 24,931; p -valor 0,034), mas não há significância ao se tratar da percepção recordativa (valor 21,347; p -valor 0,134). Mesmo que nos dois casos haja um comportamento idêntico: quando aumenta a renda, aumenta também a SGV. Por consequência, pode-se dizer que na avaliação retrospectiva a renda impacta significativamente, pois pessoas com maiores níveis de renda apresentam melhores avaliações momentâneas da vida, porém não há um incremento significativo na avaliação retrospectiva.

Esses resultados vão de encontro aos obtidos por Kahneman et al. (2006; 2010), que indicaram que a renda tem maior impacto na avaliação retrospectiva do que momentânea. O que haveria orientado a construção da segunda hipótese desta pesquisa, mas que não pôde ser confirmada. A relação encontrada nesta pesquisa foi contrária. Mas, mesmo que não haja convergência com os resultados anteriores, entende-se que são coerentes com a realidade em que os participantes desta pesquisa vivem.

Os participantes possuem um padrão de renda igual ao de mais de 80% da população brasileira (IBGE, 2017), não se pode dizer que são pessoas abastadas. Com isso, baseado na teoria de Maslow (1943), aqueles com menores níveis de renda possivelmente não tenham atendido completamente nem suas necessidades mais básicas e passam, em razão disso, por tensões que podem comprometer suas avaliações momentâneas de SGV, o que pode justificar a significância estatística da renda momento a momento. Em contrapartida, independentemente do nível de renda, pressupõe-se que o eu recordativo acaba por não potencializar esses maus

momentos em sua avaliação, o que faz com que a renda não influencia na avaliação retrospectiva.

A seguir são apresentados os mesmos resultados e discussões, mas reportados ao BEF (Tabela 12).

Tabela 12 - Média da avaliação retrospectiva e momentânea do bem-estar financeiro para cada nível de renda, teste de diferença de média de renda e Qui-quadrado

Nível de renda	Avaliação momentânea	Avaliação Retrospectiva	Qui-quadrado
R1	4,95	5,23	104,000 (0,271)
R2	6,01	6,69	43,333 (0,500)
R3	6,59	7,00	78,000 (0,294)
R4	7,70	7,75	36,000 (0,208)
Anova	49,307 (0,003)	42,320 (0,029)	

Nota: Renda Familiar (R1 < R\$2.000; R\$2.000,00 > R2 >R\$3.500,00; R\$3.500,00 > R3 >R\$ 5.500,00; e R4 > R\$5.500,00). () *p*-valor

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Primeiramente, como realizado com a SGV, analisa-se os testes de qui-quadrado para verificar se há diferença entre a avaliação momentânea e retrospectiva do BEF se considerados os diferentes níveis de renda. Os resultados exibidos para o BEF reforçam os já discutidos na SGV: não há diferença estatística entre as avaliações do BEF momentâneo e o retrospectivo. No entanto, percebe-se que, para todos os níveis de renda analisados, a avaliação experimentada é inferior à percepção recordada ainda que não significativamente.

Em relação aos testes de diferença de média, Anova, certifica-se de que a renda impacta de maneira mais incisiva o BEF do que a SGV, tanto momentânea quanto retrospectiva. Percebe-se que, para o BEF, a renda familiar mostra-se significativa tanto na avaliação momentânea quanto recordada. Enquanto que, para a SGV, há significância apenas na avaliação momentânea. Isso já era esperado, na medida em que o BEF é visto como uma medida relativa de renda (DIENER; BISWAS-DIENER, 2002).

Portanto, entende-se que os indivíduos com menor nível de renda possuem uma percepção mais desfavorável em relação ao BEF, tanto momentaneamente quanto retrospectivas. A explicação para essa relação por estar baseada diretamente no conceito de bem-estar financeiro. Quanto maior o nível de renda, menores são as tensões diárias, maior é a facilidade de arcar com os compromissos financeiros, alcançar sonhos e atingir a independência

financeira (CFPB, 2015). O maior nível de BEF experimentado e recordado entre os mais abastados, então, pode estar diretamente vinculado ao menor nível de tensões, já que o efeito do estresse atual sobre a gestão do dinheiro no bem-estar financeiro pode ser 26 vezes mais forte para aqueles com rendimentos mais baixos (NETEMEYER et al., 2017).

Em síntese, os resultados indicam que a relação entre renda e SGV é significativa apenas para a avaliação momentânea. Já para o BEF, ela tem impacto mais direto. Partindo desses resultados, busca-se explorar com maior detalhamento a relação da renda em meio a esses fatores. Para isso, são apresentadas regressões múltiplas e regressões com a renda como variável moderadora — tanto para avaliação retrospectiva (Tabela 13) quanto para a avaliação momentânea (Tabela 14), o BEF como variável independente e a SGV como variável dependente.

Tabela 13 – Regressão múltipla e regressão com moderação da renda familiar considerando as avaliações retrospectivas

Variáveis	1º Modelo		2º Modelo	
	Coef.	p-valor	Coef.	p-valor
Constante	2,561	0,000	1,239	0,189
β_1 RBEF	0,778	0,000	0,976	0,000
β_2 Renda	-0,083	0,562	0,698	0,162
β_3 Renda*RBEF			0,014	0,104
R ²	0,724		0,749	
Teste F	66,565		46,902	
P-valor	0,000		0,000	

Nota: Função da equação para os modelos 2 e 4: $RSGV = i + \beta_1 RBEF + \beta_2 Renda + \beta_3 RBEF * Renda$ onde, $RSGV$ é a média da avaliação recordativa da satisfação global de vida; $RBEF$ é a avaliação recordativa do bem-estar financeiro; $Renda$ é a renda pessoal nos modelos 1 e 2, e renda familiar nos modelos 3 e 4; $\beta_3 RBEF * Renda$ é representa a interação da renda como variável moderadora.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A primeira conclusão que se pode auferir ao se observar as estimações é que o BEF tem efeito positivo e significativo sobre a SGV. Assim, maiores níveis de BEF desencadeiam maiores níveis de SGV. Esse resultado está de acordo com estudos anteriores (YEO; LEE, 2019; KOEKEMOER; MUNYAI, 2019; O'NEILL et al., 2005; BINDER; COAD, 2014). Também confirma que as condições financeiras subjetivas, avaliadas por meio do bem-estar financeiro, impactam as satisfações com a vida, pois indicam que as pessoas conseguiram atingir os padrões financeiros desejados (CHAN; CHAN; CHAU 2012) e, por isso, sentem-se satisfeitas com a vida (YEO; LEE, 2019).

Avaliando o impacto moderador da renda nessa relação (modelo 2), percebe-se que a mesma não exerce esse efeito. Em outras palavras, a renda não altera significativamente a força de associação ou mesmo o sentido da relação entre o BEF e a SGV na avaliação retrospectiva. Realizando as mesmas estimações para as avaliações momentâneas e os resultados mostraram-se significativos. A Tabela 14 representa as regressões com e sem moderação, tendo a SGV como variável dependente e o BEF como independente. A renda entra como variável moderadora.

Tabela 14 - Regressão múltipla e regressão com moderação da renda familiar considerando as avaliações momentâneas

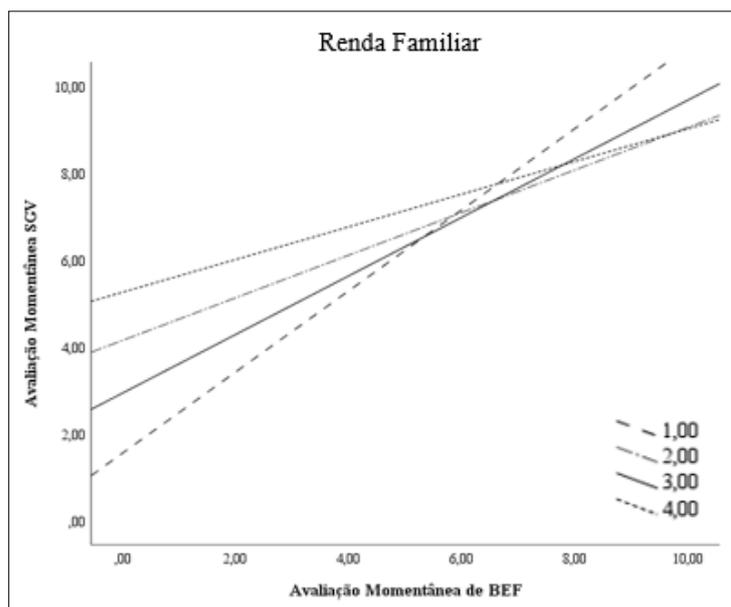
Variáveis	Renda Familiar			
	7º Modelo		8º Modelo	
	Coef.	<i>p</i> -valor	Coef.	<i>p</i> -valor
Constante	2,412	0,000	0,854	0,300
β_1 MBEF	0,788	0,000	1,028	0,000
β_2 Renda	-0,075	0,561	0,820	0,058
β_3 Renda*MBEF			0,022	0,032
R ²	0,746		0,778	
Teste F	74,380		55,205	
<i>P</i> -valor	0,000		0,000	

Nota: Função da equação dos modelos 6 e 8 = $MSGV = i + \beta_1 MBEF + \beta_2 Renda + \beta_3 MBEF * Renda$. Onde, *MSGV* é a média da avaliação momentânea da satisfação global de vida; *MBEF* é a avaliação momentânea do bem-estar financeiro; *Renda* é a renda pessoal nos modelos 5 e 6 e renda familiar nos modelos 7 e 8; $\beta_3 MBEF * Renda$, representa a interação da renda como variável moderadora.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Tal como para a avaliação retrospectiva, na avaliação momentânea o BEF tem impacto positivo na constituição da SGV, indicando que maiores níveis de BEF desencadeiam uma melhor avaliação momentânea. Identifica-se que a incorporação da renda familiar como variável moderadora amplia em 3,2% o nível de explicação do modelo. Ao se tratar da relação das variáveis, percebe-se que o efeito do BEF momentâneo sobre a SGV momentânea reduz de um coeficiente de 1,028 (*p*-valor 0,000), quando essa relação é direta, para um coeficiente de 0,022 (*p*-valor 0,032) com a variável moderadora. Assim sendo, a elevação de um nível de renda para outro faz com que o efeito do BEF sobre a SGV diminua. A Ilustração 13 revela o efeito da renda como variável moderadora da relação entre BEF e SGV momentâneos.

Ilustração 13 - Moderação da renda familiar na avaliação momentânea de SGV e BEF



Nota: Os quatro níveis de renda reportados no gráfico são os mesmos descritos na tabela 11 e 12, mas aqui eles estão expressos por linha. Assim, tem-se: 1 < R\$2.000; R\$2.000,00 > 2 > R\$3.500,00; R\$3.500,00 > 3 > R\$ 5.500,00; e 4 > R\$5.500,00.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ao observar a Ilustração 13, fica evidente que a inclinação da reta do nível 4 de renda — ou seja, famílias que recebem mais de R\$5.500,00 — é menor do que para os outros níveis de renda. Essa ilustração confirma que as pessoas mais abastadas, ao realizarem a avaliação retrospectiva da satisfação com suas vidas, têm o BEF com menor peso. Esse resultado corrobora as evidências de que a satisfação com a vida acaba sendo mais estável entre as pessoas com maiores níveis de renda (KAHNEMAN; DEATON, 2010), mesmo que o BEF se amplie.

Analisando o comportamento dos outros níveis de renda (1, 2 e 3), em que a renda, um aumento no BEF tem um efeito maior sobre a SGV. Provavelmente, esse maior efeito está vinculado ao fato de que as pessoas com menores níveis de renda tenham as finanças como um fator determinante da sua satisfação, pois a escassez de recursos monetários limita o atendimento inclusive das necessidades básicas, reforçando a teoria de Maslow (1943). O estresse com a gestão financeira diária entre os níveis de renda menores pode ser uma justificativa para essa relação. Quando essas pessoas conseguem superar essas adversidades e reportam elevado BEF, isso acaba tendo um impacto muito maior sobre a SGV (NETEMEYER et al., 2017). Convergente com esses resultados, pesquisas anteriores têm indicado que a correlação entre bem-estar financeiro e renda tem maior intensidade em países mais pobres (VEENHOVEN, 1991; OISHI et al., 1999; DIENER; DIENER, 2009).

7.3 IMPACTO DA REGRA DO PICO-FIM NOS FATORES INVESTIGADOS

Verificamos se a regra do pico-fim é um preditor relevante para explicar a satisfação global de vida e o bem-estar financeiro. Salienta-se que a regra do pico-fim é um erro de julgamento realizado pelo eu recordativo. Ao lembrar de um evento passado, a busca na memória tende a dar maior ênfase aos picos de prazer e ao momento exatamente anterior ao término da experiência na avaliação retrospectiva (KAHNEMAN et al., 1993). Para testar o impacto dessa regra na SGV (Tabela 15) e no BEF (Tabela 16) estimam-se regressões múltiplas.

Tabela 15 - Regra do pico-fim para satisfação global de vida

Variáveis	Modelo 1				Modelo 2			
	Coefficiente	Erro Padrão	Teste t	p-valor	Coefficiente	Erro Padrão	Teste t	p-valor
Constante	0,939	0,393	2,392	0,021	0,068	0,520	0,130	0,897
F - Fim	0,903	0,052	17,409	0,000	0,697	0,099	7,068	0,000
P - Pico					0,282	0,117	2,415	0,020
R Quadrado			0,856				0,868	
Teste F			303,065				169,087	
P-valor			0,000				0,000	

Nota: Função da equação de regressão: $RSGV = i + \beta_1 F + \beta_2 P + \varepsilon$ onde: $RSGV$ é a média do eu recordativo da satisfação global de vida; F é Fim; P é o Pico; e ε é o erro.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Antes de adentrar nos resultados do modelo em si, descrevem-se os testes de adequação do modelo. Ressalta-se que as variáveis foram sendo incorporadas uma a uma no modelo e o que revela maior nível de explicação é o segundo, sobre o qual essa análise vai se debruçar. Destaca-se que o modelo apresentou um coeficiente de determinação (R^2) de 0,868, indicando que 86,8% da variância da satisfação global de vida é explicada pela avaliação final e picos de satisfação. A significância do teste F (valor 169,087 p -valor 0,000) indica que, pelo menos, uma das variáveis independentes exerce influência sobre a variável dependente, sendo o modelo considerado significativo.

Quanto aos pressupostos do modelo, observou-se que: (i) não há autocorrelação serial, uma vez que o valor do teste de Durbin Watson (1,805) ficou próximo de dois; (ii) o modelo não apresenta problemas de multicolinearidade, dado que o valor do teste FIV foi de 1,0; (iii) os resíduos do modelo possuem distribuição normal, uma vez que o teste Kolmogorov-Smirnov foi significativo (p -valor 0,100); e (iv) os resíduos não são heterocedásticos (p -valor 0,468) segundo teste de Pesaram-Pesaram.

Com o atendimento dos testes de adequação do modelo é possível analisar os coeficientes angulares. À primeira vista percebe-se que, tanto o pico quanto o fim, são significativos no modelo, o que confirma que a regra do pico-fim influencia a satisfação global de vida retrospectiva, como previa Kahneman e Riis (2005). Os dois coeficientes são positivos indicando que quanto melhor a avaliação final (coeficiente 0,696, p -valor 0,000) e o pico de satisfação momentâneo (coeficiente 0,283, p -valor 0,020) melhor será a avaliação retrospectiva de satisfação global de vida.

Estes resultados estão de acordo com os de Diener, Wirtz e Oishi, (2001) e Reveau et al. (2016). Eles indicam que incorporar momentos de maior satisfação ao longo do mês, mais intensos positivamente, podem ter maior efeito sobre a satisfação com a vida do que a manutenção de dias com satisfação moderada. Desse modo, pode fazer sentido incorporar momentos que gerem maior prazer momentâneo — como passeios, interação com os amigos, viagem, entre outras atividades, pois essas experiências podem potencializar a SGV. Logo, conjectura-se que experiências com forte impacto emocional positivo acabam tendo grande relevância para SGV.

Na Tabela 16 são apresentados os resultados relacionados à regra do pico-fim para o bem-estar financeiro.

Tabela 16 - Regra do pico-fim para o bem-estar financeiro

Variáveis	Modelo 1				Modelo 2			
	Coefficiente	Erro Padrão	Teste t	p -valor	Coefficiente	Erro Padrão	Teste t	p -valor
Constante	0,475	0,297	1,602	0,116	-1,219	0,576	-2,118	0,039
F - Fim	0,953	0,043	21,953	0,000	0,626	0,125	5,012	0,000
P - Pico					0,438	0,136	3,219	0,002
R Quadrado			0,904				0,935	
Teste F			481,915				169,087	
P -valor			0,000				0,000	

Nota: Função da equação de regressão: $RBEF = i + \beta_1 F + \beta_2 P + \varepsilon$ onde: $RBEF$ é a média do eu recordativo do bem-estar financeiro; F é Fim; P é o Pico; e ε é o erro.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Há dois modelos estimados, pois as variáveis foram incorporadas uma a uma. Como o segundo modelo se mostrou com um ajuste melhor, as análises se dedicam a ele. O resultado apresenta um R^2 ajustado de 0,935, isto é, as variáveis independentes explicam cerca de 93% da variável dependente, constituída pelo bem-estar financeiro. O teste F atingiu um valor de 105,88 com significância de 0,000, demonstrando que o modelo é significativo como um todo.

Quanto à autocorrelação, nota-se que ela não está presente no modelo, pois o teste de Durbin Watson (DW) apresenta o valor de 1,796 — próximo a 2. Avaliando a multicolinearidade verificou-se que o índice VIF ficou próximo de 1, confirmando a ausência de multicolinearidade. Analisando a normalidade dos resíduos, foi efetuado o teste Kolmogorov-Smirnov (p -valor 0,014), o que indica que a distribuição dos resíduos não é normal. Assim, para melhorar a estimação dos parâmetros, a regressão foi reestimada com reamostragem (*bootstrap*). Finalmente, ao avaliar homocedasticidade, verificou-se que esse pressuposto não foi violado (p -valor 0,936).

Posterior aos ajustes do modelo, busca-se identificar o impacto de cada uma das variáveis na avaliação retrospectiva do bem-estar financeiro. Primeiramente, percebe-se que tanto o pico quanto o fim possuem significância estatística, quer dizer, encontra-se que a regra do pico-fim é um bom preditor também para o bem-estar financeiro. Os dois exibem um impacto positivo revelando que avaliações positivas relacionadas às financeiras no último dia de avaliação momentânea (coeficiente 0,125, p -valor 0,000) e episódios de maior impacto positivo ao longo do mês (coeficiente 0,438, p -valor 0,002) contribuem para melhor avaliação do bem-estar financeiro.

A justificativa para os erros de julgamento relacionados ao bem-estar financeiro pode estar relacionada às tensões financeiras e as respectivas soluções dos problemas, ou mesmo a momentos memoráveis em que conquistas esperadas foram atingidas. Esses momentos, por terem forte impacto emocional, tendem a serem mais relevantes para a avaliação retrospectiva (KAHNEMA, 2003). Entretanto, vale salientar que não foram identificados estudos anteriores que tenham comprovado que a regra do pico-fim é um bom preditor do bem-estar financeiro. Essa prerrogativa, contudo, faz todo o sentido para esse aspecto da vida já que as pessoas passam frequentemente por momentos de maior estresse em suas vidas, bem como momentos positivos, e isso compromete sua avaliação de bem-estar financeiro (NETEMEYER et al., 2017).

8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esforços anteriores já foram empregados para entender as implicações das decisões dos dois eus na satisfação com a vida (KAHNEMAN; RIIS; 2005; DURAYAPPAH, 2011; RAVEAU et al., 2016). Mas as pesquisas nesse sentido ainda são embrionárias, principalmente ao se tratar do bem-estar financeiro. Por isso, esse primeiro ensaio buscou explorar essas implicações dos dois eus para os dois fatores, tendo como objetivo principal explorar o impacto da regra do pico-fim sobre eles.

Da amostra de 52 pessoas coletada por um período de 32 dias — 31 dias correspondentes a avaliações momentâneas e o último dia para a avaliação recordativa — a maioria são mulheres, solteiras, em média com 35 anos, sem filhos e com ensino médio completo. A renda pessoal média foi de R\$2.455,40 e familiar de R\$4.948,30, coerente com os quatro primeiros níveis de rendimentos reportado pelo IBGE (2017) que foram escolhidos por representar mais de 80% da população brasileira. O Quadro 5 ilustra as hipóteses da pesquisa e os resultados auferidos para cada uma delas. Ressalta-se que cada uma das hipóteses corresponde a um dos objetivos específicos do estudo, sendo a hipótese 4 representativa do objetivo geral.

Quadro 5 - Síntese dos resultados esperados e dos resultados observados do Ensaio 1

Hipótese	Resultado
<i>H1.1: A satisfação global de vida é melhor avaliados pelo eu recordativo do que eu experiencial;</i> <i>H1.2: O Bem-Estar Financeiro é melhor avaliado pelo eu recordativo do que pelo eu experiencial;</i>	Rejeitada - A diferença de média entre a avaliação momentânea e avaliação retrospectiva para SGV não foi estatisticamente significativa. Confirmada - O teste de qui-quadrado significativo a nível de 10% confirma que as avaliações momentâneas do BEF são mais amenas do que as avaliações retrospectivas, as quais se demonstram mais positivas.
<i>H2: Na avaliação retrospectiva, a renda tem uma influência maior sobre a Satisfação Global de Vida e Bem-Estar Financeiro do que na avaliação momentânea;</i>	Rejeitada - A renda apresentou maior relação com a avaliação momentânea e não com a avaliação retrospectiva, tanto na SGV quanto para o BEF.
<i>H3.1: A renda modera a relação entre Bem-Estar Financeiro e Satisfação Global de Vida do eu recordativo;</i> <i>H3.2: A renda modera a relação entre Bem-Estar Financeiro e Satisfação Global de Vida do eu experiencial;</i>	Rejeitada - A renda não modera a relação entre o BEF e SGV na avaliação retrospectiva, a interação não se mostrou significativa na regressão com moderação. Confirmada - A renda modera a relação entre o BEF e SGV na avaliação momentânea, sendo que o efeito do BEF na SGV diminui com a ampliação dos níveis de renda.
<i>H4: A regra do pico-fim é um bom preditor da satisfação global de vida e do bem-estar financeiro.</i>	Confirmada A regra do pico-fim é um preditor significativo da SGV e do BEF.

Fonte: Elaborado pela autora

As duas primeiras hipóteses da pesquisa (*HI.1* e *HI.2*) buscava investigar a diferença entre a avaliação momentânea e recordativa da SGV e do BEF. A pressuposição – baseada nos achados de Oishi (2002) e Spindler et al. (2016) – era de que as avaliações momentâneas seriam mais amenas do que as avaliações retrospectivas. Os resultados rejeitaram a primeira hipótese e confirmaram a segunda. Ao se tratar da SGV, a média das avaliações momentâneas foi inferior a da avaliação retrospectiva, mas essa diferença não foi estatisticamente significativa. Esse resultado foi semelhante aos achados de Kahneman et al. (2004), que identificaram correlação entre as duas avaliações, mas reforçaram que suas essências são distintas. Por outro lado, relacionado ao BEF a diferença entre a avaliação momentânea e retrospectiva foi significativa a um nível de 10%. Assim, entende-se que o eu vivencial é menos otimista em suas avaliações do que o eu recordativo.

A segunda hipótese da pesquisa incorporava o impacto da renda na avaliação momentânea e retrospectiva do BEF e da SGV. Esperava-se que a renda tivesse uma influência maior sobre a satisfação global de vida e o bem-estar financeiro recordativos do que sobre os momentâneos, mas essa prerrogativa não foi confirmada. De modo geral, os resultados evidenciam que a renda impacta significativamente as avaliações momentâneas, tanto para SGV quanto para BEF, mas não têm a mesma relevância nas avaliações retrospectivas, já que, para SGV não houve significância estatística. Logo, a renda tem uma maior influência na avaliação momentânea do que na avaliação retrospectiva, principalmente se considera a SGV.

Os resultados dessas três primeiras hipóteses podem ser justificados pelos erros de julgamento realizados pelo eu recordativo. Os problemas vivenciados no dia a dia – como, por exemplo, a dificuldade de arcar com os compromissos financeiros diários, ou o estresse na gestão dos recursos monetários (NETEMEYER et al., 2017) podem ser determinantes para a avaliação momentânea. Mas são esquecidos na avaliação retrospectiva, pois essas memórias se apagam e o eu recordativo nem lembra desses momentos. Ele acaba potencializando as memórias positivas (KAHNEMAN; RIIS, 2005). Com isso, sempre que soluções positivas em relação ao dinheiro surgirem, isso vai impactar positivamente a avaliação retrospectiva.

Nessa perspectiva, retoma-se a pergunta: dinheiro traz felicidade? A partir dos resultados aqui encontrados pode-se dizer que, momentaneamente, sim; mas para a avaliação retrospectiva, não. Em suma, em se tratando de dinheiro, pouco importa o que foi vivenciado no passado, o que o eu recordativo diz. Seu impacto é muito maior sobre a situação momentânea, pois é ela que gera efeitos e expectativas para o futuro, fatores decisivos do bem-estar financeiro (CFPB, 2015).

A terceira hipótese, subdividida em duas, também incorpora a renda. O intuito foi avaliar se a renda modera a relação entre BEF e SGV retrospectivamente e momentaneamente. Os resultados rejeitam que haja moderação da renda em relação as avaliações recordativas, mas confirmam, com significância estatística dessa interação, que a renda modera a relação entre BEF e SGV momentânea. Nesse âmbito, identificou-se que o efeito do BEF momentâneo na SGV momentânea é menor entre as pessoas com melhores rendimentos.

A explicação para tal achado permeia as discussões já tangidas anteriormente, de que momentaneamente a renda pode ser mais representativa, por incorporar as tensões diárias, e além disso, pode estar vinculada com a teoria de Maslow (1943). Os indivíduos mais abastados já supriram suas necessidades básicas e também já atingiram boa parte das suas aspirações, com isso, uma ampliação do bem-estar financeiro não tem tanto impacto na SGV como ocorre para os com menores recursos financeiros. Para esse segundo grupo, qualquer conquista em relação à capacidade de arcar com seus compromissos ou de atingir seus sonhos futuros amplia significativamente a SGV.

Na última hipótese de pesquisa, buscava-se validar a regra do pico-fim como preditora da SGV e do BEF. Os resultados consolidam essa hipótese, indicando que a avaliação recordativa está efetivamente sujeita a dar maior valor aos picos de satisfação e ao momento exatamente final à pesquisa realizada. A existência desse viés na avaliação retrospectiva de SGV impede os prazeres de se manterem inalterados de um estado temporal para outro (DURAYAPPAH, 2011). O momento exatamente final acaba sendo lembrado, então, com um maior nível de detalhamento (RAVEAU et al., 2016) e vem mais de pronto à mente e, por isso, tem maior efeito sobre a avaliação retrospectiva (KAHNEMAN, 2011). Ao se tratar do bem-estar financeiro, a regra do pico-fim indica que as tensões vivenciadas no dia a dia, na maior parte das vezes, são negligenciadas pelo eu recordativo.

A importância desses resultados, principalmente para a vida cotidiana, está na busca pela felicidade. Quem toma as decisões, ou avalia a vida em todos os âmbitos, é o eu recordativo. O desconhecimento a respeito do que ele considera para realizar essa avaliação é um problema principalmente ao se tratar da satisfação com a vida, já que esse é o grande propósito das pessoas: sentirem-se satisfeitas/felizes (KOEKEMOER; MUNYAI, 2019). E isso é influenciado diretamente pelo bem-estar financeiro (BINDER; COAD, 2014), que também exigia um entendimento a respeito dos impactos dos dois eus em sua avaliação.

ENSAIO 2 – RELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS COGNITIVOS E OS DOIS EUS: UMA AVALIAÇÃO MEDIANTE AS PREFERÊNCIAS PELO RISCO

9 INTRODUÇÃO

Os estudos inerentes às finanças comportamentais e à economia comportamental ganharam maior notoriedade a partir da consolidação da teoria do prospecto, em 1979 (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979). Mas, mesmo antes da difusão desse estudo seminal, pesquisas anteriores já vinham sendo realizadas no sentido de indicar que a decisão dos agentes econômicos era sujeita a desvios da racionalidade (SIMON, 1957; KAHNEMAN; TVERSKY, 1972; TVERSKY; KAHNEMAN, 1973; TVERSKY; KAHNEMAN, 1974). Desde então, o campo segue em expansão.

Kahneman, um dos precursores da área, publicou em 2011 o livro *Thinking, Fast and Slow* com o objetivo, segundo ele, de apresentar uma visão de como a mente humana funciona baseada nos progressos da psicologia cognitiva e social (KAHNEMAN, 2011). Todavia, suas contribuições vão além dos objetivos por ele previstos. Sistemáticamente, o autor apresenta boa parte da literatura que baliza as investigações nas áreas de economia comportamental. É por meio dessa obra também que Kahneman populariza a concepção dos dois eus: eu recordativo e eu experiencial (ZAJCHOWSKI; SCHWAB; DUSTIN, 2016).

O eu recordativo é aquele que toma as decisões baseado em suas lembranças. E o eu vivencial é aquele que responde, por exemplo, em um experimento de dor, sobre como está se sentido (REDELMEIER; KATZ; KAHNEMAN, 2003) ou, em uma vivência de férias, seu nível de satisfação (WIRTZ et al., 2009). Mas há evidência de que há “a possibilidade de conflito entre o eu recordativo e os interesses do eu experiencial” (KAHNEMAN, 2011, pág. 510), tal como fora retratado no experimento de Kahneman et al. (1993). Nesse experimento, os participantes eram convidados a imergir uma das mãos em um recipiente com água em baixa temperatura controlada. Os resultados sugeriram que as pessoas avaliavam como menos desconfortável o teste de 90 segundos (que acaba com a temperatura da água 1°C mais amena) do que o de 60 segundos (que mantinha a mesma temperatura todo o período), retratando que o eu que recorda sofre algumas limitações em suas escolhas.

Essas limitações levam a desvios na tomada de decisão. A opção pela alternativa mais longa no experimento de Kahneman et al. (1993) é um exemplo. Ao realizar a avaliação retrospectiva, o eu recordativo tende a sobrevalorizar o pico de dor ou prazer e o momento exatamente final da experiência, sem conceber nessa avaliação a experiência como um todo

(KAHNEMAN; HIIS, 2005). Esse desvio cognitivo na avaliação retrospectiva é denominado viés de pico-fim, e pode interferir em diferentes âmbitos da vida, já que, quem realmente toma as decisões é o eu recordativo baseado nas experiências do eu vivencial (KAHNEMAN, 2011).

Outro tema aí tratado por Kahneman (2011) é a forma como as informações são processadas na mente. Na visão do autor, o cérebro humano realiza operações pelas quais conduz decisões, respostas, comportamentos e entendimento das coisas. Dependendo do esforço mental exigido para cada uma dessas tarefas, sentidos distintos são acionados para processar essas informações na mente, podendo ser conscientes ou inconscientes (POSNER; SNYDER, 1975). Psicólogos como Seymour Epstein, Jonathan Evans e Steven Sloman determinaram que a mente humana é baseada em duas estruturas cognitivas, que Stanovich, West e Hertwig (2000) denominaram Sistemas 1 e 2. O Sistema 1 é caracterizado como automático, em grande parte inconsciente, e pouco exigente da capacidade de raciocínio; já o Sistema 2 se refere ao pensamento consciente, lento e com elevado esforço mental (STANOVICH; WEST; HERTWIG, 2000).

Ao longo da obra *Thinking, Fast and Slow*, Kahneman vai apontando o impacto desses dois sistemas em outras variáveis e, ao fazer isso, traz diversos esclarecimentos. Mas há um ponto importante que fica em aberto: qual é a relação entre os sistemas cognitivos e os dois eus? Kahneman (2011), ao especificar a tomada de decisão dos dois eus, sugere que a memória do eu recordativo segue o mesmo traço operante do Sistema 1 – representa conjuntos por médias, normas e protótipos – dando maior valor a momentos representativos (pico e fim). Porém, ele se restringe a esse comentário, não havendo uma investigação empírica que revele se essa relação é efetiva ou não.

Baseado nessa lacuna da literatura, o presente ensaio tem como objetivo investigar a relação entre os sistemas cognitivos e os dois eus mediante a avaliação da preferência pelo risco. Como objetivos específicos tem-se: i) descrever o perfil dos respondentes; ii) verificar a capacidade cognitiva dos pesquisados; iii) explorar a preferência pelo risco considerando os dois eus; iv) investigar se a regra do pico-fim é um bom preditor da preferência pelo risco; e v) analisar a relação entre capacidade cognitiva e preferência pelo risco.

A adoção da preferência pelo risco como variável para investigar essa relação, bem como o interesse de explorar as implicações dos dois eus nessas escolhas, parte de algumas características da preferência pelo risco e da incipiência de pesquisas que explorem o impacto do eu vivencial e do eu recordativo nessa variável. A preferência pelo risco, ou mesmo a tolerância ao risco, marca o quanto de risco uma pessoa está disposta a assumir em suas decisões financeiras. Entretanto, essa maior ou menor predisposição ao risco não é estável ao longo do

tempo (SCHILDBERG-HÖRISCH, 2018; BUCCIOL; ZARRI, 2015; BUCCIOL; MINIACI, 2018). As pesquisas relacionadas ao tema desenvolvem seus estudos majoritariamente observando o eu recordativo (FALK et al., 2017; BREBLE; ROSZKOWSKI, 2008), o que pode estar restringindo a identificação de resultados mais realistas.

Além disso, a preferência pelo risco é um fator importante para políticas públicas (CHARNESS; GNEEZY; IMAS, 2013), já que o comportamento das pessoas em relação ao dinheiro é balizado pela sua tolerância ao risco (DOHMEN; LEHMANN; PIGNATTI, 2016). O emprego dessa variável em uma análise longitudinal, incorporando os dois eus, permite o melhor entendimento de como as decisões frente ao risco são tomadas, por agregar nessa análise a influência dos sistemas cognitivos. Tais apreciações podem ter impacto prático na vida das pessoas, pois sua preferência pelo risco delimita suas decisões, tanto financeiras quanto em outros âmbitos, a exemplo da segurança (SCHILDBERG-HÖRISCH, 2018). E saber as raízes dessas deliberações pode contribuir para escolhas melhores.

Como principal contribuição do estudo e principal inovação destaca-se o interesse em relacionar os sistemas cognitivos com os dois eus. Como relatado anteriormente, Kahneman (2011) dá pequenos *insights* sobre o tema, mas não realiza nenhuma avaliação empírica que comprove suas reflexões. Também não há na literatura vigente estudos que tenham se dedicado a tal análise. O fato de o eu recordativo ser o tomador de decisão e incorrer em escolhas automáticas, possivelmente direcionadas pelo Sistema 1, pode aumentar os erros de julgamento e mesmo a incidência de vieses comportamentais.

10 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta sessão é apresentado o arcabouço teórico sobre os sistemas cognitivos e a preferência pelo risco. Ressalta-se que o embasamento teórico sobre os demais temas, dois eus e o viés do pico-fim, já foi realizado no referencial teórico inicial desta tese, sendo os esclarecimentos lá realizados também balizadores para o desenvolvimento e análise deste segundo ensaio.

10.1 SISTEMAS COGNITIVOS

A concepção de que o processamento das informações na mente humana é realizado por um sistema dual não é recente, Freud, precursor da psicanálise, já apontava para tal estrutura mental (EPSTEIN, 1994). Contudo, foi no final do século XX que efetivamente cientistas cognitivos propuseram que existem dois sistemas cognitivos distintos subjacentes ao pensamento e ao raciocínio mental (EVANS, 2003). Tal concepção pode brevemente ser explicitada pela seguinte pergunta: nossas intenções e estratégias conscientes estão sempre no controle do processamento da informação em nossas mentes? (POSNER; SNYDER, 1975). A resposta é não. Muitas vezes as operações mentais são processadas pelo inconsciente, havendo o que os autores chamam de processo dual (*dual-process*) (EVANS, 2008).

Essa dualidade nas operações mentais foi explorada por psicólogos como Seymour Epstein, Jonathan Evans e Steven Sloman, os quais concordam que esses processos podem ser inconscientes, rápidos, automáticos e de alta capacidade; ou conscientes, lentos e deliberativos (EVANS, 2003). A partir disso, denominaram essas duas instâncias mentais como conscientes e inconscientes, ou explícitos e implícitos. Mais recentemente, os nomes genéricos de Sistema 1 e Sistema 2 (STANOVICH; WEST; HERTWIG, 2000) foram adotados posteriormente por Kahneman e Frederick (2002) e também nesta tese, por retratar de maneira simples os processos mentais (EVANS; STANOVICH, 2013).

Para elucidar essas duas maneiras de processar as informações, Kahneman (2011) introduz em seu livro diversos exemplos. Iniciando pela apresentação das operações mentais estabelecidas pelo Sistema 1, Kahneman (2011) solicita que os leitores observem a Ilustração 14.

Ilustração 14 – Exemplo da operacionalização do Sistema 1.



Fonte: Kahneman (2011)

Ao realizar essa análise, automaticamente se compreende que é uma mulher, possui cabelos pretos, está com raiva, prestes a falar algumas palavras desagradáveis e provavelmente com um tom de voz áspero. Todos esses pensamentos surgem automaticamente na mente sem nenhum esforço ou raciocínio lógico. Assim é o Sistema 1, “opera automática e rapidamente, com pouco ou nenhum esforço e nenhuma percepção de controle voluntário” (KAHNEMAN, p. 29, 2011). É a geração, sem esforço, de representações conceituais e perspectivas precisas para julgamentos involuntários ou estabelecidos a partir da experiência (KAHNEMAN; FREDERICK, 2007). Em outras palavras, é intuitivo e experimental, capaz de reconhecer padrões e conceder respostas de uma maneira rápida e automática, sem esforço e difíceis de controlar ou modificar (EPSTEIN, 1994; KAHNEMAN, 2002; TAY; RYAN; RYAN, 2016).

Essas peculiaridades fazem com que o Sistema 1 conceda ao indivíduo a capacidade de produzir respostas predefinidas, compreender o ambiente, reconhecer objetos, orientar a atenção, evitar perdas, da mesma maneira que o faz ter medo de aranha (KAHNEMAN, 2011; EVANS; STANOVICH, 2013). Permite realizar tarefas como: dirigir um carro, ler placas nas ruas, reconhecer uma face, realizar cálculos básicos de matemática, identificar uma situação de vulnerabilidade, compreender sentenças simples, identificar que um objeto está mais distante que outro, dentre tantas outras atividade recorrentes do dia a dia (KAHNEMAN, 2011; KAHNEMAN; FREDERICK, 2007).

Para todas as operações listadas acima, a mente não precisa estabelecer um processo mental complexo. Essas respostas e comportamentos são automáticos e acionados de maneira involuntária pela mente. Entretanto, caso o cálculo a ser feito fosse 17×24 , a resposta não seria automática. Obviamente um esforço mental seria empreendido para que essa atividade pudesse ser realizada (KAHNEMAN, 2011). Esse é o Sistema 2, em que as operações são realizadas a partir de um julgamento lógico com regras predefinidas e que exige um elevado esforço

cognitivo. Este desencadeia um raciocínio lento, analítico, deliberativo e racional (TAY; RYAN; RYAN, 2016; KAHNEMAN, 2002). Resumidamente, Kahneman (p. 29, 2011) observa que o Sistema 2 é aquele que “aloca atenção às atividades mentais laboriosas que o requisitam, incluindo cálculos complexos. As operações do Sistema 2 são muitas vezes associadas com a expectativa subjetiva de agenciamento, escolha e concentração”.

Tais características inerentes ao Sistema 2 permitem que os indivíduos consigam tomar decisões complexas, responder cálculos matemáticos difíceis, concentrar-se em uma tarefa, preencher um formulário, monitorar seu comportamento em meio social, verificar a validade de um argumento lógico, estacionar em uma vaga apertada, enfim, executar todas as tarefas que exigem atenção e maior nível de raciocínio (EVANS, 2003; KAHNEMAN, 2011). Portanto, são tarefas que não podem ser realizadas automaticamente, e sim conduzidas por um processo explícito e controlado baseado em elevado esforço cognitivo (EVANS, 2008).

Essa capacidade do Sistema 2 faz dele não apenas o responsável pelo processamento das tarefas mais complexas, mas também lhe atribui o compromisso de endossar as respostas do Sistema 1. Então, na medida em que o Sistema 1 vai rapidamente propondo respostas intuitivas a problemas de julgamento e escolha, o Sistema 2 vai monitorando a qualidade dessas respostas, podendo endossa-los, corrigi-los ou substituí-los (KAHNEMAN; FREDERICK, 2002). Esse controle realizado pelo Sistema 2 é necessário, pois as características automáticas e associativas do Sistema 1 o tornam suscetível a erros de julgamentos: as chamadas heurísticas, que desencadeiam vieses comportamentais o Sistema 2 não consegue detectar e corrigir todos os processos gerados pelos Sistema 1 (MOREWEDGE; KAHNEMAN, 2010; LIETO et al., 2018).

Da mesma maneira que o Sistema 2 contribui com o Sistema 1, a recíproca é verdadeira. O Sistema 1 está sempre em vigia gerando sugestões constantemente para o Sistema 2 como impressões, intuições, intenções e sentimentos; que, se endossadas pelo Sistema 2, se tornam crenças e ações voluntárias. O Sistema 2 só não irá atender à intuição do Sistema 1 quando este não possuir respostas coerentes, como no caso da multiplicação de 17×24 . Dificilmente o Sistema 1 de um indivíduo terá capacidade cognitiva para responder automaticamente a essa pergunta, com exceção de especialistas.

Os especialistas, mesmo em operações complexas, podem treinar seu Sistema 1 a ponto de gerarem respostas rápidas para problemas que aparentemente apenas o Sistema 2 conseguiria responder. Jogadores profissionais de xadrez são um bom exemplo desse processo. Dado o longo treinamento e repetição de partidas, eles adquirem a capacidade de automaticamente interpretar os movimentos e as posições de seus adversários, estabelecendo soluções rápidas

para combatê-los (KAHNEMAN; FREDERICK, 2002). Desse modo, escolhas e julgamentos mentais realizados pelo Sistema 2 podem migrar para o Sistema 1 mediante proficiência e habilidade.

Entende-se, em tal caso, que os papéis dos dois sistemas na determinação dos processos mentais dependem das características da tarefa e das condições do indivíduo (KAHNEMAN; FREDERICK, 2002). Logo, tarefas mais complexas que o Sistema 1 não consegue resolver, automaticamente são transferidas para o Sistema 2 que, com maior nível de esforço cognitivo, vai buscar soluções plausíveis. Como também as tarefas complexas podem ser alocadas do Sistema 1 para o 2 mediante especialização (KAHNEMAN, 2002; FRANKISH, 2009). Essas diferenciações ocorrem porque o contexto de operacionalização dos dois sistemas é distinto. Enquanto o Sistema 1 é conduzido em ambiente contextualizado, personalizado e socializado, o Sistema 2 descontextualiza e desconsidera problemas (STANOVICH; WEST, 2000).

Finalmente, vale salientar que a teoria dos processos duais é de grande valia para a compreensão do comportamento humano. Entretanto, algumas críticas a esse posicionamento têm surgido (OSMAN, 2004; KRUGLANSKI; GIGERENZER, 2011). O debate principal gira em torno da segregação em dois sistemas, sendo que um sistema único (Sistema 1) poderia melhor explicitar os diferentes tipos de raciocínio e os diferentes papéis funcionais que a consciência tem na cognição (OSMAN, 2004). A unificação também é defendida na medida em que as mesmas regras de decisão estariam subjacentes a julgamentos intuitivos e deliberativos (KRUGLANSKI; GIGERENZER, 2011).

Evans e Stanovich (2013) alegam que algumas dessas críticas são pertinentes, mas saem em defesa do processo dual, principalmente ao sinalizar que os críticos não podem generalizar seus apontamentos. Segundo os autores, há evidência clara para classificação em Sistemas 1 e 2 e uma base teórica sólida para distinção entre os dois processos.

10.1.1 Como mensurar a capacidade cognitiva

Compreende-se, a partir dos esclarecimentos a respeito dos sistemas cognitivos, que a mente humana opera mediante dois processos denominados Sistema 1 e Sistema 2. Entende-se também que os julgamentos e respostas originados no Sistema 1 exigem um menor nível de esforço, diferentemente do Sistema 2, que age de maneira lenta e com elevado esforço cognitivo (LIETO et al., 2018). Com base neste arcabouço teórico, diversos autores procuraram utilizar medidas ou mesmo desenvolver instrumentos que avaliassem a capacidade cognitiva dos

indivíduos (KANFER; ACKERMAN, 1989; STANOVICH; WEST, 1998; KOENIG; FREY; DETTERMAN, 2008; FREDERICK, 2005; TOPLAK, WEST E STANOVICH, 2011).

Uns dos primeiros a investigar as implicações da capacidade cognitiva foram Kanfer e Ackerman (1989). Eles avaliaram se a capacidade cognitiva teria impacto no controle do tráfego aéreo. Para isso, adotaram o teste *Services Vocational Aptitude Battery* (ASVAB) como medida de capacidade cognitiva, por ser utilizado como parâmetro de ingresso nas Força Aérea Americana. Também empregando um teste de seleção, Stanovich e West (1998) investigaram se a capacidade cognitiva poderia prever discrepâncias nas respostas dos indivíduos em relação à incidência de heurísticas e vieses. Utilizaram, então, o teste *Scholastic Aptitude Test* (SAT) como média de capacidade cognitiva, empregado nos Estados Unidos da América como indicador de desempenho para os estudantes ingressarem na universidade. Anos mais tarde, esse teste segue sendo utilizado como indicação de capacidade cognitiva (HECKMAN; STIXRUD; URZUA, 2006; WEST; TOPLAK; STANOVICH, 2008; BENJAMIN; BROWN; SHAPIRO, 2013), quando é, na verdade, considerado uma medida de inteligência (FREY; DETTERMAN, 2004).

Semelhantemente, o *American College Test* (ACT), outro teste de admissão em universidades americanas, tem sido utilizado como medida de capacidade cognitiva. Esse teste possui elevada correlação com o SAT, mas avalia de maneira mais detalhada aspectos como matemática, inglês, leitura/interpretação e ciência (KOENIG; FREY; DETTERMAN, 2008). No entanto, estes testes foram criticados como medida de capacidade cognitiva, quando seriam melhor classificados como um exame de conhecimento e inteligência. Segundo Stanovich (2014), a capacidade cognitiva deve ser percebida com uma medida mais abrangente que a inteligência. A capacidade cognitiva é o processo dual de informações na mente como relatado no Item 2.1 deste segundo ensaio. Com isso, a evolução da teoria do processo dual exigiu a consolidação de um teste que avaliasse de fato a capacidade cognitiva dos indivíduos considerando o processamento automático e reflexivo inerente à mente humana.

Assim, Frederick (2005) desenvolveu o Teste de Reflexo Cognitivo (CRT), considerado o mais adequado para avaliar os sistemas cognitivos (TOPLAK; WEST; STANOVICH, 2011). Esse teste é composto por três perguntas que têm como objetivo avaliar a capacidade dos indivíduos de resistir às respostas intuitivas (KAHNEMAN; FREDERICK, 2007). Conforme Frederick (2005), é uma maneira de observar a habilidade que os indivíduos possuem de resistir à resposta que primeiro vem à mente. As três perguntas induzem a uma resposta errônea, decorrente do julgamento rápido e intuitivo do Sistema 1. As pessoas que acertam as respostas a essas perguntas tendem a suprimir as respostas automáticas do Sistema 1 ativando a reflexão,

o raciocínio lógico e o autocontrole pertencentes ao Sistema 2. Assim, o CRT é um instrumento válido para identificar as características cognitivas de um indivíduo, indicando se as respostas são concedidas automaticamente (Sistema 1) ou se há maior reflexão e raciocínio lógico incorporados às escolhas (Sistema 2) (KAHNEMAN, 2002; FREDERICK, 2005).

Entretanto, para que esse instrumento efetivamente avalie a capacidade cognitiva, as pessoas não podem ter conhecimento das perguntas, e conseqüentemente das respostas. Desse modo, percebendo a grande utilização por boa parte das pesquisas (BRAÑAS-GARZA; KUJAL; LENKEI, 2019, ; TAY; RYAN; RYAN, 2016; CAMPITELLI; LABOLLITA, 2010), Toplak, West e Stanovich (2014) propuseram uma nova versão do teste com quatro novas perguntas, as quais seguem a mesma perspectiva do CRT original. A utilização das duas medidas conjuntamente, em uma medida de 7 itens, tem apresentado elevado nível de confiabilidade (0,72). Por conseguinte, a sugestão dos autores é a adoção das 7 perguntas quando a pesquisa é mais abrangente ou a utilização das 4 novas variáveis nos casos em que os pesquisados já tenham conhecimento das três perguntas originárias de Frederick (2005) (TOPLAK; WEST; STANOVICH, 2014).

10.2 PREFERÊNCIAS PELO RISCO

As escolhas frente ao risco foram, por muitos anos, consideradas coerentes com os parâmetros de utilidade dos indivíduos (SCHILDBERG-HÖRISCH, 2018), mas Kahneman e Tversky ao publicarem o artigo seminal *Prospect theory: an analysis of decision under risk* contribuíram para melhor compreensão das escolhas frente ao risco. Nesse estudo, os autores trazem como tema central que os indivíduos são avessos ao risco para ganhos, mas propensos ao risco para perdas, introduzindo uma nova concepção sobre a preferência pelo risco que afasta a prerrogativa de racionalidade total (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979). Além disso, evidenciam que essas preferências pelo risco são influenciadas pelo ponto de referência inicial. Quando o resultado é melhor do que o ponto de referência são considerados ganhos, mas quando são inferiores, são consideradas perdas (KAHNEMAN, 2011).

Esses avanços fizeram com que novos estudos, balizados pela teoria do prospecto, buscassem avaliar a preferência pelo risco dos indivíduos. Preferência essa conceituada como a predisposição das pessoas a assumir um maior ou menor nível de risco, podendo elas optar por uma alternativa mais arriscada ou mais segura (HSEE; WEBER, 1997; CHARNNESS; GNEEZY; IMAS, 2013). Aquelas que se disponibilizam a assumir um maior nível de risco são consideradas tolerantes ao risco e mais audaciosas, e aquelas mais cautelosas são ditas avessas

ao risco (SUNG; HANNA, 1996; GRABLE, 2000). A preferência pelo risco, também chamada tolerância ao risco, prevê o máximo de incerteza que uma pessoa aceita assumir quando toma alguma decisão financeira (ROSZKOWSKI; DAVEY; GRABLE, 2005).

Todavia, distintamente do que preconizava a teoria da utilidade esperada, essa preferência não é estável (GUIISO; SAPIENZA; ZINGALES, 2018). Pelo contrário, ela pode ser alterada ao longo do tempo pela influência de aspectos econômicos e emocionais (SCHILDBERG-HÖRISCH, 2018). Os aspectos econômicos estão diretamente relacionados a choques exógenos que alteram as condições econômicas e, por conseguinte, mudam as escolhas dos indivíduos. Dohmen, Lehmann e Pignatti (2016) foram uns dos autores que, ao investigarem a preferência pelo risco de alemães e ucranianos, identificaram que há um aumento considerável de aversão ao risco ao longo do tempo e, como resultado, uma redução nos níveis de trabalho autônomo em condições econômicas desfavoráveis. Documentando a crise de 2008, Guiso, Sapienza e Zingales, (2018) identificaram que, posterior à recessão, diminui a disponibilidade para assumir risco, medido tanto por instrumentos quantitativos quanto qualitativos.

Ressalta-se ainda estudos que avaliam a alteração na preferência pelo risco na ocorrência de choques como crises econômicas e financeiras. Bucciol e Miniaci (2018) estudaram, por um longo período de tempo (1995 a 2015), a influência de aspectos como volatilidade no mercado financeiro, Produto Interno Bruto, taxa de desemprego e concluíram que, em momentos de maior instabilidade, a aversão ao risco aumenta. A justificativa para tais alterações está diretamente relacionada ao sentimento de medo e insegurança com o futuro, o que ratifica a influência dos sentimentos e aspectos emocionais na alteração da preferência pelo risco (GUIISO; SAPIENZA; ZINGALES, 2018).

As emoções ainda podem alterar essa predisposição a assumir maior ou menor nível de risco mediante fatores como o autocontrole, o afeto positivo e o negativo e estresse (SCHILDBERG-HÖRISCH, 2018). Pessoas mais felizes e menos estressadas, por exemplo, apresentam maior tolerância ao risco (GRABLE; ROSZKOWSKI, 2008), enquanto que sentimentos negativos e estresse agudo elevam consideravelmente a aversão ao risco (CAHLÍKOVÁ; CINGL, 2017). Além desses aspectos, as heurísticas de julgamentos e, portanto, vieses cognitivos também podem limitar a percepção de risco dos indivíduos, tornando-os mais ou menos tolerantes ao risco (SIMON; HOUGHTON; AQUINO, 2000; KANNADHASAN; ARAMVALARTHAN; KUMAR, 2014).

Vale salientar ainda que outros fatores podem alterar a tolerância ao risco dos indivíduos. Grable (2000) investigou 1075 pessoas com o objetivo de avaliar a relação da

tolerância ao risco com variáveis demográficas, socioeconômicas de atitudes. Seus resultados sinalizaram que homens mais velhos, casados, com emprego fixo, renda superior, maior nível educacional, maior conhecimento financeiro e elevadas expectativas econômicas são os mais tolerantes ao risco. De maneira mais abrangente e investigando diversos países, aspectos como idade (MATA; JOSEF; HERTWIG, 2016), país de origem (BOUCHOUICHA; VIEIDER, 2019) cultura, estrutura da linguagem, religião, capacidade cognitiva, escolhas no mercado de trabalho (FALK et al., 2017) também estão sendo apontados como determinantes da tolerância ao risco.

Percebe-se, então, que a estabilidade frente ao risco é quase que uma utopia. Com isso, vale aprofundar-se nessas questões principalmente pelas implicações que esse comportamento pode gerar para a economia como um todo. Segundo Falk et al. (2017), as preferências ao risco impulsionam as decisões individuais e direcionam, assim, o comportamento. Pessoas mais avessas ao risco, por exemplo, terão uma menor tendência a empreender (DOHMEN; LEHMANN; PIGNATTI, 2016) e perseguirão um maior nível de poupança (FALK et al., 2017). Pessoas mais propensas ao risco são mais predispostas a empreender (BOUCHOUICHA; VIEIDER, 2019). Em razão disso, a tolerância ao risco também pode ser uma característica importante para o sucesso e o fracasso financeiro (GRABLE, 2000).

10.2.1 Como mensurar a preferência pelo risco

A mensuração da preferência pelo risco, ou tolerância ao risco, é um processo complexo. E por esse motivo, ao longo da história, várias foram as alternativas testadas nesse âmbito. O chamado autorrelato ou questionário são os meios mais populares, havendo na literatura uma vasta gama de opções desses instrumentos (SCHILDBERG-HÖRISCH, 2018). Na maioria dos casos os indivíduos são convidados a apontar seu nível de tolerância ao risco.

Nesse sentido, uma das primeiras escalas a ganhar notoriedade na literatura foi a *Survey of Financial Risk Tolerance* (SOFRT). Essa escala foi originalmente criada por Roszkowski (1992). Ela é composta por 51 itens que contemplam diferentes aspectos de preferências como investimento, reações a portfólios, características de estilo de vida, autoavaliações e preferências de probabilidade e pagamento (ROSZKOWSKI; DELANEY; CORDELL, 2009). Uma vantagem dessa escala é a possibilidade de definir níveis de tolerância ao risco, tendo 51 como pontuação mínima, isto é, quando os respondentes escolhem a opção menos arriscada em todas as perguntas (ROSZKOWSKI; DELANEY; CORDELL, 2009). Por outro lado, ela é extensa e pode, em determinados casos, ter pouca aderência de respostas.

A partir disso, uma alternativa razoável é a adoção de escala de um único item. Wagner, Frick e Schupp (2007) foram alguns dos autores a adotar essa estratégia. Utilizando uma escala de 11 pontos, os autores questionavam como os indivíduos se viam, totalmente dispostos a assumir risco ou totalmente avessos ao risco. Mas a pergunta de um único item que se destacou foi a utilizada na *Survey of Consumer Finances* (SCF). Nessa pesquisa, as famílias nos Estados Unidos são questionadas sobre questões financeiras, oportunizando a ampla aplicação da variável relacionada à tolerância ao risco (DING; DEVANEY, 2000; XIAO et al., 2001; YAO, HANNA; LINDAMOOD, 2004; YAO, GUTTE; HANNA, 2005). A pergunta avalia qual o nível de tolerância ao risco que os indivíduos estão dispostos a se expor mediante quatro alternativas — que partem da disponibilidade em aceitar um nível alto de risco, esperando auferir retorno significativo, até a total indisponibilidade frente ao risco financeiro. Grable e Lytton (1999) afirmam que o alto grau de validade e confiabilidade e a potencial facilidade de administração fazem dela uma ferramenta viável para ser empregada nas pesquisas.

Embora Grable e Lytton (1999) apontem a SCF como uma medida válida de tolerância ao risco, estes indicaram a possibilidade da adoção de uma escala multidimensional para pesquisas mais abrangentes. Para isso, os autores propuseram uma escala de 13 itens, com confiabilidade de 0,750 (Alfa de Cronbach), atestando a consistência da escala. Essa escala contempla aspectos de risco especulativo, conforto e experiência. De mesmo modo, Weber, Blais e Betz (2002) desenvolveram um instrumento abrangendo várias modalidades de risco, onde o financeiro é discriminado por 10 itens direcionados para a percepção e comportamento de risco.

Todas as escalas apresentadas até então são de autorrelato. No entanto, segundo MacCrimmon e Wehrung (1986), esse mecanismo de perguntas direcionadas ao julgamento das pessoas em relação à sua tolerância ao risco incorre muitas vezes em erros de mensuração, já que os indivíduos estão sujeitos a cometer erros nessa definição. Uma alternativa foi o desenvolvimento de escalas de tolerância ao risco subjetivas, ou simplesmente escolhas de loterias, em que os indivíduos tipicamente escolhem entre diferentes loterias de dois resultados nas quais os retornos mais altos esperados chegam ao custo de uma maior variação de pagamento (quer dizer, mais risco) (SCHILDBERG-HÖRISCH, 2018).

Um dos instrumentos de destaque em termos de análise de tolerância ao risco subjetivo é o de Hanna, Gutter e Fan (2001). Os autores buscaram desenvolver um questionário que avaliasse decisões reais. Para isso, aperfeiçoaram os instrumentos de Barsky et al. (1997). Anos mais tarde, Hanna e Lindamood (2004) deram um enfoque maior à aposentadoria. Os autores desenvolveram um instrumento com situação hipotética em que os participantes precisam

escolher entre seis opções de planos de previdência social, listando o “plano A” sem risco (avesso ao risco) e os demais com diversos graus de risco (partindo da baixa propensão subjetiva ao risco a extremamente alta).

Finalmente, vale salientar que ainda existem instrumentos que avaliam a preferência pelo risco mediante lista de preços (HOLT; LAURY, 2002) e escolhas de loteria (BINSWANGER, 1980; BUCKERT, 2014). Quanto às escolhas de loteria, elas estão mais vinculadas às medidas subjetivas de preferência pelo risco e são operacionalizadas mediante a escolha do participante entre duas alternativas — uma delas com maior chance de retorno, mas também um maior risco inerente.

Ao explicitar todas essas medidas de risco questiona-se: qual delas empregar? Segundo Charness, Gneezy e Imas (2013), a escolha depende da pergunta de pesquisa que se deseja responder e também das características da população da amostra. Além disso, Schildberg-Hörisch (2018) sugere elevada atenção dos pesquisados em relação à validade interna e externa dos instrumentos de coleta de dados, bem como à estabilidade ao longo do tempo. Com a adoção desses cuidados e a segurança de que as escalas podem ser utilizadas em diferentes culturas, garante-se maior confiabilidade aos estudos (VIEIDER, 2015).

11 HIPÓTESES DA PESQUISA

A base das decisões frente ao risco foi, por anos, entendida a partir da teoria da utilidade esperada. Sob essa ótica, as decisões são direcionadas para maximizar a utilidade esperada (VON NEUMANN; MORGENSTEIN, 1944), mas ninguém pressupunha uma possível distinção para ganhos e perdas (KAHNEMAN, 2011). Foi a partir da teoria do prospecto (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979) que se evidenciou essa distinção. Mais do que isso, Kahneman e sua equipe, anos depois, ampliaram os esforços para o entendimento da utilidade das decisões e comprovaram que há uma distinção entre a utilidade experimentada e a utilidade da decisão (KAHNEMAN; WAKKER; SARIN, 1997).

Estudos anteriores demonstram que, embora as pessoas deem maior peso às perdas do que aos ganhos (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979), elas não sentem as perdas experimentadas com maior intensidade do que os ganhos (KERMER et al., 2006). Ao pensar sobre as possíveis perdas, elas tendem a reportar sentimento de desapontamento. Mas quando, ao contrário, a perda é vivenciada, a percepção negativa é reformulada para uma visão positiva – “pelo menos tenho 2 dólares” (KERMER et al., 2006). Assim, os autores confirmaram que as perdas têm um impacto hedônico menor do que se previa (KERMER et al., 2006), pois na avaliação retrospectiva ela pode não ser observada com tanta ênfase.

Se reportamos essa percepção para a teoria do prospecto, observa-se convergência. A teoria do prospecto, dentre outras coisas, discorre sobre a aversão à perda. De acordo com Kahneman e Tversk (1979), a perda possível gera maior impacto do que os ganhos. Essa assimetria está relacionada com as expectativas e com a experiência de perda ou ganho, em que as perdas momentâneas acabam gerando maior dor do que a euforia com os ganhos. No entanto, o eu recordativo tende a potencializar em suas avaliações pontos de maior representatividade, minimizando o efeito das perdas – como reportado por Kermer et al. (2006). Tais evidências e suposições podem ser um indício de que o eu recordativo, ao tomar decisões sobre o nível de risco a ser assumido, amenize as perdas incorridas e dê maior ênfase aos ganhos, levando a uma maior tolerância ao risco recordado.

Essa pressuposição é ampliada ao serem observados estudos que incorporam a regra do pico-fim inclusive em modelo de apreçamento de ativos. Gregoriou, Healy e Le (2019) evidenciaram, utilizando dados dos EUA de 1927 a 2014, que a regra do pico-fim incorporada ao modelo de precificação de ativos melhora sua capacidade de explicar a variação dos retornos dos ativos. Outras evidências apontam que os investidores podem distorcer suas decisões de investimento baseados no pico dos preços mais altos, ou no preço do último período antes da

decisão (JIAO, 2013), e que a avaliação retrospectiva de uma sequência de perdas é explicada pela regra do pico-fim (STEPHAN; KIELL, 2017). Assim, se a regra do pico-fim é um fator determinante para estabelecer a expectativa de retorno, o preço dos ativos e o sentimento relativo à perda financeira em ambiente de elevada volatilidade, espera-se que também seja um fator decisivo para a predisposição ao risco.

Partindo dessas elucidicações, estabelece-se as duas primeiras hipóteses desta pesquisa:

H1: A preferência pelo risco é maior quando avaliada pelo eu recordativo do que pelo eu vivencial;

H2: A regra do pico-fim é um bom preditor da preferência pelo risco.

Partindo dessas inquietações iniciais, diretamente relacionadas às implicações dos dois eus sobre a preferência pelo risco, pretende-se embasar a construção da hipótese que abarca o tema central desta tese: a relação entre os sistemas cognitivos e os dois eus. Como já salientado, o interesse pelo tema surgiu quando Kahneman (2011), em seu trabalho *Thinking, Fast and Slow*, deixou subentendido que os indivíduos com maior capacidade cognitiva teriam a tomada de decisão balizada por uma avaliação completa da experiência vivenciada, minimizando as simplificações realizadas pela memória (KAHNEMAN, 2011). Tal argumentação não foi avaliada empiricamente, mas faz sentido teórico.

Quando as informações são processadas na mente humana por meio da intuição e ação voluntária do Sistema 1, erros de julgamento – e, conseqüentemente, vieses cognitivos (MOREWEDGE; KAHNEMAN, 2010) como a incidência da regra do pico-fim – podem emergir (KAHNEMAN et al., 1993). Em contrapartida, o direcionamento desses julgamentos, realizado pelo Sistema 2, pode corrigir parte desses erros impedindo experiências passadas de deliberarem respostas automáticas (KAHNEMAN; FREDERICK, 2002).

Esse controle realizado pelo Sistema 2 só é possível por ser ele constituído a partir de julgamentos lógicos, reflexivos e com elevado esforço cognitivo (TAY; RYAN; RYAN, 2016; KAHNEMAN; FREDERICK, 2002). Já o Sistema 1 é moldado a partir da experiência (KAHNEMAN; FREDERICK, 2007), ou seja, pelo eu recordativo. Essa distinção na origem dos dois sistemas os faz entrar muitas vezes em conflito, tentando o Sistema 2 controlar os impulsos automáticos do Sistema 1 (KAHNEMAN, 2011).

A justificativa, para tais discrepâncias nas escolhas, pode estar diretamente relacionada às escolhas divergentes da utilidade experimentada e utilidade de decisão (apresentadas no capítulo inicial sobre os dois eus). O estudo da mão imersa na água gelada exemplifica esse

comportamento. Os participantes solicitados a escolher um dos experimentos para repetir optaram pelo de maior duração simplesmente por tê-lo fixado na memória como menos aversivo (KAHNEMAN et al., 1993). Essa escolha foi decorrente do eu recordativo, que armazenou na memória apenas os momentos mais representativos – tal como o Sistema 1, que toma suas decisões baseado em médias e protótipos, não pela soma dos momentos (KAHNEMAN, 2011).

Na prática, um exemplo que pode ser adotado para elucidar tal comportamento é o de mulheres em trabalho de parto. Se ao longo do parto for questionado o nível de dor, ela provavelmente irá especificá-lo como elevado. Isto é, seu eu vivencial vai detectar e expressar a dor experimentada. Por outro lado, ao fim do parto o nível de dor reportado será provavelmente menor do que o retratado ao longo do período, pois a euforia de ter o filho nos braços irá amenizar o sofrimento vivenciado. E, nessa condição, ela provavelmente aceitaria dar à luz ao próximo filho por meio de um parto normal.

Essa é uma conduta compatível com a avaliação retrospectiva do eu recordativo (REDELMEIERE; KAHNEMAN, 1996) e dos erros de julgamento cometidos pelo Sistema 1 (EVANS, 2008), mas não revela um comportamento derivado do Sistema 2. A decisão, se avaliada mediante esse segundo sistema, tenderia à não aceitação de um novo parto normal. Já que o Sistema 2 não permitiria que a avaliação do eu recordativo lembrasse apenas do momento final de satisfação, quando já estava com os filhos nos braços. Iria, sim, considerar a vivência como um todo e, possivelmente, optar por um segundo parto via cesariana. Obviamente este é um exemplo hipotético que não obteve uma comprovação empírica, mas mediante a teoria apresentada pode fazer sentido, além de ilustrar de maneira prática o objetivo aqui proposto.

Portanto, é com base no entrelaçamento desse devaneio hipotético e da concreta teoria apresentada que este estudo apresenta as seguintes hipóteses de pesquisa:

H3: Os indivíduos com menor capacidade cognitiva (Sistema 1) tendem a incorrer em maiores erros de julgamento na avaliação retrospectiva, incorrendo mais fortemente no viés pico-fim.

12 MÉTODO

Nesta sessão são apresentadas as estratégias metodológicas da pesquisa, incorporando o desenho da pesquisa, população e amostra, coleta de dados, instrumento de coleta de dados e, finalmente, as técnicas de análise de dados a serem adotadas.

12.1 DESENHO E ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Para atingir os objetivos propostos, esta pesquisa configurou-se como de caráter descritivo e exploratório. Descritivo por visar descrever, analisar e compreender as escolhas do eu experiencial e vivencial; confrontado essas variáveis com os sistemas cognitivos. E exploratório, uma vez que não há estudos empíricos que comprovem essa relação (ROBSON, 2002). A análise de dados foi realizada de maneira quantitativa, o que auxiliou no processamento das informações de maneira sólida por meio de técnicas estatísticas (MALHOTRA, 2011).

Como estratégia de pesquisa, empregou-se, assim como no Ensaio 1, o quase experimento, pois a amostra não foi selecionada aleatoriamente e há impossibilidade de controlar todos os efeitos no campo, pois se trata de um *field experiment*. A adoção dessa estratégia se fez coerente ao objetivo do presente ensaio, pois o contexto de análise representa transações econômicas de grande escala, sendo o experimento de campo o mais indicado para avaliar de maneira efetiva o comportamento dos agentes econômicos em alterações contextuais (HARRISON; LIST, 2004).

Ressalta-se ainda que, a exemplo do Ensaio 1, neste ensaio também foi empregado o experimento de único caso (já detalhado no Ensaio 1). Tal método permite realizar apenas a comparação intragrupo (BARON; PERONE, 1998), ou seja, a comparação dos resultados de um participante com ele mesmo – adoção do mesmo indivíduo como seu próprio controle (HORNER et al., 2005), dada a avaliação momentânea e retrospectiva. Por fim, vale salientar que os procedimentos éticos descritos no Ensaio 1 também foram adotados nesta pesquisa.

12.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população alvo deste estudo compreendeu pessoas residentes em Florianópolis, Santa Catarina. Para a seleção da amostra, utilizou-se uma estratégia não probabilística por conveniência, pois não se sabia a priori a probabilidade de cada um dos indivíduos participarem

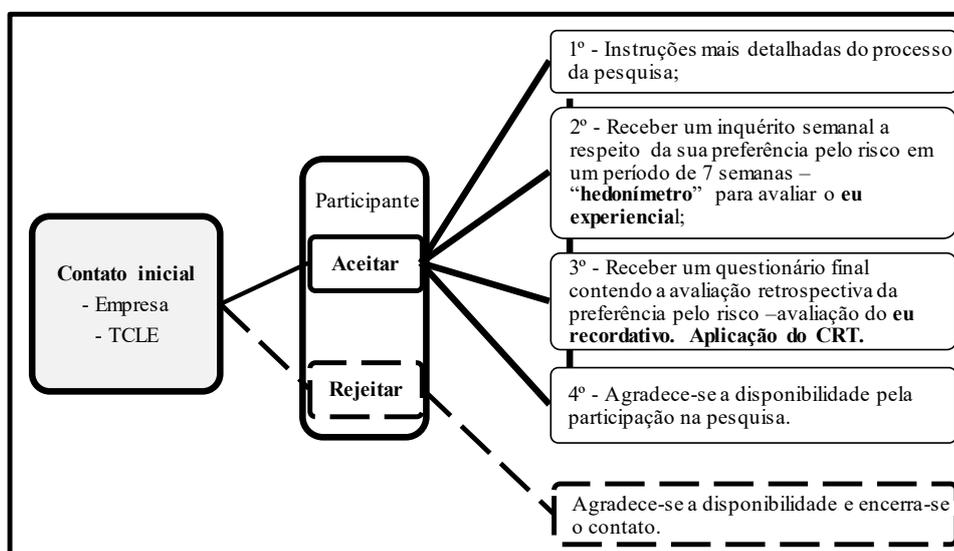
da pesquisa. Em vista disso, o questionário foi encaminhado para o maior número possível de pessoas, tornando-se parte da pesquisa apenas aqueles que aceitaram.

Para facilitar o contato com o maior número de pessoas e manter a homogeneidade da amostra, buscou-se contato com empresas que se disponibilizassem a apresentar a pesquisa a seus colaboradores. A escolha dessas empresas se deu com o objetivo de garantir a coleta de dados com um grupo de respondentes mais qualificado, dado que toda a semana teriam que compreender a conjuntura econômica e política apresentada e posicionar-se a respeito de sua preferência pelo risco. O nome das empresas foi suprimido para garantir seu anonimato, conforme solicitado por seus gestores. Pode-se dizer apenas que são empresas do setor de energia. Essa estratégia foi adotada uma vez que é comprovado que pessoas com maior instrução compreendem melhor aspectos vinculados a política, economia e risco (OECD, 2015; AWAIS et al., 2016) – temas empregados nesta análise.

12.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada em dois momentos, possibilitando a avaliação do eu experiencial e do eu recordativo mediante a preferência pelo risco dos pesquisados. Adotou-se essa estratégia para atender ao objetivo de verificar a relação entre os sistemas cognitivos e os dois eus. Por essa razão, existia a necessidade de uma avaliação contínua (momento a momento) e, ao fim, uma avaliação retrospectiva, também permitindo o emprego do experimento de caso único. A Ilustração 15 ilustra cada uma dessas etapas.

Ilustração 15 – Processo de coleta de dados e manipulação do Ensaio 2



Fonte: Elaborada pela autora

O procedimento de coleta de dados iniciou-se, então, pelo contato com as empresas, buscando sua disponibilidade em permitir a realização da pesquisa com seus colaboradores. Nesse processo, foram contactadas mais de 35 empresas e apenas três se disponibilizaram a abrir espaço para que a pesquisa pudesse ser apresentada a seus colaboradores. Posterior a aceitação dessas empresas, foi marcado um encontro presencial para uma breve apresentação do estudo como forma de convidar os colaboradores a participar e sensibilizá-los da importância deste.

Aqueles que sinalizaram o interesse em participar receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C). Após a leitura, garantia de anonimato e liberdade para desistir quando quisessem, por fim informavam se participariam ou não. Aqueles que optavam por não participar da pesquisa recebiam um agradecimento e o contato se encerrava. Os que aceitavam, participariam das demais etapas.

Inicialmente, era relatada a importância da participação na pesquisa em todas as etapas a fim de sensibilizar os participantes a responderem a todas as perguntas. Em seguida, iniciava-se a avaliação do eu experiencial, por meio do EMA — método já descrito no Ensaio 1 e coerente com o propósito deste estudo. O EMA foi empregado utilizando o coletor de dados *Survey Monkey*, através do qual encaminhava-se semanalmente a pesquisa via sistema de coletor automático. Ressalta-se que as justificativas apresentadas a respeito dessa estratégia de coleta e dos procedimentos sugeridos por Burke et al. (2017), explicitados no Ensaio 1, também foram empregados nesta coleta de dados.

Entretanto, diferentemente do Ensaio 1 em que as perguntas foram diárias, neste estudo elas ocorreram semanalmente. O período de coleta de dados contemplou do dia 15 de outubro à 26 de novembro, totalizando 7 semanas: isto é, 7. Esse período foi estabelecido em decorrência do período de eleições presidenciais, contexto que desencadeia elevada instabilidade econômica e financeira que podem influenciar a tolerância ao risco dos respondentes (KANDASAMY et al., 2014). Logo, dada essa conjuntura econômica, entende-se que adotar a preferência pelo risco para avaliar as decisões do eu recordativo neste período de incertezas é uma estratégia coerente com os objetivos do estudo. Salienta-se que o objetivo desta tese não é discutir o contexto nem disputas ideológicas da eleição de 2018. Apenas adotou-se o período eleitoral como cenário da pesquisa para entendermos as oscilações da preferência pelo risco.

Isto posto, para que todos os pesquisados pudessem compreender o contexto em que estavam inseridos e se apropriassem das mesmas informações para sinalizar suas preferências pelo risco, foi enviado junto com o questionário um resumo de cada uma das semanas contendo

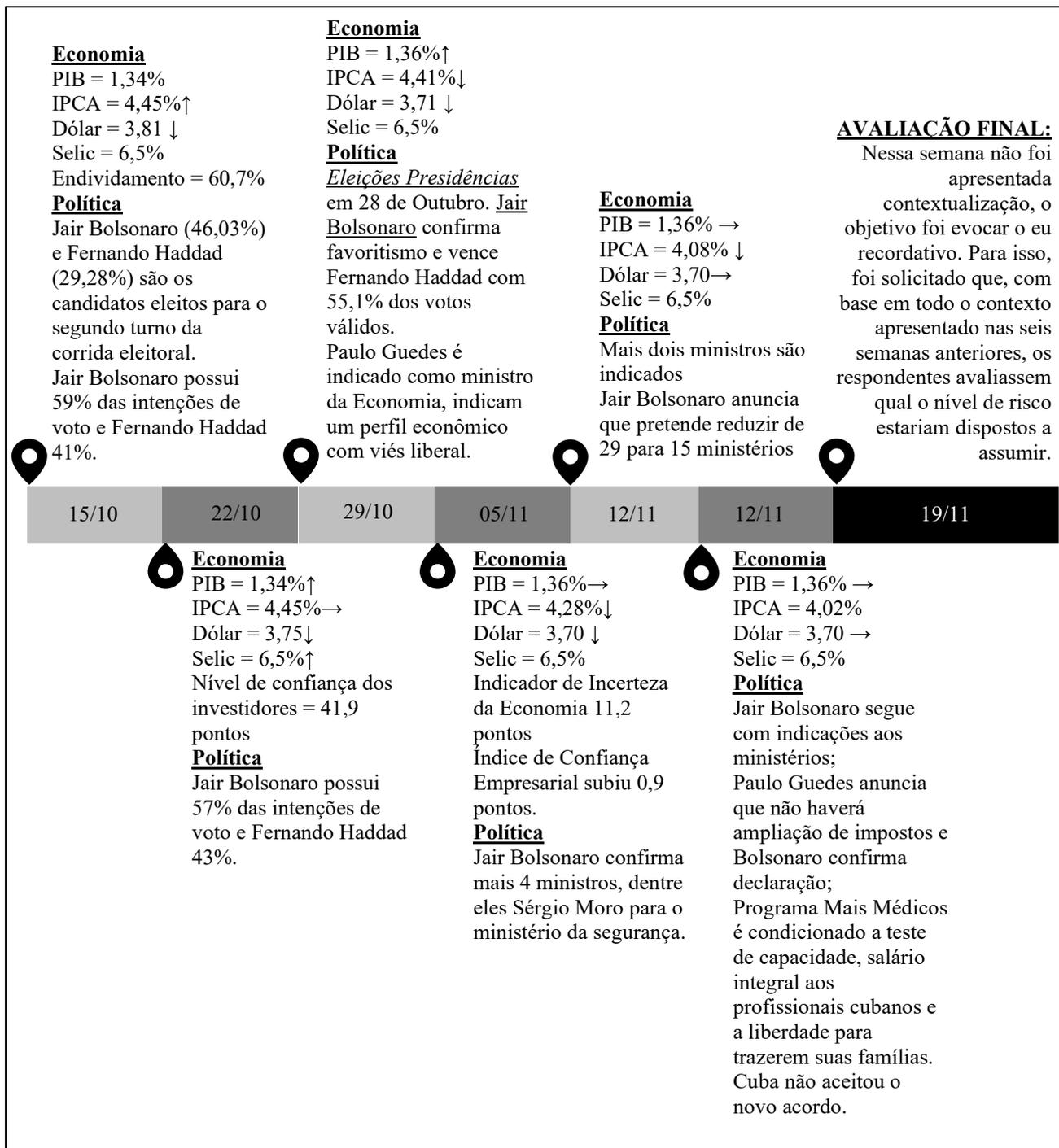
os principais acontecimentos econômicos, financeiros e políticos. Dados da pesquisa Focus, emitida semanalmente pelo banco central, foram utilizados para apresentar essa contextualização semanal. Além de indicadores como o nível de endividamento das famílias brasileiras divulgado pela CNC, nível de Confiança do Investidor (CNDL/SPC 2018), Indicador de Incerteza da Economia e Índice de Confiança Empresarial divulgados pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE – FGV, 2018).

A utilização desses dados teve como objetivo garantir a veracidade da contextualização apresentada aos participantes da pesquisa, garantindo o maior nível de fidedignidade e imparcialidade dos dados fornecidos. Ressalta-se, ainda, que foi encaminhado um resumo para todos os participantes na primeira semana para retomarem alguns conceitos básicos acerca de variáveis que impactam a economia, tais como IPCA, PIB, Taxa Selic e dólar. O objetivo foi nivelar o conhecimento de todos permitindo que, independentemente de sua área de formação, todos pudessem compreender as contextualizações que foram apresentadas no decorrer das semanas. A Ilustração 16 exibe uma síntese da contextualização realizada em cada uma das semanas, bem como a estratégia adotada para a avaliação final.

Percebe-se, nesta Ilustração 16, que o último dado não possui contextualização. O objetivo foi evocar a preferência pelo risco do eu recordativo. Para isso, adotamos a mesma pergunta de tolerância ao risco. Porém, os participantes foram solicitados a relembrar toda a contextualização feita nas 6 intervenções anteriores e precisar sua predisposição ao risco com base no contexto vivenciado. Nessa situação, a pesquisa estaria evocando a decisão do eu que relembra e não do eu que vivencia, consolidando as duas abordagens necessárias para a efetivação das análises. Junto com essa pergunta, foi aplicado o CRT e algumas questões sociodemográficas, já que há muitos estudos que apontam características pessoais como determinantes da tolerância ao risco (GRABLE, 2000).

Atenta-se, como no Ensaio 1, para a necessidade de agregação dos dados (MOSKOWITZ; YOUNG, 2006), uma vez que o objetivo é consolidar as decisões do eu experiencial e do eu recordativo com os sistemas cognitivos. Mas, para isso, foi imprescindível reunir todas as respostas de cada um dos participantes. Para cumprir esse requisito e ao mesmo tempo manter o anonimato dos pesquisados, solicitou-se que cada um deles se atribuísse um apelido que seria utilizado todas as vezes que enviassem respostas.

Ilustração 16 – Síntese da contextualização apresentada aos participantes no decorrer da pesquisa



Fonte: Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (2018); Pesquisa da CNDL/SPC Brasil (2018); Instituto Brasileiro de Economia (IBRE -FGV, 2018); e Pesquisa Focus (BANCO CENTRAL, 2018)

12.3.1 Instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados utilizado na coleta do segundo ensaio também foi um questionário estruturado. Na primeira etapa, as perguntas foram semanais; e, para evitar evasão

dos respondentes, a pergunta escolhida foi a mais simples possível (BURKE et al., 2017). Por esse motivo, foi empregada a questão de tolerância ao risco da SCF, amplamente utilizada na literatura (DING; DEVANEY, 2000; XIAO et al., 2001; YAO, HANNA; LINDAMOOD, 2004; YAO, GUTTER; HANNA, 2005; NOBRE et al., 2017; CAMPARA et al., 2017; HANNA; KIM; ZHANG, 2019). O Quadro 6 evidencia a questão e suas alternativas.

Quadro 6 - Instrumento de coleta de dados para avaliar o eu experiencial

Pergunta	Alternativas	Autores
Qual das declarações a seguir representa de maneira mais aproximada o nível de risco financeiro que estaria disposto a assumir nesse momento:	1 - Assumo um risco financeiro alto, esperando ganhar um retorno alto. 2 - Assumo um risco financeiro acima da média, esperando ganhar um retorno acima da média. 3 - Assumo um risco financeiro médio, esperando ganhar um retorno médio. 4 - Não estou disposto(a) a investir em produtos com risco financeiro.	Hanna, Gutter e Fan (2001)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Hanna, Gutter e Fan (2001).

A questão utilizada para avaliar o eu experiencial foi adaptada da *Survey of Consumer Finances* (SCF). A adaptação teve de ser realizada para que o indivíduo indicasse o quanto de risco ele estaria disposto a assumir naquele determinado momento mediante o cenário apresentado a ele. Então, antes da solicitação da resposta à pergunta, os participantes receberam a contextualização semanal conforme exposto no Quadro 9 e, somente após essa leitura, responderam qual nível de risco estariam dispostos a correr mediante a conjuntura apresentada.

Depois da avaliação do eu experiencial, foram investigadas as decisões do eu recordativo. Este instrumento, diferentemente do anterior, conteve três blocos de perguntas como apresentado no Quadro 7.

Quadro 7 – Instrumento de coleta de dados do eu recordativo

Escala	Perguntas	Alternativas	Autores
SCF	Qual das declarações a seguir representa de maneira mais aproximada o nível de risco financeiro que estaria disposto a assumir considerando todo o contexto apresentado ao longo da pesquisa.	1 - Assumo um risco financeiro alto, esperando ganhar um retorno alto. 2 - Assumo um risco financeiro acima da média, esperando ganhar um retorno acima da média. 3 - Assumo um risco financeiro médio, esperando ganhar um retorno médio. 4 - Não estou disposto(a) a investir em produtos com risco financeiro.	Hanna, Gutter e Fan (2001)
CRT	(1) Um bastão e uma bola custam 1,10 dólares no total. O bastão custa US\$ 1,00 a mais do que a bola. Quanto custa a bola? _____ centavos.	a) 5 centavos* b) 10 centavos	Frederick (2005)

Quadro 7 – Instrumento de coleta de dados do eu recordativo

(conclusão)

Escala	Perguntas	Alternativas	Autores
CRT	(2) Se 5 máquinas demoram 5 minutos para fazer 5 ferramentas, quanto tempo levariam 100 máquinas para fazer 100 ferramentas? minutos.	a) 5 minutos * b) 100 minutos	
	(3) Em um lago, existe uma “cobertura” de determinada planta aquática. Todos os dias, a “cobertura” dobra de tamanho. Se a “cobertura” demora 48 dias para cobrir todo o lago, quanto tempo será necessário para que a cobertura cubra metade do lago? _____ dias	a) 47 dias* b) 24 dias	
	Perfil dos respondentes	Gênero, idade, estado civil, dependentes, nível de escolaridade, ocupação e renda.	-

Nota: * respostas corretas.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Hanna, Gutter e Fan (2001) e Frederick (2005)

O primeiro bloco de perguntas do questionário, destinado a avaliar o eu recordativo, foi referente à preferência pelo risco. No entanto, diferentemente da pergunta utilizada no inquérito momento a momento, aqui foi solicitado que o respondente avaliasse todas as contextualizações apresentadas ao longo do período da pesquisa e, considerando todos os acontecimentos, que apontasse a alternativa que melhor representasse sua tolerância ao risco.

O segundo bloco de perguntas foi destinado a mensurar a capacidade cognitiva dos indivíduos. Para isso, foi adotado o Teste de Reflexo Cognitivo (CRT), desenvolvido por Frederick (2005). Neste teste constam três perguntas que induzem a uma resposta automática, sendo os indivíduos com maior capacidade cognitiva os mais propensos a acertar as questões e não incorrer no erro do julgamento rápido. Optou-se por utilizar o CRT, pois ele é o mais utilizado dentre os mecanismos de mensuração da capacidade cognitiva (CAMPITELLI; LABOLLITA, 2010; TAY; RYAN; RYAN, 2016). Ressalta-se que foi empregada as perguntas de avaliação da capacidade cognitiva desenvolvidas por Toplak, West e Stanovich (2014) para aqueles respondentes que sinalizavam já conhecer as perguntas desenvolvidas por Frederick (2005). Finalmente, foram feitas as perguntas sociodemográficas, utilizadas como variáveis de controle.

12.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados, foram adotados os softwares estatísticos SPSS e Eviews. Foi avaliado inicialmente o perfil dos pesquisados por meio da estatística descritiva: média e

frequência das respostas. Posteriormente, para investigar a capacidade cognitiva dos respondentes, utilizou-se a frequência das respostas no teste do CRT – sendo que, das as três perguntas, o participante poderia errar todas as questões (representado por 0) ou acertar 1, 2 ou 3 perguntas. Quanto maior o número de acertos, maior a capacidade cognitiva (FREDERICK, 2005).

A avaliação da preferência pelo risco mediante os dois eus foi primeiro realizada por meio de gráficos com a frequência das repostas, tanto momentânea quanto retrospectiva. Mais tarde foram feitas algumas manipulações das respostas para constituição de variáveis. Para observar as preferências pelo risco mediante o eu vivencial, a média de todas as perguntas realizadas durante o período da pesquisa foi empregada, como sugerido por Kahneman et al. (2006). Além disso, foram identificadas as respostas inerentes ao pico de tolerância ao risco e à última avaliação (semana 6), a fim de avaliar o viés do pico-fim. Portanto foram criadas três novas variáveis para a investigação do eu experiencial. Já a descrição das preferências de risco do eu recordativo foram estabelecidas a partir da resposta concedida no questionário final.

A estatística descritiva dessas novas variáveis foi estimada para que, assim, fosse possível caracterizar a preferência pelo risco experiencial e recordativo. A fim de avaliar se há diferença estatística entre a percepção do eu vivencial e do eu recordativo, foi empregado o teste de qui-quadrado de Pearson. A partir desse teste relacionou-se as respostas momentâneas e recordativas, sendo possível verificar se as duas variáveis são independentes (hipótese nula) ou dependentes (hipótese alternativa).

Depois, para verificar se a regra do pico-fim era um bom preditor da preferência pelo risco, estimou-se uma regressão múltipla. A equação 6 ilustra o modelo:

$$Y_iPF = \alpha_0 + \beta_1F + \beta_2P + \varepsilon_i \quad (6)$$

onde Y_iPF , na equação (6), representa a variável dependente de preferência pelo risco. As variáveis independentes são representadas por P e F , onde F representa o fim, ou seja, o último dia de avaliação momentânea; e P representa o pico das respostas de tolerância ao risco. Destaca-se que, ao rodar os dados, a premissa de homocedasticidade e autocorrelação foi violada. Assim, para dar robustez aos resultados, todos os modelos foram reestimados utilizando a técnica *White Heteroskedasticity-Consistent Standard Errors & Covariance*, para corrigir os erros-padrões e covariâncias, tornando-os robustos para o pressuposto de não-heterocedasticidade e ausência de autocorrelação.

Enfim, para atender ao objetivo do presente ensaio, utilizou-se testes de análise de variância, teste de qui-quadrado e regressão múltipla. O teste de variância é uma extensão das investigações univariadas para avaliar as diferenças de média entre grupos (HAIR et al., 2014). Nesse âmbito, executa-se o teste One Way ANOVA que, segundo Pestana e Gageiro (2003, p.298) permite identificar de que maneira as “variáveis independentes interagem umas com as outras e que efeitos essas interações apresentam sobre a variável dependente”. Quer dizer, testa a hipótese da diferença de média entre as variáveis investigadas. Nesse caso, o objetivo é verificar se há diferença de média na preferência pelo risco se considerada a capacidade cognitiva.

Na sequência, o teste de qui-quadrado é empregado para avaliar se há diferença estatística entre a avaliação momentânea e a retrospectiva se considerados os diferentes níveis de capacidade cognitiva. Enfim, estimou-se uma regressão múltipla, seguindo os mesmos parâmetros da anteriormente descrita. Entretanto, nesse momento, são estimadas quatro regressões em que o nível de capacidade cognitiva é a variável dependente e as variáveis independentes são o pico-fim. O objetivo é verificar se, ao ampliar o nível de capacidade cognitiva, o efeito da regra do pico-fim diminui, o que comprovaria a relação entre capacidade cognitiva e os dois eus. Ressalta-se que o método utilizado para as estimações também foi o *White Heteroskedasticity-Consistent Standard Errors & Covariance*, em decorrência das violações dos testes de adequação adotados. Ainda nesse sentido, vale salientar que, dado o reduzido número de amostras para cada um dos níveis, as regressões foram estimadas com bootstrap para melhorar as estimações (HAIR et al., 2014).

O Quadro 8 sintetiza todo esse processo de análise de dados, relacionando o objetivo específico e a hipótese com a técnica a ser adotada.

Quadro 8 - Síntese dos objetivos específicos, das técnicas de análise de dados e das hipóteses correspondentes.

Objetivos Específicos	Técnica de análise de dados	Hipóteses correspondentes
i) descrever o perfil dos respondentes	Estatística descritiva: frequência e percentual das variáveis sociodemográficas	-
ii) verificar a capacidade cognitiva dos pesquisados	Estatística descritiva: frequência de acerto das respostas e compilação das escalas.	-
iii) explorar a preferência pelo risco considerando os dois eus	Estatística descritiva: frequência das respostas Teste de qui-quadrado	<i>H1: A preferência pelo risco é maior se avaliada pelo eu recordativo</i>
iv) investigar se a regra do pico-fim é um bom preditor da preferência pelo risco	Regressão múltipla	<i>H2: A regra do pico-fim é um bom preditor da preferência pelo risco</i>

Quadro 8 - Síntese dos objetivos específicos, das técnicas de análise de dados e das hipóteses correspondentes.

(conclusão)

Objetivos Específicos	Técnica de análise de dados	Hipóteses correspondentes
v) analisar a relação entre capacidade cognitiva e preferência pelo risco	Análise da variância	-
Objetivo geral Avaliar a relação entre os dois eus e os sistemas cognitivos mediante a preferência pelo risco	Análise da variância Teste de qui-quadrado Regressão múltipla	<i>H3: Os indivíduos com menor capacidade cognitiva tendem a incorrer em maiores erros de julgamento na avaliação retrospectiva, incorrendo mais fortemente no viés do pico-fim</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do Quadro 8 ficam evidentes as estratégias que foram adotadas para investigar cada um dos objetivos específicos e suas respectivas hipóteses a serem testadas.

13 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta sessão são apresentados os resultados obtidos para o Ensaio 2. Divide-se a análise em quatro partes. Primeiramente descreve-se o perfil dos participantes da coleta de dados, realizada durante as eleições presidenciais. O segundo tópico tem como objetivo descrever a capacidade cognitiva dos participantes. Já, no terceiro, o tema tratado é a preferência pelo risco, sendo distinguida a avaliação momentânea e a recordativa, como também o impacto da regra do pico-fim nessa variável. Finalmente, explora-se a relação entre os dois eus e os sistemas cognitivos mediante a preferência pelo risco.

13.1 PERFIL DA AMOSTRA

Como sugerido pelo método, uma das maiores limitações de estudos longitudinais é a manutenção dos participantes engajados na pesquisa. Ao decorrer de cada semana da pesquisa o número de participantes foi caindo gradativamente. Na primeira pergunta obteve-se 161 respostas e, respectivamente, os números foram caindo para 129, 119, 109, 100, 98 e 94 na avaliação final. Entretanto, dos 94 participantes finais, ainda tiveram de ser excluídos 12 por não terem contemplado a avaliação final, ou mesmo os inquéritos semanais. Com isso, a amostra final de respondentes foi de 82 indivíduos. O perfil desses indivíduos está descrito na Tabela 17.

Tabela 17 - Estatísticas descritivas do Ensaio 2

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Qual o seu Gênero?	Masculino	54	65,9
	Feminino	28	34,1
Estado Civil	Solteiro(a)	42	51,2
	Casado(a)	40	48,8
	Separado(a)	0	0,0
	Viúvo(a)	0	0,0
Idade	Até 27 anos	24	29,3
	De 28 a 33 anos	18	22,0
	De 34 a 38 anos	20	24,4
	Mais do que 38 anos	20	24,4
Possui dependentes (filhos, enteados, pais)?	Sim	27	32,9
	Não	55	67,1
Qual seu nível de escolaridade?	Ensino Fundamental	0	0,0
	Ensino Médio	3	3,7
	Ensino Superior	24	29,3
	Curso Técnico	0	0,0
	Especialização ou MBA	22	26,8

Tabela 17 - Estatísticas descritivas do Ensaio 2

(conclusão)

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Qual seu nível de escolaridade?	Mestrado	22	26,8
	Doutorado	11	13,5
Qual é a sua ocupação?	Funcionário(a) público(a)	9	11,0
	Empregado(a) assalariado(a)	51	62,2
	Profissional liberal	7	8,5
	Autônomo(a)	4	4,9
	Aposentado(a)	0	0,0
	Não trabalho	5	6,1
	Outro. Qual?	6	7,3

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Avaliando primeiramente o gênero dos respondentes, percebe-se uma predominância de homens: correspondem a 65,9% da amostra. A participação na pesquisa foi totalmente voluntária e essa pode ser uma justificativa para maior aderência de indivíduos do sexo masculino. Como a pesquisa contemplou a avaliação da tolerância ao risco ao longo do tempo baseada nos acontecimentos políticos, pode ser que os homens tenham maior predileção por esse tema de que as mulheres. Tal prerrogativa é confirmada quando observado o número de homens e mulheres que investem na bolsa de valores. Segundo a B3, Bolsa de Valores Brasileira, 75,75% dos investidores da bolsa são homens, isso em 29 de novembro de 2019.

Quanto ao estado civil, 51,2% são solteiros e 48,8% são casados, o que deixa uma amostra heterogênea nesse sentido. A idade dos participantes exibiu uma média de 33 anos. Prevalece o intervalo de 27 a 38 anos, que representa 44,4% da amostra. Essa faixa etária é designada por muitos estudos como a de maior predileção ao risco, se comparado com indivíduos com mais de 45 anos (DOHMEN et al., 2017; JOSEF et al., 2016). Assim espera-se que eles também tenham maior interesse em participar de pesquisas que abordem o tema, de mesmo modo que pessoas com um maior nível educacional (GRABLE, 2000). Dos pesquisados, a maioria possui ensino superior, especialização e mestrado; o que, somados, representam 82,9% da amostra. Quanto à ocupação, 62,2% são empregados assalariados. A Tabela 18 mostra o nível de renda dos pesquisados.

Tabela 18 – Estatísticas descritivas do nível de renda pessoal e familiar do Ensaio 2

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Qual a sua renda mensal?	Até R\$1.176,25	20	24,4
	De R\$1.176,26 a R\$3.817,50	21	25,6
	De R\$3.817,60 a R\$8.000,00	22	26,8
	Mais de R\$8.000,1	19	23,2
Qual a renda mensal da sua família?	Até R\$5.000,00	22	26,8
	De R\$5.000,00 a R\$8.900,00	19	23,2
	De R\$8.900,01 a R\$13.058,25	21	25,6
	Mais de R\$13.058,26	20	24,4

Nota: a taxa de câmbio em agosto de 2018 era de R\$4,07 por dólar

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Avaliando o nível de renda dos participantes identifica-se que a renda média pessoal é de R\$5.189,23 e a familiar é de R\$8.561,01. De forma mais detalhada, quanto à renda pessoal, compreende-se que há maior concentração entre os indivíduos que auferem os valores de R\$1.176,26 a R\$8.000,00, o que representa 52,4% da amostra. Percebe-se, no entanto, números mais expressivos quanto a renda familiar. Há uma maior predominância no intervalo de R\$5.000,00 a R\$13.058,25 (48,8%). Se comparados esses valores com à média dos rendimentos dos brasileiros percebe-se uma aderência.

De acordo com dados do IBGE (2018), na Pesquisa de Orçamento Familiar a média de renda mensal no sul do país – região que contempla o estado de Santa Catarina, onde a pesquisa foi desenvolvida – é de R\$ 5 995,55. Valor que se aproxima do público aqui investigado. Também os resultados da ANBIMA (2018) sobre o Perfil dos Investidores Brasileiros no ano de 2018 evidencia que 61% dos poupadores ganham mais de 10 salários mínimos, correspondente a um valor próximo a R\$10.000,00. Por outro lado, 41% possui renda até dois salários mínimos o que em média também se alinha com o perfil dos pesquisados. Na Tabela 19 são apresentadas as estatísticas descritivas sobre o nível de conhecimento financeiro e os tipos de investimento.

Tabela 19 – Estatística descritiva do nível de conhecimento financeiro e tipos de investimento

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Como você avalia seu nível de conhecimento sobre investimentos?	Não tenho conhecimento	18	22,0
	Razoável	35	42,7
	Bom	25	30,5
	Excelente	4	4,9
Nunca fiz nenhum tipo de investimento	Não	62	75,6
	Sim	20	24,4
Dos 75,6% dos respondentes que alegaram já ter investido			
Estou investindo, no momento, em renda fixa	Sim	40	64,5
Estou investindo em renda fixa e variável	Sim	22	35,5
		<i>n</i> = 62	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na própria avaliação dos participantes, eles se consideram com razoável (42,7%) e com bom (30,5%) conhecimento sobre investimentos. Esse resultado é positivo frente à maior parte da população brasileira, que não tem conhecimento de nenhum produto financeiro (ANBIMA, 2018). Em relação à alocação dos recursos, 24,4% dos respondentes diz nunca ter realizado nenhum tipo de investimento. Dos 75,6% que já realizaram algum tipo de investimento, a maioria alega ter realizado a alocação em investimento de renda fixa (64,5%). Esse resultado vai ao encontro do perfil do investidor brasileiro, em que 88% dos investidores ainda alocam seus recursos em poupança (ANBIMA, 2018). Carteiras diversificadas, que contemplam renda fixa e renda variada, representam 35,5% da amostra de investidores.

13.2 CAPACIDADE COGNITIVA

O objetivo desta sessão é apresentar o nível de capacidade cognitiva da amostra investigada. Antes de adentrar nas análises vale ressaltar, como já explicitado no referencial teórico, que a capacidade cognitiva nada mais é do que a capacidade que as pessoas têm de realizar avaliações ou tomar decisões baseadas em intuição ou reflexão. Nesse sentido, distingue-se que as pessoas podem ser mais intuitivas, rápidas e automáticas na tomada de decisão (usam mais o Sistema 1); ou mais reflexivas, lentas e lógicas (usam mais o Sistema 2). Vale salientar que essa classificação não é estática. Dependendo do nível de atenção ou mesmo especialização da tarefa, os papéis dos dois sistemas podem se alternar (KAHNEMAN; FREDERICK, 2002).

A partir da retomada desses conceitos, objetiva-se identificar a capacidade cognitiva reportada pelos participantes no momento da pesquisa. Salientamos que, para mensurar a capacidade cognitiva, foi utilizado o Teste de Reflexo Cognitivo (CRT) desenvolvido por Frederick (2005). Na Tabela 20 são exibidos a frequência e o percentual válido das respostas em cada alternativa, considerando as três questões que compõem o CRT.

Tabela 20 - Avaliação da capacidade cognitiva com as três primeiras questões.

Teste de reflexo cognitivo	Alternativas	Frequência	Percentual
Um bastão e uma bola custam R\$1,10 no total. O bastão custa R\$ 1,00 a mais do que a bola. Quanto custa a bola?	5 centavos*	38	46,3
	10 centavos	44	53,7
Se 5 máquinas demoram 5 minutos para fazer 5 ferramentas, quanto tempo levariam 100 máquinas para fazer 100 ferramentas?	5 minutos*	59	72,0
	100 minutos	23	28,0
Em um lago, existe uma “cobertura” de determinada planta aquática. Todos os dias, a “cobertura” dobra de tamanho. Se a “cobertura” demora 48 dias para cobrir todo o lago, quanto tempo será necessário para que a cobertura cubra metade do lago?	47 dias*	47	57,3
	24 dias	35	42,7

Nota: * respostas corretas

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A primeira pergunta, relacionada com o preço do bastão e da bola leva a uma resposta automática de que o preço da bola deveria ser 10 centavos, subtraindo R\$1,00 de R\$1,10. No entanto, nesse caso, o custo total do bastão e da bola seria de R\$1,20, o que está incorreto. Assim, percebe-se que a resposta correta é que a bola custa R\$0,05 e o bastão tem preço de R\$ 1,05; somando-os, chega-se ao total de R\$1,10 e a diferença é de R\$1,00. Com um maior nível de esforço cognitivo chega-se a esse segundo raciocínio. No entanto, a maior parte da amostra (53,7%) acabou errando a questão e optando pela resposta intuitiva. Das três questões, essa é a que apresentou o maior número de erros. Assim como no estudo de Tay, Ryan e Ryan (2016), que consideraram 180 estudantes e identificaram o mesmo padrão nas respostas.

A segunda questão tem um maior nível de acerto, 72% dos respondentes não caíram na resposta intuitiva e deram-se conta rapidamente de que 1 máquina leva 5 minutos para fazer 1 ferramenta, já que 5 máquinas fazem 5 ferramentas em cinco minutos. Assim, 100 máquinas vão levar os mesmos 5 minutos para fazer as 100 ferramentas.

A última questão convida os participantes a reportarem em quanto tempo a planta aquática leva para completar metade do lago, se em 48 dias ela cobre o lago todo e, todos os dias, dobra de tamanho. A resposta automática é metade, 24 dias, sendo que 42,7% dos

respondentes indicaram essa alternativa. Mas, se dobra de tamanho todo o dia, significa que no 47º dia é que o lago está com a metade coberta; 57,3% dos sujeitos tiveram esse raciocínio.

Ressalta-se que essas três questões já são amplamente conhecidas, então Toplak, West e Stanovich (2014) criaram uma escala alternativa para avaliar a capacidade cognitiva que demonstrou validade psicométrica. Desse modo, as pessoas foram questionadas se já conheciam as três perguntas anteriores, as que sinalizavam que sim eram direcionadas para responder essa segunda escala. A mesma estratégia já foi adotada por Da Silva et al. (2017; 2018; 2019). A Tabela 21 apresenta a estatística descritiva das questões, as quais foram apresentadas aos participantes com as alternativas também indicadas na Tabela 21.

Tabela 21 - Avaliação da capacidade cognitiva quando as três questões anteriores eram conhecidas.

Teste de reflexo cognitivo	Alternativas	Frequência	Percentual
Se João é capaz de beber um galão de água em 6 dias, e Maria é capaz de beber um galão de água em 12 dias, em quantos dias eles beberiam 1 galão de água juntos?	4 dias*	14	73,8
	9 dias	5	26,2
Jerry tirou a 15ª maior nota da turma, que é também a 15ª menor nota. A turma tem quantos alunos?	29 alunos*	11	57,9
	30 alunos	8	42,1
Um homem compra um porco por R\$60, vende-o por R\$70, compra ele de volta por R\$80, e finalmente o vende por R\$90. Com quanto ele fica de lucro?	R\$ 20,00 *	7	36,8
	R\$10,00	12	63,2

Nota: * respostas corretas

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Dos 82 integrantes da amostra final dessa pesquisa, 19 relataram já conhecer as três perguntas iniciais do CRT. Assim, foram estes que responderam a essas três questões alternativas. Da mesma forma que o CRT desenvolvido por Frederick (2005), essas questões induzem a resposta intuitiva. Das três, a que apresenta um maior nível de acertos é a primeira. Os respondentes que erraram, somando intuitivamente 6 mais 12 e dividindo por 2, reportaram que o número de dias para os dois tomarem um galão de água seria 9. Entretanto, se identificado o montante de água consumido por cada um deles por dia, verifica-se que os dois juntos levariam 4 dias para beber um galão.

Na segunda questão, os participantes são convidados a precisar quantos alunos tem em uma turma em que Jerry possui a 15ª melhor e pior nota. Automaticamente, pode ser informado 30, mas isso implicaria que tivesse a 16ª pior nota e não a 15ª, e a maior parte dos respondentes deram-se conta disso respondendo corretamente à questão (57,9%). Por fim, a terceira questão

convida os participantes a preverem o lucro das operações listadas. Como a diferença de uma operação para outra dá R\$10,00, pode-se rapidamente identificar essa como a resposta correta; quando, na verdade, o que está sendo solicitado é o lucro total da operação, que é de R\$20,00. Os pesquisados não se deram conta desse detalhe e essa acabou sendo a questão com maior número de erros do CRT alternativo: apenas 36,8% dos participantes responderam corretamente.

Em posse dessas estatísticas descritivas, agrega-se as respostas para que seja possível verificar o nível de capacidade cognitiva da amostra investigada. A Tabela 22 apresenta os resultados compilados dos dois grupos de perguntas, o que já foi feito anteriormente por Da Silva et al. (2017; 2019).

Tabela 22 – Resultado final da Capacidade Cognitiva

Número de acertos	Questões iniciais		2ª Rodada		TOTAL POR NÍVEL		Nível de Capacidade Cognitiva
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	
0	11	17,5	2	10,5	13	15,9	Baixíssima
1	20	31,7	6	31,6	26	31,7	Baixa
2	17	27,0	7	36,8	24	29,3	Média
3	15	23,8	4	21,1	19	23,2	Alta

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Compilando as respostas das duas questões, observa-se que a amostra é heterogênea em termos de capacidade cognitiva. Do total, 15,9% erraram todas as questões, o que os caracteriza como pessoas mais intuitivas e automáticas. Próximo desses respondentes estão aqueles que acertaram apenas uma das questões (31,7%). As pessoas com maior capacidade cognitiva – mais reflexivas e lógicas – acertam entre duas e três questões, que correspondem respectivamente a 29,3% e 23,2% da amostra. Agregando as respostas em dois grupos, 48% erraram todas as questões ou acertaram apenas uma. Então 52% dos respondentes podem ser caracterizados como cognitivamente ricos, o que representa 43 pessoas.

A justificativa para mais da metade da amostra apresentar de média para alta capacidade cognitiva pode estar diretamente relacionada com o perfil dos participantes da pesquisa. São, em sua maioria, homens que já concluíram seus estudos. Características estas sugeridas como peculiares às pessoas com maior capacidade cognitiva (BRANAS-GARZA; KUJAL; LENKEI, 2019; DA SILVA et al., 2017).

Em âmbito brasileiro, percebe-se que o nível de capacidade cognitiva reportada pelos respondentes é superior ao demonstrado por Da Silva et al. (2017). Os autores, adotando essa mesma agregação, investigaram 147 indivíduos com elevado nível de renda e 462 estudantes de graduação. A amostra de alta renda apresentou melhor capacidade cognitiva do que os estudantes, mas um percentual muito pequeno nos dois grupos acertou duas ou três questões. Na verdade, nas duas amostras, a maioria errou todas as questões (73,59% entre os estudantes e 61,22% entre o grupo de alta renda). Mais recentemente, Da Silva et al. (2019) exploraram 233 pessoas do público em geral e os resultados são mais próximos aos aqui encontrados. A saber, 29% da amostra errou todas as questões, 31% acertou uma, 20% acertou duas e os outros 20% acertou as três questões. Em estudo anterior, Da Silva et al. (2018) reportou resultados semelhantes ao explorar 149 pessoas de alta renda.

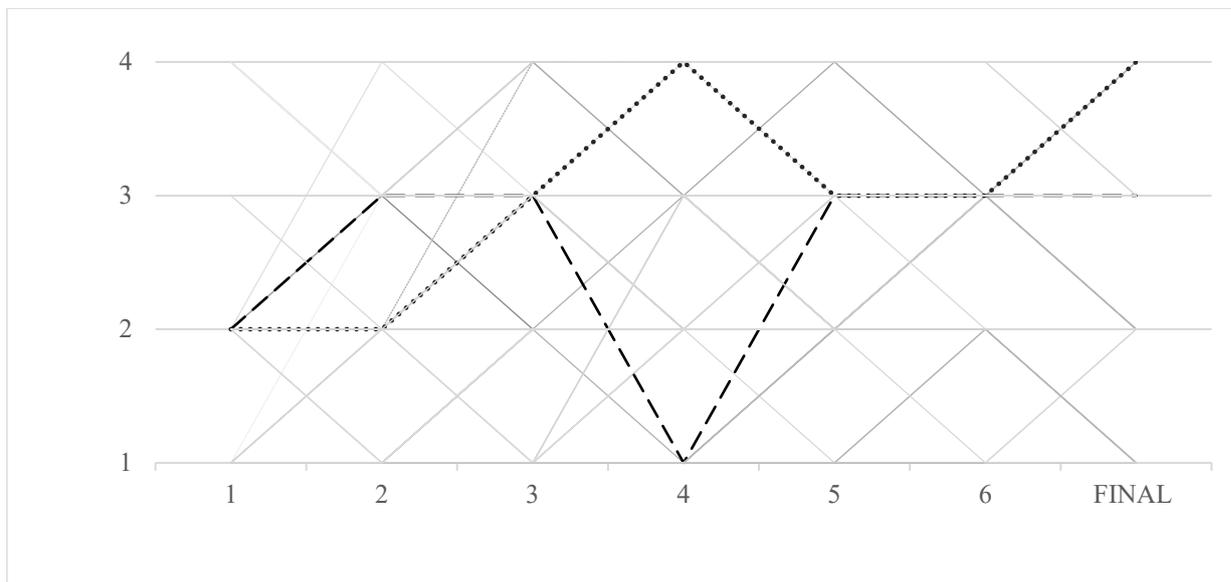
No que diz respeito ao nível de capacidade cognitiva reportado em pesquisas internacionais, percebe-se convergência dos resultados aqui encontrados com os de Tay, Ryan e Ryan (2016). Os autores consideraram 180 estudantes, revelando que 44% deles acertou todas as questões. Apesar disso, em âmbito internacional, também se verifica estudos que apontam baixo nível de capacidade cognitiva entre os pesquisados (BRANAS-GARZA; KUJAL; LENKEI, 2019; ACKERT et al., 2019; TAYLOR, 2016).

13.3 ANÁLISE DA PREFERÊNCIA PELO RISCO E AS IMPLICAÇÕES DOS DOIS EUS

Posterior a descrição do perfil dos pesquisados parte-se para o entendimento da preferência pelo risco momentânea e retrospectiva. Ressalta-se que a preferência pelo risco foi mensurada a partir de uma escala de 4 pontos, em que os respondentes eram convidados a reportar seu nível de tolerância ao risco de acordo com o contexto apresentado – na Figura 9 foi ilustrado o contexto econômico e político exibido para os respondentes da pesquisa. Vale salientar que, na escala original adotada para a pesquisa, o número 1 correspondia à maior predisposição ao risco, e 4, à maior aversão. Para facilitar a interpretação dos resultados a escala foi invertida, sendo que 1 passou a representar a menor tolerância ao risco, e 4, a maior. A interpretação da escala seria, então, quanto maior o nível das respostas, maior a tolerância ao risco.

A partir desses esclarecimentos exibe-se a Ilustração 17, no qual são representadas as respostas de cada indivíduo durante as sete semanas de avaliação.

Ilustração 17 – Alteração do nível de preferência pelo risco por sujeito em cada uma das semanas



Nota: No eixo vertical está delimitado o nível de preferência pelo risco, na escala de 1 a 4, em que 1 representa a maior aversão ao risco, e 4 a maior tolerância ao risco. No eixo horizontal são indicadas as semanas (de 1 a 6), as avaliações momentâneas realizadas a partir do contexto apresentado (Figura 8) e FINAL representa a avaliação retrospectiva.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

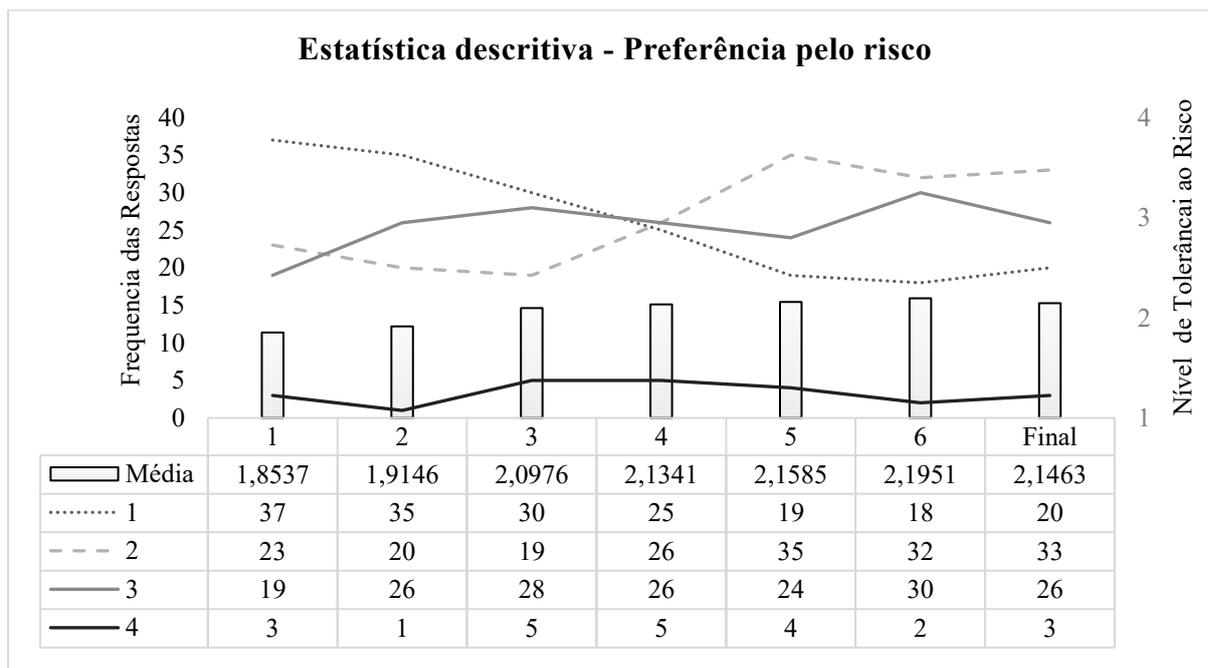
Cada uma das linhas da Ilustração 17 representa as respostas de um participante ao longo das sete semanas de pesquisa e na avaliação retrospectiva, assinalada por “FINAL”. A título de exemplificação duas linhas foram destacadas, uma com pontilhado e outra com tracejado. Observando a linha pontilhada, percebe-se que o indivíduo reporta um nível de tolerância ao risco 2, quer dizer, está disposto a assumir um risco médio esperando receber retornos médios. Ao longo das semanas, sua predisposição ao risco se altera. Ao finalizar sua participação na pesquisa, mostra uma tolerância ao risco de nível 4, o que representa estar disposto a assumir um risco alto esperando um retorno alto. Já o participante representado pela linha tracejada exibe uma menor predisposição ao risco, oscilando da posição “assumir um risco médio” na primeira semana, para não estar disposto a assumir nenhum nível de risco na semana 4; e conclui revelando estar disposto a assumir um risco médio esperando retorno médio.

Tais exemplificações revelam efetivamente que o nível de tolerância ao risco não é uma variável estável, assim como já previsto por alguns estudos (SCHILDBERG-HÖRISCH, 2018; GUIISO; SAPIENZA; ZINGALES, 2018). Essa instabilidade reforça a importância de investigá-la em um estudo longitudinal como este. Salienta-se, no entanto, que em momentos de maior estabilidade política e econômica o nível de variação da tolerância ao risco pode ser menor (DOHMEN; LEHMANN; PIGNATTI, 2016; BUCCIOL; MINIACI, 2018). Foi por esse

motivo que este trabalho foi desenvolvido em um momento eleitoral, época em que as incertezas são ampliadas.

A Ilustração 18 representa a preferência pelo risco, momentânea e retrospectiva, reportada pelos sujeitos da pesquisa em cada uma das semanas.

Ilustração 18 – Avaliação momentânea e retrospectiva da preferência pelo risco.



Nota: No eixo horizontal os números de 1 a 6 representam as avaliações momentâneas realizadas pelos sujeitos da pesquisa, semana a semana; “Final” corresponde à tolerância ao risco retrospectiva, reportada na sétima semana de pesquisa. Em cada um dos dias é calculada a média das respostas, também indicadas no gráfico.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na Ilustração 18 é exibida a frequência das respostas para cada nível da escala de preferência pelo risco. Cada uma das linhas representa um dos níveis de preferência pelo risco possíveis de serem indicados pelos participantes. Analisando os resultados, percebe-se que há uma menor predileção ao risco entre eles, pois há uma maior frequência de respostas nos níveis 1, 2 e 3. Entretanto, é perceptível que a tolerância ao risco era menor nas três primeiras semanas do que nas últimas, 4^a a 6^a. Pode-se justificar essa alteração no nível de predileção ao risco pelo contexto informado aos participantes. Na 3^a semana da pesquisa ocorreram as eleições presidenciais e o candidato Jair Bolsonaro foi eleito. Nesse momento, já é possível verificar uma queda na frequência das respostas 1 (aversão ao risco) e uma ampliação nas respostas em nível 2.

Na 4^a semana essa tendência é confirmada. Na quinta semana já se tem mais participantes que aceitam correr risco médio para obter retorno médio do que aqueles que não

aceitam nenhum nível de risco. Mesmo havendo essa alteração no nível de predisposição ao risco, ainda pode-se dizer que os participantes da pesquisa apresentam um perfil mais avesso ao risco. Pois as médias de todas as avaliações momentâneas, e também da avaliação final, giram em torno de 2 registrando que estão dispostos a assumir um risco médio em troca de um retorno médio.

Resultados semelhantes foram reportados por Hanna, Gutter e Fan (2001), os proponentes da escala. Os autores, ao investigarem 390 estudantes nos EUA, também identificaram uma predisposição ao risco mediana. No entanto, há uma maior concentração de respostas nos níveis 2 e 3, assinalando que a população investigada pelos autores é ligeiramente mais tolerante ao risco do que os indivíduos aqui avaliados. Mais recentemente, incorporando uma amostra mais abrangente, Hanna, Kim e Zhang (2019), contraporão os resultados de tolerância ao risco na China ($n = 8.269$) e nos EUA ($n = 6.002$). E, nos dois países, a predisposição ao risco foi baixa, concentrando-se nos níveis 1 e 2 da escala de SCF.

Em âmbito brasileiro, Nobre et al. (2017) investigaram a comunidade acadêmica de uma universidade no norte do Brasil e a tolerância ao risco exibida pelos 305 participantes é baixa: a maioria aceita correr um risco mediano esperando retorno médio. Resultados convergentes também foram reproduzidos por Campara et al. (2017). Os autores exploraram 308 estudantes universitário no sul do país; destes, 61,2% atestaram não estar dispostos a correr risco e a correr um risco intermediário.

Tais resultados, tanto em âmbito brasileiro quanto internacional, revelam que as pessoas – sejam estudantes, trabalhadores ou público em geral – tendem via de regra a ser avessas ao risco, também conforme com os resultados aqui reportados. Principalmente em contexto financeiro em que há probabilidade de perda (GUIISO; SAPIENZA; ZINGALES, 2018). Essa aversão ao risco, por vezes, pode minimizar a capacidade de ganho das pessoas, bem como limitar escolhas mais assertivas (FALK et al., 2017). Nesse sentido, vale salientar que essas escolhas são tomadas pelo eu recordativo. É ele quem avalia os acontecimentos passados e posiciona-se frente ao risco que pretende correr. No entanto, pouco se sabe sobre a disparidade entre a preferência pelo risco experiencial e recordativa.

Para avançar nessa perspectiva, busca-se identificar a diferença entre as avaliações momentânea e retrospectiva da preferência pelo risco. Os dados da avaliação momentânea foram agregados a partir das médias de cada uma das semanas avaliadas, o que resultou em uma média das respostas experienciais de 2,05 (DP 0,807). Isso demonstra que estão dispostos a assumir um risco financeiro médio, esperando ganhar um retorno médio, período a período. Já a média da avaliação retrospectiva, realizada na sétima semana de pesquisa – em que os

respondentes eram convidados a lembrar as situações reportadas e sinalizar o quanto de risco estariam dispostos a correr – foi de 2,14. Ou seja, os sujeitos estariam dispostos a correr um risco ligeiramente maior na avaliação retrospectiva do que na avaliação momento a momento. O teste de qui-quadrado indicou que há diferença significativa entre avaliação momentânea e avaliação retrospectiva (valor 123,55 – p -valor 0,000), revelando que há efetiva diferença entre a preferência pelo risco experiencial e recordativo.

Essa diferença, tal como a maior predileção ao risco na avaliação retrospectiva, faz sentido teórico e confirma a primeira hipótese de pesquisa deste segundo ensaio. Quem toma as decisões é o eu recordativo baseado nas experiências do eu vivencial (REDELMEIERE; KAHNEMAN, 1996). Mas esse eu vivencial é quem, na verdade, sente as dores das perdas e a felicidade dos ganhos. O eu recordativo, como não é um bom intérprete dessas vivências, acaba incorrendo em erros nessa avaliação. A teoria do prospecto, mesmo que não tenha discutido diretamente a avaliação momentânea e retrospectiva em relação ao risco, já sinalizava que as pessoas são mais avessas ao risco momentaneamente. Um exemplo disso pode ser inferido de Kahneman (p. 348, 2011). O autor convida seus leitores a responderem às seguintes perguntas:

O que você prefere?

- 1) *Ganhar novecentos dólares com certeza, ou ter 90% de chance de conseguir mil dólares?*
- 2) *Perder novecentos dólares com certeza, ou ter 90% de chance de perder mil dólares?*

Normalmente, as pessoas são avessas ao risco na primeira opção, escolhendo os novecentos dólares, e propensas ao risco na segunda, aceitando ter 90% de chance de perder mil dólares (KAHNEMAN, 2011). Conjectura-se, assim, que momento a momento, as pessoas tendem a ser mais avessas ao risco principalmente em contexto de perda. Por outro lado, depois de ter sofrido a perda efetiva alteram a perspectiva de análise. E tendem a tornar-se mais tolerantes ao risco a partir do eu recordativo, pois acabam pensando no que ganharam, como relatado por Kermer et al. (2006). Tal arcabouço teórico justifica os resultados aqui auferidos, de maior aversão ao risco experiencial, mas maior tolerância ao risco quando avaliado pelo eu retrospectivo.

A partir desses resultados iniciais, é importante verificar se a média das avaliações momentâneas é realmente uma variável válida para representar a preferência pelo risco momentânea. Para isso, é exibido na Tabela 23 a correlação entre a média da avaliação retrospectiva e a avaliação em cada uma das semanas.

Tabela 23 - Correlação entre a avaliação de risco momentânea e a média das avaliações momentâneas

Avaliação do Risco Experimentado	Média das avaliações momentâneas
Risco 1	0,869***
Risco 2	0,897***
Risco 3	0,925***
Risco 4	0,900***
Risco 5	0,924***
Risco 6	0,922***

Nota: *** sig. < 0,005

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Tanto os elevados indicadores de associação entre as avaliações de risco semanais estabelecidas, e a média dessas avaliações, quanto a significância de todos em nível de 1% atestam que a média da avaliação momentânea é uma medida válida para representar a avaliação experimentada de risco dos pesquisados. Portanto, assegura-se que seja coerente empregar essa variável nas análises.

Por fim, quer-se verificar se a regra do pico-fim é um bom preditor da preferência pelo risco. Na Tabela 24 são apresentados quatro modelos de regressão em que as variáveis são incorporadas uma a uma para identificar o melhor ajuste. A avaliação retrospectiva é a variável dependente e o fim, o pico, a soma e a média são as variáveis independentes.

Tabela 24 - Regressão da avaliação retrospectiva da preferência pelo risco com relação ao pico e ao fim

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Constante	0,168 (0,200)	0,170 (0,206)	0,177 (0,185)	0,177 (0,186)
$F = \text{Fim}$	0,901 (0,000)	0,912 (0,000)	0,786 (0,000)	0,799 (0,000)
$P = \text{Pico}$		-0,010 (0,928)	-0,112 (0,403)	-0,139 (0,316)
Soma			0,041 (0,147)	0,339 (0,368)
Média				-1,772 (0,427)
R^2	0,761	0,758	0,760	0,760
Teste F	258,572	127,687	87,079	65,164
P -valor	0,000	0,000	0,000	0,000
N	82	82	82	82

Nota: () Nível de significância estatística. Função da equação: $RTR = i + \beta_1 F + \beta_2 P + \varepsilon$ (Modelo 2), onde: RTR é a avaliação retrospectiva da preferência pelo risco; F é o Fim; P é Pico; e ε é o erro.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Observando os resultados da regressão percebe-se que o modelo que melhor se ajusta é o primeiro, o qual possui apenas o fim como variável independente. Verifica-se que a variável independente explica aproximadamente 76,1% da variável dependente, dado ao R^2 ter sido de 0,76. Além disso, o teste F mostrou-se significativo (valor 86,6120, p -valor 0,000), revelando que o modelo é significativo como um todo. Avaliando os pressupostos da regressão, tem-se um Durbin-Watson de 2,515. Tal resultado é um indício de que haja autocorrelação negativa entre os resíduos.

Ademais, salienta-se que os resíduos são homocedásticos (p -valor 0,381) e não apresentam multicolinearidade, avaliadas a partir do teste VIF (1,00). Entretanto, como o modelo indicou autocorrelação, utilizou-se o método *White Heteroskedasticity-Consistent Standard Errors & Covariance*. De mesmo modo, os resíduos não apresentaram distribuição normal (valor 0,322, p -valor 0,000). Então, para melhorar os parâmetros do modelo, foi utilizada também a técnica de *bootstrapping*.

Corrigidas as violações incorridas foi possível analisar os coeficientes da regressão. Identifica-se que os participantes incorrem apenas parcialmente no viés de pico-fim. Os picos de maior tolerância ao risco não impactam a avaliação retrospectiva (Modelo 2: coeficiente 0,010, p -valor 0,928). De mesmo modo, as outras variáveis (média e soma) nos Modelos 3 e 4 também não impactam na avaliação retrospectiva, algo já descrito por Kahneman (2011). Essas duas variáveis foram testadas apenas como incrementos no modelo. Como os picos não se mostraram significativos, explorou-se outras variáveis para verificar se estas não poderiam explicar melhor a avaliação retrospectiva.

Sobre a regra do pico-fim, apenas o fim, momento exatamente anterior à avaliação retrospectiva, impacta positivamente (coeficiente 0,901, p -valor 0,000). Quer dizer, ao realizarem a avaliação retrospectiva, os participantes da pesquisa tendem a considerar muito mais a última semana do eu experiencial, do que todos os outros pontos da avaliação momentânea. Com isso, confirmamos apenas parcialmente a segunda hipótese da pesquisa.

Provavelmente, a primeira lembrança que vem à memória dos participantes é a avaliação da última semana. Esse parâmetro, portanto, é utilizado para realizar a avaliação retrospectiva independentemente dos acontecimentos anteriores. Além disso, o elevado nível de incerteza no momento da pesquisa e a definição do perfil do novo governo a partir da 4ª semana de interpolação podem ter implicado uma sobrevalorização do fim. Essa prerrogativa é confirmada, quando em caráter experimental. Estimou-se uma regressão múltipla para avaliar o impacto de cada uma das semanas na avaliação retrospectiva, e efetivamente apenas a semana

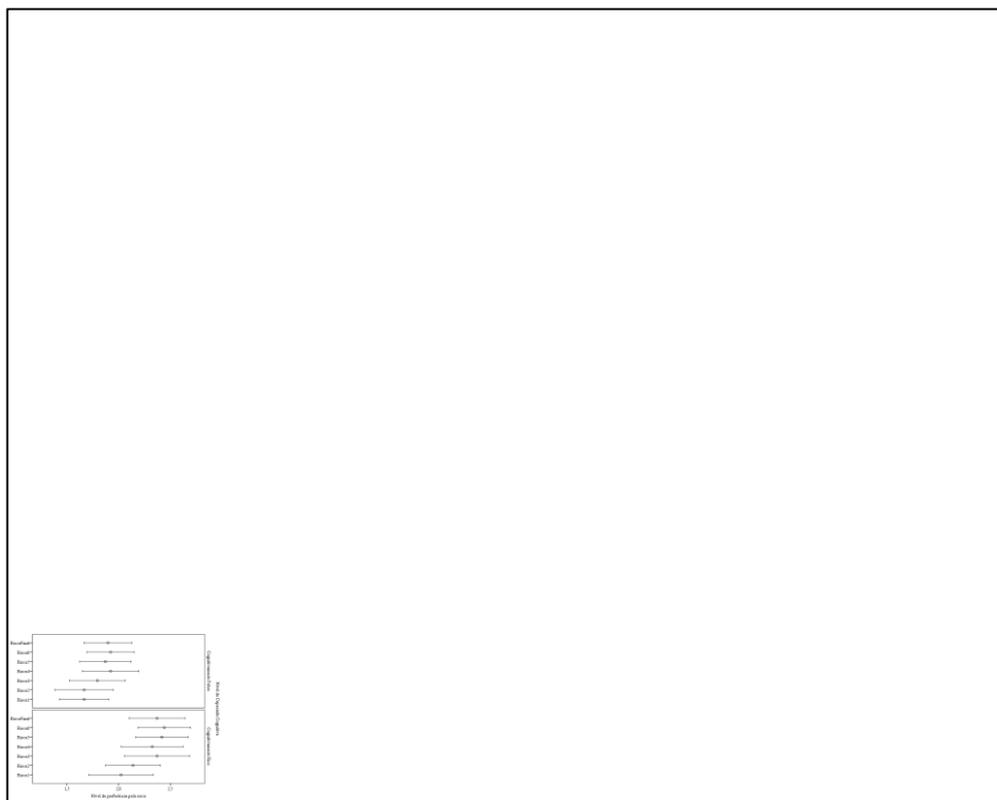
6 apresentou um coeficiente significativo (Valor do teste F 46,636, p -valor 0,000; R^2 0,772; coeficiente de risco da semana 6 = 0,889, p -valor 0,000).

O não impacto dos picos na avaliação retrospectiva pode estar diretamente relacionado com o perfil dos participantes da pesquisa. Menos da metade dos participantes realmente investem seus recursos financeiros em ativos com maior nível de volatilidade. Por conta disso, não colocam sua “pele em risco” e podem não ter tido grandes perdas ou ganhos que pudessem ser facilmente lembrados na avaliação retrospectiva.

13.4 RELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS COGNITIVOS E OS DOIS EUS

O objetivo principal deste segundo ensaio foi avaliar se existe relação entre os sistemas cognitivos e os dois eus. Assim, após a descrição das variáveis inerentes à pesquisa – e depois, também, de compreender a tolerância ao risco mediante o eu recordativo e o eu experiencial – explora-se a relação entre os sistemas cognitivos e os “dois eu”. Inicialmente, nossa preocupação é explorar essa relação de maneira descritiva, almejando compreender o comportamento das variáveis investigadas. A Ilustração 19 representa a relação entre a preferência pelo risco momentânea e retrospectiva e a capacidade cognitiva.

Ilustração 19 - Nível de preferência pelo risco segundo a capacidade cognitiva



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A Ilustração 19 acima permite reconhecer que há uma diferença entre o nível de capacidade cognitiva e as avaliações de preferência pelo risco, tanto momentâneas (avaliadas durante as 6 semanas) quanto a avaliação retrospectiva (coletada na sétima semana). Percebe-se que os indivíduos cognitivamente pobres – aqueles que erraram todas as questões ou acertaram apenas 1 questão – possuem uma menor preferência pelo risco do que indivíduos cognitivamente ricos – que acertaram de 2 a 3 questões.

O resultado visual proporcionado pela Ilustração 19 é confirmado pela análise de variância e de diferenças de média. Para a variável de capacidade cognitiva com escala de 0 acertos a 3 acertos adotou-se uma análise de variância ANOVA. Os resultados preveem que uma maior capacidade cognitiva leva a maiores tolerâncias ao risco ($F = 3,715$, p -valor = 0,015). De mesmo modo, o teste t foi empregado para a variável dicotômica criada a partir da capacidade cognitiva. Os resultados estão de acordo a análise anterior, revelando que os respondentes pobres cognitivamente são menos predispostos a assumir elevados níveis de risco ($t = 4,282$, p -valor 0,009).

Esses resultados são compatíveis com evidências anteriores que comprovaram a tendência dos indivíduos com maior capacidade cognitiva de serem mais tolerantes ao risco (LILLEHOLT, 2019; ACKERT et al., 2019; FREDERICK, 2005; CAMPITELLI; LABOLLITA, 2010; BENJAMIN; BROWN, SHAPIRO, 2013). Tal relação é justificada, pois, quanto maior a capacidade cognitiva, maior esforço é despendido para a tomada de decisão, que acaba se tornando mais reflexiva e lógica. Dessa forma, quando se trata de decisões que incorporam risco, os indivíduos com maior capacidade cognitiva tendem a procurar otimizar ainda mais seus ganhos (BENJAMIN; BROWN, SHAPIRO, 2013). Além do que, as pessoas com menor capacidade cognitiva tendem a cometer mais erros em suas escolhas, fazendo com que a aversão ao risco seja ampliada (ANDERSSON et al., 2016).

Este estudo avança, pois, ao demonstrar que essa relação entre a capacidade cognitiva e a tolerância ao risco não se limita apenas a uma avaliação *cross sections*. A Tabela 25 apresenta os resultados da relação entre capacidade cognitiva e tolerância ao risco momentâneo por meio de análise de variância.

Tabela 25 - Relação do CRT com a avaliação momentânea

Semana	Valor	P-valor
Risco 1	8,124	0,000
Risco 2	5,985	0,000
Risco 3	10,450	0,000

Tabela 25 - Relação do CRT com a avaliação momentânea

Semana	Valor	P-valor
Risco 4	2,184	0,003
Risco 5	1,870	0,046
Risco 6	2,159	0,016

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os resultados precisam que a relação entre capacidade cognitiva e preferência pelo risco não se dá apenas quando avaliado o eu recordativo. Para todas as semanas de avaliação, a capacidade cognitiva se mostrou significativa. Fica constatado que, mesmo momento a momento, um melhor desempenho no CRT desencadeia uma maior pré-disposição ao risco. Esses resultados confirmam a discussão anterior, que sinalizava que o processo reflexivo dos indivíduos com forte Sistema 2 os induz a correrem maior nível de risco, na tentativa de maximizar seus resultados.

Partindo desses resultados mais descritivos, estima-se o teste de qui-quadrado, por meio do qual será possível indicar se há diferença significativa entre a avaliação momentânea e retrospectiva para cada nível de capacidade cognitiva. O que se espera é que, quanto maior for a capacidade cognitiva, menor seja a diferença entre a avaliação momentânea e retrospectiva. A Tabela 26 reporta esses resultados e apresenta a média da preferência pelo risco na avaliação momentânea e retrospectiva para cada nível de capacidade cognitiva. Ainda exibe a análise de variância, a fim de ratificar a relação entre os sistemas cognitivos e a preferência pelo risco.

Tabela 26 - Média da avaliação retrospectiva e momentânea da preferência pelo risco para cada nível de capacidade cognitiva, análise de variância e qui-quadrado

Variáveis	Avaliação Momentânea	Avaliação Retrospectiva	Qui-quadrado
CRT0	1,623	1,615	26,000 (0,004)
CRT1	1,896	2,008	42,178 (0,012)
CRT2	2,441	2,500	56,727 (0,033)
CRT3	2,080	2,210	30,913 (0,075)
ANOVA	6,686 (0,014)	7,040 (0,015)	

Nota: () Nível de significância estatística. CRT0, todas as questões erradas; CRT1, uma questão correta; CRT2, duas questões corretas; e CRT3 três questões respondidas corretamente.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Antes de adentrar na análise da relação entre os dois eus e a capacidade cognitiva, interpretemos os resultados inerentes a Tabela 26. Primeiramente, o resultado da ANOVA exibido nesta tabela confirma o que já foi discutido neste capítulo: que uma maior capacidade cognitiva leva os indivíduos a correrem mais risco, tanto no eu experiencial quanto no eu recordativo. Além disso, as médias reportadas na avaliação momentânea e avaliação retrospectiva confirmam que, independentemente do nível de capacidade cognitiva, o nível de predisposição ao risco é superior na avaliação retrospectiva do que na avaliação momentânea.

Analisando os testes de qui-quadrado, pode-se fazer inferências importantes a respeito da relação dos dois eus e dos sistemas cognitivos. Observando o nível de significância dos testes de qui-quadrado, percebe-se que todos eles são significativos. Isto é, há diferença entre avaliação retrospectiva e momentânea. No entanto, ao passo que o nível de capacidade cognitiva vai aumentando, o nível de significância estatística vai diminuindo. Para os indivíduos que erraram todas as questões, a diferença entre a avaliação momentânea e retrospectiva era significativa ao nível de 1% (p -valor 0,004). Já para aqueles que acertaram uma questão, o nível de significância ficou no intervalo de 5% (p -valor, 0,012), semelhante àqueles que acertaram 2 questões (p -valor 0,033). Mas os respondentes que revelaram maior capacidade cognitiva tiveram essa diferença ao um nível de 10% (p -valor 0,075). Tais resultados são um indício de que, de fato, indivíduos com maior capacidade cognitiva possuem uma avaliação do eu recordativo mais próxima do eu experiencial. Isso, pois, a utilização do Sistema 2 não permite que o eu recordativo simplifique tanto as lembranças vivenciadas pelo eu experiencial (KAHNEMAN, 2011).

Para dar maior robustez a essa análise, estimam-se quatro regressões: uma para cada nível de capacidade cognitiva – tendo como variável dependente a avaliação retrospectiva de tolerância ao risco e, independentes, o pico e o fim. Esperava-se que a interveniência da capacidade cognitiva fosse diminuir a relação entre os vieses, seja ele pico de tolerância (maior) ou fim (momento anterior à avaliação final), e a avaliação retrospectiva, de modo que um aumento no CRT faria com que essa relação diminuísse. A Tabela 27 mostra esses resultados.

Tabela 27 – Regressão simples e múltipla

Variáveis	CRT0		CRT1		CRT2		CRT3	
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7	Modelo 8
Constante	-2,220e-16 (1,000)	7,39E-16 (0,278)	0,186 (0,318)	0,125 (0,489)	0,379 (0,270)	0,388 (0,118)	0,090 (0,814)	0,075 (0,854)
$F = \text{Fim}$	0,955 (0,000)	2,000 (0,000)	0,909 (0,000)	0,722 (0,002)	0,821 (0,000)	0,993 (0,004)	0,937 (0,000)	0,871 (0,043)
$P = \text{Pico}$		-1,000 (0,000)		0,199 (0,175)		-0,165 (0,524)		0,065 (0,876)
R^2	0,872	1,000	0,826	0,842	0,667	0,672	0,677	0,677
Teste F	74,631	8,50E+29	113,825	61,68*	44,087	21,587	35,579	16,811
P -valor	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
n		13		26		24		19

Nota: Foram estimadas quatro regressões e para cada uma delas a equação é representada por:

$RTR = i + \beta_1 F + \beta_2 P + \varepsilon$, onde: RTR é a avaliação retrospectiva da preferência pelo risco; F é o Fim e P é o Pico; e ε é o erro. O que difere entre elas é que a amostra foi subdividida por nível de capacidade cognitiva. CRT0, todas as questões erradas; CRT1 = uma questão correta; CRT2 = duas questões corretas; e CRT3 = as três questões foram respondidas corretamente. Ressalta-se que, da mesma forma que os resultados da Tabela 24, os modelos apresentados aqui violam alguns pressupostos de adequação, como homocedasticidade e autocorrelação. Assim, empregou-se a técnica White, robusta para essas violações, bem como o emprego de reamostragem (*bootstrapping*), o que ameniza os erros na estimação dos coeficientes devido ao n pequeno.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Observando os modelos apresentados, percebe-se que o teste F mostrou-se significativo em todos, indicando que os modelos são passíveis de análise. Quanto ao nível de explicação dos modelos, tem-se um R^2 que parte de 87% no modelo 1, até 67,7% no modelo 8. O que sugere que o nível de explicação dos modelos está se reduzindo a medida em que o nível de capacidade cognitiva aumenta. A partir disso, analisa-se os coeficientes e suas significâncias.

A anterior pressuposição das estimações é confirmada: de fato o viés do pico-fim vai diminuindo seu efeito na avaliação retrospectiva com a ampliação do nível de capacidade cognitiva. Explorando modelo a modelo, verifica-se que, no modelo 2 – onde encontram-se as pessoas que erram todas as questões, isto é, no momento da pesquisa reportaram ser completamente intuitivos – tanto o pico quanto o fim mostraram-se significativos. No modelo 4, o nível de explicação do modelo e o pico já não são mais significativos. Nos modelos 6 e 8 esse padrão se repete. Até mesmo o nível de significância do fim começa a reduzir, visto que, no modelo 8 – onde encontram-se apenas as pessoas que acertam todas as questões – o fim é significativo em um nível de 5%. Nos modelos anteriores, o fim era significativo em nível de 1%. O pico a partir do modelo 4 já não se mostra significativo e, ao ampliar a capacidade cognitiva, ele se torna cada vez menos significativo.

Em suma, esses resultados mostram que indivíduos com um maior nível de capacidade cognitiva – aqueles que durante a pesquisa apresentaram decisões reflexivas e lógicas – incorrem menos no viés do pico-fim, ratificando os resultados já mostrados pelos testes de qui-quadrado. Assim, é possível aceitar as hipóteses 3 e 4 do ensaio, que apontam que os indivíduos com menor capacidade cognitiva tendem a incorrer em maiores erros de julgamento na avaliação retrospectiva, incorrendo mais fortemente no viés do pico-fim. Já aqueles com maior capacidade cognitiva tendem a incorrer em menores erros de julgamento na avaliação retrospectiva, minimizando a ocorrência do viés do pico-fim.

Tem-se, dessa maneira, os primeiros resultados empíricos que comprovam a relação dos dois eus e dos sistemas cognitivos. A pressuposição de Kahneman (2011) de que o mesmo traço operante do Sistema 1 é o que leva o eu recordativo a não ser uma boa testemunha do eu vivencial foi comprovada pelos resultados aqui apresentados. A importância deste resultado está diretamente vinculada ao melhor entendimento do comportamento humano. Se as pessoas mais intuitivas de fato erram mais ao realizarem avaliações retrospectivas, isto significa que tendem a tomar decisões com menor confiança. E isso pode gerar implicações em diversas áreas da vida, já que as escolhas são realizadas pelo eu recordativo (REDELMEIRRE; KEHNEMAN, 1996).

Para este estudo em específico, a comprovação de que os erros de julgamento em relação à preferência pelo risco são maiores entre as pessoas com menor capacidade cognitiva tem implicações diretas sobre as escolhas financeiras. Mostra-se aqui, em linha com os achados anteriores (ACKERT et al., 2019; FREDERICK, 2005; BENJAMIN; BROWN, SHAPIRO, 2013), que as pessoas com maior capacidade cognitiva são mais tolerantes ao risco (BENJAMIN; BROWN, SHAPIRO, 2013). Agrega-se a isso, o fato desses mesmos indivíduos, com Sistema 2 forte, errarem menos ao realizarem suas avaliações retrospectivas. Isso implica que possivelmente eles consigam ser mais coerentes em suas avaliações e, com isso, otimizem suas escolhas maximizando seus ganhos. Em contrapartida, pode-se sugerir que aqueles com menor nível de capacidade cognitiva, ao apresentarem maiores vieses em suas avaliações retrospectivas, cometam maiores erros e isso gere piores resultados em suas escolhas em termos de retornos.

14 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os *insights* deixados por Kahneman (2011) em seu texto foram o primeiro incentivo para o desenvolvimento deste ensaio, pois não foram identificadas na literatura iniciativas para avaliar a relação empírica entre os dois eus e a capacidade cognitiva. Para isso, foram realizadas perguntas semanais durante 6 semanas no período das eleições presidenciais de 2018. Esse período foi determinado por ser sabidamente nesses contextos de maiores níveis de incerteza que a tolerância ao risco tende a ser mais instável (BUCCIOL; MINIACI, 2018), contribuindo para um melhor entendimento das preferências pelo risco momento a momento e retrospectivamente. A mostra inicial foi de 161 participantes. Com o passar das semanas, boa parte deixaram de responder, e a amostra final válida foi de 82 pessoas.

Os resultados iniciais revelam que a amostra é composta majoritariamente por homens, solteiros, em média com 33 anos, sem dependentes, com curso superior e especialização e empregados assalariados. Quanto a renda, identificou-se que a média dos rendimentos pessoais é de R\$5.189,23 e familiar de R\$8.561,01. Além disso, os respondentes revelam ter um conhecimento razoável de finanças e a grande maioria já realizou algum tipo de investimento. Esse perfil é coerente com o público da pesquisa e foi escolhido com o objetivo de ter um maior nivelamento no nível de conhecimento sobre finanças e economia para que pudessem, assim, compreender as contextualizações realizadas semanalmente. O Quadro 9 apresenta as hipóteses e os resultados encontrados.

Quadro 9 – Síntese dos resultados esperados e dos resultados observados do Ensaio 2

Hipótese	Resultado
<i>H1: A preferência pelo risco é maior se avaliada pelo eu recordativo</i>	Aceita - A média das avaliações retrospectivas foi maior do que a média das avaliações momentâneas, e essa diferença foi estatisticamente significativa.
<i>H2: A regra do pico-fim é um bom preditor da preferência pelo risco</i>	Aceita - A regressões múltiplas indicaram que, para a amostra em geral, o fim é um bom preditor da preferência pelo risco.
<i>H3: Os indivíduos com menor capacidade cognitiva tendem a incorrer em maiores erros de julgamento na avaliação retrospectiva, incorrendo mais fortemente no viés do pico-fim</i>	Aceita - A diferença entre o eu momentâneo e o recordativo diminui com o aumento da capacidade cognitiva; - As regressões múltiplas confirmaram esse resultado, indicando que, quanto maior a capacidade cognitiva, menor é o efeito da regra do pico-fim na avaliação retrospectiva.

Fonte: desenvolvido pela autora

A primeira hipótese da pesquisa contemplava a preferência pelo risco momentânea e retrospectiva. Previa-se que a tolerância ao risco seria maior quando reportada pelo eu recordativo do que pelo eu vivencial, e isso pôde ser comprovado estatisticamente. Esse resultado confirmou os achados de Kermer et al. (2006), que atestou em sua pesquisa que as pessoas até pensam que teriam uma grande decepção com a perda, quando na verdade o impacto dela na avaliação retrospectiva não é tão grande assim, pois ela é ressignificada para o ganho. Portanto é normal que, na situação em que a pesquisa foi desenvolvida, em período de eleições presidências, as pessoas tendessem a ser mais cautelosas momento a momento. Mas, ao avaliarem esses momentos retrospectivamente, estariam dispostas a correr um maior nível de risco, até porque a maior parte delas não expuseram “sua pele ao risco” por não investirem em ativos com elevada volatilidade.

A segunda hipótese de pesquisa buscava explorar se a regra do pico-fim era um bom preditor da preferência pelo risco. Os resultados indicaram que sim, pois o fim revelou efeito significativo sobre a avaliação retrospectiva. Isso indica que as decisões do eu recordativo frente ao risco são baseadas quase que completamente pelo momento exatamente anterior a sua avaliação retrospectiva.

Esses resultados revelam uma implicação importante para as decisões diárias frente ao risco financeiro. Sabe-se que o impacto momentâneo da perda é muito maior momento a momento do que na avaliação retrospectiva. Portanto, por vezes, decisões que precisam ser tomadas rapidamente podem estar sendo comprometidas pela aversão a perda e isso reduz os ganhos. De mesmo modo, se o momento anterior à decisão foi de maior aversão ao risco, isso fará com que a decisão final também seja, dado o efeito do fim. Uma estratégia para otimizar essas escolhas, e minimizar essa aversão à perda que causa inércia, é criar mecanismos contrários: *nudge*. Quer dizer, arquiteturas de escolhas que sirvam para organizar o contexto no qual as decisões são tomadas (THALER; SUNSTEIN, 2008) e, com isso, estruturar os mecanismos de análise de decisão.

Antes de adentrar nas duas hipóteses finais, que contemplam o objetivo geral dessa pesquisa, vale destacar os resultados de um dos objetivos secundários desse estudo. Os dados comprovaram, assim como já indicado por outros estudos (LILLEHOLT, 2019; ACKERT et al., 2019; FREDERICK, 2005; CAMPITELLI; LABOLLITA, 2010; BENJAMIN; BROWN, SHAPIRO, 2013), que as pessoas com uma maior capacidade cognitiva tendem a ser mais predispostas ao risco. A explicação dessa relação está pautada no fato de que as pessoas com maior capacidade cognitiva tendem a ser mais reflexivas e, por isso, aceitam correr mais risco em busca de maior retorno. Portanto, uma pessoa, ao identificar que tende a ser mais intuitiva

em suas escolhas, deve exigir maior esforço para o processamento das informações quando a decisão for direcionada ao risco e esforçar-se por ser o mais analítica possível para reduzir os erros de julgamento do seu Sistema 1.

Essas mesmas implicações servem para a análise dos achados relacionados ao objetivo principal desse ensaio. Foi confirmada a pressuposição de Kahneman (2011) de que o Sistema 1 está por trás das avaliações retrospectivas com maiores erros de julgamento. Ou seja, os dois eus estão relacionados com os sistemas cognitivos. Portanto, o mesmo esforço direcionado para a tomada de decisão frente ao risco deve ser feito nas avaliações retrospectivas de risco, a fim evitar maiores erros nas avaliações.

15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se prestarmos atenção nas escolhas e julgamentos de nossas vidas, iremos perceber o quanto os dois eus estão implícitos. O simples fato de optar por um caminho ao ir para o trabalho está vinculado às decisões que o eu recordativo faz a partir das vivências do eu experiencial. As lembranças de mais tempo parado no trânsito, ou mesmo muitas sinaleiras, provavelmente conduzirão o eu recordativo a procurar caminhos alternativos. Esse exemplo, mesmo que simples, mostra que os dois eus estão de fato presentes em praticamente todas as decisões da vida humana.

Percebendo isso, o objetivo central dessa tese foi investigar as implicações dos dois eus em três aspectos principais: satisfação global de vida, bem-estar financeiro, preferência pelo risco e capacidade cognitiva. Para isso, foram desenvolvidos os dois ensaios apresentados. O primeiro contemplou uma amostragem diária durante 32 dias de pesquisa e o segundo uma intervenção durante o período de 7 semanas no decorrer das eleições presidenciais de 2018. As pesquisas iniciaram com 191 participantes no primeiro ensaio e 161 no segundo, sendo que a amostra final foi composta por 52 e 82 respondentes respectivamente.

Os principais resultados do Ensaio 1 revelam que a avaliação momentânea do BEF é mais amena do que a avaliação retrospectiva, ratificando que o eu recordativo incorre em erros de julgamento na sua avaliação. Ademais, identificou-se que o impacto da renda é maior na avaliação momentânea do que na avaliação retrospectiva. Conjectura-se que isso seja decorrente de possíveis adversidades vivenciadas no dia a dia que ampliam esse impacto; por exemplo, maior necessidade de arcar com compromissos financeiros. Entretanto, ao recordar o mês vivenciado, esses momentos de tensão ficam menos presentes na memória, pois ganham destaque os picos de satisfação e o momento exatamente final à avaliação retrospectiva, o que justifica o maior impacto da renda momento a momento.

Isso é confirmado se o pico-fim for um bom preditor da SGV e BEF. Os resultados das regressões indicam que sim, evidenciando que a deliberação de decisões do eu recordativo é sujeita a erros de julgamento. Vale salientar ainda que a renda se revelou como moderadora da relação entre SGV e BEF, tanto momentâneo quanto recordativo. Os achados indicaram que quanto menor for a renda maior será o impacto do BEF na SGV. Entretanto, com o incremento da renda essa relação reduz sua força.

Estes resultados contribuem em diversos âmbitos. Para as políticas públicas, a compreensão de que o dinheiro tem um maior efeito na avaliação momentânea do que na retrospectiva, tanto na SGV quanto no BEF, sinaliza que esforços precisam ser empregados

para ampliar os níveis de SGV e de BEF, momento a momento, relacionados a assuntos monetários. Uma estratégia interessante nesse sentido é o desenvolvimento de programas de educação financeira que viabilizem às pessoas maior conhecimento sobre como gerir suas finanças, estabelecer prioridades e planejar seus sonhos (CHATTERJEE; KUMAR; DAYMA, 2019). Isso amenizaria as tensões diárias e poderia contribuir para elevar o nível de SGV e BEF. Entretanto, não adiantam ações pontuais, pois essas vão ser avaliadas sem muito otimismo pelo eu experiencial e serão dificilmente lembradas pelo eu recordativo. As políticas públicas direcionadas a SGV e BEF devem ser desenvolvidas a longo prazo, com projetos duradouros, porque só assim podem efetivamente ampliar essas variáveis. Além disso, os resultados aqui apresentados são um incentivo para que as avaliações da SGV e do BEF incorporem os dois eus.

Para o cotidiano das pessoas, os resultados permitem um maior autoconhecimento e as possibilitam identificar as raízes de suas decisões. O reconhecimento de que as avaliações momentâneas são mais amenas do que as recordativas e a confirmação de que a regra do pico-fim é um bom preditor da SGV e BEF, por exemplo, podem incentivar as pessoas a incorporarem em suas vidas momentos mais intensos que geram maior impacto psicológico positivo. Isso garantiria que fossem mais facilmente lembrados pelo eu recordativo, o que pode tornar suas percepções de vida e finanças mais positivas.

Partindo para o Ensaio 2, os principais resultados demonstram que a preferência pelo risco é menor momento a momento e se amplia na avaliação retrospectiva. Por ocasião de estarem vivenciando os momentos, as pessoas percebem a eminência da perda com maior impacto e isso amplia a aversão ao risco, dada a aversão à perda. Mas ao recordar, o cérebro dá maior peso às lembranças mais ativas e ressignifica as perdas em sua memória. Isso diminui a aversão ao risco. Além disso, identificou-se que o fim é um bom preditor da avaliação retrospectiva de risco.

Por fim, relacionando a capacidade cognitiva e a preferência pelo risco, verifica-se que pessoas com maior capacidade cognitiva tendem a correr mais risco. Outro resultado relevante, que converge com o objetivo central do Ensaio 2, é que as pessoas com maior capacidade cognitiva incorrem em menores erros de julgamento na avaliação retrospectiva, pois o impacto do pico-fim vai reduzindo maior capacidade cognitiva. Pode-se, então, confirmar as especulações de Kahneman (2011) de que o Sistema 1 está presente nas avaliações retrospectivas, ou seja, os dois eus e os sistemas cognitivos estão relacionados.

Tais resultados frutificam diversas contribuições. Para teoria, e mais diretamente para as finanças comportamentais, eles preenchem uma lacuna ao confirmam empiricamente uma

relação que era antes retratada apenas por exemplos hipotéticos. É evidente que esse foi um primeiro esforço na tentativa de compreender a relação entre os dois eus e os sistemas cognitivos. É, contudo, um incentivo para que mais pesquisas se dediquem ao tema, incorporando outras variáveis à análise.

Os resultados, da preferência pelo risco também são importantes para as políticas públicas. Os governantes precisam criar um contexto de maior estabilidade que minimize a aversão à perda momento a momento nas pessoas e incentive a criação de empreendimentos. Por fim, no dia-a-dia das pessoas, os resultados aqui relatados contribuem para um melhor entendimento das nuances da preferência pelo risco. Os erros de julgamento na avaliação retrospectiva seriam reduzidos. Um método para isso pode ser incorporar estratégias de arquitetura de escolha nas próprias decisões, principalmente quando se tratar de investimentos, para que as escolhas frente ao risco sejam otimizadas.

Vale destacar algumas limitações e dificuldades superadas na coleta de dados. A realização de uma pesquisa longitudinal e, mais, a adoção do método de amostragem por experiência (EMA), são estratégias desafiadoras. São diversas variáveis a serem consideradas, principalmente por ser esta pesquisa realizada em ambiente natural, o que torna impossível o controle efetivo do experimento (SHIFFMAN; STONE; HUFFORD, 2008). Portanto, esse foi um primeiro desafio que desencadeou algumas limitações para a realização deste trabalho.

Os dois ensaios, por apresentarem a mesma estratégia de pesquisa passaram pelas mesmas adversidades. Destacam-se como principais limitações: i) um possível viés amostral, já que a seleção da amostra foi realizada por conveniência, e não aleatória, e participaram da pesquisa apenas as pessoas que foram às palestras de educação financeira (no Ensaio 1) e os colaboradores das empresas parceiras (no Ensaio 2); ii) a evasão de mais de 70% da amostra inicial no Ensaio 1, e 49% no Ensaio 2, embora a amostra final dos dois ensaios tenham ficado próximas e até superado o número médio de participantes de pesquisas que adotam o EMA – 55 respondentes em média participam de pesquisas com essa metodologia, de acordo com Carson, Weiss e Templin (2010) – e; iii) a impossibilidade de generalizar esses resultados para o país, já que a coleta de dados se deu apenas em Florianópolis com amostras por conveniência.

Como sugestões para estudos futuros, ao considerar o Ensaio 1, sublinha-se antes de tudo a possibilidade de ampliar a amostra para as classes de renda mais altas. Neste estudo adotou-se majoritariamente os quatro primeiros níveis de rendimento indicados pelo IBGE, pois representam 80% da população brasileira. Mas pesquisas futuras podem ampliar essa análise e desenvolver um estudo comparativo entre pobres e ricos. Se considerado o Ensaio 2, é importante que pesquisas futuras avaliem a relação entre os dois eus e os sistemas cognitivos

com outras variáveis para que seja possível avaliar se esse foi um resultado isolado ou se realmente há uma relação robusta entre esses aspectos.

REFERÊNCIAS

ACKERT, Lucy F.; DEAVES, Richard; MIELE, Jennifer; NGUYEN, Quang. Are time preference and risk preference associated with cognitive intelligence and emotional intelligence?. **Journal of Behavioral Finance**, p. 1-21, 2019.

ADLER, Alejandro; SELIGMAN, Martin EP. Using wellbeing for public policy: Theory, measurement, and recommendations. **International Journal of Wellbeing**, v. 6, n. 1, p. 1-35, 2016.

ALMEIDA, David M.; MCGONAGLE, Katherine; KING, Heather. Assessing daily stress processes in social surveys by combining stressor exposure and salivary cortisol. **Biodemography and Social Biology**, v. 55, n. 2, p. 219-237, 2009.

ANDERSON, Lisa R.; MELLOR, Jennifer M. Predicting health behaviors with an experimental measure of risk preference. **Journal of Health Economics**, v. 27, n. 5, p. 1260-1274, 2008.

ANDREWS, Frank M.; WITHEY, Stephen B. Social indicators of well-being: The development and measurement of perceptual indicators. **New York: Plenum**. v. 10, p. 978-1, 1976.

ANGEL, Ronald J.; FRISCO, Michelle; ANGEL, Jacqueline. L.; CHIRIBOGA, David. A. Chiriboga Financial strain and health among elderly Mexican-origin individuals. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 44, n. 4, p. 536-551, 2003.

ARBER, Sara; FENN, Kirsty; MEADOWS, Robert. Subjective financial well-being, income and health inequalities in mid and later life in Britain. **Social Science & Medicine**, v. 100, p. 12-20, 2014.

ASHRAF, Nava; CAMERER, Colin F.; LOEWENSTEIN, George. Adam Smith, behavioral economist. **Journal of Economic Perspectives**, v. 19, n. 3, p. 131-145, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS - ANBIMA. **Raio X do Investidor brasileiro**. 2018. Disponível em: https://www.anbima.com.br/data/files/25/50/2D/8C/0BBB96109FF4F696A9A80AC2/RaioX_investidor_2019.pdf. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

ATZ, Ulrich. Evaluating experience sampling of stress in a single-subject research design. **Personal and ubiquitous computing**, v. 17, n. 4, p. 639-652, 2013.

AWAIS, Mustabsar; LABER, M. Fahad; RASHEED, Nilofer; KHURSHEED, Aisha. Impact of financial literacy and investment experience on risk tolerance and investment decisions: empirical evidence from Pakistan. **International Journal of Economics and Financial Issues**, v. 6, n. 1, p. 73-79, 2016.

BANCO CENTRAL. **Pesquisa Focus**. 2018 Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/cronologicos>. Acesso em: Setembro de 2018.

- BARON, Alan; PERONE, Michael. Experimental design and analysis in the laboratory study of human operant behavior. In: **Handbook of Research Methods in Human Operant Behavior**. Springer, Boston, MA, 1998. p. 45-91.
- BARSKY, Robert B.; JUSTER Thomas F.; KIMBALL, Miles S.; SHAPIRO, Matthew D. Preference parameters and behavioral heterogeneity: An experimental approach in the health and retirement study. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 112, n. 2, p. 537-579, 1997.
- BECCHETTI, Leonardo; ROSSETTI, Fiammetta. When money does not buy happiness: The case of “frustrated achievers”. **The Journal of Socio-Economics**, v. 38, n. 1, p. 159-167, 2009.
- BENJAMIN, Daniel J.; BROWN, Sebastian A.; SHAPIRO, Jesse M. Who is ‘behavioral’? Cognitive ability and anomalous preferences. **Journal of the European Economic Association**, v. 11, n. 6, p. 1231-1255, 2013.
- BERK, Kiki. Does Money Make Us Happy? The Prospects and Problems of Happiness Research in Economics. **Journal of Happiness Studies**. v. 19, n. 4, p. 1241–1245, 2018
- BINDER, Martin; COAD, Alex. Heterogeneity in the relationship between unemployment and subjective wellbeing: A quantile approach. **Economica**, v. 82, n. 328, p. 865-891, 2015.
- BINSWANGER, Hans P. Attitudes toward risk: Experimental measurement in rural India. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 62, n. 3, p. 395-407, 1980.
- BJØRNSKOV, Christian; DREHER, Axel; FISCHER, Justina AV. Cross-country determinants of life satisfaction: Exploring different determinants across groups in society. **Social Choice and Welfare**, v. 30, n. 1, p. 119-173, 2008.
- BÖGENHOLDEMAIL, Dieter; NAZ, Farah. **Money, Consumption and Happiness**. In: *Consumption and Life-Styles: A Short Introduction*. Springer, p. 87 – 102, 2018.
- BORON, Reuben M.; KENNY, David A. The moderator–mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 51, n. 6, p. 1173, 1986
- BOUCHOUICHA, Ranoua; VIEIDER, Ferdinand M. Growth, entrepreneurship, and risk-tolerance: a risk-income paradox. **Journal of Economic Growth**, v. 24, n. 3, p. 257-282, 2019.
- BOYCE, Christopher J.; BROWN, Gordon DA; MOORE, Simon C. Money and happiness: Rank of income, not income, affects life satisfaction. **Psychological Science**, v. 21, n. 4, p. 471-475, 2010.
- BRAÑAS-GARZA, Pablo; KUJAL, Praveen; LENKEI, Balint. Cognitive Reflection Test: whom, how, when. **Journal of Behavioral and Experimental Economics**, v. 82, p. 101455, 2019.
- BRÜGGEN, Elisabeth C.; HOGREVE, Jens; HOLMLUND, Maria; KABADAYI, Sertan; LÖFGREN, Martin. Financial well-being: A conceptualization and research agenda. **Journal of Business Research**, v. 79, p. 228-237, 2017.

BUCCIOL, Alessandro; MINIACI, Raffaele. Financial Risk Propensity, Business Cycles and Perceived Risk Exposure. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, v. 80, n. 1, p. 160-183, 2018.

BUCCIOL, Alessandro; ZARRI, Luca. The shadow of the past: Financial risk taking and negative life events. **Journal of Economic Psychology**, v. 48, p. 1-16, 2015.

BUCKERT, Magdalena et al. Acute stress affects risk taking but not ambiguity aversion. **Frontiers in Neuroscience**, v. 8, p. 82, 2014.

BURKE, Lora E.; SHIFFMAN, Saul; MUSIC, Edvin; STYN, Mindi A.; KRISKA, Andrea; SMAILAGIC, Asim; SIEWIOREK, Daniel; EWING, Linda J.; CHASENS, Eileen; FRENCH, Brian; MANCINO, Juliet; MENDEZ, Dara; STROLLO, Patrick; RATHBUN, Stephen L. Ecological momentary assessment in behavioral research: addressing technological and human participant challenges. **Journal of Medical Internet Research**, v. 19, n. 3, 2017.

BYRNE, Alistair; BROOKS, Mike. **Behavioral finance: Theories and evidence**. 2008.

CAHLÍKOVÁ, Jana; CINGL, Lubomir. Risk preferences under acute stress. **Experimental Economics**, v. 20, n. 1, p. 209-236, 2017.

CAMERER, Colin; MATTHEW, Rabin. Advances in behavioral economics. **Russel stage Foundation, NY Princeton university press. Princeton et Oxford**, 2004.

CAMERER, Colin; LOEWENSTEIN, George. Behavioral economics: Past, present, future. **Advances in Behavioral Economics**, p. 1, 2011.

CAMPARA, Jéssica P.; VIEIRA, Kelmara M.; POTRICH, Ani Caroline G. Satisfação Global de Vida e Bem-estar Financeiro: desvendando a percepção de beneficiários do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p. 182-200, 2017.

CAMPARA, Jéssica. P.; PARABONI, Ana. L.; DA COSTA JR, Newton.; SAURIN, Valter; LOPES, Ana. Subjective risk tolerance and numeracy skills: A study in Brazil. **Journal of Behavioral and Experimental Finance**, v. 4, p. 39-46, 2017.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip E.; RODGERS, Willard L. **The quality of American life: Perceptions, evaluations, and satisfactions**. Russell Sage Foundation, 1976.

CAMPBELL, Donald T.; STANLEY, Julian C. Experimental and quasi-experimental designs for research. **Handbook of Research on Teaching**, p. 171-246, 1963.

CAMPBELL, Richard T.; HENRETTA, John C. Status claims and status attainment: The determinants of financial well-being. **American Journal of Sociology**, v. 86, n. 3, p. 618-629, 1980.

CAMPITELLI, Guillermo; LABOLLITA, Martín. Correlations of cognitive reflection with judgments and choices. **Judgment and Decision Making**, v. 5, n. 3, p. 182, 2010.

CANTRIL, Hadley. **The pattern of human concerns**. Posted, 1965

CARSON, Russell L.; WEISS, Howard M.; TEMPLIN, Thomas J. Ecological momentary assessment: A research method for studying the daily lives of teachers. **International Journal of Research & Method in Education**, v. 33, n. 2, p. 165-182, 2010.

CHAJUT, Eran.; CASPI, Avner.; CHEN, Rony.; HOD, Moshe.; ARIELY, Dan. In pain thou shalt bring forth children: The peak-and-end rule in recall of labor pain. **Psychological Science**, v. 25, n. 12, p. 2266-2271, 2014.

CHAN, K.Y. K.; CHAN, S. F.; CHAU, A. W. L. Financial knowledge and aptitudes: impacts on college students' financial well-being. **College Student Journal**, v. 46, n. 1, p.114, 2012.

CHAN, L.; SWAIN, V. D.; KELLEY, C.; DE BARBARO, K.; ABOWD, G. D.; WILCOX, L. Students' Experiences with Ecological Momentary Assessment Tools to Report on Emotional Well-being. **Proceedings of the ACM on Interactive, Mobile, Wearable and Ubiquitous Technologies**, v. 2, n. 1, p. 3, 2018.

CHARLES, Aurelie; WU, Dongxu; WU, Zhongmin. Economic Shocks on Subjective Well-Being: Re-assessing the Determinants of Life-Satisfaction After the 2008 Financial Crisis. **Journal of Happiness Studies**, v. 20, n. 4, p. 1041-1055, 2019.

CHARNESS, Gary; GNEEZY, Uri; IMAS, Alex. Experimental methods: Eliciting risk preferences. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 87, p. 43-51, 2013.

CHATTERJEE, Devlina; KUMAR, Mahendra; DAYMA, Kapil K. Segurança de renda, comparações sociais e materialismo: determinantes do bem-estar financeiro subjetivo entre adultos indianos. **International Journal of Bank Marketing**. v. 37, n. 4, p. 1041-1061, 2019.

CHEN, Chun-Chu; HUANG, Wei-Jue; PETRICK, James F. Holiday recovery experiences, tourism satisfaction and life satisfaction—Is there a relationship?. **Tourism Management**, v. 53, p. 140-147, 2016.

CHEUNG, Felix; LUCAS, Richard E. When does money matter most? Examining the association between income and life satisfaction over the life course. **Psychology and Aging**, v. 30, n. 1, p. 120, 2015.

COAD, Alex; BINDER, Martin. Causal linkages between work and life satisfaction and their determinants in a structural VAR approach. **Economics Letters**, v. 124, n. 2, p. 263-268, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL); SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC). **Índice de Confiança do Consumidor**. 2018. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/indice/5417>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)** Agosto de 2018. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-agosto>. Acesso em: agosto de 2018

CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU (CFPB). Financial well-being: The goal of financial education. **Report, Iowa City, IA: Consumer Financial Protection Bureau**, 2015.

CORRAR, Luiz; PAULO, Edilson; DIAS, José Maria; RODRIGUES, Adriano. **Análise multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. São Paulo: Atlas, 2011.

CORRIGAN, John D.; KOLAKOWSKY-HAYNER, Stephanie; WRIGHT, Jerry; BELLON, Kimberly; CARUFEL, Paul. The satisfaction with life scale. **The Journal of Head Trauma Rehabilitation**, v. 28, n. 6, p. 489-491, 2013.

CUMMINS, Robert A. The second approximation to an international standard for life satisfaction. **Social Indicators Research**, v. 43, n. 3, p. 307-334, 1998.

DA SILVA, Sergio.; DA COSTA JR., Newton; MATSUSHITA, Raul; VIEIRA, Cristina; Correa, Ana; DE FAVERI, Dinorá. Debt of high-income consumers may reflect leverage rather than poor cognitive reflection. **Review of Behavioral Finance**, v. 10, n. 1, p. 42-52, 2018.

DA SILVA, Sergio; FAVERI, Dinorá; CORREA, Ana; MATSUSHITA, Raul. High-income consumers may be less hyperbolic when discounting the future. **Economics Bulletin**, v. 37, n. 3, p.1421-1434, 2017.

DA SILVA, Sergio; MATSUSHITA, Raul; RAMOS, Mauricio. Incomplete Information Choice on Incumbents, Cognitive Ability and Personality. **Open Access Library Journal**, v. 6, n. 6, p. 1-11, 2019.

DANES, Sharon M. Multiple roles, balance between work and leisure, and satisfaction with level of living. **Family and Consumer Sciences Research Journal**, v. 26, n. 4, p. 401-424, 1998.

DEATON, Angus. Income, health, and well-being around the world: Evidence from the Gallup World Poll. **Journal of Economic perspectives**, v. 22, n. 2, p. 53-72, 2008.

DIENER, Ed. Subjective well-being. **Psychological bulletin**, v. 95, n. 3, p. 542, 1984.

DIENER, Ed; BISWAS-DIENER, Robert. Will money increase subjective well-being?. **Social Indicators Research**, v. 57, n. 2, p. 119-169, 2002.

DIENER, Ed; DIENER, Marissa. Cross-cultural correlates of life satisfaction and self-esteem. In: **Culture and Well-being**. Springer, Dordrecht, v. 38, p. 71-91, 2009.

DIENER, Ed; DIENER, Marissa; DIENER, Carol. Factors predicting the subjective well-being of nations. In: **Culture and Well-being**. Springer, Dordrecht, v. 38, p. 43-70, 2009.

DIENER, Ed; EMMONS, Robert A.; LARSEN Randy J.; GRIFFIN, Sharon. The satisfaction with life scale. **Journal of Personality Assessment**, v. 49, n. 1, p. 71-75, 1985.

DIENER, Ed; NG, Weiting; HARTER, James; ARORA, Raksha. Wealth and happiness across the world: material prosperity predicts life evaluation, whereas psychosocial prosperity predicts positive feeling. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 99, n. 1, p. 52, 2010.

DIENER, Ed; TAY, Louis. Review of the day reconstruction method (DRM). **Social Indicators Research**, v. 116, n. 1, p. 255-267, 2014.

DIENER, Ed; WIRTZ, Derrick; OISHI, Shigehiro. End effects of rated life quality: The James Dean effect. **Psychological Science**, v. 12, n. 2, p. 124-128, 2001.

DING, Jurong.; DEVANEY, Sharon. A. Predictors of emergency funds adequacy. In: **Proceedings of the Association for Financial Counseling and Planning Education**. Association of Financial Counseling and Planning Education, p. 65, 2000.

DINIZ, Anna P. C.; VIEIRA, Kelmara M.; POTRICH, Ani C. G.; CAMPARA, Jéssica P. Influência das variáveis socioeconômicas e demográficas no bem-estar financeiro: um estudo do comportamento maranhense. **Revista Uniabeu**, v. 7, n. 17, p. 218-234, 2014.

DO, Amy M.; RUPERT, Alexander V.; WOLFORD, George. Evaluations of pleasurable experiences: The peak-end rule. **Psychonomic Bulletin & Review**, v. 15, n. 1, p. 96-98, 2008.

DOCKRAY, Samantha; GRANT, Nina; KAHNEMAN, Daniel; WARDLE, Jane; STEPTOE, Andrew. A comparison of affect ratings obtained with ecological momentary assessment and the day reconstruction method. **Social Indicators Research**, v. 99, n. 2, p. 269-283, 2010.

DOHMEN, Thomas.; FALK, Armin; GOLSTEYN, Bart H. H.; HUFFMAN, David; SUNDE, Uwe. Risk attitudes across the life course. **Economic Journal**, v. 127, n. 605, p. F95-F116, 2017.

DOHMEN, Thomas; LEHMANN, Hartmut; PIGNATTI, Norberto. Time-varying individual risk attitudes over the Great Recession: A comparison of Germany and Ukraine. **Journal of Comparative Economics**, v. 44, n. 1, p. 182-200, 2016.

DONKERS, Bas; VAN SOEST, Arthur. Subjective measures of household preferences and financial decisions. **Journal of Economic Psychology**, v. 20, n. 6, p. 613-642, 1999.

DREVER, Anita I.; ODDERS-WHITE, Elizabeth; KALISH, Charles W.; ELSE-QUEST, Nicole M.; HOAGLAND, Emily M.; NELMS Emory N. Foundations of financial well-being: Insights into the role of executive function, financial socialization, and experience-based learning in childhood and youth. **Journal of Consumer Affairs**, v. 49, n. 1, p. 13-38, 2015.

DURAYAPPAH, Adorée. The 3P model: A general theory of subjective well-being. **Journal of Happiness Studies**, v. 12, n. 4, p. 681-716, 2011.

EASTERLIN, Richard A. Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence. **Nations and Households in Economic Growth**, p. 89-125, 1974.

ELLIOTT, William; LEWIS, Melinda. Student debt effects on financial well-being: Research and policy implications. **Journal of Economic Surveys**, v. 29, n. 4, p. 614-636, 2015.

EPSTEIN, Seymour. Integration of the cognitive and the psychodynamic unconscious. **American Psychologist**, v. 49, n. 8, p. 709, 1994.

ESNAOLA, Igor; BENITO, Manuel; ANTONIO-AGIRRE, Iratxe; FREEMAN, John; SARASA, Marta. Measurement invariance of the Satisfaction With Life Scale (SWLS) by country, gender and age. **Psicothema**, v. 29, n. 4, p. 596-601, 2017.

EVANS, Jonathan St BT. Dual-processing accounts of reasoning, judgment, and social cognition. **Annu. Rev. Psychol.**, v. 59, p. 255-278, 2008.

EVANS, Jonathan St BT. In two minds: dual-process accounts of reasoning. **Trends in Cognitive Sciences**, v. 7, n. 10, p. 454-459, 2003.

EVANS, Jonathan St BT; STANOVICH, Keith E. Dual-process theories of higher cognition: Advancing the debate. **Perspectives on Psychological Science**, v. 8, n. 3, p. 223-241, 2013.

FALK, Armin; BECKER, Anke; DOHMEN, Thomas; ENKE, Benjamin; HUFFMAN, David; SUNDE, Uwe. Global evidence on economic preferences. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 133, n. 4, p. 1645-1692, 2018.

FIELD, A. **Descobrimos a estatística usando o SPSS**. 2. Ed, Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORBES, Sean A.; ROSS, Margaret E.; CHESSER, Svetlana S. Single-subject designs and action research in the K-12 setting. **Educational Research and Evaluation**, v. 17, n. 3, p. 161-173, 2011.

FRANK, Robert. Should public policy respond to positional externalities?. **Journal of Public Economics**, v. 92, n. 8-9, p. 1777-1786, 2008.

FRANKISH, Keith. Systems and levels: Dual-system theories and the personal sub personal distinction. **J. St. BT Evans & K. Frankish**, p. 89-107, 2009.

FREDERICK, Shane. Cognitive reflection and decision making. **Journal of Economic Perspectives**, v. 19, n. 4, p. 25-42, 2005.

FREDRICKSON, Barbara L.; KAHNEMAN, Daniel. Duration neglect in retrospective evaluations of affective episodes. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 65, n. 1, p. 45, 1993.

FREY, Bruno S.; STUTZER Alois. The economics of happiness. **World economics**, v. 3, n. 1, p. 1-17, 2002.

FREY, Meredith C.; DETTERMAN, Douglas K. Scholastic assessment or g? The relationship between the scholastic assessment test and general cognitive ability. **Psychological science**, v. 15, n. 6, p. 373-378, 2004.

FURNHAM, Adrian; CHENG, Helen. Socio-demographic indicators, intelligence, and locus of control as predictors of adult financial well-being. **Journal of Intelligence**, v. 5, n. 2, p. 11, 2017.

GENG, Xiaowei.; CHEN, Ziguang; LAM, Wing, L.; ZHENG, Quanquan. Hedonic evaluation over short and long retention intervals: The mechanism of the peak–end rule. **Journal of Behavioral Decision Making**, v. 26, n. 3, p. 225-236, 2013.

GIACOMONI, Claudia. H.; HUTZ, Claudio. S. A mensuração do bem-estar subjetivo: escala de afeto positivo e negativo e escala de satisfação de vida [Resumos]. In: **Sociedade Interamericana de Psicologia (Org.), Anais XXVI Congresso Interamericano de Psicologia**. 1997. p. 313.

GOUVEIA, Valdiney. V.; MILFONT, Taciano L.; DA FONSECA, Patrícia. N.; DE MIRANDA COELHO, Jorge. A. P. Life satisfaction in Brazil: Testing the psychometric properties of the satisfaction with life scale (SWLS) in five Brazilian samples. **Social Indicators Research**, v. 90, n. 2, p. 267, 2009.

GRABLE, J. E. Financial risk tolerance and additional factors that affect risk taking in everyday money matters. **Journal of Business and Psychology**, v. 14, n. 4, p. 625-630, 2000.

GRABLE, John E.; ROSZKOWSKI, Michael J. The influence of mood on the willingness to take financial risks. **Journal of Risk Research**, v. 11, n. 7, p. 905-923, 2008.

GRABLE, John; LYTTON, Ruth H. Financial risk tolerance revisited: the development of a risk assessment instrument. **Financial Services Review**, v. 8, n. 3, p. 163-181, 1999.

GREENLEY, James R.; GREENBERG, Jan Steven; BROWN, Roger. Measuring quality of life: A new and practical survey instrument. **Social Work**, v. 42, n. 3, p. 244-254, 1997.

GREGORIOU, Andros; HEALY, Jerome V.; LE, Huong. Prospect theory and stock returns: A seven factor pricing model. **Journal of Business Research**, v. 101, p. 315-322, 2019.

GRUBE, Anna.; SCHROER, Joachim; HENTZSCHEL, Carolin; HERTEL, Guido. The event reconstruction method: An efficient measure of experience-based job satisfaction. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 81, n. 4, p. 669-689, 2008.

GUIISO, Luigi; SAPIENZA, Paola; ZINGALES, Luigi. Time varying risk aversion. **Journal of Financial Economics**, v. 128, n. 3, p. 403-421, 2018.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria Básica-5**. Amgh Editora, 2011.

GUTTER, Michael; COPUR, Zeynep. Financial behaviors and financial well-being of college students: Evidence from a national survey. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 32, n. 4, p. 699-714, 2011.

HAGERTY, Michael R.; VEENHOVEN, Ruut. Wealth and happiness revisited—growing national income does go with greater happiness. **Social Indicators Research**, v. 64, n. 1, p. 1-27, 2003.

HAIR, Joseph R; BLACK, William C.; BABIN, Barry J.; ROLPH, Anderson E. **Multivariate Data Analyses**.7 ed. New Jersey: Pearson New International Edition, 2014.

HANNA, Sherman D.; GUTTER, Michael S.; FAN, Jessie X. A measure of risk tolerance based on economic theory. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 12, n. 2, p. 53, 2001.

HANNA, Sherman D.; KIM, Kyoung Tae; ZHANG, Lisa. Factors related to the risk tolerance of households in China and the United States: Implications for the future of financial markets in China. **Financial Services Review**, v. 28, n. 2, p. 1 - 40, 2019

HANNA, Sherman D.; LINDAMOOD, Suzanne. An improved measure of risk aversion. 2004.

HARRISON, Glenn W.; LIST, John A. Field experiments. **Journal of Economic Literature**, v. 42, n. 4, p. 1009-1055, 2004.

HAYES, A. F. **Introduction to Mediation, Moderation, and Conditional Process Analysis: A Regression-Based Approach**. New York, NY: The Guilford Press, 2013.

HAYES, Andrew F. **Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach**. New York: Guilford Publications, 2017.

HAYES, Andrew F.; ROCKWOOD, Nicholas J. Regression-based statistical mediation and moderation analysis in clinical research: Observations, recommendations, and implementation. **Behaviour Research and Therapy**, v. 98, p. 39-57, 2017.

HECKMAN, James J.; STIXRUD, Jora; URZUA, Sergio. The effects of cognitive and noncognitive abilities on labor market outcomes and social behavior. **Journal of Labor Economics**, v. 24, n. 3, p. 411-482, 2006.

HOLT, Charles A.; LAURY, Susan K. Risk aversion and incentive effects. **American Economic Review**, v. 92, n. 5, p. 1644-1655, 2002.

HORNER, Robert H.; CARR, Edward G.; HALLE, James, MCGEE, Gail; ODOM, Samuel; WOLERY, Mark. The use of single-subject research to identify evidence-based practice in special education. **Exceptional Children**, v. 71, n. 2, p. 165-179, 2005.

HSEE, Christopher K.; WEBER, Elke U. A fundamental prediction error: Self–others discrepancies in risk preference. **Journal of Experimental Psychology: General**, v. 126, n. 1, p. 45, 1997.

HSU, Chia-Fen, F.; PROPP, Lee; PANETTA, Larissa; MARTIN, Shane; DENTAKOS, Stella; TOPLAK, Maggie E.; EASTWOOD, John D. Mental effort and discomfort: Testing the peak-end effect during a cognitively demanding task. **PloS One**, v. 13, n. 2, p. e0191479, 2018.

HUEBNER, E. Scott. Correlates of life satisfaction in children. **School psychology Quarterly**, v. 6, n. 2, p. 103, 1991b.

HUEBNER, E. Scott. Initial development of the student's life satisfaction scale. **School Psychology International**, v. 12, n. 3, p. 231-240, 1991a.

HUEBNER, E. Scott; DRANE, Wanzer; VALOIS, Robert F. Levels and demographic correlates of adolescent life satisfaction reports. **School Psychology International**, v. 21, n. 3, p. 281-292, 2000.

HUTZ, Claudio. (Org.). **Avaliação em psicologia positiva**. In: SEGABINAZI, Joice D.; ZORTEA Maxciel; GIACOMONI, Claudia. H. Avaliação de bem-estar subjetivo em adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – IBRE; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. **Índice de Confiança Empresárias**. 2018. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/data/files/22/24/BA/1E/6F367610C7EBF5768904CBA8/_ndice%20de%20Confian_a%20Empresarial%20FGV_press%20release_Nov18.pdf. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>. Acesso em: 13 de novembro de 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de Orçamento Familiar – POF 2017/2018**. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 13 de novembro de 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidade**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22787?detalhes=true&localidade1=420540>. Acesso em: 12 de julho de 2018

JIAO, Peiran. The Disposition Effect in Closed-End Fund Market. **Available at SSRN 2835848**, 2013.

JOO, So-hyun; GRABLE, John E. An exploratory framework of the determinants of financial satisfaction. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 25, n. 1, p. 25-50, 2004.

JOSEF, Anika K.; RICHTER, David; SAMANEZ-LARKIN, Gregory R.; WAGNER, Gert G.; HERTWIG, Ralph; MATA, Rui. Stability and change in risk-taking propensity across the adult life span. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 111, n. 3, p. 430, 2016.

KAHANA, Eva; REDMOND, Cleve; HILL, Gretchen J.; KERCHER, Kyle; KAHANA, Boaz, J.; JOHNSON, Randal; YOUNG, Rosalie F. The effects of stress, vulnerability, and appraisals on the psychological well-being of the elderly. **Research on Aging**, v. 17, n. 4, p. 459-489, 1995.

KAHNEMAN, Daniel. Evaluation by moments: Past and future. **Choices, values, and frames**, p. 693-708, 2000.

KAHNEMAN, Daniel. Experienced utility and objective happiness: A moment-based approach. **The Psychology of Economic Decisions**, v. 1, p. 187-208, 2003.

KAHNEMAN, Daniel. Maps of bounded rationality: A perspective on intuitive judgment and choice. **Nobel Prize Lecture**, v. 8, p. 351-401, 2002

KAHNEMAN, Daniel. Maps of bounded rationality: Psychology for behavioral economics. **American Economic Review**, v. 93, n. 5, p. 1449-1475, 2003.

KAHNEMAN, Daniel. Objective happiness. In: KAHNEMAN, Daniel; DIENER, Edward; SCHWARZ, Norbert. (Eds.), **Well-being: The foundations of hedonic psychology**, p. 3-25. New York, NY, US: Russell Sage Foundation, 1999.

KAHNEMAN, Daniel. **Thinking, fast and slow**. Macmillan, 2011.

KAHNEMAN, Daniel; DEATON, Angus. High income improves evaluation of life but not emotional well-being. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 107, n. 38, p. 16489-16493, 2010.

KAHNEMAN, Daniel; FREDERICK, Shane. Frames and brains: Elicitation and control of response tendencies. **Trends in Cognitive Sciences**, v. 11, n. 2, p. 45-46, 2007.

KAHNEMAN, Daniel; FREDERICK, Shane. Representativeness revisited: Attribute substitution in intuitive judgment. **Heuristics and biases: The psychology of intuitive judgment**, v. 49, p. 81, 2002.

KAHNEMAN, Daniel; FREDRICKSON, Barbara L.; SCHREIBER, Charles A.; REDELMEIER, Donald. A. When more pain is preferred to less: Adding a better end. **Psychological Science**, v. 4, p. 401-405, 1993.

KAHNEMAN, Daniel; KRUEGER, Alan B. Developments in the measurement of subjective well-being. **Journal of Economic Perspectives**, v. 20, n. 1, p. 3-24, 2006.

KAHNEMAN, Daniel; KRUEGER, Alan B.; SCHKADE, David A.; SCHWARZ, Norbert; STONE, Arthur A. A survey method for characterizing daily life experience: The day reconstruction method. **Science**, v. 306, n. 5702, p. 1776-1780, 2004.

KAHNEMAN, Daniel; KRUEGER, Alan B.; SCHKADE, David; SCHWARZ, Norbert; STONE, Arthur. Toward national well-being accounts. **American Economic Review**, v. 94, n. 2, p. 429-434, 2004.

KAHNEMAN, Daniel; KRUEGER, Alan B.; SCHKADE, David; SCHWARZ, Norbert; STONE Arthur A. Would you be happier if you were richer? A focusing illusion. **Science**, v. 312, n. 5782, p. 1908-1910, 2006.

KAHNEMAN, Daniel; RIIS, Jason. Living, and thinking about it: Two perspectives on life. **The science of Well-being**, v. 1, 2005.

KAHNEMAN, Daniel; SCHKADE, David A.; FISCHLER, Claude; KRUEGER, Alan B.; KRILLA, Amy. The structure of well-being in two cities: Life satisfaction and experienced happiness in Columbus, Ohio; and Rennes, France. *International differences in well-being*, p. 16-33, 2010.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk. **Econometrica**, v. 47, n. 2, p. 263-291, 1979.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Subjective probability: a judgment of representativeness. **Cognitive Psychology**, v. 3, n. 3, p. 430-454, 1972.

KAHNEMAN, Daniel; WAKKER, Peter P.; SARIN, Rakesh. Back to Bentham? Explorations of experienced utility. **The quarterly Journal of Economics**, v. 112, n. 2, p. 375-406, 1997.

KANDASAMY, Narayanan; HARDY, Ben; PAGE, Lionel; SCHAFFNER, Markus; GRAGGABER, Johann; POWLSON Andrew S.; FLETCHER, Paul C.; GURNELL, Mark; COATES, John. Cortisol shifts financial risk preferences. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 111, n. 9, p. 3608-3613, 2014.

KANFER, Ruth; ACKERMAN, Phillip L. Motivation and cognitive abilities: An integrative/aptitude-treatment interaction approach to skill acquisition. **Journal of Applied Psychology**, v. 74, n. 4, p. 657, 1989.

- KANNADHASAN, Manoharan; ARAMVALARTHAN, Sivavadivelu; KUMAR, Pavan. B. Relationship among cognitive biases, risk perceptions and individual's decision to start a venture. **Decision**, v. 41, n. 1, p. 87-98, 2014.
- KEMP, Simon; BURT, Christopher D. B.; FURNEAUX, Laura. A test of the peak-end rule with extended autobiographical events. **Memory & Cognition**, v. 36, n. 1, p. 132-138, 2008.
- KERMER, Deborah A.; DRIVER-LINN, Erin; WILSON, Timothy D.; GILBERT, Daniel T. Loss aversion is an affective forecasting error. **Psychological Science**, v. 17, n. 8, p. 649-653, 2006.
- KOEKEMOER, Dickason; MUNYAI, Z.; SJ, LS Ferreira. Income and Subjective Financial Well-Being as Determining Factors of Life Satisfaction. **Journal of Economics and Behavioral Studies**, v. 11, n. 1 (J), p. 122-128, 2019.
- KOENIG, Katherine A.; FREY, Meredith C.; DETTERMAN, Douglas K. ACT and general cognitive ability. **Intelligence**, v. 36, n. 2, p. 153-160, 2008.
- KONDRATOWICZ-NOWAK, Blanka Beata; ZAWADZKA, Anna Maria. Does belief in free will make us feel good and satisfied?. **Health Psychology Report**, v. 6, n. 2, 2018.
- KRUGLANSKI, Arie W.; GIGERENZER, Gerd. Intuitive and deliberate judgments are based on common principles. **Psychological Review**, v. 118, n. 1, p. 97, 2011.
- LIETO, Antonio; LEBIERE, Christian; OLTRAMARI, Alessandro. The knowledge level in cognitive architectures: Current limitations and possible developments. **Cognitive Systems Research**, v. 48, p. 39-55, 2018.
- LILLEHOLT, Lau. Cognitive ability and risk aversion: A systematic review and meta analysis. **Judgment & Decision Making**, v. 14, n. 3, 2019.
- MACCRIMMON, Kenneth R.; WEHRUNG, Donald A. Assessing risk propensity. In: **Recent Developments in the Foundations of Utility and Risk Theory**. Springer, Dordrecht p. 291-309, 1986.
- MADERO-CABIB, Ignacio; FASANG, Anette Eva. Gendered work-family life courses and financial well-being in retirement. **Advances in Life Course Research**, v. 27, p. 43-60, 2016.
- MAIA, José A. R.; BASSO, Luciano; OLIVEIRA, Jorge A.; FORJAZ, Cláudia L. M.; PRISTA, António; TANO, Go. O desafio da informação longitudinal: um " passeio guiado" sobre modelação hierárquica, " tracking" e informação omissa com um conjunto de dados do estudo de Muzambinho. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 24, n. 3, p. 413-431, 2010.
- MALAYSIA, Putra. Gender differences in financial well-being among college students. **Australian Journal of Basic and Applied Sciences**, v. 5, n. 9, p. 1765-1776, 2011.
- MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- MASLOW, Abraham H. A theory of human motivation. **Psychological Review**, v. 50, n. 4, p. 370, 1943.

- MATA, Rui; JOSEF, Anika K.; HERTWIG, Ralph. Propensity for risk taking across the life span and around the globe. **Psychological Science**, v. 27, n. 2, p. 231-243, 2016.
- MEHROTRA, Betsy; PANDEY, Nisha M.; KUMAR, Pradeep; SINHA, Sampada. Life satisfaction and its Determinants in Rural Aging Population of Lucknow, India. **Journal of Psychosocial Research**, v. 13, n. 1, p. 29-37, 2018.
- MIRON-SHATZ, Talya. Evaluating multiepisode events: Boundary conditions for the peak-end rule. **Emotion**, v. 9, n. 2, p. 206, 2009.
- MOREWEDGE, Carey K.; KAHNEMAN, Daniel. Associative processes in intuitive judgment. **Trends in Cognitive Sciences**, v. 14, n. 10, p. 435-440, 2010.
- MOSKOWITZ, Debbie S.; YOUNG, Simon N. Ecological momentary assessment: what it is and why it is a method of the future in clinical psychopharmacology. **Journal of Psychiatry and Neuroscience**, v. 31, n. 1, p. 13, 2006.
- MÜLLER, Ulrich W. D.; WITTEMAN, Cilia, L. M.; SPIJKER, Jan; ALPERS, Georg, W.; All's Bad That Ends Bad: There Is a Peak-End Memory Bias in Anxiety. **Frontiers in Psychology**, v. 10, 2019.
- MYERS, David G.; DIENER, Ed. Who is happy?. **Psychological Science**, v. 6, n. 1, p. 10-19, 1995.
- NAGATSU, Michiru. Behavioral economics, history of. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, v. 2, p. 2, 2015.
- NETEMEYER, Richard; WARMATH, Dee; FERNANDES, Daniel; LYNCH, John. How Am I Doing? Financial Well-Being, Its Potential Antecedents, and Its Relation to Psychological/Emotional Well-Being. **ACR North American Advances**, 2017.
- NGOO, Yee Ting; TEY, Nai Peng; TAN, Eu Chye. Determinants of life satisfaction in Asia. **Social Indicators Research**, v. 124, n. 1, p. 141-156, 2015.
- NOBRE, Liana H.; MACEDO, A. F. Pereira; NOBRE, Fabio C.; SILVA, Wesley V. Analysis of the relationship between demographic variables and risk tolerance score. **Revista de Administração da UFSM**, v. 10, n. 1, p. 116-128, 2017.
- NORVILITIS, Jill M.; SZABLICKI, P. Bernard; WILSON, Sandy D. Factors influencing levels of credit-card debt in College Students 1. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 33, n. 5, p. 935-947, 2003.
- O'NEILL, Barbara; SORHAINDO, Benoit; XIAO, Jing J.; GARMAN, Thomas. Financially distressed consumers: their financial practices, financial well-being, and health. **Financial Counseling and Planning**, v. 16, n. 1, p. 73-87, 2005.
- OERLEMANS, Wido G. M.; BAKKER, Arnold B. Why extraverts are happier: A day reconstruction study. **Journal of Research in Personality**, v. 50, p. 11-22, 2014.
- OERLEMANS, Wido G. M.; BAKKER, Arnold B.; VEENHOVEN, Ruut. Finding the key to happy aging: A day reconstruction study of happiness. **Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences**, v. 66, n. 6, p. 665-674, 2011.

OISHI, Shigehiro. The experiencing and remembering of well-being: A cross-cultural analysis. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 28, n. 10, p. 1398-1406, 2002.

OISHI, Shigehiro; DIENER, Ed. F.; LUCAS, Richard E.; SUH, Eunkook M. Cross-cultural variations in predictors of life satisfaction: Perspectives from needs and values. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 25, n. 8, p. 980-990, 1999.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – OECD. **Educação**. 2015. Disponível em: <http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/quesitos/education-pt/>. Acesso em: 11 de novembro de 2019.

ORTUÑO-SIERRA, Javier; ARITIO-SOLANA, Rebeca; DE LUIS, Edurne C.; NALDA, Fermin N.; FONSECA-PEDRERO, Eduardo. Subjective well-being in adolescence: New psychometric evidences on the satisfaction with life scale. **European Journal of Developmental Psychology**, v. 16, n. 2, p. 236-244, 2019.

OSMAN, Magda. An evaluation of dual-process theories of reasoning. **Psychonomic Bulletin & Review**, v. 11, n. 6, p. 988-1010, 2004.

PASHKO, Steven. Shifting between our two self-identities can cause the placebo effect and response shift. **Journal of Transpersonal Psychology**, v. 45, n. 1, 2013.

PAVOT, William; DIENER, Ed. Review of the satisfaction with life scale. **Psychological assessment**, v. 5, n. 2, p. 164, 1993.

PAVOT, William; DIENER, Ed. The satisfaction with life scale and the emerging construct of life satisfaction. **The Journal of Positive Psychology**, v. 3, n. 2, p. 137-152, 2008.

PESTANA, M.; GAGEIRO, J. **Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS**. 5ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2008

PLAGNOL, Anke C. Financial satisfaction over the life course: The influence of assets and liabilities. **Journal of Economic Psychology**, v. 32, n. 1, p. 45-64, 2011.

POPOVA, Daria; PISHNIAK, Alina. Measuring individual material well-being using multidimensional indices: an application using the gender and generation survey for Russia. **Social indicators research**, v. 130, n. 3, p. 883-910, 2017.

PORTER, Nancy M. **Testing a model of financial well-being**. 1990. Tese de Doutorado. Virginia Tech.

PORTER, Nancy M.; GARMAN, Thomas. Testing a conceptual model of financial wellbeing. **Financial Counseling and Planning**, v. 4, p. 135–164, 1993.

POSNER, Michael I.; SNYDER, Charles R. Attention and cognitive control. **In: Information processing and cognition: The Loyola Symposium**, ed. R. L. Solso. Wiley, 1975.

PRAWITZ, Aimee D.; GARMAN, Thomas; SORHAINDO, Benoit; O'NEILL, Barbara; KIM, Jinhee; DRENTEA, Patricia. In Charge Financial Distress/Financial Well-Being Scale: Development, administration, and score interpretation. **Financial Counseling and Planning**, v. 17, p. 34-50, 2006.

PROTO, Eugenio; RUSTICHINI, Aldo. Life satisfaction, income and personality. **Journal of Economic Psychology**, v. 48, p. 17-32, 2015.

RAVEAU, Sebastián; GHORPADE, Ajinkya; ZHAO, Fang; ABOU-ZEID, Maya; ZEGRAS, Christopher; BEN-AKIVA, Moshe. Smartphone-based survey for real-time and retrospective happiness related to travel and activities. **Transportation Research Record: Journal of the Transportation Research Board**, v. 2566, p. 102-110, 2016.

REDELMEIER, Donald A.; KAHNEMAN, Daniel. Patients' memories of painful medical treatments: Real-time and retrospective evaluations of two minimally invasive procedures. **Pain**, v. 66, n. 1, p. 3-8, 1996.

REDELMEIER, Donald. A.; KATZ, Joel.; KAHNEMAN, Daniel. Memories of colonoscopy: A randomized trial. **Pain**, v. 104, p. 187–194, 2003.

ROBSON, Colin. **A Resource for Social Scientists and Practitioner-Researchers**. 2 ed. Wiley, John & Sons, 2002.

ROSZKOWSKI, Michael J. **How to assess a client's financial risk tolerance**: The basics. Bryn Mawr, PA: The American College, 1992.

ROSZKOWSKI, Michael J.; DAVEY, Geoff; GRABLE, John E. Insights from psychology and psychometrics on measuring risk tolerance. **Journal of Financial Planning**, v. 18, n. 4, p. 66, 2005.

ROSZKOWSKI, Michael J.; DELANEY, Michael M.; CORDELL, David M. Intraperson consistency in financial risk tolerance assessment: Temporal stability, relationship to total score, and effect on criterion-related validity. **Journal of Business and Psychology**, v. 24, n. 4, p. 455, 2009.

RYFF, Carol D.; KEYES, Corey Lee M. The structure of psychological well-being revisited. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 69, n. 4, p. 719, 1995.

SCHILDBERG-HÖRISCH, Hannah. Are Risk Preferences Stable?. **Journal of Economic Perspectives**, v. 32, n. 2, p. 135-54, 2018.

SCHREIBER, Charles A.; KAHNEMAN, Daniel. Determinants of the remembered utility of aversive sounds. **Journal of Experimental Psychology: General**, v. 129, n. 1, p. 27, 2000.

SHARPE, Louise; BUTOW, Phyllis; SMITH, Clair; MCCONNELL, David; CLARKE, Stephen. Changes in quality of life in patients with advanced cancer: evidence of response shift and response restriction. **Journal of Psychosomatic Research**, v. 58, n. 6, p. 497-504, 2005.

SHIFFMAN, Saul; STONE, Arthur A.; HUFFORD, Michael R. Ecological momentary assessment. **Annu. Rev. Clin. Psychol.**, v. 4, p. 1-32, 2008.

SHIM, Soyeon; XIAO, Jing J.; BARBER, Bonnie L.; LYONS, Angela C. Pathways to life success: a conceptual model of financial well-being for young adults. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v.30, p. 708-723, 2009.

SHIN, Doh C.; JOHNSON, Dan M. Avowed happiness as an overall assessment of the quality of life. **Social Indicators Research**, v. 5, n. 1-4, p. 475-492, 1978.

SIMON, Herbert A. **Models of Man**. Nova York: John Wiley, 1957.

SIMON, Mark; HOUGHTON, Susan M.; AQUINO, Karl. Cognitive biases, risk perception, and venture formation: How individuals decide to start companies. **Journal of business Venturing**, v. 15, n. 2, p. 113-134, 2000.

SMITH, Tom. W.; MARSDEN, Peter; HOUT, Michael; KIM, Jibum. General social surveys. **National Opinion Research Center**, 2012.

SMYTH, Joshua M.; ZAWADZKI, Matthew J.; JUTH, Vanessa; SCIAMANNA, Christopher N. Global life satisfaction predicts ambulatory affect, stress, and cortisol in daily life in working adults. **Journal of Behavioral Medicine**, v. 40, n. 2, p. 320-331, 2017.

SPINDLER, Gabriela; STOPSACK, Malte; ALDINGER, Maren; GRABE, Hans J.; BARNOW, Sven. What about the “ups and downs” in our daily life? The influence of affective instability on mental health. **Motivation and Emotion**, v. 40, n. 1, p. 148-161, 2016.

STANOVICH, Keith E.; WEST, Richard F. Individual differences in rational thought. **Journal of Experimental Psychology: General**, v. 127, n. 2, p. 161, 1998.

STANOVICH, Keith E.; WEST, Richard F. Individual differences in reasoning: Implications for the rationality debate?. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 23, n. 5, p. 645-665, 2000.

STANOVICH, Keith E.; WEST, Richard F.; HERTWIG, Ralph. Individual differences in reasoning: Implications for the rationality debate? - Open Peer Commentary-The questionable utility of cognitive ability in explaining cognitive illusions. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 23, n. 5: p. 678-678, 2000.

STANOVICH, Keith. Assessing cognitive abilities: Intelligence and more. **Journal of Intelligence**, v. 2, n. 1, p. 8-11, 2014.

STEPHAN, Ekkehard; KIELL, Guido. Decision processes in professional investors: Does expertise guard against judgmental biases?. **Zeitschrift für Arbeitswissenschaft**, v. 71, n. 3, p. 142-156, 2017.

STEPTOE, Andrew; WARDLE, Jane; MARMOT, Michael. Positive affect and health-related neuroendocrine, cardiovascular, and inflammatory processes. **Proceedings of the National academy of Sciences of the United States of America**, v. 102, n. 18, p. 6508-6512, 2005.

STONE, Arthur. Ecological Momentary Assessment and Experience Sampling. In: **The Palgrave Handbook of Survey Research**. Palgrave Macmillan, Cham, p. 563-571, 2018.

STRATTEN, Scott; KRAMER, Alison. **Unselling: The New Customer Experience**. John Wiley & Sons, 2014.

SULDO, Shannon M.; FRANK, Michael J.; CHAPPEL, Ashley M.; ALBERS, Melanie M.; BATEMAN, Lisa P. American high school students' perceptions of determinants of life satisfaction. **Social Indicators Research**, v. 118, n. 2, p. 485-514, 2014.

SUNG, Jaimie; HANNA, Sherman. Factors Related to Risk Tolerance. **Association for Financial Counseling and Planning Education**, v. 7, p. 11-19, 1996.

SUZUKI, Haruna; FUJII, Satoshi; GÄRLING, Tommy; ETTEMA, Dick; OLSSON, Lars E.; FRIMAN, Margareta. Rules for aggregated satisfaction with work commutes. **Transportation**, v. 41, n. 3, p. 495-506, 2014.

TAY, Shu Wen; RYAN, Paul; RYAN, C. Anthony. Systems 1 and 2 thinking processes and cognitive reflection testing in medical students. **Canadian Medical Education Journal**, v. 7, n. 2, p. e97, 2016.

TAYLOR, Matthew P. Are high-ability individuals really more tolerant of risk? A test of the relationship between risk aversion and cognitive ability. **Journal of Behavioral and Experimental Economics**, v. 63, p. 136-147, 2016.

THALER, Richard; SUNSTEIN, Cass. Nudge: The gentle power of choice architecture. **New Haven, Conn.: Yale**, 2008.

TOPLAK, Maggie E.; WEST, Richard F.; STANOVICH, Keith E. Assessing miserly information processing: An expansion of the Cognitive Reflection Test. **Thinking & Reasoning**, v. 20, n. 2, p. 147-168, 2014.

TOPLAK, Maggie E.; WEST, Richard F.; STANOVICH, Keith E. E. The Cognitive Reflection Test as a predictor of performance on heuristics-and-biases tasks. **Memory & Cognition**, v. 39, n. 7, p. 1275, 2011.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Availability: A heuristic for judging frequency and probability. **Cognitive psychology**, v. 5, n. 2, p. 207-232, 1973.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. **Science**, v. 185, n. 4157, p. 1124-1131, 1974.

VAN PRAAG, Bernard; FRIJTERS, Paul. The Measurement of Welfare and Well-Being: The Leyden Approach. **Well-being: Foundations of hedonic psychology**, p. 413, 1999.

VEENHOVEN, Ruut. Is happiness relative?. **Social Indicators Research**, v. 24, n. 1, p. 1-34, 1991.

VEMURI, Amanda W.; COSTANZA, Robert. The role of human, social, built, and natural capital in explaining life satisfaction at the country level: Toward a National Well-Being Index (NWI). **Ecological Economics**, v. 58, n. 1, p. 119-133, 2006.

VERA-TOSCANO, Esperanza; ATECA-AMESTOY, Victoria; SERRANO-DEL-ROSAL, Rafael. Building financial satisfaction. **Social Indicators Research**, v. 77, n. 2, p. 211-243, 2006.

VIEIDER Ferdinand M.; LEFEBVRE, Mathieu; BOUCHOUICHA, Ranoua; CHMURA;Thorsten; HAKIMOV, Rustamdjan; KRAWCZYK, Michal; MARTINSSON, Peter. Common components of risk and uncertainty attitudes across contexts and domains: Evidence from 30 countries. **Journal of the European Economic Association**, v. 13, n. 3, p. 421-452, 2015.

VLAEV, Ivo; ELLIOTT, Antony. Financial well-being components. **Social Indicators Research**, v. 118, n. 3, p. 1103-1123, 2014.

VON NEUMANN, John; MORGENSTERN, Oskar. **Theory of games and economic behavior**. Princeton University Press, 1944.

WAGNER, Gert; FRICK, Joachim; SCHUPP, Jürgen. The German Socio-Economic Panel study (SOEP)-evolution, scope and enhancements. 2007.

WEBER, Elke U.; BLAIS, Ann-Renee; BETZ, Nancy E. A domain-specific risk-attitude scale: Measuring risk perceptions and risk behaviors. **Journal of Behavioral Decision Making**, v. 15, n. 4, p. 263-290, 2002.

WEST, Richard F.; TOPLAK, Maggie E.; STANOVICH, Keith E. Heuristics and biases as measures of critical thinking: Associations with cognitive ability and thinking dispositions. **Journal of Educational Psychology**, v. 100, n. 4, p. 930, 2008.

WILLIAMS, Lawrence E.; STEIN, Randy; GALGUERA, Laura. The distinct affective consequences of psychological distance and construal level. **Journal of Consumer Research**, v. 40, n. 6, p. 1123-1138, 2014.

WIRTZ, Derrick; CHIU, Chi-yue; DIENER, Edd; OISHI, Shigehiro. What Constitutes a Good Life? Cultural Differences in the Role of Positive and Negative Affect in Subjective Well-Being. **Journal of Personality**, v. 77, n. 4, p. 1167-1196, 2009.

XIAO, Jing J.; ALHABEEB M.; HONG Gong-Soog; HAYNES George W. Attitude toward Risk and Risk-Taking Behavior of Business-Owning Families. **Journal of Consumer Affairs**, v. 35, n. 2, p. 307-325, 2001.

YAO, Rui; GUTTER, Michael; HANNA, Sherman. The financial risk tolerance of Blacks, Hispanics and Whites. 2005.

YAO, Rui; HANNA, Sherman; LINDAMOOD, Suzanne. Changes in financial risk tolerance, 1983-2001. 2004.

YEO, JeongHee; LEE, Yoon G. Understanding the Association Between Perceived Financial Well-Being and Life Satisfaction Among Older Adults: Does Social Capital Play a Role?. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 40, n. 4, p. 592-608, 2019.

ZAJCHOWSKI, Chris AB; SCHWAB, Keri A.; DUSTIN, Daniel L. The experiencing self and the remembering self: Implications for leisure science. **Leisure Sciences**, v. 39, n. 6, p. 561-568, 2017.

ZANON, Cristian; BARDAGI, Marucia P.; LAYOUS, Kristin; HUTZ, Claudio S. Validation of the Satisfaction with Life Scale to Brazilians: Evidences of measurement noninvariance across Brazil and US. **Social Indicators Research**, v. 119, n. 1, p. 443-453, 2014.

ZYPHUR, Michael J.; LI, Wen-Dong; ZHANG, Zhen; ARVEY, Richard D.; BARSKY, Arvey P. Income, personality, and subjective financial well-being: the role of gender in their genetic and environmental relationships. **Frontiers in psychology**, v. 6, p. 1493, 2015.

Apêndice A– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Ensaio 1

SATISFAÇÃO GLOBAL DE VIDA E BEM-ESTAR FINANCEIRO: UM ESTUDO INTEGRANDO OS DOIS "EUS"

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisadora responsável: Jéssica Pulino Campara

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina

Prezado(a)

Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito. Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que segue e questione o responsável pelo estudo se houver qualquer dúvida. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento (o TCLE será guardado pelo pesquisador por cinco anos consecutivos). O pesquisador responsável, que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 466/12 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode entrar em contato com os pesquisadores a qualquer momento (antes, durante e depois do experimento) através do telefone (55) 99936-6045 ou e-mail jecampara@hotmail.com.

Título do Trabalho: **Satisfação global de vida e bem-estar financeiro: um estudo integrando os dois "eus"**

Nesse estudo desenvolvemos uma pesquisa com o objetivo de investigar a satisfação global de vida e o bem-estar financeiro por meio dos dois eus. O eu que experimenta, ou seja, o que vivencia e o eu que recorda. Para isso, você será convidado a participar de **DOIS MOMENTOS**:

1º) Responder duas perguntas ao longo de 30 dias, em horários aleatórios, sobre sua satisfação global de vida e bem-estar financeiro. **Isso não tomará 1 minuto do seu tempo.** Você vai receber o link ao longo desses dias.

2º) Responder um questionário final contendo questões a respeito de satisfação global de vida, bem-estar financeiro, capacidade cognitiva e perfil. **Isso não tomará 5 minutos do seu tempo.** Você vai receber o link da pesquisa ao final do período da primeira fase.

Os benefícios que esperamos obter são de ordem tanto teórica quanto prática. Teórico, pois ainda há poucos estudos a respeito da avaliação retrospectiva e momentânea da satisfação global de vida e bem-estar financeiro. No campo prático permitir avançar no entendimento das decisões humanas.

Posterior ao aceite em participar da pesquisa por este termo de consentimento livre e esclarecido, você receberá um link para acessar as perguntas do questionário. Ao responder tais questionamentos pode haver cansaço por responder muitas questões ao longo do tempo, constrangimento pelas respostas ou mesmo emergir emoções. Para amenizar tais riscos os dados da pesquisa serão disponibilizados a todos os participantes, iremos garantir que as respostas sejam dadas em local reservado, justificando o encaminhamento por e-mail, assim a pessoa pode responder quando se sentir mais à vontade; garantiremos a suspensão imediata da pesquisa

para aqueles que sentirem-se desconfortáveis e garantiremos que sejam respeitadas as individualidades de cada participante.

Em relação aos benefícios, você receberá o relatório da pesquisa, assim pode conscientiza-se das alterações de avaliação ocorridas durante uma experiência e o término dela. Isso contribui para que você faça uma autorreflexão sobre como percebe suas vidas e a relação com o dinheiro.

Você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa, mas, caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, você será ressarcido nos termos da lei. Caso você tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente. Toda e qualquer dúvida será esclarecida, e qualquer participante poderá se retirar da pesquisa por livre e espontânea vontade a qualquer momento, sua participação não é obrigatória, você tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

É importante ressaltar que as informações fornecidas terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Você não será identificado em nenhum momento, mesmo quando os resultados forem divulgados. Assim, nenhuma publicação decorrente desta pesquisa fará uso de nomes ou características que possam fazer referência a qualquer indivíduo que participe da pesquisa. Será solicitado apenas que você se identifique com nome ou data de nascimento e que utilize a mesma identificação nas duas fases da pesquisa para que possamos agregar suas respostas ao longo do processo.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “**Satisfação global de vida e bem-estar financeiro: um estudo integrando os dois eus**”, como sujeito. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade, anonimato e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas, não é obrigatória. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo.

Nome: _____ CPF: _____

Assinatura: _____

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Jéssica Pulino Campara, **email:** jecampara@hotmail.com, **Telefone para contato e WhatsApp:** (55) 99936-6045

Sua participação nesta pesquisa é de extrema importância. Agradecemos sua colaboração

Coordenadora: Jéssica Pulino Campara
Programa de Pós-Graduação em Administração
Universidade Federal de Santa Catarina

Apêndice B - Instrumento de coleta de dados – ENSAIO 1

Instrumento para avaliação do Eu Experiencial - Avaliação Momentânea

Para agrupar suas respostas precisamos que você se identifique, para isso você pode utilizar o seu **nome completo**, ou se preferir não se identificar orientamos colocar sua **data de nascimento completa**.

Você deve utilizar essa mesma identificação em todas as fases da pesquisa.

1. Identifique-se: _____

2. Marque um “X” no número que representa a sua percepção a respeito dessas duas situações:

2.1¹. Imagine uma escada com degraus numerados de 0 na base a 10 no topo. O topo da escada representa a melhor vida possível para você e a base da escada representa a pior vida possível para você? Pensando na sua vida como um todo, em que degrau da escada você diria que se sente exatamente nesse momento?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

2.2 Imagine uma escada com degraus numerados de 0 na base a 10 no topo. O topo da escada representa a melhor situação financeira possível para você e a base da escada representa a pior situação financeira possível para você? Pensando na sua situação financeira, em que degrau da escada você diria que se sente exatamente nesse momento?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

3. Idade: _____ anos

4. Gênero:

4.1 () Masculino 4.2 () Feminino

5. Estado civil:

5.1. () Casado(a) 5.2. () Solteiro(a) 5.3. () Viúvo(a) 5.4. () Separado(a)

6. Possui dependentes (filhos, enteados, menores, etc.):

6.1 () Não 6.2 () Sim. Quantos? _____

7. Qual seu nível de escolaridade? (Marque a alternativa que contém o curso mais elevado que já concluiu)

- | | |
|---|---------------------------------------|
| 7.1 () Nunca estudei | 7.6 () Pós-graduada (Especialização) |
| 7.2 () Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série (antigo Primário) | 7.7 () Mestre |
| 7.3 () Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série | 7.8 () Doutor |
| 7.4 () Ensino Médio (antigo 2º Grau) | 7.9 () Não sei |
| 7.5 () Faculdade (Ensino Superior) | |

8. Qual é a sua ocupação?

- | | |
|--|--|
| 8.1 () Assalariado com carteira de trabalho assinada | 8.10 () Dona de casa |
| 8.2 () Assalariado sem registro em carteira de trabalho | 8.11 () Aposentado |
| 8.3 () Funcionário Público | 8.12 () Estudante |
| 8.4 () Autônomo regular (Paga ISS) | 8.13 () Vive de rendas |
| 8.5 () Profissional Liberal (Autônomo Universitário) | 8.14 () Desempregado (à procura de emprego) |
| 8.6 () Empresário | 8.15 () Desempregado (não procuro emprego) |
| 8.7 () <i>Free-lance</i> / Bico | |
| 8.8 () Estagiário/aprendiz (Remunerado) | |
| 8.9 () Outra. Qual? _____ | |

¹ Ressalta-se que as questões 1, 2.1 e 2.2 foram aplicadas durante os 31 dias de avaliação momentânea, as demais variáveis de perfil foram interpoladas apenas no primeiro dia de coleta.

9. Qual a sua renda média mensal? _____ reais.

10. Qual a renda média da sua família? _____ reais.

11. Qual a data de hoje, dia em que você está começando a responder a pesquisa?

_____/_____/2019

Agradeço imensamente sua contribuição nesse primeiro momento e conto com sua colaboração para conseguirmos concluir essa pesquisa.

OBRIGADA!

Instrumento para avaliação do Eu Recordativo

Nesse último momento você está sendo convidado a lembrar de como foram esses últimos 30 dias, pensando nisso responda:

1. Identifique-se: _____

2. Marque um “X” no número que representa a sua percepção a respeito dessas duas situações:

2.1 Imagine uma escada com degraus numerados de 0 na base a 10 no topo. O topo da escada representa a melhor vida possível para você e a base da escada representa a pior vida possível para você? Pensando na sua vida como um todo, em que degrau da escada você diria que se sentiu nesses últimos 30 dias?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

2.2 Imagine uma escada com degraus numerados de 0 na base a 10 no topo. O topo da escada representa a melhor situação financeira possível para você e a base da escada representa a pior situação financeira possível para você? Pensando na sua situação financeira, em que degrau da escada você diria que se sentiu nesses últimos 30 dias?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

3. Marque a opção conforme seu modo de pensar, de acordo com a escala ao lado:

	Discordo totalmente	Discordo	Discordo ligeiramente	Nem concordo nem discordo	Concordo ligeiramente	Concordo	Concordo totalmente
Na maioria dos aspectos, minha vida é próxima ao meu ideal.							
As condições da minha vida são excelentes.							
Estou satisfeito(a) com minha vida.							
Dentro do possível, tenho conseguido as coisas importantes que quero da vida.							
Se pudesse viver uma segunda vez, não mudaria quase nada na minha vida.							

4. Marque a opção conforme seu modo de pensar, de acordo com a escala ao lado:

	Discordo totalmente	Discordo	Discordo ligeiramente	Nem concordo nem discordo	Concordo ligeiramente	Concordo	Concordo totalmente
Você se sente financeiramente satisfeito.							
Você acredita estar em uma boa situação financeira							
Daqui a 1 ano, você pretende ter pago todas suas dívidas.							
Daqui a 5 anos, você pretende ter pago todas as suas dívidas.							
Você se sente desconfortável com a quantia que deve.*							
Você se preocupa constantemente com o pagamento de suas dívidas							
Você pensa muito em suas dívidas.							
Você tem tido discussões com outras pessoas (pais, amigos, esposo(a) e outros) devido sua dívida.							

Obrigada por encaminhar sua última resposta. Agradeço a sua participação, sem você essa pesquisa não seria possível. OBRIGADA!

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Ensaio 3

RELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS COGNITIVOS E OS dois eus: UMA AVALIAÇÃO MEDIANTE AS PREFERÊNCIAS DE RISCO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisadora responsável: Jéssica Pulino Campara

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina

Prezado(a)

Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito. Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que segue e questione o responsável pelo estudo se houver qualquer dúvida. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento (o TCLE será guardado pelo pesquisador por cinco anos consecutivos). O pesquisador responsável, que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 466/12 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode entrar em contato com os pesquisadores a qualquer momento (antes, durante e depois do experimento) através do telefone (55) 99936-6045 ou e-mail jecampara@hotmail.com.

Título do Trabalho: Relação entre os sistemas cognitivos e os dois eus: uma avaliação mediante as preferências de risco

Nesse estudo desenvolvemos uma pesquisa com o objetivo de investigar a relação entre os sistemas cognitivos e os dois eus, por meio da preferência pelo risco. Para isso, você será convidado a participar de **DOIS MOMENTOS**:

1º) Responder uma pergunta ao longo de 10 semanas, em horários aleatórios, sobre sua preferência pelo risco mediante a apresentação de uma contextualização concedida pelos pesquisadores. **Isso não tomará 1 minuto do seu tempo.** Você vai receber o link da pesquisa ao longo das semanas.

2º) Responder um questionário final contendo questões a respeito da preferência ao risco retrospectiva, capacidade cognitiva e perfil. **Isso não tomará 5 minutos do seu tempo.** Você vai receber o link da pesquisa na última semana.

Posterior ao aceite em participar da pesquisa por este termo de consentimento livre e esclarecido, você receberá um link para acessar as perguntas do questionário. Ao responder tais questionamentos pode haver cansaço por responder muitas questões ao longo do tempo, constrangimento pelas respostas ou mesmo emergir emoções. Para amenizar tais riscos os dados da pesquisa serão disponibilizados a todos os participantes, iremos garantir que as respostas sejam dadas em local reservado, justificando o encaminhamento por e-mail ou *WhatsApp*, assim a pessoa pode responder quando se sentir mais à vontade; garantiremos a suspensão imediata da pesquisa para aqueles que sentirem-se desconfortáveis e garantiremos que sejam respeitadas as individualidades de cada participante.

Em relação aos benefícios, você receberá o relatório da pesquisa, assim pode conscientiza-se das alterações de avaliação ocorridas durante uma experiência e o término dela. Isso contribui para que você faça uma autorreflexão sobre sua preferência pelo risco.

Você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa, mas, caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, você será ressarcido nos termos da lei. Caso você tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente. Toda e qualquer dúvida será esclarecida, e qualquer participante poderá se retirar da pesquisa por livre e espontânea vontade a qualquer momento, sua participação não é obrigatória, você tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

É importante ressaltar que as informações fornecidas terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Você não será identificado em nenhum momento, mesmo quando os resultados forem divulgados. Assim, nenhuma publicação decorrente desta pesquisa fará uso de nomes ou características que possam fazer referência a qualquer indivíduo que participe da pesquisa. Será solicitado apenas que você se identifique com nome ou data de nascimento e que utilize a mesma identificação nas duas fases da pesquisa para que possamos agregar suas respostas ao longo do processo.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “**Relação Entre Os Sistemas Cognitivos E Os dois eus: Uma Avaliação Mediante As Preferências De Risco**”, como sujeito. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade, anonimato e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas, não é obrigatória. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo.

Nome: _____ CPF: _____

Assinatura: _____

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Jéssica Pulino Campara, **email:** jecampara@hotmail.com, **Telefone para contato e WhatsApp:** (55) 99936-6045

Sua participação nesta pesquisa é de extrema importância. Agradecemos sua colaboração

Coordenadora: Jéssica Pulino Campara
Programa de Pós-Graduação em Administração
Universidade Federal de Santa Catarina